



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

Hélio Bento Maúngue

Corredores de desenvolvimento, desenvolvimento rural e transformação social em Moçambique: dinâmicas sociais e produtivas em comunidades do Corredor de Nacala

Florianópolis

2022

Hélio Bento Maúngue

Corredores de desenvolvimento, desenvolvimento rural e transformação social em Moçambique: dinâmicas sociais e produtivas em comunidades do Corredor de Nacala

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para obtenção do grau de doutor em Sociologia e Ciência Política, área de concentração: Sociologia.

Orientadora: Prof^a. Maria Ignez Silveira Paulilo, Dr^a.

Coorientador: Prof. Renê Birochi, Dr.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Maúngue, Hélio Bento

Corredores de desenvolvimento, desenvolvimento rural e transformação social em Moçambique: dinâmicas sociais e produtivas em comunidades do Corredor de Nacala / Hélio BentoMaúngue; orientador, Maria Ignez Silveira Paulilo, coorientador, Renê Birochi, 2022.

305 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Sociologia e Ciência Política. 2. Transformação social. Corredores de desenvolvimento. Desenvolvimento. Pequenos produtores. Niassa. Moçambique. I. Paulilo, Maria Ignez Silveira. II. Birochi, Renê. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política. IV. Título.

Hélio Bento Maúngue

Corredores de desenvolvimento, desenvolvimento (rural) e transformação social em Moçambique: dinâmicas sociais e produtivas em comunidades do Corredor de Nacala

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Elizabeth Farias da Silva, Dr.^a.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Karolyna Marin Herrera, Dr.^a.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Karina Yoshie Martins Kato Dr.^a.
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutor em Sociologia e Ciência Política, área de concentração: Sociologia

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof.^a Maria Ignez Silveira Paulilo, Dr.^a.
Orientadora

Florianópolis, 2022

Dedico esta tese

A minha esposa, Célia, e aos meus filhos Tawonga, Tawanda e Tawila;

Aos meus pais Bento Madala Maúngue e Mariamo Ezequiel Simango (*in memorian*); e

Aos demais familiares (irmãos(ãs), sobrinhos(as), cunhadas(os), vivos e *in memorian*).

AGRADECIMENTOS

A vida, por tudo de bom que me tem proporcionado.

A minha querida orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Maria Ignez Silveira Paulilo por ter aceitado me orientar, mais uma vez, nesta aventura acadêmica. Por todo ensinamento transmitido em cada encontro que tivemos antes e durante a pandemia da COVID-19, quer no Núcleo de Estudos em Agricultura Familiar (NAF), quer nas orientações particulares em sua casa. No entanto, agradeço pela paciência, dedicação, qualidade das observações e ensinamento durante a elaboração desta tese. É uma alegria poder ser parte dos seus últimos orientandos e fechar este ciclo acadêmico. Lhe desejo toda saúde e alegria do mundo. Por isso, a si, Professora, MUITO OBRIGADO ontem, hoje e sempre.

Ao meu coorientador, Prof. Dr. Renê Birochi, primeiro pela amizade que fomos construindo desde o meu mestrado e, segundo por aceitar esta coorientação e somar ao trabalho iniciado por mim e a Maria Ignez. A gente sempre teve boas trocas sobre a academia, mas informalmente. Quis o destino que essas trocas se somassem com a coorientação. Por isso, vai o meu MUITO OBRIGADO!

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSP/UFSC), pelos ensinamentos durante as aulas.

As Professoras presentes na banca de qualificação, Karina Kato e Letícia Cesarino, pelas observações, comentários e sugestões para dar seguimento ao projeto de tese.

As Professoras presentes na banca de defesa da tese, nomeadamente Elizabeth Farias da Silva, Karolyna Marin Herrera e Karina Yoshie Martins Kato, como membros efetivos. À vocês Professoras agradeço por cada comentário e sugestão fruto da leitura da tese, principalmente pelo diálogo e aprendizado mútuo. MUITO OBRIGADO!

Aos Professores Carlos Manuel Dias Fernandes e Emmanuel de Almeida Farias Júnior, pela prontidão e disponibilidade em serem membros suplentes da banca de defesa da tese. MUITO OBRIGADO!

A secretária do PPGSP/UFSC, Janete e Otto, muito obrigado pela atenção e satisfação das minhas preocupações sempre que me aproximava de vocês.

Aos (as) colegas e companheiros (as) do Núcleo de Estudos em Agricultura Familiar (NAF/UFSC), antigos e novos, Ania, Cristiano, Flávia, Ivon, Josué, Karol, Laura, Raúl, Valmir, Valdete e Vilênia foi muito bom vos conhecer, voltar a conviver e poder participar

mais uma vez deste núcleo. Obrigado pela atenção e carinho que tiveram comigo. Uma vez Nafiano, sempre Nafiano. Levo vocês no coração.

A comunidade moçambicana em Florianópolis, MozFloripa, vocês me fizeram sentir em casa (Moçambique) sempre que estivemos juntos partilhando bons e maus momentos, KHANIMAMBO.

Em especial aos meus familiares por acreditarem em mim, TITISSA MAÚNGUE.

A minha esposa, Célia Marina Elias Mabjaia, pela companhia, força, carinho, amizade, confiança, paciência, amor e acima de tudo pelo incentivo para continuar a estudar. Pedir “desculpas” por não ter estado presente no nascimento dos nossos três filhos, por isso agradeço-te ontem, hoje e amanhã. Portanto, obrigado por me tornar pai dessa tripla de T’s durante estes quatro anos do doutorado. Que o amor, a positividade, o carinho, a amizade, a companhia... estejam sempre presente em nossa família e no nosso lar. VOS AMO!

Ao Centro de Estudos Africanos/Universidade Eduardo Mondlane (CEA/UEM), pelo incentivo e pela oportunidade de continuar com os estudos.

Aos pequenos produtores associados de Niassa que aceitaram, em momentos da Pandemia da COVID-19, fazer parte desta pesquisa, muito obrigado. Igualmente agradecer a União Nacional dos Camponeses (UNAC) pela abertura e indicação de pontos focais na província do Niassa.

Ao governo brasileiro – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio do Programa Estudantes do Convênio (PEC-PG), chamada n°. 06/2017, pela concessão da bolsa estudos.

OBRIGADO!

A organização dos camponeses em comunidades rurais é essencial para o desenvolvimento da vida colectiva no campo e para a criação das condições necessárias à socialização da agricultura. A produção colectiva, porque gera excedentes comuns, é a única via que permite o camponês moçambicano a passagem a métodos mais avançados de trabalho e à introdução da produção mecanizada e das primeiras formas de industrialização do campo (MACHEL, 1977, p. 124).

RESUMO

A agricultura é o principal ramo de atividade em Moçambique, é constitucionalmente a base de desenvolvimento e vista como garantia da transformação estrutural e de melhoria das condições de vida da população. Esta pesquisa se orienta sob a perspectiva teórica que articula os processos de transformação social, de desenvolvimento rural e agrícola com a ideia dos Corredores de Crescimento Agrícola (CCA) para compreender os processos sociais que permitem vislumbrar a transformação social e agrícola no e pelo Corredor de Nacala (CdN), na província de Niassa. A pesquisa traça o quadro da agricultura do corredor, suas características e os problemas vivenciados pelos pequenos produtores locais; identifica se estes sabem se são parte, o que é um CCA e suas expectativas do corredor; bem como estão suas dinâmicas produtivas quanto ao acesso e disponibilidade de insumos e fatores de produção. A pesquisa decorreu entre 2018 e 2022, ela é qualitativa e ligada à abordagem de orientação participativa. Para colher dados usa como técnicas a revisão de literatura, entrevistas individuais e em grupo. As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas para uma análise de conteúdo e temática. A pesquisa destaca o surgimento da ideia dos CCA e a sua aplicação em África, principalmente na África Austral e Oriental, apontando alguns atores globalizados-chave no processo. Faz uma breve apresentação dos três principais corredores moçambicanos, destacando os debates e reflexões sobre o CdN, indicando alguns investimentos e investidores agrícolas atuando nele; além de caracterizar o corredor social e economicamente, em particular a província do Niassa. Caracteriza o setor agrícola moçambicano e indica alguns instrumentos de política que o orientam. No país a ideia dos corredores, como corredores de transporte, é antiga e parte da estratégia de dominação e colonização. Com a independência evoluem para Corredores de Desenvolvimento e recentemente veem se transformando em corredores de CCA. Com foco em associações de pequenos produtores, a pesquisa procura compreender as suas dinâmicas produtivas e sociais, e como elas se articulam com as narrativas que têm nos CCA uma estratégia de desenvolvimento. No trabalho da terra estas associações têm como obstáculos e dificuldades: fraco acesso a meios mecanizados de cultivo e irrigação; fraco acesso de tecnologia, técnicas e extensão agrícola para produção; fraco acesso e uso de insumos e fatores de produção; fraco acesso e uso de infraestruturas logísticas para pós-produção e pós-colheita, como armazéns e meios para conservação; uma fraca integração ao mercado e, quando se integram a comercialização é injusta e; fraco acesso ao crédito e fontes de financiamento à atividade. Assim, o processo de modernização e tecnificação agrícola no CdN não dialoga com os projetos individuais e coletivos das comunidades e associações; estas não estão em condições de dizer que podem e vivem da agricultura, bem como que por meio dela sejam capazes de engendrar processos transformativos para melhorar suas condições de produção e de vida; e estão longe de ser os beneficiados positivamente com a implementação do corredor, em virtude da ausência de investimentos e de políticas públicas que respondam as dificuldades estruturais, comuns a esse segmento de produção, tornando-os dependentes de apoio e/ou ajuda.

Palavras-chave: Transformação social. Corredores de desenvolvimento. Desenvolvimento. Pequenos produtores. Niassa. Moçambique.

ABSTRACT

Agriculture is the main branch of activity in Mozambique, it is constitutionally the basis of development and it has been seen as a guarantee of structural transformation and improvement of the population's living conditions. This research is guided by the theoretical perspective that articulates the processes of social transformation, rural and agricultural development with the idea of the Agricultural Growth Corridors (AGC) to understand the social processes that allow a glimpse of social and agricultural transformation in and through the Nacala Corridor, in the province of Niassa. The research outlines the agriculture in the corridor, its characteristics and the problems experienced by small local producers; it also identifies if they know if they are part, what is an AGC and their expectations on the corridor; as well as their productive dynamics regarding access and availability of inputs and production factors. The research is qualitative, linked to the participatory orientation approach, and took place between 2018 and 2022. To collect data, the literature review, individual and group interviews are used as techniques. The interviews were audio recorded and transcribed for content and thematic analysis. The research highlights the emergence of the AGC idea and its application in Africa, mainly in Southern and Eastern Africa, pointing out some key global actors in the process. It makes a brief presentation of the three main Mozambican corridors, highlighting the debates and reflections on the Nacala Corridor, indicating some investments and agricultural investors working on it; in addition to characterizing the social and economic corridor, in particular the province of Niassa. It characterizes the Mozambican agricultural sector and indicates some policy instruments which guide it. In the country, the idea of corridors, as transport corridors, is old and part of the strategy of domination and colonization. With the independence, they have evolved into Development Corridors and recently they have been transformed into AGC corridors. Focusing on associations of small producers, the research seeks to understand their productive and social dynamics, and how they are articulated with the narratives that have a development strategy in the AGC. In working the land, these associations face obstacles and difficulties: poor access to mechanized means of cultivation and irrigation; poor access to technology, techniques and agricultural extension for production; poor access and use of inputs and production factors; poor access and use of logistical infrastructure for post-production and post-harvest, such as warehouses and means for conservation; weak market integration and, when integrated, unfair marketing and poor access to credit and sources of financing for the activity. Thus, the process of agricultural modernization and technification in the Nacala Corridor does not dialogue with the individual and collective projects of communities and associations; these are not in a position to say that they can and do make a living from agriculture, as well as that through it they are able to engender transformative processes to improve their production and living conditions; and they are far from being the ones positively benefited by the implementation of the corridor, due to the lack of investments and public policies that respond to the structural difficulties, common to this production segment, making them dependent on support and/or help.

Keywords: Social transformation. Development corridors. Development. Small producers. Niassa. Mozambique.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Moçambique: Divisão administrativa (macro regiões e províncias) e países vizinhos.....	68
Figura 2 – Mapa com os principais corredores de desenvolvimento em Moçambique.....	77
Figura 3 – Vista parcial da praça da independência no distrito de Cuamba, Niassa.....	167
Figura 4 – Vista parcial de uma das estações de comboio na linha Cuamba-Lichinga.....	192
Figura 5 – Exemplar de uma enxada de cabo curto e publicidade tirada na Direção Provincial da Agricultura em Niassa para uso da enxada de cabo longo.....	218
Figura 6 – Vista frontal de um posto de venda de insumos agrícola instalado pelo grupo JFS/SAN em comunidades do distrito de Cuamba.....	234
Figura 7 – Ponto de venda e compra informal.....	253
Figura 8 – Diferentes tipos de casas e de materiais utilizados na construção.....	269
Figura 9 – Fontanária de água comunitária, também chamado de puxa-puxa nas comunidades.....	271
Figura 10 – Exemplar de uma fonte de iluminação usando bateria de carro e placa solar.....	272

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo das entrevistas e das entidades entrevistadas.....	57
Quadro 2 – Classificação das explorações agropecuárias em Moçambique	92
Quadro 3 – Empresas multinacionais e agroindustriais globais com interesse nos CCA.....	113
Quadro 4– Corredores na África Subsaariana.....	115
Quadro 5 – Breve caracterização dos corredores SAGCOT, LAPSSET, BAGC e CdN.....	119
Quadro 6 – Alguns investimentos e investidores que ocupam terras no CdN.....	134
Quadro 7– Caracterização das associações entrevistadas.....	194

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resumo dos cinco Recenseamentos Geral da População e Habitação (RGPH).....	70
Tabela 2 – Distribuição (%) do tempo em minutos caminhando para chegar aos serviços básicos.....	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAGC – Corredores Africanos de Crescimento Agrícola/*African Agricultural Growth Corridor*

ACA – *Africa Century Agriculture*

AF – Agregados Familiares

AGP – Acordo Geral de Paz

AGRA – Aliança para a Revolução Verde em África/*Alliance for a Green Revolution in Africa*

AS – África Subsaariana

BAD – Banco Africano de Desenvolvimento

BAGC – Corredor de Crescimento Agrícola da Beira/*Beira Agricultural Growth Corridor*

BM – Banco Mundial/*The World Bank*

CAADP – Programa Compreensivo para o Desenvolvimento da Agricultura em África/*Comprehensive Africa Agriculture Development Programme*

CCA – Corredores de Crescimento Agrário

CD – Corredores de Desenvolvimento

CdB – Corredor da Beira

CDN – Corredor de Desenvolvimento de Nacala

CdN – Corredor de Nacala

CDR – Campos de Demonstração de Resultados

CEA/UEM – Centro de Estudos Africanos/Universidade Eduardo Mondlane

CEPAGRI – Centro de Promoção da Agricultura

CFM – Caminhos de Ferro de Moçambique

CFM-Norte – Caminhos de Ferro de Moçambique-Norte

CLN Corredor Logístico de Nacala

COMESAL – Mercado Comum da África Oriental e Austral/*Common Market for Eastern and Southern Africa*

COVID-19 – *CO*rona *VI*rus *D*isease/Doença do Coronavírus

CPI – Centro de Promoção de Investimentos

DfID – Departamento para Desenvolvimento Internacional/*Department for International Development*

DUAT – Direito de Uso e Aproveitamento da Terra

EDR – Estratégia de Desenvolvimento Rural

END – Estratégia Nacional de Desenvolvimento

ERV – Estratégia de Revolução Verde

EUA – Estados Unidos da América

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FDA – Fundo de Desenvolvimento Agrário

FDD – Fundo de Desenvolvimento Distrital

FIDA– Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola/*International Fund For Agricultural Development*

FINNIDA– Agência Finlandesa de Desenvolvimento Internacional/*Finnish International Development Agency*

FMI – Fundo Monetário Internacional

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

GNL – Gás Natural Liquefeito

GoM Governo Moçambicano

IAI – Inquérito Agrário Integrado

IDAP – Programa de Apoio à Intensificação da Agricultura e Pecuária em Moçambique

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INE – Instituto Nacional de Estatística

INGD – Instituto Nacional de Gestão e Redução de Riscos de Desastres

IOF – Inquérito Sobre Orçamento Familiar

JBM – Japão, Brasil e Moçambique

JFS – João Ferreira dos Santos

JICA – Agência Japonesa de Cooperação Internacional/*Japan International Cooperation Agency*

LAPSSET – *Lamu-Port-South Sudan-Ethiopia-Transport*

MADER – Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural

MAP – Ministério da Agricultura e Pescas

MASA – Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar

MEF – Ministério da Economia e Finanças

MINAG – Ministério da Agricultura

MLT – *Mozambique Leaf Tobacco*

MPDC – Corredor de Desenvolvimento de Maputo/*Maputo Development Corridor*

N13 – Estrada Nacional número 13

NAFSN – Aliança para Segurança Alimentar e Nutricional/*New Alliance for Food Security and Nutrition*

NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento de África/*New Partnership for Africa's Development*

NORAD – Agência Norueguesa de Cooperação para o desenvolvimento/*Norwegian Agency for Development Corporation*

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG's – Organizações não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OP – Organizações de Produtores

OPr – Operação Produção

PAEI – Política Agrária e Estratégias de Implementação

PAPA – Plano de Ação de Produção de Alimentos

PCR – Poupança e Crédito Rotativo

PDDA – Plano Diretor para o Desenvolvimento do Agronegócio

PEDEC-NACALA– Projecto das Estratégias de Desenvolvimento Económico do Corredor de Nacala na República de Moçambique

PEDSA – Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário

PEN – Plano Estratégico da Província do Niassa

PIB – Produto Interno Bruto

PIDA – Programa de Desenvolvimento de Infraestruturas em África/*Programme for Infrastructure Development in Africa*

PNF – Programa Nacional de Fertilizantes em Moçambique

PNISA – Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário

PODA – Plano Operacional do Desenvolvimento Agrário

PPP – Parcerias Público-Privadas

PQG – Plano Quinquenal do Governo

PRE Programas de Reabilitação Económica

PRES – Programa de Reabilitação econômica e Social

PROAGRI – Programa de Investimento do Sector Agrário

PROMER – Programa de Promoção de Mercados Rurais

ProSAVANA – Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical no Norte de Moçambique

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana

RGPH – Recenseamento Geral da População e Habitação

RSDIP – Programa Regional de Iniciativas de Desenvolvimento Espacial/*Regional Spatial Development Initiatives Program*

SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral/*Southern Africa Development Community*

SAGCOT – Southern Agricultural Growth Corridor of Tanzania

SAN – Sociedade Algodoeira de Niassa

SARS-COV-2 – *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2*

SDAE – Serviços Distritais de Atividade Econômica

SDI – Iniciativa de Desenvolvimento Espacial/*Spatial Development Initiative*

UA – União Africana

UDACC – União Distrital das Associações de Camponeses de Cuamba

UDACM – União Distrital das Associações de Camponeses de Mandimba

UNAC – União Nacional dos Camponeses

UPCN – União Provincial dos Camponeses do Niassa

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional/*United States Agency for International Development*

WEF – Fórum Econômico Mundial/*World Economic Forum*

ZEE – Zona Econômica Especial

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	21
1.1 JUSTIFICATIVA	28
1.2 OBJETIVOS.....	32
1.2.1 Objetivo Geral	32
1.2.2 Objetivos específicos:.....	32
1.3 ESTRUTURA DA TESE	33
2. PROBLEMÁTICA DA PESQUISA E DESDOBRAMENTOS METODOLÓGICOS.....	35
2.1 OLHARES, ANÁLISES E REFLEXÕES: OS CORREDORES EM ÁFRICA E O CORREDOR DE NACALA COMO CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE DEBATES.....	35
2.1.1 A ideia dos Corredores de Crescimento Agrário e aplicação em África.....	35
2.1.2 Os corredores de Crescimento Agrário na África Oriental e Austral.....	39
2.1.3 O Corredor de Crescimento Agrário de Nacala.....	44
2.2 METODOLOGIA E TRABALHO DE CAMPO	53
3. MOÇAMBIQUE (E O CORREDOR DE NACALA) SOCIEDADE, ECONOMIA E POLÍTICA: UM CONTEXTO GERAL	64
3.1 MOÇAMBIQUE: BREVE CONTEXTO.....	64
3.1.1 Contexto geográfico, sociocultural e histórico-político	64
3.1.2 Contexto demográfico e populacional.....	69
3.1.3 Contexto socioeconômico	70
3.2 O CORREDOR DE NACALA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	76
3.2.1 A situação da província de Niassa na corrida ao desenvolvimento no Corredor de Nacala.....	82
3.3 O SETOR AGRÍCOLA MOÇAMBICANO: BREVE CARACTERIZAÇÃO	87
3.4 ESTADO MOÇAMBICANO E O SETOR AGRÍCOLA.....	94

4. PROCESSOS GLOBAIS, TRANSNACIONAIS E TRANSFORMATIVOS DOS E NOS CORREDORES EM ÁFRICA: SUAS INFLUÊNCIAS NO CORREDOR DE NACALA.....	109
4.1 OS CORREDORES DE DESENVOLVIMENTO E TRANSFORMAÇÃO DA ÁFRICA.....	109
4.2 OS CORREDORES DE DESENVOLVIMENTO E TRANSFORMAÇÃO DE MOÇAMBIQUE	122
4.2.1 Investimentos e investidores agrícolas no Corredor de Nacala.....	132
5. TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO (RURAL) COMO REFERENCIAL ANALÍTICO	139
5.1 TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E SEUS PROCESSOS	140
5.2 DESENVOLVIMENTO (RURAL) E SEUS PROCESSOS.....	150
5.3 CORREDORES DE DESENVOLVIMENTO E SEUS PROCESSOS	158
6. VAKANI-VAKANI: um caminhar para o desenvolvimento aos poucos?	168
6.1 AGRICULTURA E INVESTIMENTOS EM NIASA: UM POTENCIAL AGRÍCOLA ESQUECIDO NO CORREDOR DE NACALA?	170
6.2 DA NOÇÃO E DO PERTENCIMENTO DE UM CORREDOR DE CRESCIMENTO AGRÁRIO	183
6.3 ASSOCIAÇÕES DE PEQUENOS PRODUTORES EM NIASA E DESENVOLVIMENTO.....	193
6.4 DINÂMICAS SOCIAIS E PRODUTIVAS DAS ASSOCIAÇÕES.....	203
6.4.1 Mecanismo de acesso e de trabalho da terra nas associações.....	205
6.4.2 Maquinaria, novas tecnologias e assistência técnica no processo produtivo	215
6.4.3 Outros recursos essenciais no processo produtivo (sementes, fertilizantes, pesticidas e armazenagem).....	231
6.4.4 Comercialização e o acesso aos mercados	245
6.4.5 O acesso ao crédito e ao financiamento para a produção	256
6.5 PARA ALÉM DA AGRICULTURA: questões outras na vida das associações	265

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	279
REFERÊNCIAS	287
ANEXOS	302

1. INTRODUÇÃO

Antes de fazer a contextualização e introdução geral da presente tese, apresentamos alguns fenômenos de nível local, nacional e global que se fizeram sentir no decurso desses quatro anos do doutorado e que influenciaram de alguma maneira a pesquisa e escrita da tese. Um primeiro fenômeno é que na região Norte do país, na qual se encontra o Corredor de Desenvolvimento de Nacala (CDN), especificamente na Província de Cabo Delgado, ocorrem, desde 2017, ataques armados conotados como terrorismo islâmico, em regiões nas quais a petroleira francesa Total S.A. explora Gás Natural Liquefeito (GNL). Além da suspensão das atividades desta multinacional e de outras entidades que prestavam serviços direta ou indiretamente a ela, fazendo com que se registrasse um deslocamento forçado de populações para outras regiões do país, com maior incidência nas províncias nortenhas e vizinhas de Cabo Delgado.

Um segundo fenômeno é que no Corredor de Nacala (CdN) também se assistiu o fim, no ano de 2020, do Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical no Norte de Moçambique (ProSAVANA), que era o maior projeto de agricultura no continente africano. Um programa tripartido entre o Japão, Brasil e Moçambique (JBM). No mesmo ano, ligado ao desenvolvimento da agricultura no país é lançado o programa SUSTENTA, que ganhou âmbito nacional, pois antes era implementado, desde 2017, em alguns distritos das províncias de Nampula e Zambézia, que juntas cobriam mais de metade dos distritos nos quais o ProSAVANA seria implementado. O programa SUSTENTA pretende transformar a agricultura por meio da integração dos pequenos produtores em cadeias de valor produtivas. Esse programa se tornou nos últimos tempos o programa agrícola de bandeira do atual Governo Moçambicano (GoM) no que diz respeito à melhoria das condições de vida dos pequenos produtores moçambicanos. O mesmo tem tido grande destaque nos mídias, redes sociais, suscita debates na esfera pública e acadêmica no país, bem como alimenta esperança de melhoria das capacidades produtivas nos pequenos produtores agrícolas e também nos produtores médios emergentes.

O último fenômeno foi o surgimento em 2019 das primeiras infecções da COVID-19, doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-COV-2) e consequente declaração de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2020. Fenômeno

que deixou o mundo social, político, econômico, acadêmico e outros, num constante processo de adaptação e readaptação da convivência e interação humanas.

Os fenômenos acima apontados marcaram em algum momento a idealização, percurso da pesquisa e escrita da tese, como procuraremos fazer menção mais em diante. Contudo, os mesmos direta ou indiretamente podem influenciar a visão do passado, do presente e do futuro das comunidades abrangidas pelo CdN, em particular, e de Moçambique no geral. Estes fenômenos, tantos os “terminados” como os não, devem ser vistos como parte e influenciadores das transformações sociais que ocorreram, ocorrem e ocorrerão na região do corredor, no país e no mundo. No entanto, não se pode deixar de lado as crises econômicas e alimentares globais dos últimos tempos. Nos parágrafos que seguem fazemos a introdução e apresentação geral da pesquisa.

Moçambique é um país em processo de consolidação de suas estruturas democráticas, do seu tecido socioeconômico e de promoção do desenvolvimento socioeconômico. Nas últimas décadas o país assiste a descoberta e exploração de recursos naturais, acompanhada com certo entusiasmo quanto à sua contribuição na melhoria dos índices de crescimento e desenvolvimento econômico. A par dessa descoberta de recursos, o país ainda não consegue que o principal ramo de atividade e de emprego, a agricultura, cumpra a função de promover uma transformação social que contribua para a melhoria das condições de vida das populações.

O país se tornou independente em 1975 e em 1977 inicia a guerra civil. Até 1986 viveu uma “tentativa” de implementação do socialismo, no qual as políticas econômicas introduzidas pelo governo visavam transformar as relações sociais de produção e tornar o país independente do sistema capitalista internacional (VALA, 2005), algo que até hoje não se materializou e o país depende desse sistema para procurar se desenvolver.

No período colonial, as decisões que os pequenos produtores tomavam sobre a maneira de como trabalhar na agricultura e na terra eram condicionadas, em grande parte, pela utilização de formas diretas e indiretas de coação da parte do Estado Colonial Português. Neste período o aparelho do Estado orientava a produção agrícola tendo em conta as necessidades da metrópole e não o desenvolvimento da agricultura moçambicana. Neste período o sistema de *plantation* era predominante. Ou seja, como destaca Fonseca (2003), um conjunto de fatores geoestratégicos, nos quais se incluem os corredores,

conduziram que o país, enquanto colônia, tivesse um tipo de desenvolvimento econômico assente em pilares regionais e em prioridades do colonizador.

Com a independência, o papel central no que respeita ao dinamizar o processo de desenvolvimento e transformação do estágio da agricultura coube ao Estado e ao partido FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique, outrora movimento que liderou a luta pela independência). Aqui, como apontam Mosca (2011), Zaehringer *et al.* (2018) e Kaarhus (2018), para o desenvolvimento do setor agrícola o país adotou uma ideologia de desenvolvimento socialista, promovendo a coletivização e transformação das explorações agrícolas coloniais em explorações agrícolas estatais de larga escala. Contudo, não foi fácil, na medida em que os principais setores de atividade econômica, o controle da terra e das atividades relacionadas (agricultura, pecuária e pescas) estavam sobre domínio português¹, que com a partida de grande parte deles, depois da independência, deixaram o país refém de técnicos para as diversas áreas da economia. E o país teve que em pouco tempo procurar pessoal qualificado para as principais áreas de atividade. Tendo o setor agrícola passado por um contratempo no seu processo de transformação estrutural.

A importância dada à agricultura no tempo colonial e no período pós-independência se manteve e a agricultura continuou e continua sendo considerada a base do desenvolvimento da economia do país, tendo esse destaque no artigo 103 da Constituição da República (MOÇAMBIQUE, 2004) e é o maior setor de atividade. No entanto, os resultados das iniciativas de desenvolvimento deste setor não têm respondido e correspondido aos desejos de capitalizar e dar a respectiva importância à agricultura no desenvolvimento da economia moçambicana e, conseqüentemente, engendrar uma transformação social e um desenvolvimento do meio rural, em particular, visando melhorar as condições de vida das comunidades que vivem da agricultura, e do país no geral.

No período pós-independência o país apostou na intensificação e modernização da produção agropecuária e florestal com o uso de fertilizantes, pesticidas, sementes melhoradas, inseminação artificial e maquinaria (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2007), tendo, infelizmente, todo esse esforço interrompido devido a guerra civil (1977 à 1992) e a transição do sistema econômico em 1986, do socialismo ao neoliberalismo e abertura para instituições de *Bretton Woods*, Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário

¹ Depois de sua partida, Moçambique herdou uma limitada capacidade do setor privado, altos índices de desemprego, fracas instituições públicas, forte dependência de ajuda estrangeira e uma economia perto do colapso.

Internacional (FMI). Contudo, a crise da agricultura moçambicana não é somente consequência da guerra civil que abalou o país, pelo contrário, a guerra e a instabilidade são também consequência do fraco desempenho da agricultura e das iniciativas tendentes ao seu desenvolvimento (NEGRÃO, 2008).

A transição da economia socialista à neoliberal fez com que o país almejasse o crescimento econômico por meio do investimento estrangeiro e exportações de bens primários (*commodities* agrícolas e minerais). Para esse propósito contou com o apoio de ajuda internacional, organizações humanitárias e adoção de Programas de Reabilitação Econômica (PRE). Neste período se manifestou uma política neoliberal de desenvolvimento rural e agrícola, que fracassou, na qual se assistiu o colapso da agroindústria, níveis mais baixos de emprego rural, a estagnação dos níveis de eficiência e competitividade do setor agrícola (BRUNA, 2019; GARCIA; KATO, 2020). Aspectos que deveriam configurar como experiências e sinais de alerta para que não ocorra com a implementação dos corredores agrícolas.

Atualmente, cerca de 66,6% da população moçambicana vive em zonas rurais e a maioria depende da agricultura de subsistência. A agricultura emprega cerca de 80% da população. O setor agrícola, como apontamos antes é o maior setor da economia e contribui com um quarto do Produto Interno Bruto (PIB). Este setor oferece uma margem considerável para reduzir as disparidades de rendimentos entre as zonas rurais e urbanas, bem como reduzir a pobreza em regiões que não beneficiam dos ganhos econômicos recentes, principalmente ligado a descoberta e exploração de recursos naturais. Embora se tenham registrado esforços assinaláveis para resolver a questão, a produtividade agrícola extremamente baixa, combinada com uma alta vulnerabilidade dos choques climáticos², significa que um grande número da população sofre de insegurança alimentar crônica e o rendimento dos produtos agrícolas é baixo, imprevisível, mercado vulnerável e estabelecimento de preços agrícolas injusto (NIJHOFF *et al.*, 2014; AGUIAR; PACHECO, 2016). No entanto, o conjunto de ações que têm vindo a ser perpetradas não estão a responder essas questões, cujas respostas atingiriam positivamente aos pequenos produtores de alimentos para abastecer os mercados locais.

² Havendo necessidade de criação de infraestruturas e condições sociais, econômicas e políticas para dar conta dos efeitos climáticos desastrosos, como por exemplo, o ciclone *El-Nino* que provocou cheias na região sul do país no ano 2000 e, recentemente, março de 2019, o ciclone IDAI que inundou a região central do país e ciclone *Kenneth* que atingiu o norte do país, em abril de 2019. De janeiro à março de 2022, o país foi fustigado por três tempestades tropicais que comprometeram a produção agrícola nas comunidades rurais.

A questão da importância e da necessidade de uma transformação agrícola é característica da África. Aliado a isso, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Mundial (BM) publicaram, em 2009, um estudo que se faz um prospecto sobre a agricultura comercial na savana da Guiné, que abrange 25 países, incluindo Moçambique, com um potencial de terra para cultivo de 400 milhões de hectares, dos quais somente 10% se encontram em uso, corporificando o despertar de um gigante africano adormecido (THE WORLD BANK, 2009). Na questão de atração pelas terras, segundo o Movimento Mundial Pelas Florestas Tropicais/*World RainForest Moviment* (WRM) (2018), Moçambique tem sido nos últimos 10 anos o destino de vários investimentos de diferentes ramos para aquisição de terras aráveis e não só, para o desenvolvimento de inúmeras atividades como agronegócio, plantações de monoculturas arbóreas, mineração, entre outras. Sem, no entanto, pontuar como essas terras são e estão a ser utilizadas pelas comunidades locais, bem como quais são as vantagens e benefícios diretos para essas comunidades.

A União Africana (UA) criou em 2001 a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África/*New Partnership for Africa's Development* (NEPAD), que em 2007, adotou os Corredores de Desenvolvimento (CD) como estratégia de desenvolvimento, principalmente na África Subsaariana (AS). Estes se manifestam como mecanismos primordiais para promover e atrair investimento privado e negócios no continente, na expectativa de que os investimentos coordenados catalisem a transformação agrícola em África, possibilitem a exportação de recursos naturais e promovam a integração regional (BYIERS; MOLINA; ENGEL, 2016; GARCIA; KATO; 2020; LAURANCE *et al.*, 2015).

Acrescentando, Byiers, Molina e Engel (2016) apontam que a NEPAD, com intenção de transformar a África, enfatiza a transformação agrícola com o envolvimento do setor privado e a necessidade de se fazer um esforço de atualizar a agricultura nas agendas nacionais dos países. Mas, que agricultura ou agriculturas serão destaque dessa atualização. A pequena, a média, a grande e comercial ou todas de uma só vez?

A crise de alimentos de 2008 afetou severamente os países africanos, no entanto causou várias respostas, incluindo *land grabbing* (expropriação ou usurpação de terras) e opiniões sobre a importância da agricultura, fato que levou a proposta de criação, pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2008, do conceito de Corredores Africanos de Crescimento Agrícola/*African Agricultural Growth Corridor*

(AAGC). No mesmo ano o Fórum Econômico Mundial/*World Economic Forum* (WEF) analisou a proposta do AAGC e anunciou um compromisso ativo com a questão. Sendo que o objetivo do AAGC é de transformar a agricultura tradicional em moderna e comercialmente viável, fornecendo infraestruturas de transporte, como portos, estradas, ferrovias, irrigação e solicitando o investimento de empresas privadas em terras agrícolas no continente (IKEGAMI, 2015).

Neste sentido, os CD ganham destaque nos planos de desenvolvimento de Moçambique. No entanto, a iniciativa e foco em CD não é algo novo no país. No tempo colonial, principalmente devido a vantajosa localização geográfica, talvez melhor que nenhum outro país na África Subsaariana, junto ao Oceano Índico, era um catalisador para o desenvolvimento e investidas comerciais do colonialismo português. Essa vantagem permite aos países vizinhos, no *hinterland*³, uma ligação com o resto do mundo.

Nesse período os corredores eram mais corredores de transporte, sem nenhum enfoque na relação entre eles e a transformação agrícola, mas a aposta no setor de transportes era forte. Os países vizinhos tinham e tem acesso ao mar por meio dos portos da Beira e Nacala (Malawi e Zimbabuê), como pelo porto de Maputo (África do Sul, Zimbabuê e o Reino de Essuatíni⁴). Sendo que esses são os três principais portos do país e atualmente os três principais CD, alimentados por infraestruturas ferroviárias, rodoviárias e terminais de carga criadas durante a colonização e, modernizadas no pós-independência até os dias atuais.

A guerra civil que o país viveu, que afetou diversos setores da economia, também afetou a funcionalidade e operacionalidade dos portos e respectivos corredores. Atrasando o investimento em infraestruturas pilares da estratégia de desenvolvimento do país no pós-independência. Segundo Byiers, Karkare e Miyandazi (2020), no que diz respeito aos CD, a guerra inativou os corredores da Beira e Nacala a partir dos meados dos anos 80. Assim, depois da devastação da guerra foi crucial dar um impulso à economia e os CD foram e são uma componente chave. Devido à sua localização geográfica e recursos naturais que dispõem, as regiões nas quais se encontram os portos e corredores prometiam estimular o crescimento econômico do país por meio de infraestruturas centradas nas regiões, apontam Rasagam *et al.* (2014).

³ Países sem litoral.

⁴ Antiga Suazilândia.

Moçambique é membro fundador da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral/*Southern Africa Development Community* (SADC), organização criada em 1980. Como membro é, entre outros aspectos, responsável pelo setor de transportes e comunicação da organização. E, mesmo como responsável por esse setor na comunidade, por cerca de quatro décadas, Fonseca (2003) evidencia que o país não conseguiu transformar os seus corredores em CD eficientes. Será que consegue transformá-los eficientemente em Corredores de Crescimento Agrário (CCA)⁵? Momentos depois do fim da guerra civil, a SADC, de acordo com Byiers, Karkare e Miyandazi (2020) adotou a Iniciativa de Desenvolvimento Espacial/*Spatial Development Initiative* (SDI) em 1996, sendo que os CD são infraestruturas importantes da iniciativa e a transformação da agricultura um dos seus focos. Além dos CD, fazem parte da iniciativa, entre outros aspectos, as Zonas Econômicas Especiais (ZEE) e os Parques industriais.

Seguindo a lógica do SDI e do AAGC, Gonçalves (2020) e Kato (2019) destacam que em Moçambique, desde 2010 que o BM e o GoM, por meio do Ministério da Economia e Finanças (MEF), implementam a estratégia de desenvolvimento por meio de Polos de Crescimento Integrado (PCI), centrada na seleção de sub-regiões dos corredores a serem potencializadas, com o objetivo de melhorar o emprego rural e as economias em torno dos corredores. O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA), 2011-2020⁶, identifica seis⁷ corredores para sua implementação, distribuídos pelas três macrorregiões do país: Norte – Corredor Pemba-Lichinga e Corredor de Nacala (CdN); Centro: Corredor da Beira (CdB) e Corredor do Vale do Zambeze e; Sul: Corredor de Maputo e Corredor de Limpopo.

A região do CdN, foco desta pesquisa, ocupa uma posição estratégica nos planos de desenvolvimento do país, uma vez que faz a ligação de serviços de logística com mineração, a exploração de gás e produção agrícola. Esse corredor permite a convergência de vários atores (públicos e privados), atuantes local e globalmente. A área compreende

⁵ Nesta pesquisa, Corredores de Desenvolvimento (CD) e Corredores Africanos de Crescimento Agrícola (AAGC), são tratados como sinónimos, sendo que de agora em diante os designaremos por Corredores de Crescimento Agrário (CCA).

⁶ Atualmente em processo de revisão e atualização para uma segunda fase de implementação.

⁷ Durante a escrita da tese o país inaugurou um novo aeroporto internacional na província de Gaza, em Chongoene, no Sul. Tempos depois o governo anunciou o lançamento do projeto de criação de um novo CD, denominado Corredor de Desenvolvimento de Chongoene que inclui a construção de um porto de águas profundas, uma linha férrea a que ligar-se-ão as outras infraestruturas já existentes que ligam a província de Maputo e aos países da SADC. Com arranque previsto para 2023, é já considerado o maior projeto da região Sul (JORNAL NOTÍCIAS, 2021).

uma extensão de mais de 700 Km. Constituída de terra arável com chuvas regulares, solos férteis e com elevado potencial para expandir a produção agrícola (ARAGÃO, 2017; KATO, 2019; PROSAVANA, 2009).

Na pesquisa, tomamos o Corredor de Nacala (CdN), como um Corredor de Crescimento Agrário (CCA) e visto como um mecanismo que pretende transformar a agricultura, bem como processar uma transformação social nas comunidades rurais que dele fazem parte, melhorando as suas condições de vida. Ademais, esse CCA é um modelo de desenvolvimento rural e de modernização da agricultura. Na pesquisa, a ideia de desenvolvimento (rural) que o CdN visa atingir, é vista como um processo de transformação social via passagem de uma agricultura ‘tradicional’ para uma agricultura ‘moderna’, no entanto, olhamos essa transformação com foco nos pequenos produtores, para entender o quão estes estão incluídos e beneficiados positivamente pelo processo.

É privilegiadamente em nível local que as transformações sociais propostas pelos CCA poderão se fazer sentir. Como por exemplo, alterações nos sistemas de produção e de distribuição, na disponibilidade e acesso à infraestruturas e serviços sociais básicos, na disponibilidade e acesso à insumos e tecnologias agrícolas, nas relações entre produtores e o mercado, entre outros aspectos. Portanto, nesta pesquisa pretendemos perceber como se encontra o processo de melhoria nas condições de vida e de produção dos pequenos produtores na região do CdN, especificamente em três distritos da província de Niassa, no Norte de Moçambique.

1.1 JUSTIFICATIVA

A pesquisa desenvolvida nesta tese se enquadra na linha de pesquisa Ciência, saúde e meio ambiente, com ênfase para a questão de desenvolvimento rural e agrícola. Na qual, queremos contribuir para o debate sobre as potencialidades e limites de iniciativas que visam promover transformação social nas comunidades rurais em Moçambique por meio da modernização da agricultura. Como é defendido pela idealização e implementação dos Corredores de Crescimento Agrário (CCA) em África no geral e, em Moçambique, em particular.

Moçambique é um país agrário, com a maior parte da população praticando a agricultura tradicional e/ou de subsistência, por sinal a principal atividade econômica do país. No entanto, desde a sua independência, muitas têm sido as iniciativas com vista a

melhorar as condições de vida das populações rurais e de desenvolver o setor agrícola. Todavia, muitas críticas foram e continuam sendo feitas sobre as iniciativas sem sucesso, com questionamentos de por que até então o país não melhorou a prática da agricultura e, conseqüentemente, melhorar as condições de vida das populações rurais e das comunidades nas quais existem pequenos produtores. Neste sentido, como aponta Chichava (2011), no que respeita à agricultura moçambicana, é importante discutir a questão pelo fato de o país não conseguir, ainda, desenhar estratégias claras de modo a que o setor agrícola seja o pilar dos outros setores da economia do país.

Não obstante a importância inegável que o setor dos recursos minerais tem apresentado no país atualmente, é do setor agrícola, ou melhor do sucesso da implementação de uma ‘revolução verde’, que o Estado deposita esperanças de transformação das áreas rurais e promover a melhoria das condições de vida da população moçambicana, majoritariamente rural, a qual ainda vive significativamente da agricultura de subsistência. No entanto, esse desejo de proporcionar um futuro melhor precisa ser acompanhado pela academia e pela sociedade como um todo de forma participativa e ativa, porém o Estado e, em algum momento as agências “doadoras”, não se manifestam muito abertas. Sendo, portanto, preciso entender esse processo a luz de diferentes atores sociais, no caso desta pesquisa, das comunidades parte do Corredor de Nacala (CdN).

Pois, esse corredor, dos seis já estabelecidos que o país tem, abrange regiões mais pobres, mais extensas, mais populosas e tem sido alvo de interesses do capital estrangeiro por conta das suas condições agroecológicas, terras férteis consideradas “vazias” e subexploradas, tanto pelo Estado como pelo mesmo capital internacional. Sendo que, a questão da extração mineira e o desenvolvimento agrícola, fazem com que o CdN seja o principal e promissor projeto de desenvolvimento no Norte do país, algo que a academia deve acompanhar como se processa.

O país tem experimentado iniciativas conducentes a alavancar, fortalecer e fazer valer o papel da agricultura como a principal atividade econômica e como setor estratégico para a redução da pobreza, principalmente da pobreza rural. Mas, agricultura ainda não é fator de melhoria das condições de vida e de transformação da realidade rural moçambicana como um todo. Contudo, transformações espaciais e de infraestruturas, como ferrovias, rodovias e instalações portuárias que ligam o país com o resto do mundo são visíveis, mas poucos impactos positivos para as comunidades em redor tendem a ser

documentados. Sem esquecer, que essas infraestruturas podem provocar deslocamentos de pessoas e perdas de terras e áreas de cultivo, bem como terras para a prática de pousio e obtenção de outros recursos que a natureza proporciona na subsistência das comunidades locais.

A pertinência desta pesquisa está no fato de o tema revelar a possibilidade de analisar o cotidiano de atores direta e indiretamente abrangidos pelo CdN e o desejo deste promover uma transformação do meio rural e da agricultura praticada nesse lugar. Ademais, o trabalho desperta a necessidade de investigar as condições de vida das comunidades atravessadas pelo corredor, principalmente aquelas que praticam e ‘vivem’ da agricultura, e perceber quais são as expectativas das mesmas como parte desse corredor. Assim, com a pesquisa adentramos nas dinâmicas e manifestações de transformação social que as políticas, programas e estratégias de desenvolvimento social, rural e agrário possibilitam no país.

É também importante a realização da pesquisa porque com ela podemos aprofundar os problemas e desafios atuais das comunidades rurais praticantes de agricultura de subsistência. Todavia, essas comunidades tendem a ser, igualmente, atores pouco privilegiados no que concerne ao desenvolvimento das suas comunidades, ao acesso ao crédito, acesso de condições de produção, na disponibilidade de infraestruturas sociais básicas, bem como na decisão e formulação de projetos futuros para as comunidades. Aspectos que tornariam o processo de desenvolvimento mais inclusivo para esses atores.

Sendo que na Sociologia, nada é um problema intelectual e científico, sem ser antes um problema da vida prática dos indivíduos, com esta pesquisa procuramos olhar para o contexto do CdN e a importância dada ao mesmo no processo de transformação social, e tentar compreendê-lo e interpretá-lo à luz da visão do mundo dos sujeitos que direta e indiretamente são e serão afetados pela iniciativa. Para depois compreender como estes vivem num cotidiano atravessado por dificuldades sociais e econômicas que a pobreza acarreta, bem como apreender que comportamentos adoptam para dar sentido e estruturar o seu mundo da vida. A relevância está também no fato de contribuímos para o debate sobre o processo de desenvolvimento rural, à luz de referencial teórico que procura entender o processo de transformação social.

Particularmente, procuramos enfatizar a importância de incluir na pesquisa dos processos sociais rurais, nos estudos rurais e nas iniciativas de desenvolvimento rural

segmentos sociais e rurais tradicionalmente ‘esquecidos’ nas estratégias hegemônicas (STROPASOLAS, 2006) dos formuladores de políticas e promotores de iniciativas desenvolvimentistas. E, assim, construir um conhecimento sobre uma parte do diverso meio rural moçambicano e a importância do mesmo no desenvolvimento do país, por meio da compreensão dos processos sociais que acompanham a transformação dos espaços específicos da vida rural (WANDERLEY, 2012).

Procuramos contribuir para que os estudos rurais sejam parte das preocupações sociológicas, em Moçambique. Não somente por causa da atual relevância econômica do meio rural e da atração que esse meio suscita atualmente no país, mas sim porque é no meio rural que vive grande parte da população moçambicana, à qual se dedica à prática da agricultura como forma de subsistência. Assim, queremos compreender a relevância e a influência dos CCA na promoção do desenvolvimento agrícola, desenvolvimento rural, na produção de *commodities*, na promoção do agronegócio e nos processos sociais rurais na região Norte de Moçambique, especificamente de algumas comunidades da província de Niassa. Pois, a lógica e discursos das iniciativas é de que todos os envolvidos, direta ou indiretamente, sairão a ganhar com a implementação dos corredores, ou seja, o desenvolvimento é inclusivo. No entanto, podem ocorrer casos de exclusão social, benefícios não inclusivos, vantagens positivas e/ou negativas, por isso, é preciso verificar quão inclusivo esse desenvolvimento é.

Portanto, perceber esse desenvolvimento é ter uma relativa imagem dos impactos que os CCA têm no cotidiano das pessoas parte deles, principalmente em sociedade como a nossa, na qual os últimos índices de crescimento econômico andam na mesma proporção com índices de pobreza, principalmente de pobreza rural. Assim, vamos procurar propiciar debate e, com isso, compreender como os atores sociais dos corredores têm interpretado os novos processos, as inovações e transformações em curso no mundo rural moçambicano. Esse debate se reveste de grande importância para o estímulo e continuidade dos diferentes tipos de Iniciativas de Desenvolvimento Espacial (SDI). Porque no futuro, a terra e os recursos naturais que as regiões atravessadas pelos corredores dispõem serão motivos de disputas, como as que se assistiram, por exemplo, com projetos como da VALE-Moçambique e a tentativa de implementação do ProSAVANA, no CdN.

1.2 OBJETIVOS

Em Moçambique o objetivo de promover o desenvolvimento e engendrar processos de transformação social, que se espelhem na melhoria das condições de vida da população, em geral, e da população rural em particular, na qual se encontra grande parte dela, é palavra de ordem. Neste sentido, atingir o desenvolvimento e transformação social tem sido parte das principais metas de políticas públicas, iniciativas e investimentos nacionais ou estrangeiros, de intervenções de Organizações Não Governamentais (ex) nacionais ou estrangeiras, bem como da sociedade civil como um todo. Neste sentido, tendo como foco os pequenos produtores na província de Niassa, traçamos como objetivos da pesquisa os seguintes:

1.2.1 Objetivo Geral

Pretendemos, com a pesquisa, compreender os processos sociais que nos permitem vislumbrar a transformação social e agrícola estimuladas no e pelo Corredor de Nacala, apreendendo os impactos positivos e negativos do mesmo no que diz respeito à melhoria das condições de vida e de produção dos atores sociais locais, ao longo do corredor, na província de Niassa.

1.2.2 Objetivos específicos:

- Compreender e desenhar o quadro da agricultura no Corredor de Nacala, suas principais características e os principais problemas vivenciados pelos pequenos produtores locais;
- Identificar se os pequenos produtores têm noção do que é e de que fazem parte de um Corredor de Crescimento Agrário, bem como quais são expectativas agrícolas futuras dos mesmos;
- Identificar como se encontram os pequenos produtores no que diz respeito à disponibilidade e acesso aos insumos, tecnologias e mercados agrícolas, bem como no que diz respeito à disponibilidade e acesso aos serviços sociais básicos.

1.3 ESTRUTURA DA TESE

Esta pesquisa está organizada em cinco capítulos, além da introdução e das conclusões. Na introdução, além de fazermos um contexto geral da pesquisa, apresentamos os porquês de fazer a pesquisa e os objetivos da mesma.

O primeiro capítulo, denominado “Problemática da pesquisa e desdobramentos metodológicos”, contextualizamos, estruturamos e apresentamos o objeto da pesquisa, bem como foi organizado o trabalho de campo. Aqui, igualmente, se apresenta o contexto do surgimento da ideia de Corredores de Crescimento Agrário (CCA) e a adoção dos mesmos em África e em Moçambique e, com auxílio da revisão da literatura apontamos reflexões e debates sobre o mesmo.

O segundo capítulo, denominado “Moçambique (e o Corredor de Nacala) sociedade, economia e política: um contexto geral”, procuramos fazer uma breve caracterização do país. Neste capítulo, além de caracterizar o CdN, foco da pesquisa, faremos uma introdução e caracterização do setor agrícola moçambicano, bem como de alguns instrumentos legais criados com intuito de fazer uma transformação estrutural da agricultura herdada com o fim da colonização;

O terceiro capítulo, denominado “Processos globais, transnacionais e transformativos dos e nos corredores em África: suas influências no Corredor de Nacala”, faz uma apresentação dos principais corredores na África Subsaariana (AS), com particular destaque na África Oriental e Austral, atualmente. Nessa apresentação, procuramos compreendê-los como efeitos de processos globalizados e transnacionais que influenciam as dinâmicas locais das regiões nas quais os corredores estão a ser introduzidos e implementados, provocando transformações diversas. Aqui, apresentamos os principais atores internacionais e agências “doadoras” e financiadoras que atuam nesses corredores e, com isso evidenciar a anterior e contínua entrada de capital estrangeiro no continente, por meio dos Corredores de Desenvolvimento.

O quarto capítulo, denominado “Transformação social e desenvolvimento (rural) como referencial analítico”, apresentamos a perspectiva teórica que serve de suporte para leitura do objeto da pesquisa. Aqui, fazemos também uma apresentação dos principais conceitos orientadores que auxiliam essa leitura.

O quinto e último capítulo, denominado “*VAKANI-VAKANI*: um caminhar para o desenvolvimento aos poucos?”, fazemos uma apresentação e discussão dos resultados

obtidos no trabalho de campo. Aqui adentramos nas dinâmicas da agricultura e dos pequenos produtores das comunidades visitadas na província do Niassa, parte integrante do CdN.

Nas conclusões trazemos as principais constatações que a pesquisa permitiu observar. Sendo que não se trata de uma análise exaustiva e completa sobre as dinâmicas no e do CdN, nem das dinâmicas na e da província do Niassa; lançamos sugestões de pesquisas futuras que podem reforçar no entendimento desta pesquisa, bem como das reflexões de outros atores e autores que trouxemos e com os quais dialogamos na pesquisa.

2. PROBLEMÁTICA DA PESQUISA E DESDOBRAMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 OLHARES, ANÁLISES E REFLEXÕES: OS CORREDORES EM ÁFRICA E O CORREDOR DE NACALA COMO CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE DEBATES

2.1.1 A ideia dos Corredores de Crescimento Agrário e aplicação em África

Países e regiões do Hemisfério Norte, denominados desenvolvidos, tais como a União Europeia (UE), Canadá e Estados Unidos da América (EUA), têm uma vasta experiência na implementação de iniciativas como as dos Corredores de Desenvolvimento (CD). No entanto, a sua idealização e implementação é um fenómeno recente no Hemisfério Sul e, por conseguinte, relativamente pouco estudado, apontam Nogales (2014) e Smalley (2017). No entanto, para Stein e Kalina (2019) a ideia dos Corredores de Desenvolvimento (CD) como vias para concentrar investimento agrícola tem sido representado como nova tendência na estratégia de promover o desenvolvimento rural no Hemisfério Sul. E como apontamos acima, como Iniciativas de Desenvolvimento Espacial (SDI), o continente africano adotou, os Corredores de Crescimento Agrário (CCA), somente depois de 2007, atrelados a discursos de que se vai promover o desenvolvimento e transformação das regiões visadas, via, dentre outros aspectos modernização agrícola. Sendo que essas regiões tendem a apresentar uma situação sem recursos para fazer face à situação de pobreza e transformar as condições de vida das populações desses lugares.

A ideia de CCA foi apresentada pela primeira vez pela gigante norueguesa de fertilizantes, a *YARA International*, no fórum do setor privado da ONU no ano de 2008, em Nova Iorque, e também no WFE, em Davos, a que se juntaram representantes da FAO, a Corporação Financeira Internacional/*International Financial Corporation* (IFC) do Banco Mundial (BM), a Aliança para a Revolução Verde em África/*Alliance for a Green Revolution in Africa* (AGRA), a União Africana (UA), entre outros. Estas organizações também estabeleceram a Nova Aliança para Segurança alimentar e Nutricional/*New Alliance for Food Security and Nutrition* (NAFSN) em alinhamento com as propostas dos corredores. No mesmo ano, o ex-secretário geral da ONU, Koff Annan apelou para uma Revolução Verde africana e encorajou a criação de novas parcerias para colocar fim à negligência a longo prazo da agricultura africana (BERGIUS, 2016; NOGALES, 2014;

PAUL; STEINBRECHER, 2013; KAARHUS, 2018). Sendo que, a *YARA International* passou a estar envolvida na implementação dos corredores que foram sendo desenhados e definidos em África nos últimos tempos.

Os três primeiros países a fazerem parte da NAFSN foram Etiópia, Gana e Tanzânia, ingressando depois Burkina Faso, Costa de Marfim e Moçambique, passando a lista a incluir os principais países dos CCA. Em junho de 2013, se juntaram Benin, Nigéria, Malawi e Senegal. Cada um deles trabalha com um ou mais países do G8⁸. No caso dos principais países dos corredores, Moçambique está a trabalhar com o Japão e os Estados Unidos da América (EUA) e Tanzânia com os EUA. Sendo que a NAFSN e os CCA irão mutuamente se reforçar (PAUL; STEINBRECHER, 2013).

Contudo, segundo Obenland (2014) o conceito de desenvolvimento por detrás da nova aliança do G8 se fundamenta num conceito simplista de ‘agricultura como negócio’. Algo que ignora as realidades atuais da maioria das explorações agrícolas dos pequenos produtores em África, como por exemplo, integração parcial do mercado, estratégias de diversificação produtiva, vulnerabilidade face aos choques ecológicos e de mercado, bem como a necessidade de estratégias políticas que respondam a estas realidades.

Os CCA lançados nos últimos anos em África são vistos como iniciativas para aumentar a produção agrícola. Os mesmo são apresentados como mecanismos vocacionados para promover cadeias de valor produtivas e como meios para se alcançar a Revolução Verde africana. Como modelos de desenvolvimento agrícola, os corredores também podem ser analisados no contexto da mudança de discursos políticos internacionais, nos quais as Parcerias Público-Privadas (PPP) para o desenvolvimento têm ganhado, atualmente, uma influência considerável, no processo de desenvolvimento, destaca Kaarhus (2011).

Todavia, para Paul e Steinbrecher (2013), o capital privado presente nos corredores pretende obter retornos garantidos do investimento e, a agricultura de exportação será o grande foco. Aqui, as infraestruturas existentes estão viradas para servir outras regiões do mundo e não beneficiar os países em que se encontram os corredores e nem outros países africanos e, conseqüentemente, aos que mais trabalham e dependem da agricultura na estruturação de suas formas de vida.

⁸ Grupo de países mais industrializados do mundo: França, Grã-Bretanha, Estados Unidos da América, Alemanha, Japão, Itália, Canadá e Rússia.

Contudo, para Chome *et al.* (2020), muita discussão sobre os CCA se centra no potencial de desenvolvimento econômico e nos desafios da implementação dos mesmos, nos quais o fluxo de investimento estrangeiro é fator determinante no investimento em infraestruturas. Para estes autores, o desenvolvimento dos corredores com esforços de planejamento e integração regional, são apresentados como encorajando o investimento em infraestruturas minerais e agrícolas. Por outras palavras, ligar o desenvolvimento de infraestruturas de transporte à agricultura e a exploração mineira significa que os principais constrangimentos dos países sem litoral podem ser liberados e os potenciais de crescimento reforçados com a redução da pobreza a longo prazo. Isto porque os portos são umas das principais infraestruturas dos CCA.

Os discursos dos governos anfitriões, juntamente com o Banco Mundial (BM) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura (FAO), sublinham constantemente que querem ajudar os pequenos produtores, em questões de acesso ao crédito, aos insumos agrícolas e da proteção dos direitos da terra, bem como falam de grandes benefícios para eles e para as comunidades locais. Mas, o investimento em infraestruturas dos corredores sugerem que a produção é mais susceptível de se concentrar em produtos para mercados internacionais, em vez de ajudar as comunidades locais a praticar uma agricultura que possa garantir a soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional local. Aqui, os pequenos produtores são colocados como subcontratados, em vez de fornecedores independentes de alimentos (PAUL; STEINBRECHER, 2013).

Na mesma perspectiva que Paul e Steinbrecher (2013), Smalley (2017) destaca que em caso de sucesso dos corredores, os pequenos produtores experimentam uma maior produtividade, um melhor acesso físico aos mercados, melhor acesso a fatores de produção e serviços, faz e/ou podem fazer com que os produtores cumpram com normas de qualidade e obtenham certificação. Mas, em casos negativos, os pequenos produtores sofrem com os choques dos mercados globais ou são excluídos das novas oportunidades de mercados. Ou seja, os idealizadores de CCA têm um discurso suportado com a comercialização e modernização para os países visados, bem como promovem a ideia de que vão introduzir os pequenos produtores em cadeias de abastecimento globais, transformando-os de produtores de subsistência em comerciais. Porém, invés de apoiar e fazer com que esses produtores floresçam fora desse sistema global, bem como que sejam

capazes de atenderem os mercados locais, que muitas vezes são escassos e injustos com esse grupo.

Para Byiers, Molina e Engel (2016), o impacto do CCA nos pequenos produtores depende muito também das circunstâncias locais e os resultados podem ser positivos e negativos, isto é, há ganhos e perdas. Positivamente, os corredores podem ajudar a reduzir a pobreza rural, melhorar a segurança alimentar e ajudar na promoção dos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU. Negativamente os pequenos produtores podem perder suas terras para os investidores, podem sofrer a concorrência da migração de pessoas de outras áreas atraídas pelos corredores, a concorrência de grandes explorações agrícolas comerciais pode tornar a agricultura de pequenos produtores que produzem culturas de base não competitiva, como, por exemplo, o milho, perder direitos de terra, podem ter problemas contratuais, perdas pós-colheita face aos efeitos no comércio local e regional, impacto diferenciado dos investimentos em infraestruturas para a produtividade agrícola, bem como efeitos sobre disponibilidade, acesso e qualidade da água e outros recursos que a natureza e sua biodiversidade dispõem.

Por sua vez, Gonçalves (2020) aponta que estudos recentes sobre CCA destacam uma natureza contenciosa, como apontamos acima, confusa e errática dos corredores. Sendo que, para este autor, a análise do planejamento, implementação e efeitos dos CCA sugerem que geram ansiedade sobre a terra, potenciais impactos ambientais, configuram dinâmicas de poder entre o capital internacional, elites políticas e econômicas nacionais, elites locais/rurais, burocratas e pequenos proprietários.

O apontamento de Gonçalves (2020) deixa antever a existência de grupos desprivilegiados e pouco favorecidos nesse planejamento. Nesse sentido, Enns (2018), abordando a agenda dos corredores em África, reforça a ideia de tensões e inconsistências na narrativa de que eles são vantajosos para todos. Chamando atenção para diversos impactos inesperados e, por vezes adversos, do desenvolvimento dos corredores em diferentes segmentos da população. Isso na medida que, para este autor, uma análise geográfica dos corredores aponta que a reorganização espacial que acompanha o desenvolvimento dos corredores permite que certos fluxos de capital, mercadorias e pessoas se movimentem mais facilmente por meio do espaço, mas introduz novas formas de exclusão e fraca mobilidade espacial para outros.

Para Baxter *et al.* (2017), os benefícios transformativos dos CCA ainda não são plenamente realizados e sentidos nas regiões visadas, sendo que até agora, o desejado caminho para o desenvolvimento tem sido acidentado e muitas das iniciativas não têm conseguido maximizar o seu valor para reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento nacional. Portanto, o impacto no pequeno produtor e no desenvolvimento rural está aquém do entusiasmo que vem sendo depositado nessas iniciativas.

2.1.2 Os corredores de Crescimento Agrário na África Oriental e Austral

Na região da África Subsaariana (AS) foram propostos ou estão a ser estabelecidos dezenas de grandes Corredores de Desenvolvimento (CD), com a perspectiva de aumentar a produção agrícola, exportação de minerais e integrar economicamente os países da região e, estes com o resto do mundo (LAURANCE *et al.*, 2015). Com o setor agrícola como objetivo, tem chamado atenção como CCA, quatro corredores na África Oriental e Austral, nomeadamente, o corredor *Lamu-Port-South Sudan-Ethiopia-Transporte* (LAPSSSET), no Quênia, o *Southern Agricultural Growth Corridor of Tanzania* (SAGCOT), na Tanzânia e os corredores da Beira e de Nacala em Moçambique. Estes corredores têm chamado atenção pela disponibilidade de terras para à prática da agricultura, qualidade do clima, disponibilidade de recursos hídricos e outros recursos naturais, despertando interesse e atenção do capital nacional e internacional. Sendo que Moçambique e Tanzânia são considerados “países corredores”, reforçam Laurence *et al.* (2015).

Para Stein e Kalina (2019), estes corredores tornam a Costa Oriental de África e a África Austral um laboratório para iniciativas que pretendem associar os objetivos agrícolas à infraestruturas de transporte, mineração e energia em regiões com investimentos em ascensão. No entanto, estes autores apontam que embora muitas vezes considerados como uma invenção recente na era dos megaprojetos, os CD são anteriores às tentativas acadêmicas de os descrever, sendo que a forma de como eles emergem hoje em dia nestas regiões do continente africano deve ser vista no âmbito de uma genealogia mais longa de desenvolvimento espacial, remetendo à exploração e controle dos territórios durante a colonização.

Em seguida vamos fazer uma breve reflexão sobre esses corredores, todavia com mais incidência na produção acadêmica sobre o CdN, principal objeto desta pesquisa. Estes quatro corredores apresentam algumas diferenças importantes. Enquanto os corredores de

LAPSSET e o CdN o projeto chave e que atrai investimentos, principalmente em infraestruturas de transporte, não é primeiramente a agricultura, mas sim a exploração mineira ou a extração de petróleo e gás, os corredores de SAGCOT e o CdB a agricultura comercial tem sido, desde o início, o projeto chave (CHOME *et al.*, 2020; SMALEY, 2017). Aspectos que podem ajudar-nos à antever o pouco foco e interesse na pequena produção por partes dos corredores, principalmente o de Nacala, objeto desta pesquisa.

Chome *et al.* (2020) tomam esses quatro corredores como campos de demonstração, nos quais os corredores se transformam em capital para futuros projetos apoiados pelos governos e “doadores”. Aqui há promessa de um futuro próspero para as comunidades ao longo dos corredores. Há, no entanto, contestações locais sobre a agricultura comercial, mas garantem promover formas híbridas de fazer agricultura que competem e convergem. Contudo, os autores destacam que os planos dos Estados para uma agricultura comercial, nos imaginados corredores, frequentemente apresentados como um ‘túnel’ extrativista, com pouca ligação e integração com grandes economias, frequentemente desmoronam.

Tomando o SAGCOT como foco de pesquisa, West e Haug (2017) apontam que a pesquisa delas desafia as narrativas polarizadas de oportunidade e risco sobre a iniciativa de investimento agrícola que este corredor acarreta. Para as autoras os pequenos produtores podem acolher investimentos em grande escala, se estes contribuírem para melhorar e diversificar os rendimentos das famílias rurais, possibilitar acesso aos mercados agrícolas, acesso à tecnologia e serviços agrícolas, sem os expor a riscos adicionais ou minar os seus direitos sobre as terras nas quais cultivam. Constataram que ao longo deste corredor, nem todos investimentos agrícolas de larga escala constituem apropriação e expropriação de terras. Neste sentido, acrescentam, ser simplificada a narrativa de riscos para os pequenos produtores, comunidades rurais e para o meio ambiente, bem como que estes não devem ser vistos como vítimas e desprivilegiados com o avanço destes investimentos agrícolas.

Contrariando essa visão pacífica sobre o SAGCOT, Smalley (2017) aponta que este corredor desenhado entre a YARA *International* e o presidente tanzaniano, no Fórum Econômico Mundial (WEF), tem sido alvo de críticas devido à falta de envolvimento local e mesmo ministerial, ou seja, apresenta problemas de transparência, embora se encontre em fase inicial de implementação. Mas, acrescenta a autora, que esse corredor sugere ser necessário o envolvimento proativo do setor privado para atingir o investimento necessário

para o sucesso da agricultura, particularmente se a maior parte dessa atividade for empreendida por pequenas ou médias empresas agrícolas, fato distante do que são as associações que entrevistamos no contexto do CdN, como veremos mais em diante. Para Paul e Steinbrecher (2013) esse investimento inclui fornecedores de insumos agrícolas, maquinaria e serviços de apoio à agricultura (agentes de extensão e serviços financeiros), agricultores comerciais (grandes e pequenos), processadores e fornecedores de infraestruturas, tais como irrigação e estradas rurais.

Enquanto os pequenos produtores são considerados os principais beneficiários do SAGCOT, a iniciativa tem sido desde o início impulsionada do topo para baixo por meio das visões e necessidades globais do agronegócio, por exemplo, da Yara *International*, apontada acima. Aqui, o discurso de existência de terras subexploradas e/ou “vazias” é recorrente. Assim, este corredor corre o risco de facilitar uma integração da agricultura tanzaniana ao capital global o que pode significar dar controle a esse capital, fazendo com que os pequenos produtores corram o risco de renunciar à sua autonomia e direitos à terra e outros recursos vitais. Esse controle pode tornar o setor agrícola como uma atividade empresarial e não uma atividade de desenvolvimento, destaca Bergius (2016).

Tomando como foco o corredor LAPSSET, no Quênia, Chome (2020) discorre sobre as promessas de desenvolvimento, futuro promissor e melhoria das condições de vida das comunidades atingidas por este corredor. Essas promessas, o autor chama de economias de antecipação, articulada por diferentes grupos (pequenos produtores, produtores de grande escala, sociedade civil e políticos), à medida que os termos de inclusão, no processo de desenvolvimento, são negociados mesmo antes de quaisquer grandes investimentos. Essa antecipação não é mais do que determinação de quem obterá o quê, quando e como, nesse prometido futuro próspero. Destaca que para atrair investimentos para extração mineral, infraestruturas físicas e comercialização agrícola, políticos e burocratas apresentam a região como abundante em terras e recursos e, ao mesmo tempo, atrasada, subexplorada e “vazia”.

Smalley (2017) destaca a região do corredor LAPSSET como predominantemente árida e semiárida, no qual a pastorícia é uma componente importante da economia agrícola. Grande parte da rota do corredor está próxima de corredores de comercialização de gado com os países vizinhos e, a maioria das terras são geridas sob sistemas *pastoris* e *agropastoris* comunitários. Esse contexto seco da região é diferente dos outros três

corredores, fato que pode implicar nos possíveis resultados do desenvolvimento do corredor, mas a terra é considerada marginalizada. A autora acrescenta que a agricultura não estava no centro do planejamento inicial da iniciativa, mas a próxima barragem de *High Grand Falls* promete poder irrigar milhares de hectares na região. Essa não centralidade da agricultura não atraiu oposição ao projeto de desenvolvimento, como ocorreu, por exemplo no CdN, muito por conta do ProSAVANA, como de forma resumida evidenciamos mais adiante.

Lançado no Fórum Econômico Mundial (WEF) de Davos, em 2009, o Corredor da Beira (CdB), que seguindo a lógica da AAGC é comumente denominado Corredor de Crescimento Agrícola da Beira/*Beira Agricultural Growth Corridor* (BAGC), no intuito de dar destaque a sua vertente de desenvolvimento agrícola na região central de Moçambique. Este corredor é resultado de Parcerias Público Privadas (PPP) entre o governo, investidores privados, organizações de produtores e agências internacionais, com o objetivo de promover o agronegócio ao longo das províncias que compõem o corredor (Sofala, Manica e Tete), apontam Feijó e Dadá (2018). A *Yara International* é também um ator chave no estabelecimento deste corredor.

Para Smalley (2017) este corredor tem semelhanças com o CdN, nomeadamente, abertura do governo para investimento estrangeiro e a promessa de uma Revolução Verde, um corredor de transportes a necessitar de reabilitação como legado da guerra civil e uma economia rural pobre com explorações agrícolas estatais pouco ou nada produtivas. Mas, diferente do CdN houve um progresso com programas agrícolas para pequenos produtores. Lopes (2016), aponta que nos anos que se seguiram a criação deste corredor, houve um interesse relativamente grande no seu desenvolvimento com a possibilidade de investimentos consideráveis no setor agrícola, mas também houve investimentos em infraestruturas, na exploração de carvão e outras indústrias. Contudo, o agravar da situação político-militar no país e a eclosão da crise financeira de 2015, estavam e continuavam afetando a tendência positiva de desenvolvimento neste corredor.

Embora o objetivo principal deste corredor seja o desenvolvimento agrícola, para Hope e Cox (2015) as infraestruturas do corredor e os serviços de transporte irão aumentar as capacidades de venda dos produtores, pelo que existem os objetivos relacionados de transporte e comércio para seu desenvolvimento, principalmente no transporte de carvão mineral da VALE-Moçambique vindo da província de Tete. Atualmente, grande parte do

transporte deste recurso é feito por meio do CdN, fato que faz a prioridade deste último corredor o transporte do carvão e não à agricultura.

Gonçalves (2020), procura evidenciar o caráter agrícola do corredor, ao apontar que o CdB foi concebido com o propósito de catalisar o investimento do setor privado, integrar os pequenos produtores em cadeias de valor comercial e aumentar as economias de escala. Este autor, destaca que a aglomeração de empresas agrícola de agronegócio no corredor poderá reduzir os custos, melhorar o acesso aos fatores de produção e mercados e, por conseguinte criar um setor agrícola competitivo, rentável e de crescimento rápido. No entanto, evidencia que o papel de funcionários do setor da agricultura e das ONG's em incentivar que os pequenos produtores se organizem em associações de produtores é frequentemente apresentado como base para a realização do potencial agrícola ao longo do corredor. Mas, em Moçambique a experiência destes grupos se manifestam como tentativas de concentração de forças, na medida em que lidar individualmente ou com famílias produtoras dispersas é sempre considerado inviável.

No entanto, Feijó e Dáda (2018) destacam que, apesar dos inúmeros investimentos anunciados no corredor, quer em nível de construção de infraestruturas de transporte e armazenamento (silos), de criação de regadios ou de serviços de provisão de insumos (fertilizantes, por exemplo) ou de aluguel de máquinas (parques de máquinas para aluguel principalmente de trator), não permite falar de uma transformação estrutural ao longo da região. No que diz respeito aos pequenos produtores, os serviços de fornecimento de insumos agrícola estão em grande parte ausentes ou distantes dos produtores e, quando disponíveis, o custo é elevado comparando com os países vizinhos, enfatizam. Aspectos que contribuem para o atraso deste segmento que, conseqüentemente, não desfruta das vantagens de ser parte do corredor.

Neste corredor também se manifesta o discurso de existência de terras subexploradas ou “vazias”, na medida que, de acordo com Paul e Steinbrecher (2013) e Kaarhus (2018) o corredor cobre cerca de 10 milhões de hectares de terra agriculturável, dos quais 1.5 milhões de hectares é ocupada por pequenos produtores de subsistência, 25.700 hectares ocupado por agricultores comerciais (dos quais 22.000 hectares são de produção de cana-de-açúcar), sobrando cerca de 8.4 milhões de hectares aguardando investimentos agrícolas no corredor, fazendo com que menos de 3% das terras estejam exploradas. Mas, não deixam evidente outras possibilidades de uso das terras por parte das

comunidades, como pousio e diversificação de culturas em cultivo em diferentes pedaços de terra.

Sobre este tópico, Kaarhus (2011) aponta que este CCA tem envolvido terras historicamente usadas para produção comercial em larga escala, desde o tempo colonial, terra essa que foi alienada da população local numa fase anterior ao lançamento, implementação e investimento no CdB, sinalizando um desenvolvimento por expropriação da terra (LEVIEN, 2014).

Agora os pequenos produtores locais têm a preocupação que essa iniciativa envolva riscos de marginalização das melhores terras, enquanto que as “vazias” aguardam oportunidades de investimento. Contudo, esse corredor ainda não foi alvo de uma contestação tal como se assistiu no CdN, muito por conta do ProSAVANA que ocuparia grande parte das melhores terras, tinha irregularidades no processo de consulta, auscultação e participação pública, além de continuas ameaças e violações dos direitos humanos contra as pessoas e líderes das uniões de camponeses que mostraram reservas ao programa (SHANKLAND; GONÇALVES, 2016; UNIÃO NACIONAL DOS CAMPONESES; GRAIN, 2015).

2.1.3 O Corredor de Crescimento Agrário de Nacala

Moçambique, tal como vários países da região, enfrentam alguns desafios inegáveis em termos de segurança alimentar, soberania alimentar e nutricional bem como de pobreza material. Num tal contexto, o agronegócio deriva a sua legitimidade de implementação do fracasso dos pequenos e médios produtores em produzir o suficiente para abastecer os mercados. O crescimento econômico, duradouro e rápido nas últimas décadas não ajudou a aliviar problemas básicos. Na realidade, aprofundou o caráter extrativo da economia moçambicana, sendo que os programas de desenvolvimento que deveriam ter o melhor impacto na redução da pobreza não estão se provando eficientes. O setor agrícola não se mostra capaz de aumentar a produção alimentar e, por isso, não é capaz de alimentar adequadamente a sua população, aumentar os rendimentos das comunidades rurais e melhorar as condições de vida da mesma população (ARTUR *et al.*, 2014; NOGUEIRA; OLLINHO, 2013).

O Corredor de Nacala (CdN), tal como os outros três corredores aqui abordados, despertou atenção na África Oriental e Austral. Nos últimos anos chamou atenção do

‘mundo’ e suscitou muito debate e interesse da sociedade, muito por conta da tentativa de implantação nessa região do ProSAVANA. Essa atenção é até maior do que o já consolidado e exemplo na África Austral, o Corredor de Desenvolvimento de Maputo/*Maputo Development Corridor* (MPDC). Com o ProSAVANA se projetava desenvolver a agricultura praticada ao longo do corredor e fazer surgir uma nova fronteira agrícola. Uma das coisas que este programa realçou e que atraiu o interesse da região são as potencialidades da terra agriculturável existente, daí comparada ao Cerrado brasileiro. Estudos, trabalhos acadêmicos, conferências, movimentos de contestação, entre outros aspectos aconteceram nos três países envolvidos no programa, Japão, Brasil e Moçambique (JBM). No entanto, era um programa que se enquadrava nos discursos que justificam a recente aposta em África nos CCA. Contudo, estudos que têm o CdN como objeto de estudo, sem focar neste programa, são relativamente escassos.

Para Kato (2019), este corredor tem revelado ser um caso privilegiado de análise e um importante meio de expansão das fronteiras de acumulação de capital e de expropriação de terras, numa articulação PPP, na qual se reforçam as narrativas de desenvolvimento e de transformação da agricultura tradicional em moderna. Sendo que, desde o início da construção do mesmo, surgem ao longo do corredor dinâmicas de expropriação de terras e de conversão da terra de formas tradicionais de uso para formas mais comerciais, reforça a autora.

Quanto à agricultura praticada na região do CdN, Kato (2019, p. 241) aponta que é

Importante mencionar que o processo de internacionalização da agricultura moçambicana e a conexão com circuitos globais é favorecido pela contínua aplicação de políticas agrárias que, ao não priorizarem suas especificidades, acabam vulnerabilizando a agricultura tradicional e os produtores familiares.

Principalmente num país que não tem vincado uma ou várias estratégias de desenvolvimento rural e agrícola (quer familiar, quer comercial ou mesmo híbrida). Esta autora, constata na região um crescimento acelerado na implementação de megaprojetos extrativos (exploração de recursos naturais voltados para exportação) e logísticos (como os corredores econômicos) voltados para agilizar e dar eficiência ao escoamento de recursos naturais para os mercados globais. Sendo que o corredor opera como espaço privilegiado de articulação e convergência de diferentes atores, nacionais e estrangeiros, no qual o Estado moçambicano tem um papel de destaque, acrescenta a autora.

Esse destaque do Estado é característico da dimensão política e econômica (GONÇALVES, 2020) dos corredores, no qual ele adquire um papel central, algo característicos de todos corredores referidos aqui. Portanto, o Estado é ativo no planejamento e operacionalização, ele é quem define e institucionaliza os arranjos financeiros que permitem a construção de infraestruturas, definindo o tipo de financiamento e/ou empréstimos, o grau possível de endividamento e como fazer uso dos empréstimos (CHOME *et al.*, 2020; KATO, 2019; NOGALES, 2014). Para Kalina (2017), do ponto de vista do Estado moçambicano, o agrupamento de megaprojetos como CCA é uma forma de trazer mudanças substanciais à região do CdN, mas os investimentos dentro do corredor são uma forma oportunista de beneficiar da exploração dos recursos minerais e reforçam a percepção do governo sobre o papel de vários atores no processo de desenvolvimento, incluindo o Estado, o setor privado e “doadores”.

Analisando o CdN e a reabilitação de uma das principais estradas que liga as províncias de Niassa e Nampula, a Estrada Nacional número 13 (N13)⁹, principal corredor de transporte rodoviário de passageiros e mercadorias entre essas províncias, Kalina (2017) aponta existir uma relação Estado-Cidadão que se caracteriza pela não participação das comunidades e populações, hierarquização e paternalismo. Aspectos que servem para afastar os cidadãos das iniciativas nacionais de desenvolvimento, fato que inibe aos afetados pela implementação do CdN e a reabilitação da N13 de contribuírem substancialmente para a negociação dos resultados do desenvolvimento local. Além disso, sendo o CdN a intervenção de desenvolvimento mais significativa que ocorre na região, este serve como extensão mais visível do Estado nas vidas das pessoas e comunidades afetadas.

Refletindo, igualmente, sobre participação no desenvolvimento nos corredores da Beira e Nacala, Gonçalves (2020) tomando-os como ‘campos de demonstração’, destaca que estes devem ser vistos como regiões nas quais os projetos agrícolas são celebrados como casos de sucesso. Mas, esse sucesso depende da participação ativa de diferentes atores. Desde os governos locais, ONG’s, investidores privados, agências “doadoras” e financiadoras e os pequenos produtores, isto é, todos aqueles que procuram fazer avançar suas agendas individuais e coletivas. Este autor, acrescenta que essa participação deveria

⁹ Durante o nosso trabalho de campo essa importante via estava ainda em processo de reabilitação. Processo esse que iniciou em 2020 numa parceria entre o governo moçambicano e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

ser um catalisador de desenvolvimento, em tempos em que o potencial agrícola dos distritos dos dois corredores estão com cada vez mais reconhecimento nacional e internacional.

Nesse sentido, esse destaque e a implementação de CCA proporcionaria uma solução ideal para um país com necessidade de aumentar a produção agrícola para atender os mercados internos e globais. Contudo, os corredores, em particular o CdN, tendem a gerar ansiedade sobre a terra, conduzindo a debates e campanhas sobre expropriação da terra e a titulação¹⁰ das mesmas (GONÇALVES, 2020), principalmente quando os direitos dos pequenos produtores não são respeitados.

Refletindo acerca da questão agrária relacionada a precarização do trabalho em espaços atravessados por corredores logísticos no Brasil e Moçambique, especificamente da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e o CdN, Rodrigues (2019, p. 88) aponta que a construção desses corredores “tem acarretado transformações econômicas nas regiões em que se localizam”. Além de “mudanças nas matrizes econômicas, também ocorrem mudanças na posse do território, fazendo com que as comunidades percam suas terras, prolifere a pobreza, produzindo situações de desigualdade e vulnerabilidade”. Acrescenta que mesmo suportados com discursos de modernidade, fim da pobreza e salvação do território, esses grandes projetos violam os direitos humanos das comunidades abrangidas e há violação dos direitos trabalhistas.

No CdN, grandes projetos têm surgido e, inclusive, com financiamento brasileiro, se verificam cenários de desigualdades sociais candentes. A questão da propriedade de terra, distribuição da produção, impactos socioambientais são alguns dos aspectos que caracterizam como está a situação que este corredor impõe aos pequenos produtores. Sem no entanto, deixar de referir que esse corredor também é atrelado ao discurso de existência de terras inutilizadas e/ou “vazias” (RODRIGUES, 2019).

No entanto, Ikegami (2015) destaca que não há terras não utilizadas ou subutilizadas, mesmo que as terras pareçam assim, são utilizadas para pastagens comuns ou como terras em pousio¹¹ para sustentar e reforçar a fertilidade do solo, a maioria das

¹⁰ Durante a pesquisa e escrita da tese, o país estava procedendo a revisão da Lei de Terras, Lei nº. 19/97, que orienta o processo de acesso e posse de terras no país.

¹¹ Terras em pousio são aquelas que num período de referência tenham pelo menos um ano sem terem sido cultivadas e são consideradas como tal por um período de até cinco anos. O pousio é parcial quando uma parte da área total da *machamba* que no período de referência, por exemplo, a época agrícola de 2021-2022, ainda não sofreu nenhum preparo (lavoura) ou está sem nenhuma cultura (MINISTÉRIO DA

vezes numa perspectiva comunitária. Nessas terras, a sustentabilidade ambiental e a igualdade social são mantidas por meio da exploração da terra, utilizando métodos baseados em conhecimento e experiências locais, adquiridos de geração em geração. Portanto, na realidade das zonas rurais ao longo do CdN, casos de terras não utilizadas ou pouco utilizadas não corresponde à realidade, sendo uma perspectiva definida externamente, destaca. Pois, nessas terras costumam estar outras fontes de alimentação de origem vegetal e animal, bem como de fontes de combustível e são geridas de forma comunitária, como por exemplo, as florestas comunitárias.

Kato (2019) reforça que o Estado moçambicano, em parceria com grandes corporações e com a cooperação internacional, fortalece a narrativa de “vazios”, inviabilizando as comunidades e produtores que lá vivem. Fato que restringe os caminhos do desenvolvimento à exploração privada dos recursos naturais e reforçando a ideia de transformação da agricultura local em agricultura comercial e empreendedora. No entanto, essas concessões de terras convertem o território em terra *commodity* voltada e conectada às dinâmicas do mercado global e desconectando a terra das dinâmicas locais. De acordo com o *Land Matrix*, o país é desde 2000, uma dos principais destinos de aquisição de terra no mundo, sendo o sétimo no mundo e terceiro em África, enfatiza a autora.

Camana e Almeida (2019, p. 398), refletindo sobre a produção discursiva da categoria “vazio”, que é mobilizada como justificativa para a implementação de grandes ações de desenvolvimento agrícola, as quais muitas vezes implicam desapropriação dos pequenos e médios produtores, apontam existir uma ideia de que a savana moçambicana seria um lugar “vazio”, desabitado e a espera do desenvolvimento, a despeito dos sujeitos que lá estão com seus próprios hábitos e costumes. Para estas autoras, ainda que pesquisas mostrem a presença de cerca de quatro milhões de pessoas ao longo do CdN, com diferentes línguas e formas de viver daquele e naquele lugar, lhes inquieta a ideia de que se trataria de um lugar “vazio”, como identificam documentos e textos jornalísticos de Moçambique e Brasil (muito por conta da tentativa de implementação do ProSAVANA neste corredor). Por isso “soma-se uma espécie de correlação obrigatória: se está vazio, é necessário ocupá-lo – daí a emergência ou imposição de grandes projetos ditos de desenvolvimento”, como os CD e sua transformação em CCA.

AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2021). Assim, as terras que aqui são consideradas vazias apresentam formas de ocupação em que o pousio é uma das formas.

Reforçando a ideia de vulnerabilidade e desigualdade apontada antes por Rodrigues (2019), na qual uns se beneficiam em detrimento de outros, Bruna (2019) destaca que as alianças estratégicas que se manifestam no CdN, que apontamos acima pela lógica PPP, procuram proporcionar benefícios multilaterais, excluindo principalmente as populações e comunidades mais pobres que representam a maior parte da população rural do corredor. Questiona, a autora, se os interesses dessas alianças coincidem com os interesses dos moçambicanos e se os mesmos promovem um desenvolvimento sustentável para a economia de Moçambique e bem estar dos seus habitantes, como supostamente promovem nas economias de origem dos parceiros de cooperação e investidores. Neste sentido, o desenvolvimento rural e agrário coincidirá com o modelo de desenvolvimento desenhado pelo investidor (do topo para base), caracterizado por uma ação capitalista de origem estrangeira de exploração dos recursos e numa aliança com elites políticas locais, enfatiza a autora.

Pesquisando sobre o impacto dos investimentos em agricultura de larga escala e comercial que produzem culturas alimentares para mercados internacionais e nacionais, em alguns distritos da província de Nampula, no CdN, Zaehring *et al.* (2018) constata transformações na vida dos pequenos produtores, no uso da terra e nas paisagens da região. O estabelecimento da agricultura comercial fez com que muitos pequenos produtores perdessem terras de cultivo essenciais à sua subsistência, num país que a terra é de longe o bem mais importante dos Agregados Familiares¹² rurais. Embora os produtores, por estes autores visitados, tenham recebido uma pequena compensação pela terra perdida, foi pouco em comparação ao verdadeiro valor dela. Além da terra perdida, muitos pequenos produtores se queixaram de terem sido bloqueados os acessos às fontes de água para irrigação. No entanto, a percepção geral dos produtores na região sobre a agricultura de larga escala era negativa e muitos desejavam que estes abandonassem suas operações nessa parte do corredor. Essa contradição só pode ser melhorada se as injustiças e exclusões existentes pela ocupação da terra fossem resolvidas por compensações justas e

¹² Em Moçambique é o conjunto de pessoas ligadas ou não por laços consanguíneos, vivendo normalmente sob o mesmo “teto” e comendo da mesma “panela”, em regime de comunhão de vida. Com a expressão “sob o mesmo teto” se pretende dizer a mesma habitação ou o mesmo conjunto de habitações que se encontram no mesmo espaço habitacional e que pertencem ao agregado; Com a expressão “da mesma panela” se entende cozinha comum e refeições em comum (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2021).

apoio/assistência aos pequenos produtores por parte dessas iniciativas e do governo, evidenciam os autores.

Fora o impacto socioeconômico direto e negativo na subsistência dos pequenos produtores, as oportunidades de emprego nesses empreendimentos agrícolas são instáveis e insuficientes. Assim, os impactos sociais negativos são parcialmente compensados por oportunidades de emprego nas plantações dos investidores. Contudo, como a grande maioria do emprego é de natureza casual e sazonal, os empregos existentes e acessíveis são demasiado inseguros para substituir as atividades tradicionais de subsistência (DI MATTEO; SCHONEVELD, 2016; ZAEHRINGER *et al.*, 2018), majoritariamente ligadas ao cultivo da terra.

Analisando as cadeias de valor nos três principais corredores moçambicanos – Maputo, Beira e Nacala – Lopes (2016) aponta que nos três corredores, as grandes propriedades agrícolas de produção comercial e intensiva são práticas raras ou desapareceram. Existem unidades de capital intensivo de dimensões relativamente pequenas e como parte do ativo das empresas investidoras (tabaco, chá, açúcar, banana, algodão, caju, mandioca, milho e recentemente a soja, entre outras). O sistema dominante parece ser de utilização de pequenos e médios produtores independentes que vendem a sua produção antecipadamente, em geral sob contrato, à unidade de agronegócio. Essa produção, em termos de qualidade e quantidade, adequada aos objetivos da unidade investidora conta muitas vezes com fatores que são em parte financiados e apoiados por elas. Em Niassa, no nosso campo, esse cenário se manifesta nas culturas de algodão e tabaco.

Reforçando Lopes (2016), Mosca (2019a) faz referência ao fato de que o agronegócio em Moçambique, enquanto presença de grandes explorações em monoculturas, intensivo em capital e integrado em cadeias de valor internacionalizadas, foi, e ainda é, uma realidade limitada no país em termos de produção, criação de emprego, exportação, entre outros aspectos. Sendo que agronegócio com articulações internacionais acontece nas culturas acima indicadas por Lopes (2016). Contudo a agricultura do país continua marginalizada e os pequenos produtores ainda mais, que, com exceção de alguns produtos de exportação, as políticas e os recursos financeiros chegam numa proporção muito baixa para eles, ou à sua transformação econômica e social, destaca Mosca (2019a).

Um dos discursos que acompanha a ideia e implementação dos CCA é a existência de terra agriculturável abundante, subutilizada e/ou “vazia”. Recentemente a África Subsaariana tem sido alvo de aquisição de áreas de cultivo, para a produção em grande escala, em resposta à crise global de alimentos de 2008. Para Smalley (2017), os proponentes afirmam que os corredores apresentam tanto terras agrícolas de elevado potencial, como grandes áreas de terras subutilizadas. Sendo que, na perspectiva de União Nacional dos Camponeses e GRAIN (2015), o resultado é que os pequenos produtores agropecuários em todo o continente estão sob pressão crescente de governos e empresas para abandonarem as suas terras e recursos hídricos. Mas, apesar da narrativa de transformar terras ociosas e subutilizadas em modernas empresas produtivas, agrícolas ou minerais, todas áreas no interior dos novos CCA já estão ocupadas e utilizadas (CHOME *et al.*, 2020) pelas populações residentes nesses lugares.

Refletindo sobre os desafios da agricultura familiar no mundo, Muteia (2015) aponta que usurpação da terra é um dos fenômenos que assombra o futuro da agricultura familiar, embora a agricultura familiar continue a ser a forma predominante de agricultura, quer nos países desenvolvidos, quer nos países em desenvolvimento. Em alguns países, as grandes corporações e companhias agrícolas estão a expandir os seus territórios, retirando espaço e competitividade às pequenas unidades familiares. Fazendo com que estes percam suas formas tradicionais de subsistência e uso da terra.

Nos últimos tempos, Moçambique passou a ser visado, também, pela sua quantidade de terras ‘disponíveis’ principalmente para a produção agrícola baseada no agronegócio. Não se pode esquecer que Moçambique não está imune à influência das perspectivas trazidas pelas ideias de uma nova Revolução Verde para a África e pela criação da Aliança do G8, a Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional (NAFSN). Em Moçambique é amplamente afirmado a existência de terras ‘disponíveis’ tanto para pequenos produtores moçambicanos como para grandes investidores em plantações, mas o governo usou a ideia enganosa de que existiam terras livres e subutilizadas ao longo do CdN e propícias para expansão da fronteira agrícola. No entanto, são terras deixadas em pousio pelos produtores enquanto utilizam outras unidades produtivas. Embora o Estado seja o proprietário legal do solo¹³, existem os donos consuetudinários que são os pequenos

¹³ A terra foi estatizada e nacionalizada (bem como as escolas, os hospitais, etc.), em 1975. Sendo que a Lei de Terras, que abordaremos mais a diante, é que rege os processos de uso e aproveitamento da mesma.

produtores e nenhuma ocupação pode ser ocupada sem devida indenização dos seu donos (CATSOSSA, 2020; NIJHOFF *et al.*, 2014; MOSCA, 2015; SMART; HANLON, 2014).

Os aspectos aqui destacados, apenas comprovam que as terras e outros recursos ao longo do CdN estão em disputa. Essa disputa não é só pela “terra, mas também pelos modelos de produção **que vincarão**, neste caso, relações não capitalistas de produção (**pequena produção familiar**) ou capitalistas (agronegócio)” (CATSOSSA, 2017, p. 154, grifo nosso). A entrada destes empreendimentos agrícolas no CdN é vista pelo governo moçambicano como forma de promoção do Investimento Direto Estrangeiro (IDE). O desejo é que esse investimento garanta a transferência de tecnologia em vista do aumento da produção, da produtividade agrícola e dinamização territorial. Portanto, esse investimento traz consigo uma euforia de que as populações ao longo do corredor vão sair da miséria e que estarão livres da fome, reforça Catsossa.

Neste sentido, como destacam Garcia e Kato (2016), todas transformações e mudanças que acontecem no CdN anunciam a nova lógica de infraestruturas e dos territórios, que passam a estar mais interligados às dinâmicas dos mercados internacionais e aos megaprojetos agrícolas e de exploração de recursos minerais, do que aos ritmos da vida e da produção das comunidades atravessadas pelo corredor.

Portanto, servindo de alerta, Paul e Steinbrecher (2013) referem que a Via Campesina expressou receios indicados aqui, de ocorrerem no CdN. Porque, as redes de ONG's africanas veem a Nova Aliança para Segurança Alimentar e Nutricional (NAFSN) e os CCA como parte da consolidação de um regime alimentar global no qual tudo, desde infraestruturas, sementes, fertilizantes, processamento e distribuição está sob controle cooperativo. No entanto, o processo deve ser interrompido para dar tempo de uma análise profunda e a um amplo debate sobre os impactos e implicações dos CCA em África e da NAFSN, enfatizam estes autores.

Grande parte da literatura trazida neste tópico dialoga com a ideia dos CCA, em África e em Moçambique, evidenciando transformações sociais positivas e negativas com a implementação dos corredores. Desses corredores, alguns passam por processos de deposição, dominação do Estado e resistência local, rumo ao desenvolvimento e melhoria das condições de vida das comunidades atravessadas pelos corredores.

Nesse desenvolvimento, os corredores passam por se integrar aos mercados agrícolas internacionais, mas sem haver um mercado agrícola nacional estabelecido e de

acesso para os pequenos produtores, ou seja, o foco é mais de agricultura comercial dos discursos que justificam a ideia dos CCA. Igualmente se destaca a existência de abundância de terras “vazias” e prontas para implementação de investimentos, sem uma reflexão sobre as diversas formas de uso e dos modos de vida que essas terras possibilitam. Sendo esse um dos argumentos sempre usado na transformação dos antigos corredores de transporte em CCA.

Assim, tomando em conta os aspectos acima apresentados, é preciso continuar a aferir, pesquisando, que transformações sociais o investimento e implementação do CdN toma em consideração no meio rural, na agricultura e na estratégia de desenvolvimento rural que se almeja. Principalmente porque a agricultura moçambicana no seu todo não se tornou, ainda, autossuficiente e não transformou o meio rural visando melhorar a produção e os processos sociais inerentes. Portanto, com esta pesquisa pretendemos aprofundar os seguintes questionamentos:

O processo de modernização e tecnificação da agricultura pretendida no Corredor de Nacala dialoga com projetos, individuais e coletivos, presentes e futuros das comunidades rurais abrangidas?

Que iniciativas de melhoria das condições de vida dos pequenos produtores e das comunidades rurais do Corredor de Nacala estão sendo implementadas?

Podem os pequenos produtores nas comunidades visitadas dizer que vivem da agricultura e com ela se processam transformações sociais individuais e coletivas com vista a melhoria de suas condições de vida e de produção? e

Quem são os beneficiados positivamente e quem são os afetados negativamente com a implementação do corredor?

2.2 METODOLOGIA E TRABALHO DE CAMPO

Os Corredores de Desenvolvimento (CD) e a atual transformação dos mesmos em Corredores de Crescimento Agrário (CCA) trazem em sua concepção e implementação a possibilidade de intervenção e interação de vários atores, quer sejam eles globais, transnacionais, nacionais e/ou locais. Estes atores são fundamentais se quisermos ter argumentos para compreender a questão de como e o que podemos fazer para desenvolver a economia nacional. Podemos, obviamente, variar os parâmetros de tempo e espaço passíveis de aplicar no exercício dessa compreensão, aplicando o nosso conhecimento

estudando grupos mais pequenos, ao longo de períodos muito curtos, ou grupos mais vastos, em períodos de tempo médios e/ou longos (WALLERSTEIN, 1995).

Em função de diferentes visões de mundo, os atores fundamentais deste processo de transformação social pelo desenvolvimento rural e agrícola, para a melhoria das condições de vida das comunidades rurais ou via da defesa dos modos de vida tradicionais dessas comunidades, são os pequenos produtores e as associações de produtores com as quais interagimos durante a pesquisa. No entanto, os outros atores que contactamos, públicos, privados, agências financiadoras ou “doadoras”, ONG’s, fomentadores agrícolas, entre outros, se avigoram importantes no processo de entendimento dos modos de vida e de produção dos pequenos produtores. A análise dos desdobramentos das intenções de políticas públicas, considera os espaços sociais em que as regras, os valores, os recursos e os objetivos por elas definidos foram disputados, apropriados ou rejeitados, as tensões e a construção de novas relações que as definições possibilitam, os constrangimentos, as alternativas e as expectativas futuras por elas geradas em segmentos sociais específicos, os pequenos produtores nesta pesquisa (NEVES, 1997).

O processo de compreensão da experiência local das transformações sociais requer, por vezes, abordagens específicas. Podemos diferenciar entre abordagens com uma orientação voluntarista (do topo para a base) e outras com uma orientação participativa (da base para cima). “Estas podem ser, por sua vez, ligadas a diferentes ideias acerca do processo de desenvolvimento. Se o desenvolvimento for compreendido, sobretudo como um processo de modernização, industrialização e crescimento econômico” (CASTLES, 2002, p. 138).

As metodologias com orientação voluntarista ignoram muitas vezes a situação social e as necessidades dos grupos locais, particularmente dos pobres e das mulheres, que têm pouco acesso ao poder. Fazendo com que esses grupos saiam prejudicados e marginalizados do processo de desenvolvimento, podendo estes, em algum momento, resistir contra eles. Portanto, estas abordagens voluntaristas de compreensão das transformações sociais tendem a se concentrar sobre a realidade das instituições poderosas e de grupos privilegiados, tanto em nível global, como local, podendo se revelar cegas perante realidades de grupos desmunidos de poder. Todavia, a nova perspectiva de desenvolvimento, focalizando a sustentabilidade e redução da pobreza, requer abordagens de investigação que sejam sensíveis às necessidades, aos interesses e aos valores de todos

envolvidos nos processos de mudança social – abordagem participativa. Deste modo, os métodos participativos que dão voz aos grupos destituídos de poder encontrarão com maior probabilidade as causas reais dos problemas sociais e deixarão pistas para soluções viáveis para os mesmos (CASTLES, 2002; STROPASOLAS, 2006).

Na nossa pesquisa, tendo em conta os diferentes atores envolvidos e entrevistados (vide adiante), as duas abordagens se contemplam. Porém, principalmente, tendo em conta à acessibilidade a esses atores a abordagem de orientação participativa é a que mais ênfase teve na pesquisa, uma vez que os ditos pobres, marginalizados, excluídos têm capacidade de analisar sua situação e proporem estratégias para sua transformação, ou seja, os grupos locais atravessados pelo CdN têm voz no que concerne à questão do desenvolvimento e, neste caso, do desenvolvimento rural e agrícola. Assim, adotamos um enfoque micro e participativo, que priorizou ouvir os atores menos privilegiados nos processos de definição sobre o que é, como atingir, quais tipos, quais os interveniente e atores chaves, etc., no quesito desenvolvimento. E por meio deles, poder ter a compreensão das dimensões locais dos processos globais, bem como para poder analisar como fatores socioculturais locais medeiam os efeitos das forças globalizantes que, como veremos mais em frente, são os corredores (CASTLES, 2002).

No entanto, estamos cientes, que este método por si só não resolve conflitos de interesse que possam surgir, como por exemplo, questões como propriedade da terra, o uso e a proteção de recursos, condições de vida e de trabalho. Igualmente, não pode fornecer uma compreensão completa das instituições e estruturas da sociedade nacional e de como esta é afetada pelos processos transnacionais que se manifestam nos CD, enfatiza Castles (2002).

Portanto, ao adentrarmos em algumas comunidades em redor do Corredor de Nacala (CdN) pretendemos perceber como é que forças macrossociais dialogam e se refletem em dimensão local ou microssocial. Isto é, por meio da pretensão de transformação social e de desenvolvimento rural e agrícola existe um diálogo na sociedade e com a sociedade, no qual os níveis macro e micro se relacionam, e que os processos sociais micro ganham relevo no entendimento e explicação de processos macrossociais, nos quais se destaca o fato de indivíduos concretos serem portadores de processos sociais (agência) (MORAIS; RATTON Jr., 2005).

A nossa pesquisa é qualitativa, muito ligada à abordagem de orientação participativa. Para coletar dados, usamos como técnicas a revisão de literatura, entrevistas semiestruturadas, individuais e entrevistas em grupos (em média três participantes das associações contatadas se fizeram presente), onde elaboramos um guião de entrevista com tópicos para elaborar perguntas em função das pessoas entrevistadas (Vide Anexo 2). As entrevistas foram gravadas em áudio e depois transcritas para uma análise de conteúdo e temática. Estas foram realizadas em português, havendo momentos em que houve a necessidade de tradução, para língua *Emakhuwa*¹⁴ de alguns termos, em função dos interlocutores que apresentaram, durante as entrevistas, dificuldades com termos em português, uma vez que o *Emakhuwa* não é a língua materna do proponente da pesquisa, que é o *Xichangana*, mais falada no sul do país. Na pesquisa, a metodologia qualitativa se apresenta como escolha nossa e não como alternativa as ‘supostas’ insuficiências das abordagens quantitativas. Assumimos que tal escolha não foi arbitrária, mas ao contrário, é uma tentativa de estabelecermos uma interação com as pessoas entrevistadas, o que não seria possível com inquéritos na base de perguntas fechadas.

Com a pesquisa qualitativa, queremos tomar o mundo da vida como construído pelos entrevistados em suas vivências diárias para mapear e compreendê-lo como resultado das relações que perpetuam diante da situação e contexto que as dinâmicas no e do CdN possibilitam, explorando o espectro de opiniões e as diferentes representações do assunto em questão (GASKELL, 2004), uma vez que a revisão bibliográfica aponta existirem posicionamentos à favor e contra sua implementação, que para nós se manifestam pelas transformações positivas e negativas trazidas pelo corredor.

Para realização do trabalho de campo e coleta de dados, três distritos da Província do Niassa foram visitados, nomeadamente Lichinga, que é também a capital da província, Mandimba e Cuamba. Devido à dimensão do CdN, ao extenso número de atores que nele operam e por questões logístico-financeiras optamos por escolher essa província, a mais extensa do país e uma das mais ‘pobres’. Assim, o trabalho tem como limitação o fato de não poder cobrir alguns distritos das outras províncias que compõem o CdN, algo que permitiria ter uma visão comparativa dos impactos nos pequenos produtores com a implementação do corredor. Mas, essa limitação permite que se faça uma análise coerente

¹⁴ Em Moçambique a língua oficial é o português, mas o *Emakhuwa* é a língua materna mais falada no país, antes do português que é a segunda e o *Xichangana* é a terceira língua mais falada.

e lógica do corredor, explorando as narrativas de atores afetados por ele nos lugares visitados.

Lichinga foi a nossa porta de entrada na província, de lá seguimos de carro para Mandimba, para depois seguir para Cuamba. De Cuamba voltamos à Lichinga de comboio¹⁵, usando a linha férrea reestabelecida como parte de construção e reconstrução de infraestruturas no CdN. Nesta província ficamos de 13 de abril à 8 de maio de 2021. Aqui foram feitas grande parte das entrevistas. Ao todo, entre Maputo e Niassa (Lichinga, Mandimba e Cuamba) foram feitas 32 entrevistas. Estas estão agrupadas do seguinte modo:

Quadro 1 – Resumo das entrevistas e das entidades entrevistadas.

Entidades entrevistadas	Local	No. Entrevistas feitas
Associações de Pequenos produtores	Mandimba e Cuamba	18
Organizações/Movimentos	Maputo, Lichinga, Mandimba e Cuamba	5
Funcionários públicos	Lichinga, Mandimba e Cuamba	4
Agências financiadoras e “doadoras”	Maputo e Cuamba	2
Entidade universitária	Cuamba	1
Investidora e/ou fomentadora	Cuamba	1
ONG nacional	Lichinga	1
	TOTAL	32

Fonte: Elaboração pelo autor (2022).

A coleta e tratamento dos dados seguiu os momentos abaixo indicados:

Primeiro momento: pesquisa em documentos, para saber o que já ou está sendo publicado sobre o CdN, na qual se fez a sistematização de informações, publicações e conhecimentos sobre o foco da pesquisa. Esse momento acompanhou toda a pesquisa e escrita da tese, procurando se atualizar constantemente sobre a temática e seus desenvolvimentos. Processo feito no Brasil e em Moçambique, principalmente, por meio da base de dados do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), bem como através do *Google Acadêmico*. Essa sistematização igualmente aconteceu em Maputo na biblioteca do Centro de Estudos Africanos (CEA), bem como em páginas *Web* de algumas instituições de pesquisa do país. Essa sistematização permitiu ajustar o projeto, os objetivos e as perguntas da pesquisa.

¹⁵ Comumente chamado de trem no Brasil.

Segundo momento: Ainda no Brasil, elaboramos um pedido de autorização para viajar e fazer pesquisa de campo em Moçambique. Pedido feito pelo doutorando e a Orientadora, assinado por ambos e pela coordenação do curso, bem como pela Pró-Reitoria da Pós-graduação da UFSC. Esta última é que encaminhou o ofício final ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência de fomento que concedeu a bolsa, sendo que esta última permitiu a viagem para Moçambique.

Este momento consistiu em coleta de dados primários por meio da realização de entrevistas, na medida do possível, com alguns atores envolvidos e abrangidos, direta ou indiretamente com o CdN. Primeiro, ainda em Maputo, capital do país, na qual o proponente da pesquisa reside, fizemos um pequeno mapeamento de instituições públicas, privadas, “doadores”, ONG’s nacionais e internacionais por entrevistar.

Aqui munidos de uma carta formal e credencial do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (CEA/UEM), no qual o proponente trabalha, efetuamos contatos no Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), Fundo de Desenvolvimento Agrário (FDA)¹⁶ e o Centro de Promoção da Agricultura (CEPAGRI), duas instituições tuteladas pelo MADER. Nestas instituições procurávamos obter informações sobre a presença do Estado no CdN, o que está sendo feito em termos de infraestruturas, bem como que investimentos e que investidores no setor agrícola no corredor e especificamente da província de Niassa. Infelizmente o nosso pedido não foi respondido, nem positivo e nem negativamente, sendo que na página *Web* do Ministério esses dados não estão disponíveis. Além, do FDA e CEPAGRI, procuramos essas informações no Centro de Promoção de Investimentos (CPI), igualmente sem retorno positivo.

No entanto, as informações sobre investimentos e investidores no setor agrícola foram compiladas por meio de dados disponíveis na literatura que tivemos contato, na qual procuramos concentrar nos investimentos com tendência para capital estrangeiro e com área de implementação nas três províncias do Norte do país que tomamos, na pesquisa, como as que compõem o CdN.

¹⁶ Esta instituição foi por alguns momentos, de entre outras coisas, responsável por implementação de parques de máquinas, nos quais eram disponibilizadas ferramentas agrícolas diversas em jeito de aluguel, com destaque para tratores e respectivas alfaias. Durante a escrita da tese sua designação foi alterada para Fundo de Fomento Agrário e Extensão Rural.

O único documento que tivemos acesso na biblioteca do MADER e relacionado ao CdN, mas também disponível na *Internet*, foi o Projeto das Estratégias de Desenvolvimento Econômico do Corredor de Nacala (PEDEC-Nacala). Projeto financiado pela Agência Japonesa de Cooperação Internacional/*Japan International Cooperation Agency* (JICA), um dos interessados no extinto ProSAVANA. Igualmente sem retorno foram as cartas e credenciais endereçadas ao Banco Mundial (BM) em Moçambique e a Aliança para a Revolução Verde em África (AGRA-Moçambique), atores e intervenientes nos corredores em Moçambique, particularmente no CdN.

Ainda em Maputo, com sucesso conseguimos realizar entrevistas com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola/*International Fund For Agricultural Development* (FIDA) e a União Nacional dos Camponeses (UNAC). Essa última abriu-nos e facilitou contatos com os pequenos produtores em Niassa, possibilitando contatos com a União Provincial dos Camponeses do Niassa (UPCN), União Distrital das Associações de Camponeses de Mandimba (UDACM) e a União Distrital das Associações de Camponeses de Cuamba (UDACC). Assim, se encontra a representação da UNAC em nível nacional, provincial e distrital, respectivamente.

Em Niassa, tivemos um breve encontro com a UPCN e mapeamos instituições parceiras por entrevistar, cujo âmbito de ação está relacionado com agricultura e pequenos produtores agrícolas. Resultou que entrevistamos dois membros da União dos Camponeses Associados (UCA); dois membros do Fórum das Organizações Feministas do Niassa (FOFEN); um técnico do Serviço Provincial de Atividades Econômicas (SPA-E-Niassa) e um técnico da Direção Provincial de Agricultura (DPA-Niassa). Ainda em Niassa, tentamos agendar entrevistas sem sucesso com a Associação Rural de Ajuda Mutua (ORAM-Niassa); Fórum das Organizações Não Governamentais do Niassa (FONAGNI) e a Organização Holandesa de Desenvolvimento (SNV), por indisponibilidade e/ou por necessitar de autorização superior.

Em Mandimba, além de entrevistar um representante da UDACM, entrevistamos um técnico dos Serviços distritais de Atividade Econômica (SDAE) e presidentes de três associações de pequenos produtores.

Em Cuamba, foi o lugar que mais tempo ficamos e mais entrevistas fizemos, principalmente por ser um entreposto importante do CdN, este distrito permite o acesso da província e ligação com outras províncias do corredor. Aqui, entrevistamos dois técnicos

dos SDAE; dois técnicos da ALIMI-Cooperativa (cooperativa de produção e comercialização); um representante da Sociedade Algodoeira de Niassa (SAN) do grupo João Ferreira dos Santos (JFS); três membros da UDACC; dois docentes da faculdade de Ciências Agrônômicas da Universidade Católica de Moçambique (UCM), extensão de Cuamba; um técnico do Programa de Promoção de Mercados Rurais (PROMER), do FIDA; e 15 associações de pequenos produtores, com uma média de participação de três membros dos órgãos diretivos de cada associação.

É preciso destacar que, como os membros das associações entrevistadas eram poucos, havendo mesmo situações em que entrevistamos um só membro, possibilitou que obtivéssemos informações sobre atividades produtivas das e nas associações, bem como de cada um dos membros presentes nas entrevistas. Isto porque, como veremos mais em frente, existem *machambas*¹⁷ das associações e *machambas* individuais. No entanto, os entrevistados das associações só se dedicavam à produção de culturas, sem nenhuma prática de pecuária, ou seja, as suas explorações são agrícolas (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2021).

Tanto em Mandimba, como em Cuamba, houve um mapeamento prévio, igual feito em Lichinga, com os técnicos das uniões, nossos pontos focais, das entidades por entrevistar. Ou seja, os técnicos foram os articuladores dos contatos com as associações e as demais entidades contatadas nos distritos. Neste sentido, a seleção dos entrevistados foi por conveniência, na medida que por indicação fomos acedendo aos entrevistados por facilidade e disponibilidade em fazer parte da pesquisa no intervalo de tempo em que nos encontrávamos nos lugares visitados. Mas, sempre procurando ter em conta o querer ouvir pequenos produtores e entidades partes do CdN almejando a diversidade dos atores do corredor. Sendo que, com as associações o número de 18 se fixou por que em algum momento as respostas ficaram repetitivas, fazendo com atingíssemos o processo de saturação.

As entrevistas feitas em Maputo foram feitas nos escritórios das entidades aqui contatadas. As feitas em Lichinga também foram feitas nos escritórios das entidades entrevistadas. Quanto as feitas em Mandimba, a do técnico do SDAE foi feita no seu

¹⁷ Termo usado no país para fazer referência a uma unidade de produção, terreno agrícola ou campo de produção independentemente das dimensões cultivadas. Isto é, é parcela ou superfície de terra que é separada por fronteiras naturais (rios) ou artificiais (estradas, caminhos, demarcações com outras *machambas*) que se destina à produção agrícola (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2021).

gabinete e as feitas com o representante da UDACM e as associações, foram nos escritórios da União. As feitas em Cuamba, às com as entidades como SAN/JFS, ALIMICooperativa, PROMER, SDAE e UDACC foi nos escritórios de cada uma delas, no entanto, as feitas com as associações duas foram no quintal da UDACC e as restantes foram nas comunidades na quais se encontram as associações. Aqui, cobrimos comunidades nas vias que ligam Niassa, pelo distrito de Cuamba, com as províncias de Cabo-Delgado, Nampula e Zambézia, bem como com comunidades em direção ao país vizinho, Malawi, em direção ao distrito de Mandimba.

Terceiro momento: As entrevistas foram gravadas em áudio e a análise dos dados foi temática. Nesta fase as entrevistas foram transcritas na íntegra e bem detalhadas (GILL, 2004; MYERS, 2004), para encontrar uma correspondência entre a linguagem e a comunicação dos entrevistados com a realidade em análise, extraindo os temas principais. O método para análise dos dados foi análise de conteúdo temática (BAUER, 2004).

Questões éticas: A pesquisa teve em conta questões éticas, principalmente as relacionadas à confidencialidade, anonimato e garantia de dignidade e integridade das pessoas entrevistadas. Aqui, o pesquisador e os entrevistados assinaram um consentimento informado e cada um ficou com uma cópia (Vide Anexo 1). No consentimento estava claro que a participação era voluntária, o tempo previsto da entrevista, o sigilo das informações e que não haveria custos, riscos e nem benefícios imediatos pela participação. Neste sentido, para o tratamento e análise das informações, depois de transcritas, as entrevistas foram codificadas e agrupadas da seguinte maneira:

- As entrevistas com as associações referenciamos como Associação 1, Associação 2 e assim sucessivamente até Associação 18;
- Os funcionários públicos do setor da agricultura referenciamos como Funcionário Público 1, Funcionário Público 2, e assim sucessivamente até Funcionário Público 4;
- As organizações/movimentos sociais que representam os pequenos produtores referenciamos como Movimento Social 1, Movimento Social 2 e assim sucessivamente até Movimento Social 5; e
- Aos representantes das agências financiadoras e “doadoras”, representantes da entidade universitária, representante da empresa investidora e fomentadora e os

representantes da ONG referenciamos como Informante-chave 1, Informante-chave 2 e assim sucessivamente até Informante-chave 5.

Das 18 associações entrevistadas, o nível de formação acadêmica varia de Alfabetização de Adultos, o mínimo, e 12ª classe¹⁸ do Sistema Nacional de Educação (SNE), o máximo. Nessas, associações entrevistadas, somente quatro mulheres tinham cargos de presidentas e as restantes 14 os presidentes eram homens. No entanto, entre os Funcionários Públicos, Representantes dos Movimentos Sociais e Informantes-chave somente entrevistamos duas mulheres, sendo os restantes 12 homens. Neste grupo, o nível de formação acadêmica variava de licenciatura, o mínimo, ao mestrado, o máximo.

Fazer pesquisa num contexto de dificuldades e necessidades, a expectativa dos entrevistados é que haja um retorno imediato e tangível para eles, principalmente quando as perguntas discorrem sobre condições de vida e de produção, que no presente não são as que eles desejam. Isso foi patente não só com as associações, os representantes das organizações/movimentos sociais, mas também com técnicos e/ou funcionários das instituições com as quais conversamos em Niassa. Nem a justificativa de caráter acadêmico e de pretender a compreensão das vivências dos pequenos produtores, como parte do CdN, respondia às suas expectativas futuras sobre a condição dos seus processos de vida e de produção. Aqui, mesmo sem fazer parte dos objetivos da pesquisa, a popularidade atual do programa SUSTENTA, que apontamos antes, sempre vinha à tona como solução futura das questões que emanaram das entrevistas, algumas das quais veremos mais em frente ao discorrermos sobre os processos produtivos dos nossos entrevistados.

Constrangimentos: O campo decorreu durante a Pandemia da COVID-19, na qual tivemos que seguir os protocolos sanitários vigentes em Moçambique. Aos pequenos produtores, além de termos por perto álcool para higienização das mãos, oferecemos e disponibilizamos máscaras cirúrgicas descartáveis e idênticas as usadas pelo pesquisador durante os contatos e entrevistas. A máscara e a distância em algum momento dificultou a captação dos áudios, mesmo tendo pedido que se esforçassem em elevar o tom de voz para superar a barreira da máscara. Aqui, o fato de grande parte das entrevistas ocorrerem em ambiente aberto e ao ar livre, a interferência do vento foi notória. A ideia inicial era fazermos grupos de discussão com cerca de oito à 10 membros das associações, mas para

¹⁸ Terceiro ano do ensino médio no Brasil.

evitar ajuntamentos optamos por entrevistar no máximo três membros de cada associação, em algumas somente entrevistamos um membro.

Outro constrangimento foi o fato de não podermos entrevistar entidades que achamos chave no processo de implementação dos CCA em Moçambique, quer do Estado, como das agências “financiadoras” e “doadoras”. Mas, como apontamos ao explicar os tipos de orientações, estas entidades costumam ser de difícil acesso e a nossa prioridade são os pequenos produtores. Essa impossibilidade de entrevistar essas entidades se deu principalmente por ausência de resposta das mesmas ao pedido previamente feito por nós.

Um outro constrangimento, é o fato de termos que limitar a pesquisa à somente uma província das que atravessam o corredor, o que além de limitar a possibilidade ampliar a relação entre as narrativas por de trás dos corredores e as condições de vida dos pequenos produtores, possibilitaria uma análise comparativa entre as províncias, na medida que as dinâmicas populacionais, econômicas e sociais, bem como produtivas delas não são tão heterogêneas.

3. MOÇAMBIQUE (E O CORREDOR DE NACALA) SOCIEDADE, ECONOMIA E POLÍTICA: UM CONTEXTO GERAL

Neste capítulo vamos situar e contextualizar Moçambique social, cultural, política e economicamente. Faremos uma contextualização da região do Corredor de Nacala (CdN), sua composição e aspectos socioeconômicos gerais. Articulamos e discutimos alguns dados tomando como principal foco a questão da agricultura no país, no geral, e no corredor, em particular, com uma incidência na província do Niassa, na qual fizemos o trabalho de campo. Aqui procuramos igualmente abordar alguns problemas vivenciados pelos atores sociais locais. Ademais, como o objeto da pesquisa é o desenvolvimento rural e agrícola, vamos caracterizar o setor agrícola moçambicano e trazer algumas políticas, estratégias e programas criados para impulsionar a agricultura, o desenvolvimento rural e para a melhoria das condições de vida das populações. Então, os aspectos aqui apontados devem ser entendidos como elementos no entendimento dos desafios do desenvolvimento rural e agrícola e de transformação social do país, como um todo, bem como da região do CdN.

3.1 MOÇAMBIQUE: BREVE CONTEXTO

3.1.1 Contexto geográfico, sociocultural e histórico-político

Moçambique, que pela sua vantajosa localização geográfica, é chamado pelos seus habitantes de perola do Índico. Situado na faixa sul-oriental de África, faz fronteira ao Norte com a Tanzânia; a Oeste com o Malawi, a Zâmbia, o Zimbabué e o Reino de Essuatíni; ao Sul com a África do Sul; e a Este pelo Oceano Índico numa extensão de 2.470 km. Aqui, pela fronteira majoritariamente terrestre que o país tem com os países vizinhos, podemos ver a dependência dos mesmos para aceder ao Oceano como uma das vias de estabelecerem contatos comerciais regionais e com o mundo, por meio dos portos como infraestruturas dos corredores moçambicanos que se mencionam na pesquisa.

A linha de costa do país tem uma extensão de 2.770 km de comprimento, que propicia um turismo de praia, sendo um setor importante no desenvolvimento do país. A plataforma continental tem aproximadamente 104 km², com uma profundidade de até 200m. A superfície territorial total é de 799.390 km².

Administrativamente, o país é dividido em 11 províncias, que se encontram distribuídas geograficamente em três macrorregiões, nomeadamente Norte, Centro e Sul (ver figura 1). Cada província é dividida política e administrativamente em Municípios/Autarquias (53), Distritos (154), Postos Administrativos (419) e Localidades (1052). No entanto, as divisões mais importantes do país são as províncias, os Municípios/Autarquias e os distritos. Essa geografia é marcada por assimetrias regionais e sociais em termos de melhorias nas condições de vida, ou seja, o “desenvolvimento” está no Sul, mas os recursos naturais no Centro e Norte. Por outras palavras, no Sul, principalmente na capital, Maputo, se dá uma centralização e concentração dos serviços essenciais do Estado, bem como o melhor acesso e disponibilidade de serviços básicos (saúde, educação, bancos, entre outros), sejam eles públicos ou privados.

Sobre as assimetrias regionais, Kalina (2017) evidencia que apesar das melhorias introduzidas na rede nacional de infraestruturas, continua a existir uma divisão discernível entre o Sul, na qual se assiste uma maior atenção em infraestruturas básicas e até de lazer, em contraste, com o Centro e o Norte, regiões nas quais se encontram grande parte dos recursos naturais do país.

O continente africano foi e continua sendo, mesmo que de formas diferentes, alvo das potências imperialistas, algo que se efetivou com a divisão do mesmo e o estabelecimento das fronteiras e, posterior colonização e exploração. Neste processo, a Conferência de Berlim (15/11/1884-26/02/1885) foi um evento determinante.

Moçambique foi uma colônia de Portugal. Os portugueses chegaram pela primeira vez ao país em 1497. O processo de colonização durou até 25 de junho de 1975, depois de 10 anos de Luta Armada de Libertação Nacional (LALN), iniciada em 25 de setembro de 1964 pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Para a independência política houve uma negociação entre a FRELIMO e Governo Colonial Português, cuja assinatura dos Acordos de Lusaka, capital da Zâmbia, em sete de setembro de 1974 é um dos destaques desse processo. Com a independência surge a primeira constituição que estabelece a República Popular de Moçambique (RPM).

O governo que se formou depois da independência seguiu uma orientação política e econômica socialista para desencadear transformações na sociedade, com amplos programas em setores básicos como saúde, educação, habitação e agricultura, caracterizada como economia centralmente planejada. Isso, antes das investidas neoliberais, dos

Programas de Reabilitação Económica (PRE) e durante a guerra civil cujo término foi em 1992 com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP), entre a FRELIMO e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO)¹⁹. Nas investidas neoliberais, em recomendação das instituições de *Bretton Woods* (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional) o PRE foi implementado entre 1987 e 1989, que tempos depois passou para Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES) entre 1990 e 1992. Para Di Matteo e Schoneveld (2016) estes programas de reabilitação económica desencadearam, por exemplo, privatizações e desvalorização cambial no país.

Monjane e Bruna (2019), destacam que o partido FRELIMO, após a independência exibiu características antidemocráticas e até certo ponto populistas, no que diz respeito à promoção e implementação de políticas agrárias. No entanto, as iniciativas de melhorar a agricultura adotadas pelo governo pós independência se provaram menos adequadas e acabaram por marginalizar os pequenos produtores familiares em favor do desenvolvimento de uma agricultura mecanizada, destruindo o sistema que havia garantido a produção para o estabelecimento do mercado interno e para exportação, destaca Cruz e Silva (2004). Neste sentido, esforços de reconstrução da sociedade e melhoria do nível de vida das populações nos primeiros anos da independência não se consolidaram e, em muitos casos, sofreram um colapso, associados à queda acelerada da economia, deterioração da situação militar e social.

Antes do Acordo Geral de Paz (AGP) e depois de algumas alterações à primeira constituição, o país revisou e adotou uma nova constituição em 1990²⁰, estabelecendo a República de Moçambique. A partir daqui, teve início o processo de liberdades civis e políticas, com aumento de Organizações da Sociedade Civil (OSC) e a possibilidade de grupos se organizarem em partidos políticos, marcando a passagem de um sistema monopartidário para um sistema multipartidário. Após o AGP, o país passou sucessivamente por seis eleições Gerais²¹ (1994, 1999, 2004, 2009, 2014 e 2019) e cinco eleições Municipais/Autárquicas²² (1998, 2003, 2008, 2013 e 2018). Em 2019, se

¹⁹ Então guerrilha armada, formada por grupo de dissidentes da FRELIMO depois da independência— atualmente o segundo maior partido político em Moçambique e o maior da oposição.

²⁰ Esta Constituição da República de Moçambique (CRM) sofreu pequenas alterações em 1992 e 1996, mas foi revisada em 2004 e 2018.

²¹ Para eleição do Presidente da República e dos deputados da Assembleia da República.

²² Eleições para estabelecimento das autarquias locais, como pessoas coletivas públicas dotadas de órgãos representativos próprios que visam a prossecução de interesses das populações respectivas, sem prejuízo dos

realizaram as primeiras eleições para eleger os governadores provinciais, outrora indicados e nomeados pelo Presidente da República. A FRELIMO ganhou em todas as províncias.

O AGP, as eleições de 1994 e o governo democraticamente eleito marcam o início da reativação da economia moçambicana, na qual surgem políticas com esse propósito. Dos vários setores de atividade alvo de políticas, rumo ao desenvolvimento do país, está o setor agrícola. Assim, o AGP trouxe consigo preocupações de promoção de melhores condições de vida e de transformação social no pós-guerra (CHONCHOL, 1998), via desenvolvimento econômico do país e das comunidades rurais, aspecto que se mantém até hoje.

Em relação à questão sociocultural, o país é multiétnico, multicultural e multilíngue, que inclui a língua portuguesa (língua oficial) e as línguas nacionais africanas. Estas últimas são reconhecidas e valorizadas pelo Estado como patrimônio cultural e educacional, promovendo o seu desenvolvimento e uso crescente. Essa valorização faz com que cada vez mais se expanda o ensino *bilíngue* no Sistema Nacional de Educação (SNE). Os dados do IV Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) indicam que as três línguas mais utilizadas para a comunicação no cotidiano são: *Emakhuwa* (26,1%)²³, Português (16,6%) e *Xi-Changana* (8,6%). Parte significativa da população total do país professa a religião católica (27,3%), a religião islâmica ocupa o segundo lugar (19,1%), seguindo a evangélica/pentecostal (16,7%), a *Zione/Sião* (16,3%), com destaque também os sem religião (13,5%) (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2019).

interesses nacionais e da participação do Estado. As autarquias locais se circunscrevem aos municípios e povoações.

²³ Predominantemente falado em duas províncias que fazem parte do CdN, nomeadamente Nampula e Niassa.

Figura 1 – Mapa de Moçambique: Divisão administrativa (macro regiões e províncias) e países vizinhos.



Fonte: Ribeiro (2019).

3.1.2 Contexto demográfico e populacional

Grande parte dos aspectos demográficos da população moçambicana só são devidamente compreendidos se situados no contexto mais amplo das transformações sociais, econômicas e culturais que o país tem passado, desde os períodos pré-colonial, colonial e pós-colonial. Por exemplo, a taxa de crescimento da população era relativamente baixa durante a primeira década do século XX, fato que se deveu à falta de condições de saúde e higiene. Outro exemplo são as migrações mais recentes, nomeadamente os movimentos externos e internos da população, causados pela guerra civil até a assinatura do AGP. Por último, com o estabelecimento do processo democrático e a prevalência da paz, o Governo Moçambicano (GoM) tem desenvolvido esforços para recuperação e implantação de infraestruturas. Estas ações têm levado paulatinamente à melhoria do nível de vida da população, que, contudo, continua sendo desafiado pelos efeitos e impactos da malária e do HIV/SIDA, respectivamente as principais causas de morte por questões de saúde, malária (28.8%) e HIV/SIDA (26.9%) (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2012; INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE; INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA; ICF MACRO, 2010; MAÚNGUE, 2015).

A partir de 1980, cinco anos depois da independência, o país começou a contabilizar a sua população, por meio do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH), tendo sido realizados até agora cinco. A tabela abaixo faz um resumo dos cinco censos, indicando a população total, bem como outros dados demográficos para o último realizado em 2017. Em termo das macrorregiões, a região Centro, com maior extensão territorial, é a mais populosa, seguida da região Norte, a segunda mais extensa e segunda mais populosa, e por último a região Sul que é a menos extensa e a menos populosa.

Tabela 1 – Resumo dos cinco RGPH.

Ano	População total						
1980	12.1 Milhões						
1997	16.1 Milhões						
2007	20.226.296						
2017	27.909.798 ²⁴ ,	Rural (%)	Urbana (%)	Homens (%)	Mulheres (%)	Analfabetismo (%)	Esperança de vida
		66,6	33,4	48	52	39.0 ²⁵	53,7 ²⁶

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Instituto Nacional de Estatística (2019).

No entanto, a questão do analfabetismo tem criado divergências, principalmente para os estudiosos das línguas maternas africanas, na medida em que se usa somente a língua oficial, o português, como padrão para medir esse indicador social, enquanto que no país existem várias línguas maternas com as quais as pessoas se comunicam e realizam suas tarefas, atividades e/ou necessidades sociais do cotidiano (MAÚNGUE, 2015).

3.1.3 Contexto socioeconômico

Durante os parágrafos e dados apontados até aqui, fica visível que o país herdou, como um dos frutos da independência, uma situação de pobreza. Não obstante o cometimento governamental e o relativo sucesso econômico atual, essa situação colocou e tem colocado grandes desafios ao país, que ainda é um dos mais pobres do mundo, ocupando a posição 181 do *ranking* de 189 países avaliados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Diante das ações perpetradas em várias áreas de atividade, o processo tentativo de transformação social das estruturas rurais tornou-se algo visível desde o fim da guerra civil e consequente estabelecimento do governo democraticamente eleito. Esse processo de transformação veio por meio da introdução de políticas e programas de desenvolvimento rural visando reduzir o impacto da pobreza nas comunidades rurais, como veremos mais adiante. Nesse processo, a questão de ajuda ao desenvolvimento vinda, num primeiro momento, desde os anos 1980, por parte de países e agências estrangeiras foi um aspecto

²⁴ Para o ano de 2022 a população estimada é de 30.832.244 habitantes (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2022).

²⁵ Em 2007 era de 50.4%.

²⁶ Em 2007 era de 50,9.

marcante, principalmente por meio da relação Norte-Sul, na qual os países considerados desenvolvidos, do Hemisfério Norte, colaboram no desenvolvimento dos países do Hemisfério Sul, considerados subdesenvolvidos. Num segundo momento, mais recentemente, essa ajuda ao desenvolvimento do país é também feita pela relação Sul-Sul, por meio de qual países emergentes do Sul cooperam para desenvolver os também países menos desenvolvidos do Sul.

O país ainda depende do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) para compor o seu Orçamento de Estado (OE), que no entanto viu alguns parceiros internacionais abdicando ou reduzindo a sua coparticipação desde 2016 devido ao escândalo das denominadas “Dívidas Ocultas”. Dívidas contraídas por três empresas públicas com garantias do GoM sem um suposto conhecimento do parlamento e que acabou lesando o Estado. Durante a escrita da tese, decorria o julgamento dos indiciados no processo das dívidas, com direito à transmissão em direto pela televisão e rádio no país.

Rico em recursos naturais e com nova cartilha econômica, o país entrou no horizonte de grandes corporações internacionais e integradas na cadeia global de produção. E, devido à descoberta de recursos naturais e energéticos em grandes quantidades, os governos têm priorizado a exploração desses recursos como estratégia de desenvolvimento econômico e social, adotando políticas e mecanismos de atração de projetos de investimento em nível nacional com repercussões diferentes nas várias esferas sociais (GULE, 2017). Todavia, essa estratégia não se reflete em melhorias consideráveis de qualidade de vida das populações, principalmente aquelas das zonas rurais.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) realizou entre 2019 e 2020 em nível nacional o Inquérito Sobre Orçamento Familiar (IOF 2019/20), usando como referência amostral os dados do IV RGPH. O mesmo tem como objetivos obter informações sobre a natureza e o destino das despesas de consumo, bem como informações sobre diversos recursos relacionados com as condições de vida dos Agregados Familiares no país. Com o Inquérito Sobre Orçamento Familiar (IOF) é possível atualizar os índices de pobreza e, assim, dar o ponto de situação sobre os progressos em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo que o índice total de pobreza do país atualmente é de 46,1% (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2021). Em seguida, apontamos alguns dados do IOF (2019/20) que dialogam com parte dos objetivos da pesquisa e com os dados do trabalho de campo.

Moçambique é ainda um país agrário, no qual mais de 50% de sua população vive no meio rural e a larga maioria da população em idade produtiva (a partir de 15 anos de idade) têm a agricultura, a pecuária e a silvicultura como principais atividades econômicas e de subsistência (73,6%). A participação da população economicamente ativa na agricultura, pecuária e silvicultura varia segundo a área de residência. Assim, na área urbana, a população empregada neste setor é de 38,6% contra 88,6% da área rural, sendo que quanto ao sexo, as mulheres são 78,4% e os homens 62,9% (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2021). Estes números só reforçam a importância do setor agrícola no país, na medida em que para o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (2021), o crescimento agrícola é uma fonte essencial para promover crescimento econômico do país, em geral, e das famílias rurais em particular. No entanto, a realidade indica que ainda não se atingiu essa pretensão.

O IOF (2019/20) aponta que os Agregados Familiares no país tiveram, em média, um gasto mensal de 8.108,00 Meticais (MT)²⁷, o equivalente a 1.695,00 MT por pessoa, sendo que a média mensal da área urbana situou-se acima da média nacional, com 12.586,00 MT (2.606,00 MT per capita), aproximadamente o dobro da área rural, com 5.741,00 MT (1.207,00MT per capita) e abaixo da média nacional (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2021). Estes dados revelam um poder de compra e de consumo relativamente melhor na área urbana, do que na área rural. Esse poder de compra e consumo reflete-se no tipo de habitação, da fonte de água para beber, na fonte de energia para iluminação, na fonte de energia ou combustível para cozinhar, no saneamento e no acesso aos serviços básicos, por exemplo. O que evidencia que houve uma relativa melhoria nas condições de vida, mas não suficientes e, que no rural as condições continuam piores que na cidade. Assim, como um todo, o país continua com baixa provisão de serviços sociais básicos.

Neste sentido, os dados do IOF (2019/20), comparativamente ao IOF (2014/15), indicam um aumento de Agregados Familiares que vivem em habitações com paredes construídas de blocos de cimento e tijolo, que passou de 26,3% para 32,7% e uma ligeira diminuição de Agregados Familiares que vivem em habitações com paredes de adobe ou bloco de adobe, ao passar de 39,5% para 36,7%, e paus maticados (pau a pique), de 23,0% para 20,0%. Quanto à variação do tipo de material usado na construção de paredes por área

²⁷ Moeda moçambicana, onde 1 dólar = 63.830 MT, em março de 2022.

de residência, nota-se que nas áreas urbanas, predominam casas cujas paredes foram construídas com blocos de cimento (47,0%), enquanto nas áreas rurais predominam as de adobe/bloco de adobe (44,2%). Em relação às casas de caniço²⁸, bloco de tijolo e de madeira e zinco, as diferenças são muito pequenas entre as áreas, rural e urbana.

Adicionalmente, em relação ao IOF (2014/15), destaca-se o aumento de Agregados Familiares que vivem em habitações cobertas de chapas de zinco, que passou de 35,0% para 42,2% e diminuição de número de Agregados Familiares que vivem em habitações cobertas de capim/colmo/palmeira, de 60,2% para 54,3%. Sendo que, grande parte dos Agregados da área rural vive em casas cobertas de capim/colmo/palmeira (71,3%), seguida das de chapas de zinco (27,7%), enquanto na área urbana a maioria dos Agregados vive em casas cobertas de chapa de zinco (69,7%), seguida das de capim/colmo/palmeira (22,0%).

A maioria dos Agregados Familiares no país têm como principais fontes de água, em ordem de importância, o poço não protegido (28,7%), seguidos de água canalizada (24,8%), água de superfície, como de rio, lago e lagoa (14,1%) e água do furo/poço com bomba manual (13,7%). Comparado com o IOF (2014/15), verifica-se um ligeiro aumento de Agregados que consomem água canalizada, que passou de 21,8% para 24,8% e água do poço, não protegido²⁹, de 26,7% para 28,7% e uma ligeira diminuição de Agregados que consomem água do furo/poço com bomba manual, que passou de 18,9% para 13,6% e, água de nascente, de 2,1% para 1,2%.

De acordo com os dados do IOF (2019/20) maior parte de Agregados Familiares da área urbana consome água canalizada fora de casa/quintal (35,3%), seguida de água canalizada na casa do vizinho (17,1%) e água do poço não protegido (12,1%), enquanto na área rural, a maioria dos Agregados consome água do poço não protegido (37,5%), seguida de água de superfície, como rio, lago e lagoa (19,5%) e água do furo/poço, com bomba manual (17,4%). Neste sentido, a maior parte dos Agregados da área urbana (83,5%) consomem água de fontes seguras, contra 41,1%, da área rural.

No que diz respeito à distribuição percentual de Agregados Familiares por principal fonte de energia para iluminação de suas casas. Em nível nacional, a pilha é a principal fonte de iluminação (43,6%), seguida de eletricidade da rede pública (30,1%) e lenha

²⁸ Cana delgada no Brasil.

²⁹ Mecanismo artesanal de captação de água para consumo, no qual a fonte de água aberta no solo não tem garantia de segurança sobre a qualidade da água, bem como não garante que animais não consumam da água e que não entre sujeira.

(9,1%). Em relação a área de residência, a principal fonte de iluminação na área rural continua a ser a pilha (56,9%), seguida da lenha (12,7%), enquanto na área urbana, a principal fonte de iluminação para a maior parte é a eletricidade da rede pública com 70,1%, seguida da pilha com 18,4%.

Em relação à fonte de energia ou combustível para cozinhar, os dados do IOF (2019/20) mostram que 73,6% de Agregados Familiares no país, como um todo, usam combustível lenhoso. Cerca de um quinto de Agregados usam carvão vegetal, 3,8% usam gás e, menos de 1% usam eletricidade. Constata-se que a maior parte dos Agregados Familiares da área rural (92,6%), usam lenha como principal fonte de energia ou combustível para cozinhar, seguida de carvão vegetal, com 6,3%. Em contrapartida, a maior parte de Agregados da área urbana (50,1%) usa carvão vegetal, seguida de lenha, com 37,6%. A dependência generalizada do combustível lenhoso e do carvão vegetal servem de alerta para a importância das terras consideradas “vazias”, pois elas são a garantia de acesso destas fontes de energia para iluminação das casas e para cozinhar no meio rural. Portanto, são garantia de fontes de subsistência, além, da agricultura para essas comunidades.

No que diz respeito ao saneamento³⁰, que no IOF (2019/20) indica o tipo de banheiro que o agregado possui, 39,1% dos Agregados Familiares declarou que usa latrina não melhorada e, cerca de 30% declarou não ter nenhuma latrina/vaso sanitário ou usa o mato para satisfazer as suas necessidades. Na área rural, a maioria dos Agregados usa latrina não melhorada (45,1%), seguida de latrina tradicional melhorada (10,4%). O mesmo acontece na área urbana, ou seja, a maior parte dos Agregados usam latrina não melhorada (27,8%), seguida da latrina melhorada (16,0%). Entretanto, os Agregados sem vaso sanitário/latrina ou que usam mato na área rural, correspondem a 39,3%, contra 12,0% na urbana. Neste sentido, pelo IOF (2019/20), 69% dos Agregados Familiares, no país, usam saneamento não seguro, contra 31%, que usam saneamento seguro. Mas, em termos de área habitacional, a maior parte dos Agregados da área rural, usam saneamento não seguro (84,4%), contra 39% dos Agregados da área urbana.

³⁰ Para efeitos de coleta de determinantes socioeconômicos o saneamento é agrupado em dois tipos: em seguro (vaso sanitário/retrete com fossa séptica e latrina melhora) e, em não seguro (não tem latrina, latrina não melhorada, sem fossa séptica). Sendo que a latrina não melhora é quando não existe uma estrutura que expõe os dejetos (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2021).

A informação sobre acesso aos serviços básicos, no IOF (2019/20) é definida pelo tempo que as pessoas levam para chegar aos serviços, medido em minutos andando a pé. Por exemplo, o indivíduo tem acesso “fácil” às infraestruturas de saúde, quando percorre caminhando, menos de 30 minutos para chegar a uma unidade sanitária mais próxima. Assim, 70,2% da população tem fácil acesso a uma unidade sanitária, ou seja, caminham, a pé, menos de 30 minutos. O acesso é elevado para a população residente nas áreas urbanas (97,9%) comparativamente à população da área rural (55,4%). A tabela seguinte resume o tempo de acesso a outros serviços básicos, nomeadamente fonte de água, mercado alimentar/loja e lugar para aceder ao transporte público.

Tabela 2 – Distribuição (%) do tempo em minutos caminhando para chegar aos serviços básicos.

Área de residência	Fonte de água/tempo			Mercado/tempo			Transporte público/tempo		
	Até 30 minutos	31 à 59 Min.	60 min. e mais	Até 30 min.	31 à 59 Min.	60 minutos e mais	Até 30 min.	31 à 59 Min.	60 min. e mais
País (%)	92,2	4,5	3,3	59,0	8,5	32,6	57,3	7,2	35,6
Urbano (%)	97,8	1,4	0,8	77,4	8,3	14,3	78,2	8,0	13,8
Rural (%)	89,3	6,1	4,6	49,3	8,5	42,2	46,2	6,7	47,1

Fonte: Elaboração pelo autor (2022) por meio dos dados Instituto Nacional de Estatística (2021).

Os dados acima apresentados na base do IOF (2019/20), que servem para ter uma ideia de como se encontra o país no que diz respeito aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), igualmente servem para avaliar a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Na medida que, para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2020) pretende-se que o IDH seja uma representação estatística dos recursos materiais que possibilitam uma série de capacidades básicas e que ampliam as oportunidades das pessoas. Nas quais capacidades como viver uma vida saudável e ter instrução, são de muita importância, como componentes do IDH, sendo que, ao contrário do rendimento ou do crescimento económico não são meros meios, mas fins em si próprias. No que diz respeito à posição global de Moçambique na comparação do IDH, o país se encontra na posição 181, de 189 países avaliados (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2020). Esse posicionamento atesta uma relativa melhoria nas condições de vida das populações, não só pela comparação dos dados

dos últimos dois Inquéritos Sobre Orçamento Familiar (IOF), como também pelo fato de já ter ocupado a posição 185, mesmo continuando entre os 10 países considerados mais pobres do mundo.

3.2 O CORREDOR DE NACALA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

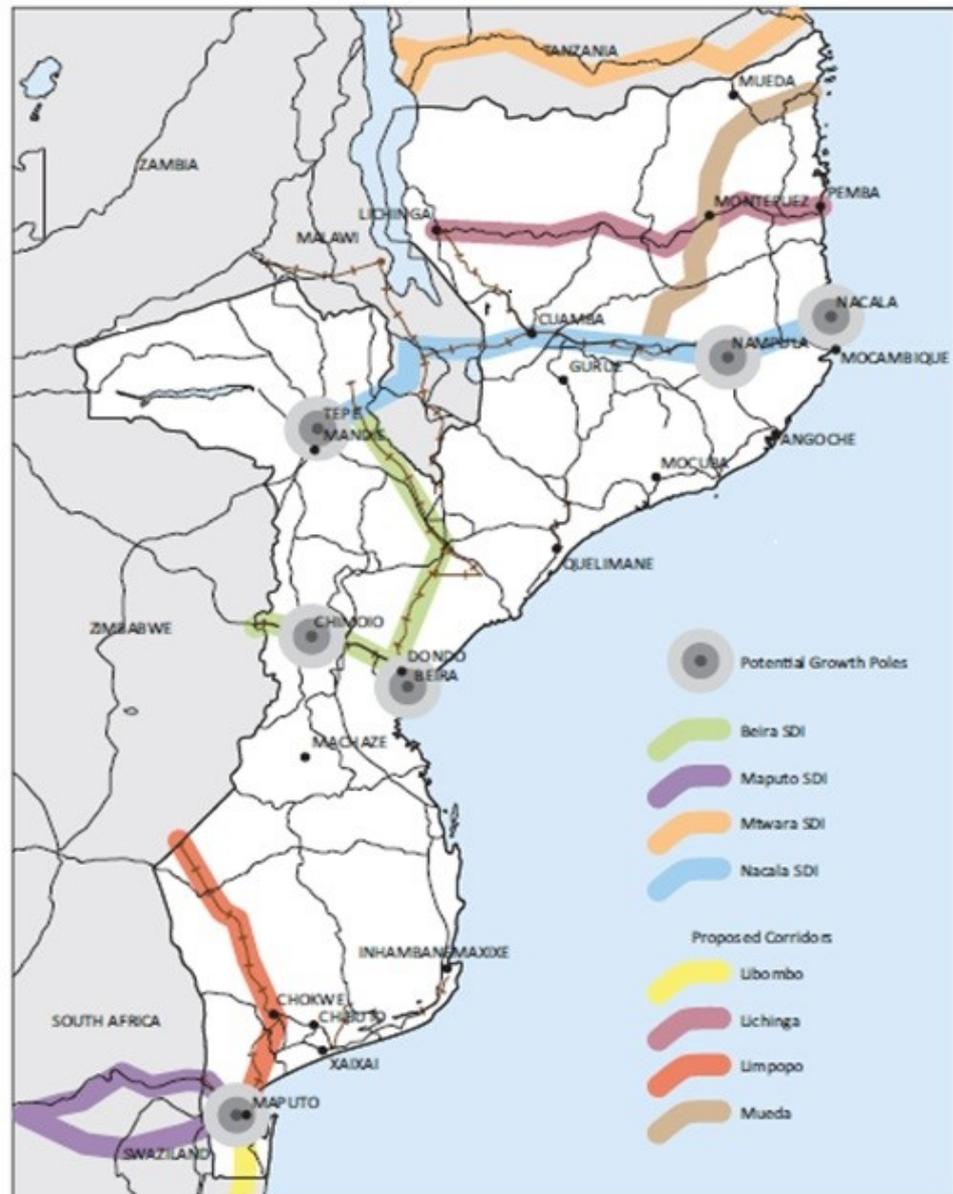
Moçambique, como já referenciado, aposta em seis Corredores de Desenvolvimento (CD) (vide Figura 2), no entanto seguindo a lógica da divisão do país em três macrorregiões e a existência dos três principais portos, um em cada região, os três principais corredores nesta pesquisa se apresentam da seguinte maneira: Corredor de Maputo (que abrange as províncias de Gaza, Inhambane, Maputo e Maputo-cidade, no Sul); Corredor da Beira (que abrange as províncias de Manica, Sofala, Tete e Zambézia³¹, no Centro) e; o Corredor de Nacala (que abrange as províncias de Cabo Delgado, Nampula e Niassa, no Norte). Estes três corredores seguem mais a lógica de integração regional e internacional do país, mas os outros três são os considerados corredores nacionais, que olham mais para um ‘desenvolvimento’ interno, mesmo que entre o mesmo possam surgir ramais que os interligam. E não só, esses três que destacamos são os mais antigos e estabelecidos em termos de infraestruturas e utilização para manuseamento de cargas e mercadorias, nacional e internacionalmente.

Neste ponto da pesquisa, procuramos caracterizar o Corredor de Nacala (CdN), que é uma das regiões mais ricas em recursos do país, além de congregar os principais ecossistemas e possuir reservas minerais. Ou seja, o corredor engloba três províncias de bastante potencial agrícola, o porto de águas profundas de Nacala (Nampula) e o potencial de gás e petróleo (Cabo Delgado) (UNIÃO NACIONAL DOS CAMPONESES; GRAIN, 2015; BRUNA, 2019). Manifestando sinais de transformações espaciais e sociais, as tendências recentes mostram que o futuro do CdN passa por uma exploração integrada do território em resposta aos planos do governo. Estes estão diretamente alinhados aos interesses dos investidores e da cooperação internacional, que inclui o desenvolvimento do agronegócio (monoculturas de exportação e plantações florestais), indústria extrativa (carvão mineral, areias pesadas, energia e água) e infraestruturas (principalmente vias de

³¹ Muito por conta do ProSAVANA, alguma literatura tem incluído esta província como parte do CdN. No entanto, esta pesquisa segue a lógica da distribuição das províncias no país como se constata na Figura um (1).

comunicação para escoamento de produtos agrícolas e recursos minerais) (BRUNA, 2019; IKEGAMI, 2016).

Figura 2 – Mapa com os principais corredores de desenvolvimento em Moçambique.



Fonte: Rasagam *et al.* (2014).

Segundo Garcia e Kato (2016), a defesa da “vocação” e a conseqüente realização de investimentos na conformação de um corredor logístico na região Norte de Moçambique é antigo. Na colonização portuguesa, o CdN foi um importante corredor internacional de

transporte constituído pelo Porto de Nacala, Caminhos de Ferro de Moçambique-Norte (CFM-Norte)³² e o sistema malauiano de ferrovia. No entanto, as relações entre Moçambique e o Malauí nem sempre foram boas e o caminho-de-ferro malauiano-moçambicano já era tema de debate regional nos anos 1960, quando o regime do *apartheid* na África do Sul forneceu empréstimos para a sua construção. Neste contexto, o governo malauiano opôs-se à luta da FRELIMO contra o colonialismo português, fato que contribuiu para que o lado moçambicano tivesse uma relação de desconfiança dos dirigentes malauianos (MILHORANCE, 2015), algo ultrapassado e que hoje dá lugar à uma parte da linha férrea que corporiza o CdN.

Assim, o estabelecimento e a recuperação do corredor o torna peça-chave para os investimentos na região e elemento ativador da reconfiguração do território. O que faz essa região ser corredor é a existência da cadeia logística, neste caso, a ferrovia que sai de Moatize, na província de Tete (onde há exploração de carvão mineral), passando pelo país vizinho, Malauí, passando pela província do Niassa, desaguando no distrito de Nacala-Porto, na província de Nampula, por meio de qual são exportadas *commodities* por via marítima para o mercado internacional. Aqui, a linha do Norte que ligava Nacala à Lichinga e que estava em precárias condições de funcionamento é refeita, sendo o trecho que liga as minas de Moatize novo e conectado por meio de Cuamba, (CATSOSSA, 2020; GARCIA; KATO, 2016; MUITXS OUTRXS³³, 2019).

Embora o corredor se vá consolidar em torno da extração do carvão, um dos principais motivos para a sua criação é impulsionar o setor agrícola e a agricultura, conectando às cadeias de valor globais. Esses elementos, a extração mineira e o desenvolvimento agrícola, fazem com que o CdN seja o principal e promissor projeto de desenvolvimento no Norte do país. O porto de Nacala, está localizado dentro de uma Zona Econômica Especial (ZEE), um polo de desenvolvimento econômico e social, com regime fiscal e aduaneiro favorável. A ZEE almeja fortalecer as atividades da região e atrair

³² Em Moçambique a gestão e exploração dos caminhos-de-ferro sempre estiveram a cargo da empresa pública Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), que se subdivide em CFM-Sul, CFM-Centro e CFM-Norte, como formas descentralizadas de gestão das linhas. Mas, o país ainda não tem uma linha férrea que ligue o Sul ao Norte do país.

³³ Muitxs Outrxs* é um coletivo de pessoas e outros entes que compuseram uma exposição de obras fotográficas sobre o CdN. A designação serve para marcar os vários gêneros, espécies e condições (i)materiais de existência da exposição. É uma realização do Laboratório de Antropologia das Controvérsias Sociotécnicas (LACS) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (MUITXS OUTRXS*, 2019).

investimentos domésticos e estrangeiros relacionados aos diferentes projetos em curso na região (GARCIA; KATO, 2020; LOPES, 2016).

Muitos são os atores interessados neste corredor nos tempos atuais. Nos anos 2000, acompanhando o *boom* das *commodities*, a região ganhou atenção da mineradora brasileira VALE, que projetou para a região o Corredor Logístico de Nacala (CLN), como rota estratégica de escoamento do carvão mineral de Tete (via porto de Nacala). A VALE, que chegou em 2004, é hoje o principal investidor brasileiro no país. O complexo mina-ferrovia-porto, inaugurado em 2015, envolveu alianças entre o GoM, por meio da empresa pública Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, a mineradora VALE e, depois se deu a inclusão da empresa japonesa *Mitsui & Co.*³⁴ (KATO, 2019).

No entanto, Kato (2019) resume três momentos que interferem e que se devem ter em conta na leitura das transformações sociais no (CdN). Primeiro: anos 2000, destacado pelo *boom* de *commodities* e investimentos estrangeiros, com destaque do investimento brasileiro, principalmente da VALE, e a criação do Fundo Nacala; Segundo: 2017, destacando a inauguração oficial do corredor e a recuperação do preço do carvão e seus problemas associados, liberação dos fluxos da economia e impactos em comunidades agrícolas e; Terceiro: 2019, manifestações, por parte da VALE de querer deixar as atividades em Moçambique.

Além de atores empresariais, nos últimos anos, os projetos que existem na região tem atraído uma avalanche de imigrantes oriundos das regiões dos Grandes Lagos e outras partes de África e Ásia, com maior destaque para chineses, paquistaneses e indianos. Aqui não podemos esquecer dos europeus, brasileiros e estadunidenses, que em sua maioria aparecem por um tempo determinado devido aos contratos laborais com as multinacionais que investem nos megaprojetos em desenvolvimento na região, sem esquecer dos moçambicanos vindos de outras regiões e províncias almejando novas oportunidades de emprego (GULE, 2017).

Essa importância do corredor faz com que “doadores” como Banco Mundial (BM) e o Departamento para o Desenvolvimento Internacional/*Department for International Development* (DfID) do Reino Unido acreditem que investimentos para reduzir os custos de transporte ao longo do corredor ajudariam e encorajariam maiores volumes de

³⁴ Está empresa também investe no projeto de GNL no CdN. Nos princípios de 2021 a VALE anunciou a compra da parte japonesa na mina de carvão de Moatize, bem como de todos créditos que a empresa tem no CLN (G1, 2021).

comércio, maior investimento em torno do corredor e maior diversidade econômica. Assim, possibilitando a transformação econômica com mais e melhores oportunidades de emprego tanto do lado malauiano e do lado moçambicano, bem como dos países vizinhos que são alimentados comercialmente pelo corredor (BYIERS; KARKARE; MIYANDAZI, 2020).

As três províncias que fazem parte do CdN são identificadas como tendo potencial agrícola enorme. As três, em conjunto, perfazem aproximadamente cerca de 10 milhões de habitantes, quase 35% da população total do país. Desses cerca de 10 milhões, a província de Niassa corresponde à 18,5%, Cabo Delgado 23,3% e Nampula 58,2%, por sinal a província mais populosa do CdN e do país. Quanto aos índices de pobreza, as três províncias têm taxas acima da média nacional, Cabo Delgado (50%), Nampula (65%) e Niassa (67%). No que diz respeito aos índices de desnutrição crônica e insegurança alimentar também se encontra acima da média nacional (43%), sendo que Niassa possui uma taxa de 43,6%, Nampula 50,1% e Cabo Delgado 51,4%, respectivamente. Estas três províncias estão entre as regiões mais remotas e pobres do país (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO NORTE (ADIN), 2021; INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2019; INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2021; KALINA, 2017).

Das três províncias, Niassa, na qual fizemos trabalho de campo, é a mais extensa em termos de território no CdN (também do país), no entanto a menos populosa e mais pobre das três. A região do CdN é composta, majoritariamente, por agricultores de subsistência (80%), que implementam uma agricultura bastante tradicional. Nesta região, a agricultura é a principal e maior fonte de emprego e de renda familiar. As principais culturas da região são milho, mandioca, soja, algodão, caju, tabaco, batata inglesa, arroz, trigo e feijões diversos (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO NORTE, 2021; GARCIA; KATO, 2014; LOPES, 2016).

De acordo com o mapa de uso da terra, as principais áreas de ocupação para a prática da agricultura se encontram ao longo das grandes estradas que cortam o corredor, cultivadas principalmente por pequenos produtores que têm a posse de grande parte das manchas de terras férteis. Nestas áreas, mais *machambas* ocupam todos espaços ao longo da rodovia principal, à N13, e da ferrovia que corta a província de Nampula até Niassa,

apontam Bolfe *et al.* (2011). Aspecto que destaca a ocupação de terras pelas comunidades, contrastando o discurso sobre terras “vazias” que apontamos antes.

Em trabalho de campo, Garcia e Kato (2014) constaram que ao longo do corredor os camponeses mantêm seus sistemas de produção alimentar de base familiar, camponesa e comunitária, bem como desenvolvem seus modos de vida, cultura e tradições. Ainda sobre a questão socioeconômica, apontam que a região apresenta também um cenário de ruas pouco asfaltadas, ausência de saneamento, a pobreza, as moradias precárias, a falta de mercados para a produção local e o elevado custo de vida que denunciam o grau de concentração do crescimento econômico e a distância que esse processo tem de uma marcha efetiva de desenvolvimento econômico e social.

O mau estado da rede rodoviária da região tem tido sérias implicações, particularmente para o setor agrícola, visto que grandes áreas do país, especialmente as zonas produtoras de excedentes alimentares do Norte, continuam mal integradas aos mercados nacionais. Consequentemente, ainda é mais barato para o Sul, maior consumidor de produtos agrícolas do país, importar alimentos da África do Sul, enquanto os excedentes alimentares no Norte tendem a ser exportados para países vizinhos e/ou para estrangeiro pelo Porto de Nacala (THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT, 2007).

Neste sentido, reforçando a ideia de assimetrias entre as macrorregiões do país, especificamente com a capital, Kalina (2017) evidencia que nenhuma parte do país está mais longe de Maputo, mais longe das influencias modernizadoras exercidas pelo governo central do que a região Norte (províncias de Cabo Delgado, Nampula e Niassa), como por exemplo, é das regiões menos eletrificadas no país. Fato que é apontado como consequência, em grande parte, das limitações da rede de distribuição de energia elétrica da região e à pobreza dos seus residentes. Este autor acrescenta que, embora as províncias tenham mostrado sinais de desenvolvimento econômico em certos setores, muito em conta da exploração de recursos e infraestruturas nos últimos anos, a pobreza continua a ser generalizada.

Neste ponto queríamos trazer um contexto geral das três províncias que compõem o CdN, como um todo. Em seguida fazemos uma contextualização mais específica da região do corredor na qual realizamos o trabalho de campo.

3.2.1 A situação da província de Niassa na corrida ao desenvolvimento no Corredor de Nacala³⁵

Logo após a independência o país implementou vários projetos de desenvolvimento por parte do regime socialista. Entre os projetos se destacam grandes empresas agrícolas que visavam concentrar a população camponesa do país, ou mesmo operações de deportação massiva de indivíduos classificados pelo regime como “improdutivos” e desempregados para regiões longínquas, nas quais transformar-se-iam em mão-de-obra rural. “Milhares de indivíduos foram ainda objeto de expedientes repressivos que se traduziram em campos de reeducação ou campos de prisioneiros políticos, nos quais eram levados aqueles indivíduos considerados inimigos do processo revolucionário em curso”. Sendo que Niassa (principalmente) e Cabo-Delgado no Norte do país foram os lugares mais longínquos das grandes cidades, principalmente a capital Maputo, que os ditos inimigos da revolução eram levados (BRITO, 2019; THOMAZ, 2008, p. 177).

Um dos projetos de envio de indivíduos para regiões longínquas foi chamado de Operação Produção (OPr), em 1983. Niassa é o lugar mais associado a ele e no qual estavam as principais bases da operação. Aqui, as pessoas eram levadas para campos que supostamente poderiam produzir. Essa operação “além de ser um projeto econômico, administrativo e político, também passou a ser um processo histórico e geográfico, porque, para além de produção econômica, também visou o repovoamento dessas duas províncias”, destaca Fernando (2019, p. 164).

Ademais, a escolha dessas duas províncias é justificada pelo potencial agrícola delas. Niassa, por exemplo, possuía na época vastas florestas virgens e com uma boa qualidade de solo para o cultivo de diversos produtos, assim como era a província menos povoada e a mais extensa, necessitando de ser repovoada. Assim, o lugar era visto como parte de uma nova dinâmica de olhar para o desenvolvimento do novo governo e do país como um todo (FERNANDO, 2019; QUEMBO, 2017).

Dessa forma, a OPr, não pode ser somente interpretada como política de envio de indivíduos desempregados e “improdutivos” para o campo, de modo a passarem por um

³⁵ Esta seção, para a sua elaboração, traz dados de como, segundo uma visão “oficial”, seria a situação de desenvolvimento da província. Sendo que, no capítulo cinco, complementaremos com os dados do nosso trabalho de campo.

processo de reeducação ideológica, mas também como um processo pelo qual o governo procurava reerguer a economia cuja base principal de desenvolvimento era e é assentada na agricultura. Aqui começava o desejo de desenvolver Niassa (e Cabo-Delgado), no entanto muitos desses indivíduos não tinham algum contato prévio com a vida e o meio rural, e eram obrigados a fazer *machambas* e atividades produtivas (FERNANDO, 2019; SANTANA, 2014; THOMAZ, 2008). De acordo com Quembo (2017, p. 54):

Para o governo da FRELIMO, a ideia segundo a qual Niassa tinha um potencial natural para o desenvolvimento da produção agrícola para todo o país e podia ser transformado numa cidade rural ou a urbanização do campo já estava presente na luta anticolonial, assim também como os portugueses sonhavam numa colonização massiva dos altos planaltos de Lichinga, em Niassa.

Mas, volvidos mais de três décadas Niassa continua das províncias menos povoadas e desenvolvidas do país, como se poderá ver nos desenvolvimentos da tese. Uma vez que o objetivo de fazer dessa província um modelo e exemplo na luta contra o subdesenvolvimento³⁶, não foi alcançado, destaca Quembo (2017). No entanto, a pretensão de melhorar as condições de vida das populações continua predominante nos discursos, programas e iniciativas políticas no país, no âmbito nacional e local. O investimento em iniciativa como as dos corredores não foge à regra.

A província de Niassa, dos seis corredores prioritários do país, é atravessada por dois CD, designadamente o Corredor Pemba-Lichinga e o CdN. Além das narrativas relacionadas ao desenvolvimento do agronegócio que orientam o CdN, durante a escrita da tese o Conselho de Administração do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) aprovou uma subvenção para a primeira fase de desenvolvimento de uma Zona Especial de Processamento Agroindustrial do Corredor Pemba-Lichinga. Um projeto transformacional, que visa melhorar a produtividade agrícola e desenvolver o agronegócio na província do Niassa. Ademais, esse projeto basear-se-á numa longa lista de intervenções do Banco no Norte do país, para o fornecimento de infraestruturas e vai desbloquear, a partir desta província, o potencial agrícola do CdN, segundo CARTA (2021).

Nos dois corredores está patente a ideia de que é preciso desenvolver o país, as regiões e as comunidades. Neste sentido, para o Governo da Província do Niassa (2017) existe uma finalidade de promoção do desenvolvimento socioeconômico da província, no qual o desenvolvimento é visto como um processo holístico, integrado, sustentável e

³⁶ Algo simbólico que até é uma palavra que se pode encontrar numa das principais praças no distrito de Cuamba, em Niassa (confere a figura 3 mais em diante).

participativo. Sendo que para tal, é necessário definir estrategicamente prioridades de desenvolvimento econômico e social viradas para o melhoramento das condições de vida e bem-estar das populações que habitam na província. Para lograr esse intento, o governo da província desenhou o Plano Estratégico da Província do Niassa 2018-2029 (PEN 2029). O mesmo se orienta em vários instrumentos vigentes em Moçambique e em outros países, dos quais podemos fazer referência, em consonância com o objetivos da pesquisa, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA) e o Plano Operacional do Desenvolvimento Agrário (PODA).

Como já referenciamos antes, esta é a província mais extensa de Moçambique com uma superfície de aproximadamente 129.000 Km². Está situada no extremo Noroeste do país. Faz fronteira a Norte com a Tanzânia, a Oeste com o Malawi, a Leste com a província de Cabo Delgado e a Sul com as províncias de Nampula e Zambézia. Os dois países vizinhos, para fazer uso do porto de Nacala, atravessam a província por via terrestre e/ou ferroviária. A província é dividida em 16 distritos. Possui 1.810.794 habitantes, correspondendo a 6,5% da população total do país, no entanto possui a densidade populacional mais baixa do país. A maior parte dos Agregados Familiares têm entre cinco a seis membros, acima da média nacional, que são quatro membros. Grande parte de sua população pratica a religião muçulmana (61,5%), seguido de cristãos católicos (23,5%), evangélicos (3,7%) e outras religiões (6,2%) (GOVERNO DA PROVÍNCIA DO NIASSA, 2017; INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2019).

A agricultura é das principais prioridades de desenvolvimento da província. Existem mais de 21 milhões de hectares de terra agricultável e com clima favorável à atividade agrícola. A estrutura econômica é essencialmente agrícola, seguida da pesca. O peso da agricultura nessa estrutura é de cerca de 80%, constituindo a principal e maior fonte de emprego e renda familiar, tal qual as restantes províncias do corredor. A agricultura predominante é de subsistência, tendo 47,1% da população ativa praticando e com uma taxa de ocupação de somente 7,1% da área total da terra arável. Para alimentar o setor agrícola, a província dispõe de 35 sistemas de irrigação, dos quais 26 operacionais, com capacidade de irrigar 1.223 hectares cada (GOVERNO DA PROVÍNCIA DO NIASSA, 2017).

De acordo com os dados do IOF (2019/20), do total da população ativa do Niassa, 87,2% se dedica à agricultura, silvicultura e pesca; 4,8% ao comércio e finanças, 3,5% outros serviços e restantes aos diversos setores (extração de minas, indústrias manufatureiras, energia, construção, transporte e serviços administrativos). Comparando aos dados do IOF (2014/15), houve um aumento da população ativa nos setores da agricultura, silvicultura e pesca, que era 78,1%, enquanto que comércio e finanças (9,6%) e outros serviços (7%), reduziram (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2021). O que reforça a importância que o setor da agricultura tem ou pode ter no processo de desenvolvimento da província.

O IOF (2019/20) não traz dados sobre incidência da pobreza nas províncias, mas o Governo da Província do Niassa (2017) indica que a incidência da pobreza em 2015 era de 63,3%. Essa taxa de pobreza estava acima da média nacional que era de 59,6%, sendo a mais alta do país. Essa taxa alta se devia ao crescimento exponencial da população, constante maleabilidade dos principais indicadores de pobreza e a limitação do poder de compra de seus habitantes. No entanto, apesar da existência de um vasto leque de potencialidades naturais para impulsionar um desenvolvimento socioeconômico rápido e sustentável, a província ainda tem desafios nas componentes ligadas com déficit de infraestruturas sociais e econômicas básicas. Esse déficit influencia para uma lenta atração de investimentos e financiamentos, fora dos elevados níveis de pobreza, enfatiza o Governo da Província. Além, claro, de ser reflexo da ausência de políticas públicas para impulsionar o setor, no país como um todo.

Apesar da reconhecida e assumida importância da agricultura na economia da província, não existe uma atração de investimentos para a agricultura comercial e indústria de agro processamento. Contribui para isso a inexistência de mecanismos funcionais de promoção e *marketing* das potencialidades de desenvolvimento da província; insuficiência de armazéns e silos para a conservação de produtos agrícolas; deficientes vias de acesso e de transporte a partir dos locais de produção até aos mercados, bem como grandes distâncias dos principais mercados, especialmente de consumo e da área de comércio; grande parte da população vive da agricultura, mas é apenas de subsistência; baixo aproveitamento do potencial de irrigação existente; falta de disponibilidade atempada e acessibilidade dos insumos necessários para alcançar as metas de produção, entre outros aspectos. São culturas alimentares de destaque na província: o milho, feijão, batata-doce e

inglesa, mandioca, arroz, mapira³⁷, amendoim, hortícolas, frutas tropicais e exóticas; e de rendimento: o algodão, tabaco, soja, macadâmia, gergelim, castanha de caju, trigo, café e lentilha, destaca Governo da Província do Niassa (2017).

As dificuldades que o principal setor da economia da província (e do país) apresenta, suplantadas poderiam potencializar o desenvolvimento da província, bem como aumentar as capacidades de uma vida saudável. Essas capacidades passariam, de acordo com o Governo da Província do Niassa (2017), pelo aumento da produção em grande escala e com qualidade para satisfazer as necessidades da demanda e garantir a segurança alimentar e nutricional da população; pelo aumento da cobertura de provisão de energia elétrica na província de 17% para pelo menos 37%; pelo aumento da cobertura dos serviços de saneamento no meio rural de 32,7% para 75% e de 23,6% para 90% no meio urbano; pelo aumento da cobertura de provisão de água rural às comunidades de 42% para 75%; redução da distância média percorrida por um paciente para ter acesso aos serviços de saúde, que é de 15,2 Km, contra os 8 Km recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS); e expansão dos serviços financeiros e bancários nas zonas rurais.

Os aspectos e os desafios que a província do Niassa tem, que acima arrolamos, servem como indicativo da situação e condição da mesma na corrida ao desenvolvimento no CdN. Que não se difere muito do pouco que foi reportado sobre o corredor como um todo. No entanto, para o Governo da Província do Niassa (2017), pelo PEN 2029, há um certo otimismo por parte da província de colocar a mesma na rota do desenvolvimento econômico e social, nacional, regional e internacional e, conseqüentemente, contribuir para a melhoria das condições de vida das populações de Niassa, em particular e do país no geral. Aqui, a integração comercial e física da província na região Norte do país e com os países vizinhos (Malawi e Tanzânia), por meio dos corredores de Nacala e *Mutwara*, são um elemento catalisador no processo de desenvolvimento, enfatiza.

Esse aspecto é indicativo que tanto em nível nacional, como em provincial, há uma confiança e entusiasmo no modelo de desenvolvimento que tem os corredores como pilares, cuja implementação é sempre apontada como benéfica para as comunidades, mas sem indicação de como os modo de vida locais não serão anulados pelo modelo.

³⁷ Sorgo ou milho-zaburro no Brasil.

3.3 O SETOR AGRÍCOLA MOÇAMBICANO: BREVE CARACTERIZAÇÃO

Falar da agricultura em Moçambique é extremamente importante, sendo que desde os primeiros anos de independência ela é considerada base de desenvolvimento nacional. O setor agrícola moçambicano sempre teve grande importância socioeconômica como provedor de alimentos, fonte de trabalho e de renda, pelo peso econômico na produção do PIB, no seu papel no desenvolvimento rural, bem como pilar da ocupação do território nacional, principalmente no meio rural, no qual a maioria da população do país reside e exerce a atividade. No entanto, atualmente o crescimento no setor provem mais de uma expansão da área cultivada e de agonegócios do que do aumento das baixas rentabilidades da agricultura de subsistência, majoritariamente praticada. Sendo que, no geral o país permanece um grande importador de gêneros alimentícios para fornecer aos centros urbanos (BATISTELLA; BOLFE, 2010; CHICHAVA, 2011; MOSCA, 2011; NIJHOFF *et al.*, 2014; ROSS, 2014).

No período colonial, também era um setor chave na prossecução dos objetivos imperialistas de Portugal e o sistema de *plantations* era predominante. Evidenciando que o desejo de uma agricultura comercial com foco na exportação, que orienta os atuais Corredores de Crescimento Agrário (CCA), não é novidade em Moçambique. No entanto, as principais exportações agrícolas do país nessa época visavam, em grande parte, o fornecimento de bens que Portugal não podia produzir por si próprio, tais como açúcar, copra, sisal, castanha de caju, peixe e camarão. Depois da independência, o país introduziu ou aumentou o foco numa série de novos produtos, particularmente algodão, chá e tabaco (SMART; HANLON, 2014). Os produtos aqui referenciados, com grande pendor para exportação, se tornaram principais *commodities* agrícolas do país, contudo, a pouca aposta no desenvolvimento da pequena produção parece ser herança colonial.

Desde a independência que o governo segue uma dupla estratégia, muitas vezes com o apoio dos “doadores”. Por um lado, sem grandes apoios os chamados produtores de subsistência, mantendo-os em suas pequenas parcelas, mas querendo que aumentem a produção e a produtividade para reduzir a fome e a pobreza. Por outro lado, a terra seria disponibilizada para encorajar investimentos agrícolas em grande escala para a produção industrial de alimentos e culturas de exportação, como se advoga nos CCA (SMART; HANLON, 2014). Sem, no entanto, dizer como essa última pode impedir o desejo de

aumentar a terra de cultivo entre os pequenos produtores, bem como a prática de pousio e diversificação de culturas alimentares sem um uso intensivo dessas pequenas parcelas.

A situação atual do setor agrícola em Moçambique, como na maior parte do continente africano, desde a conclusão dos processos históricos de descolonização e libertação nacional, não é algo estável. Pelo contrário, possui uma dinâmica de contração e agravamento que aumenta de campanha agrícola à campanha agrícola. Esta progressão negativa afeta necessariamente a possibilidade de autossustentabilidade dos pequenos produtores, pois estes não dispõem de mecanismos sociais e produtivos que os possibilitam sair da subsistência para a comercialização agrícola. Essa progressão, também, se manifesta pelo abandono e substituição da terra tornada improdutivo, desmatamento intensivo, queimadas e migração para as cidades, destaca Lopes (2016).

Essa caracterização da agricultura moçambicana em antes e pós-independência e/ou antes e pós-colonização, ajuda no entendimento do papel do setor no desenvolvimento do país. Mas, é depois da independência que se procura estabelecer fases da transformação agrária no país. Dois autores procuraram fazer uma periodização dessa transformação, são eles Mosca (2011) e O'Laughlin (1996). Ambos identificam três fases, no entanto os períodos diferem, contudo traçam panoramas que se complementam e ampliam o entendimento da agricultura moçambicana depois da independência.

Para Mosca (2011), a primeira fase é entre 1976/77 e 1983/84, aqui a coletivização do meio rural e da produção eram características dominantes. Nesta fase é possível encontrar um modelo coerente, com uma gestão macroeconômica definida e em consonância com os objetivos e política econômica;

A segunda fase, entre 1983/1985 e 1994/95, período antes e depois do início das reformas econômicas de ajustamento estrutural. Aqui não é possível encontrar um conjunto de decisões e coerência na utilização dos instrumentos de gestão da economia que tivesse algo a ver com a agricultura. Era importante na altura, substituir o modelo econômico e os objetivos políticos da economia. Nesta fase interessava eliminar as possibilidades de retorno ao modelo socialista e para isso a estratégia foi de criar ainda maiores dificuldades ao setor estatal agrário, debilitando o aparelho do Estado, ocorreram privatizações apressadamente e sem qualquer conceptualização e estratégia alternativa, bem como aconteceu a liberalização, administrativamente, dos mercados;

E a terceira fase, depois de 1995. Aqui surge o primeiro documento de políticas e estratégias para a agricultura, depois surgiram muitos documentos com títulos similares. Nesta fase há forte crença de que o mercado deve ser plenamente liberalizado para que os recursos sejam cada vez mais eficientemente utilizados. A iniciativa privada abrangeria crescentes territórios, setores e grupos populacionais e faria crescer a economia e aumentar os rendimentos das famílias, enfatiza Mosca (2011).

Por sua vez, para O’Laughlin (1996), a primeira fase é entre 1975 e 1980, definida por um amplo consenso político em torno da necessidade de uma rápida socialização da produção e residência, por meio da expansão das explorações agrícolas estatais, cooperativas e aldeias comunais. A segunda fase, entre 1980 e 1983, altamente contraditória, foi definida pela mudança do governo pelo partido Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) para um modelo burocrático e hierárquico de acumulação socialista rápida, baseado quase exclusivamente em explorações agrícolas estatais. Nessa fase, a fome e falta de mercadorias no meio rural, a estagnação da produção agrícola estatal e o alargamento do apoio a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) pelo regime de *apartheid* sul-africano levou a uma rápida expansão tanto da guerra, como dos mercados paralelos no meio rural; e a terceira fase, iniciada com o Quarto Congresso da FRELIMO em 1983, inicialmente definida como socialismo de mercado, avançou para um rápido apoio à agricultura comercial privada e à distribuição de algumas terras agrícolas estatais a empresas multinacionais, agricultores comerciais moçambicanos e a alguns pequenos produtores.

Não estando claro o porquê de periodizações distintas, os dois autores abordam a questão da socialização do meio rural e socialização da produção. Aqui se manifesta a visão centralmente planejada do Estado na reconstrução agrária, na qual a criação e desenvolvimento de um setor estatal dominante e determinante foi primordial. Caracterizada pela expansão de explorações agrícolas estatais; estabelecimento de cooperativas de produção assentes na propriedade coletiva da terra e dos meios de produção; a criação das aldeias comunais (as cidades do campo, coluna vertebral do desenvolvimento rural); investidas em produção de alto rendimento, com tecnologias intensivas em capital e em unidades produtivas de grande escala e modernizadas; pretensão de transformar o pequeno produtor em operários agrícolas ou cooperativistas; e fazer da

agricultura a base de desenvolvimento para alimentar o povo, disponibilizar matérias-primas à indústria e exportar a produção (MOSCA, 2011; O’LAUGHLIN, 1996).

Com o insucesso dessas ações na transformação agrícola, aconteceu a implementação do Programa de Reabilitação Econômica (PRE), que trouxe alterações na agricultura. Com esse programa ocorreu a abertura para a participação do setor privado na atividade agrícola; liberalização dos mercados; concessão de grandes pedaços de terra³⁸ ao capital estrangeiro; dependência de “doações”; investimento em grandes empresas em regime de monocultura; integração funcional do pequeno produtor no mercado por via da comercialização de excedentes; e subcontratação do pequeno produtor de diversos tamanhos para a produção de *commodities* integradas em cadeias de valor (MOSCA, 2011; 2019a; O’LAUGHLIN, 1996).

No entanto, as políticas praticadas pelo ajustamento estrutural levaram com que a agricultura, o principal setor econômico e social do país, ficasse em segundo plano. Ou seja, os diferentes modelos e/ou estratégias de desenvolvimento e mudanças constantes de política econômica em curtos períodos de implementação – colonização, planejamento centralizado/estatização; privatização e economia de mercado – desestabilizados por períodos de guerra, não permitiram a consolidação de eventuais transformações estruturais na agricultura e na economia como um todo (MOSCA, 2011; 2019a).

Nos períodos apontados, no processo de transformação agrícola do país, se constata uma variação da importância e prioridade dos subsectores agrícolas no desenvolvimento da agricultura, sem, no entanto, revelar um forte processo de comunicação entre eles, bem como os apoios necessários e dos riscos por ultrapassar para que cumpram sua função social.

Para Di Matteo e Schoneveld (2016), o país tem experimentado uma mudança acentuada no discurso da política agrícola, uma vez que o governo se afasta cada vez mais das políticas liberais de investimento dos anos 2000. Há, para esses autores um reconhecimento que os investimentos agrícolas comerciais muitas vezes não conseguem

³⁸ O Estado concede o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) para pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras. Esse direito pode ser adquirido por ocupação por pessoas singulares e comunidades locais, segundo as normas e práticas consuetudinárias, por ocupação por período mínimo de dez anos ou ainda por meio de pedido de autorização apresentado por pessoas singulares ou coletivas na forma da lei. A requisição do DUAT deve ser apresentada junto com o plano de exploração e cronograma (MOÇAMBIQUE, 1997). Quando a terra requisitada se encontra ocupada por comunidades existe um processo de auscultação envolvendo as comunidades, lideranças locais/tradicionais, o requerente e representantes do Estado.

gerar adequadamente um crescimento da base que mais ocupa a atividade. O discurso emergente reconhece a necessidade de maiores intervenções estatais no setor, para superar as falhas estruturais do mercado que impedem o desenvolvimento dos pequenos produtores. No entanto, ao nosso ver e em consonância com as iniciativas por detrás dos CCA, há uma contradição, na medida que o foco dos corredores, aparentemente, é à agricultura comercial, na qual o pequeno produtor só se integra vendendo a sua mão-de-obra por subcontratação.

Tendo em conta a estrutura agrária herdada com a independência, as transformações e prioridades nos períodos subsequentes e a tendência atual do setor como um todo, Nijhoff *et al.* (2014) estruturam o setor agrícola em quatro grandes grupos: os pequenos produtores de subsistência; pequenos e grandes produtores ligados ao mercado; empresas agroindustriais verticalmente integradas (que operam em regime extensivo); e os prestadores de serviços agroindustriais (fornecedores de fatores de produção). Pelas nossas leituras, esses últimos acabam se integrando nas empresas agroindustriais, ou seja, essas empresas tendem a fornecer os fatores de produção e, em algum momento, em coordenação com o Estado. Quanto aos pequenos produtores por nós contatados, em trabalho de campo, estes tanto estão para subsistência, bem como para o mercado, como veremos mais em diante.

No entanto, acrescentam esses autores, que o desenvolvimento do setor agrícola exigirá uma integração do primeiro e uma parte do segundo grupos nas cadeias de valor impulsionadas pelas empresas de agronegócio (terceiro e quarto grupos). Todavia, esses diferentes grupos têm diferentes constrangimentos e requerem diferentes tipos de apoio, bem como de diferentes e políticas específicas. Por meio dos dados apresentados em seguida, que espelham a estrutura do setor, é possível ter um panorama de onde há mais necessidade de apoio e o possível tipo de apoio/investimento.

O Inquérito Agrário Integrado (IAI 2020) indica que existem no país cerca de 4.3 milhões de explorações agropecuárias³⁹, das quais 97.8% são pequenas, 2% são médias e 1% são grandes explorações. Desses cerca de 4.3 milhões de explorações (pequenas e médias), cerca de 6.9% receberam informação ou conselho técnico de extensão, 39.9%

³⁹ Uma exploração agropecuária é uma unidade econômica independente na sua existência, baseada na produção de culturas, criação de animais domésticos ou ambas formas. Estas são agrícolas quando se dedicam somente a produção de culturas, pecuárias quando se dedicam à criação de animais (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2021).

tiveram acesso à informação sobre preços e 0.6% tiveram acesso ao crédito. A área cultivada no período da realização do IAI 2020 era de cerca de 5.5 milhões de hectares, das quais 5.5% das explorações utilizaram pesticidas nos seus campos, 8.8% usaram estrume, 7.8% utilizaram fertilizantes químicos, 1.8% utilizaram herbicidas e 9.1% usou sistema de irrigação. Grande parte das explorações cultivam milho (83.8%), amendoim pequeno (23.6%), mapira⁴⁰ (18.3%), arroz (12.8%) e mexoeira⁴¹ (3.8%) (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2021). Usando o quadro abaixo, as explorações são classificadas como pequena, média ou grande, com base nos seguintes critérios:

Quadro 2 – Classificação das explorações agropecuárias em Moçambique.

Fatores envolvidos	Limite um	Limite dois
Área cultivada não irrigada (hectares)	10	50
Área cultivada irrigada, pomares em produção, plantações, hortícolas e floricultura (hectares)	5	10
Número de cabeças de gado bovino	10	100
Número de cabeças de caprinos/ovinos/suínos	50	500
Número de aves	5.000	20.000
Número de árvores (coqueiros, cajueiros e outras árvores de frutos novos ou em produção dispersa em pomares)	149	2.000

Fonte: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (2021).

Neste sentido, uma exploração é pequena, se todos os fatores forem menores que o limite um; média exploração, se um fator for maior ou igual a valores do limite um e menor que o limite dois; e grande exploração, se um fator for maior ou igual a valores do limite dois (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2021).

Nas pequenas explorações é preciso referir que os produtores não são homogêneos. Existem três categorias principais. Existem os que são competitivos à escala regional/global: os inseridos no agronegócio, alguns se especializam, produzem *commodities*, produtos de elevado valor e fazem uso de tecnologias melhoradas; Os que estão orientados para alimentar o mercado doméstico, têm acesso aos meios de produção, mas normalmente limitado capital (crédito); e os que produzem para a subsistência,

⁴⁰ Sorgo ou milho-zaburro no Brasil.

⁴¹ Milheto ou milheto-pérola no Brasil.

sistemas muito frágeis, fraco acesso aos meios de produção, o que produzem não cobre necessidades familiares e procuram por outras soluções (CAMARADA, 2015)⁴².

No entanto, tanto para África como para Moçambique, Negrão (2008, p. 131, grifo nosso) aponta que o conceito de economia de subsistência foi substituído pelo de economia familiar, na medida em que:

Entendeu-se que o conceito de economia de subsistência não correspondia à verdade, uma vez que a maioria das famílias africanas estão integradas no mercado, como não era operacional por privilegiar a função de produção de unidades familiares em detrimento das funções de consumo e de distribuição. Definiu-se como economia familiar aquela em que a adjudicação dos fatores de produção se faz tendo por objetivo [de entre outros aspectos] reforçar as redes sociais minimizadoras de riscos.

Todavia, Moçambique adota a definição da FAO para a agricultura familiar, na qual os pequenos produtores (designação por nós usada) são agricultores de pequena escala que gerenciam áreas que variam de menos de um hectare a 10 hectares (Vide Quadro 2). Esses são caracterizados por motivações centradas na família, como favorecer a estabilidade dos sistemas agrários baseados na economia familiar, com uso predominante de mão-de-obra familiar para produção e utilização de parte da produção para a economia familiar, destaca Uaiene (2019).

Portanto, reforçando a caracterização, trazida por Negrão e Uaiene, deste segmento do setor agrícola no país, para Mosca (2019a) esses pequenos produtores têm a produção intensiva em mão-de-obra, sobretudo familiar, tem pouca integração no mercado de fatores (insumos, máquinas, crédito, terra, trabalho assalariado e outras fontes de rendimento não agrícola). A produção deles se destina essencialmente à reprodução familiar (enquanto unidade econômica e social), que não têm no mercado a única e mais importante referência nas suas opções produtivas, não têm o lucro como principal meta e, quando podem, complementam os rendimentos agrários com outros, dentro e fora do setor.

Estes aspetos mostram a importância que tem este setor na economia do país, mas é um dos setores com menos investimento, principalmente nos pequenos produtores que são a grande maioria operando no setor. Esses, pelos dados do Inquérito Agrário Integrado (IAI 2020) vivem problemas de difícil acesso ao crédito bancário, falta de insumos de produção, pouco acesso à extensão, entre outros fatores impulsionadores à produção e produtividade. Por isso, Pauw *et al.* (2012) destacam que o setor agrícola moçambicano necessita de uma

⁴² Representante da FAO em Moçambique.

reflexão sobre o seu papel na economia do país, para poder ser o motor de crescimento para a economia rural. Contudo, esse tem sido durante muito tempo negligenciado em favor de um foco visível no desenvolvimento por meio dos recursos naturais recentemente descobertos e em fase inicial de exploração.

3.4 ESTADO MOÇAMBICANO E O SETOR AGRÍCOLA

Eu acho que aqui faltou...não sei se faltou acompanhamento ou...não sei, nós os implementadores...porque não fomos fortes. Não sei, faltou aqui a sustentabilidade, acho. As políticas estavam bem vindas, bem desenhadas, mas acho que falhou quase...a implementação, não sei. O corte foi repentino. Se formos fazer a avaliação o que é que restou dessas políticas, quase nada... (Funcionário Público 2).

Em qualquer Estado do mundo, toda a tentativa de se promover o desenvolvimento como um todo, bem como especificamente, é acompanhado por políticas públicas. Essas podem ser, individualmente, iniciativas governamentais, do setor privado, das ONG's nacionais e estrangeiras, da sociedade civil, como também coletivas fruto de parcerias entre esses diferentes atores. Nesta seção vamos trazer alguns instrumentos de política pública para o setor da agricultura (e desenvolvimento rural) criados pelos diferentes governos em Moçambique, com vista a incrementar o papel do setor agrário no desenvolvimento econômico do país e melhoria das condições de vida da população.

Neste sentido, pensar nesses instrumentos, no contexto dos países ditos em desenvolvimento, como Moçambique, é considerar a necessidade de iniciativas de política pública na criação de oportunidades sociais como de crucial importância. É comum encontrar no passado dos países hoje considerados desenvolvidos uma história notável de ação pública em prol da educação, serviços de saúde, reformas agrárias, desenvolvimento rural, entre outros aspectos. Nestes países há, no entanto, uma tendência de fazer com que o aumento da opulência econômica e a melhoria da qualidade de vida andem juntos. Assim, “o amplo compartilhamento dessas oportunidades sociais possibilitou que o grosso

da população participasse diretamente do processo de expansão econômica” bem como dos benefícios daí decorrentes (SEN, 2010, p. 190). Algo que não se manifesta, ainda, em Moçambique.

Antes de mais, é preciso referenciar que o Ministério responsável pelo setor no país tem mudado de nomes desde 1975, quando foi criado o Ministério da Agricultura (MINAG), até hoje. Assim, em 1994, o governo saído das primeiras eleições presidenciais criou o Ministério da Agricultura e Pescas (MAP). Em 2000 passou a designar-se Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER). Em 2005 voltou a designar-se MINAG. Em 2015 passou a designar-se Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) e, em 2020 voltou a designar-se MADER.

Atualmente, o programa do governo para o setor agrário, em harmonia com a política econômica do país, visa assegurar a segurança alimentar, aumentar o rendimento do pequeno produtor familiar, criar emprego/inclusão social e aumento da produção e produtividade, destaca o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (2021). No entanto, para materializar esses objetivos, pelo processo de transformação agrícola perseguido desde a independência, tem sido identificadas, propostas e implementadas uma série de reformas políticas e institucionais combinadas com investimentos públicos e/ou privados, destacam Nijhoff *et al.* (2014).

Quando se fala em desenvolvimento rural e agrário, o país apresenta um grande número de políticas, programas, planos e estratégias. Para além destes instrumentos gerais, existem programas, planos e estratégias provinciais e distritais (CAPAINA, 2015), como, por exemplo, o anteriormente referenciado Plano Estratégico da Província do Niassa (PEN-2029). Em seguida, vamos apresentar alguns dos instrumentos de política do setor agrícola moçambicano como parte do processo transformativo do setor e do meio rural. No entanto, não fazemos na pesquisa uma avaliação direta e específica dos mesmos. Apontamo-los como aspectos macros de gestão do setor no país rumo ao desenvolvimento rural, redução da pobreza e melhoria das condições de vida das populações.

Nesta seção inspiramo-nos em Mosca (2011; 2015) que faz uma análise de oito políticas agrárias criadas no país as quais, acrescentamos às que tivemos acesso. Sendo que indicaremos as abordadas pelo autor, apesar de termos lido os originais. Os documentos são apresentados em ordem cronológica, na qual apontamos o objetivo dos mesmos, se

fazem referência de ações para os Corredores de Crescimento Agrário (CCA) e para os pequenos produtores, focos desta pesquisa.

O primeiro documento é o que demarca a terceira fase, para Mosca, do processo de transformação agrária que o país atravessou, como antes apontamos. É também o primeiro instrumento que o autor aponta. A Política Agrária e Estratégias de Implementação (PAEI) foi criada em 1995, com o objetivo de garantir a segurança alimentar, desenvolvimento econômico e sustentável, redução das taxas de desemprego e redução dos níveis de pobreza absoluta. Esse documento destaca que para o desenvolvimento agrário é preciso que ocorra a transformação da agricultura de subsistência numa agricultura cada vez mais integrada nas funções de produção, distribuição e processamento, contribuindo com excedentes para o mercado (MOÇAMBIQUE, 1996).

Esse instrumento não faz uma referência aos corredores, no entanto fala da posição geográfica do país que dá acesso aos mercados regionais e internacionais, quer por mar, quer por terra. Sendo que o não aproveitamento desta vantagem é condicionada por fatores exógenos ao setor agrário, como insuficientes vias de comunicação, deficientes redes de comercialização, transportes, infraestruturas e serviços de apoio à produção agrária (MOÇAMBIQUE, 1996).

Como apontamos anteriormente, o país tem chamado atenção pela quantidade de terra agricultável. Por isso, antes de dar sequência aos documentos que Mosca aborda, vamos incluir aqui, seguindo a ordem cronológica, um documento que achamos vital no processo de desenvolvimento agrário e rural, bem como do país como todo, a Lei de Terras, Lei nº 19/97, que apontamos estar em revisão. A atual lei revoga as leis 6/79 e 1/86, adequando-a à nova conjuntura política e socioeconômica, como meio de garantir o acesso e segurança de posse da terra para os camponeses moçambicanos, bem como para investidores nacionais e estrangeiros. A lei destaca a terra como o mais importante recurso que o país dispõe, sendo necessário a sua valorização e contributo no desenvolvimento da economia do país. Nela a terra é propriedade do Estado, não podendo ser vendida, alienada, hipoteca ou penhorada (MOÇAMBIQUE, 1997).

Esta lei não aborda questões específicas, sobre nosso objeto de pesquisa, ou seja, sobre a prática da agricultura no geral, nem dos pequenos produtores, em particular, bem como questões sobre os CCA. No entanto, ela apresenta apenas as competências do então Ministério de Agricultura e Pescas (MAP), que são: autorizar os pedidos do Direito de Uso

e Aproveitamento da Terra (DUAT) de áreas entre 1000 a 10.000 hectares; autorizar licenças especiais em zonas de proteção total; e dar pareceres aos pedidos de DUAT de áreas que ultrapassem a sua competência (MOÇAMBIQUE, 1997).

No entanto, segundo a União Nacional dos Camponeses e GRAIN (2015), as reformas que estão sendo feitas na lei, incluindo alterações nas leis sobre sementes e fertilizantes para harmonizá-las com o resto da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), são importantes para abrir a porta ao agronegócio no CdN e, em consequência, aniquilar a já pouco investida pequena produção.

O segundo documento que o autor aponta é a Agenda 2025. O documento incentiva um amplo programa de desenvolvimento rural, no qual se envolvem e mobilizam todos atores: governo, setor empresarial, associações, as comunidades rurais, as universidades, ONG's, organizações religiosas, organizações de solidariedade e os parceiros de cooperação. Este, é um exercício estratégico de reflexão sobre o futuro do país, tendo como os objetivos: criar, por meio de um processo participativo, uma visão nacional de longo prazo; preparar, por meio de um processo participativo, uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento, que defina as políticas e os programas necessários para dar resposta aos objetivos identificados na visão nacional de desenvolvimento. O documento destaca que a transformação estrutural da economia do país deve assentar no desenvolvimento agrícola (COMITÉ DE CONSELHEIROS, 2003).

Quanto aos corredores, destaca a necessidade de transformação de infraestruturas ferro-portuárias e rodoviárias nos Corredores de Desenvolvimento de Nacala, Beira, Limpopo e Maputo. Aqui, os portos dos principais corredores (Maputo, Beira e Nacala) devem ser otimizados para atraírem maiores volumes de carga interna e de trânsito para os países do *hinterland*, estabelecendo as ligações com o sistema ferroviário. Destaca que a agricultura do país é basicamente de pequena escala, na qual a inexistência de um mercado regular para a agricultura familiar contribui para que ela esteja orientada para as necessidades de subsistência, bem como caracterizada pelo baixo uso de tecnologias melhoradas, uso intensivo de mão-de-obra, falta de capital financeiro, inoperância de sistemas de rega e não existência de uma prática generalizada de agricultura irrigada, destaca o Comité de Conselheiros (2003), fatos que como veremos são “regra” nas associações que entrevistamos.

O terceiro instrumento é o Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura (PROAGRI-I) 1998-2004 e o Programa de Investimento do Sector Agrário (PROAGRI – II) 2006-2010). Eram os objetivos do PROAGRI – I: realização da reforma institucional e modernização do então MINAG; aumento da produção agrícola a partir da melhoria de prestação de serviços públicos; melhoria e sustentabilidade de uso sustentável dos recursos naturais. Por sua vez, o PROAGRI – II visava, de modo geral, contribuir para a melhoria da segurança alimentar e redução da pobreza por meio do apoio ao pequeno agricultor, setor privado e agências governamentais e não governamentais, de modo a aumentar a produtividade, desenvolver a agroindústria e melhorar a comercialização tendo em conta os princípios de uso sustentável dos recursos naturais.

De modo específico, o PROAGRI – II visa apoiar o setor familiar para a melhoria do seu modo de vida; estimular o setor privado para o aumento da produção agrícola e exploração dos recursos naturais, de modo a satisfazer as necessidades básicas e aumentar os níveis de rendimento, por meio do acréscimo do valor dos produtos; e garantir a gestão sustentável dos recursos, trazendo resultados econômicos, sociais e ambientais, baseados na gestão adequada e planos de conservação, envolvendo as comunidades, o setor público e privado (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2005). Apesar do PROAGRI – I e II terem componentes que atendem ao pequeno produtor no que diz respeito às suas necessidades e direitos, não encontramos ações neles que estejam relacionadas aos CCA do país.

O quarto documento que o autor aborda é a Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR). Criada em 2007, a EDR tinha como principal função e utilidade contribuir para que as políticas e os instrumentos de planeamento sejam consistentes com uma perspectiva de transformação pró-rural do padrão de criação de riqueza no país. Com a estratégia, o governo estava convicto que estavam criadas condições favoráveis para se avançar para novas etapas e desafios, com vista à transformação das áreas rurais em espaços atrativos, economicamente competitivos, saudáveis e aprazíveis para o bem-estar dos seus habitantes. Ou seja, na estratégia o desenvolvimento rural é entendido como um processo de melhoria das condições de vida, trabalho, lazer e bem-estar das pessoas que habitam nas áreas rurais do país (MOÇAMBIQUE, 2007).

Há, neste instrumento uma evidente preocupação com os pequenos produtores, pois são a maioria dos que trabalham e vivem nas áreas rurais. Quanto aos CCA, sugere estratégia de polos de desenvolvimento ao longo do Corredor de *Mutwara* e do CdN para o

desenvolvimento do turismo baseado nas áreas de conservação, na reserva do Niassa, de sol e praia ao longo da faixa costeira, incluindo o arquipélago das *Quirimbas* (Cabo Delgado) e turismo cultural na Ilha de Moçambique (Nampula). Sem no entanto focar na questão agrícola dos corredores (MOSCA, 2011; MOÇAMBIQUE, 2007).

Um quinto documento destacado pelo autor é a Estratégia de Revolução Verde (ERV). Criada em 2007, aponta que a Revolução Verde em Moçambique é um processo que pretende soluções para incrementar os níveis de produção e produtividade agrária, pelo uso de sementes melhoradas, fertilizantes, instrumentos e tecnologias de produção adequadas à realidade local, mecanização agrícola, incluindo a tração animal, construção e reparação de represas para irrigação e para o gado beber água, entre outras ações. O objetivo da Revolução Verde no país é induzir o aumento da produção e de produtividade dos pequenos produtores, para uma maior oferta de alimentos, de uma forma competitiva e sustentável (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2007). Há na estratégia uma visão para atender o pequeno produtor, no entanto não indica ações específicas para os CCA.

No entanto, chamar de Revolução Verde moçambicana ao esforço nacional de desenvolvimento agrário não é a melhor opção tática, pois essa denominação parece incentivar respostas institucionais defensivas e limitadas que procuram replicar elementos soltos da Revolução Verde na Índia e no México, em vez de procurar respostas aos problemas específicos de desenvolvimento no país, explica Mosca (2011). Sendo que para Rodrigues (2019) como no Brasil, a Revolução Verde africana, sobretudo em Moçambique, é associada à modernização técnica e à salvação de crises humanitárias. No entanto, esse documento mereceu análise, na altura, sendo que para um dos participantes, a Revolução Verde

Em Moçambique nunca foi implementada a Revolução Verde em Moçambique. Nós discutimos e produzimos um documento contrapondo a Revolução Verde em Moçambique. Essa coisa dos fertilizantes, o modelo, a tecnologia de...a disseminação da tecnologia, contestamos tudo isso. Como nós tínhamos uma experiência da América Latina, produzimos documento alternativo à Revolução Verde e apresentamos no Ministério da Agricultura, fomos entregar na Assembleia da República, entregamos no Conselho de Ministros e eles concordaram com aquilo. E mexeram o documento...deles acomodar aquilo...e foram entregar o seu parceiro e o parceiro disse não, não era isto que eu queria, resultado, não se implementou (Movimento Social 1).

Um sexto instrumento pautado pelo autor é Programa de Apoio à Intensificação da Agricultura e Pecuária em Moçambique (IDAP). O programa é criado em 2008, sendo uma versão das chamadas modernizações da agricultura por via da mecanização, mais

infraestruturas irrigadas, serviços à produção, comercialização de excedentes, introdução de variedades de plantas e animais de maior potencial genético, ampliação de serviços à agricultura (créditos e subsídios, rede comercial de bens e de fatores de produção, assistência técnica, etc.). O IDAP e a ERV pouco se diferenciam, destaca Mosca (2011). Não tivemos acesso à versão do documento, por isso não podemos pontuar o que fala especificamente sobre os pequenos produtores e os CCA.

O sétimo instrumento apontado é o Plano de Ação de Produção de Alimentos (PAPA) 2008-2011. Esse instrumento tem a ERV como documento orientador. Foi elaborado aquando do aumento dos preços de petróleo em 2008 e seus efeitos principais. O principal objetivo é a eliminação do déficite dos principais produtos alimentares em três anos e reduzir a dependência das importações. Os pequenos produtores são definidos como grupo alvo, diferentemente dos documentos anteriores. Existe aproximação mais ampla das medidas para o aumento da produção envolvendo componentes de investigação, extensão, comercialização, armazenagem e em intervenções chave na cadeia de valor e os recursos necessários para o programa (MOSCA, 2011; MOÇAMBIQUE, 2008). Evidenciado os pequenos produtores como foco do plano, no que diz respeito aos CCA, segundo Moçambique (2008) visava também implementar planos de construção e reabilitação de silos e armazéns já estabelecidos, incentivar o setor privado a construir entrepostos comerciais de mercadorias, principalmente ao longo dos principais CD e nas áreas de maior produção agrícola.

O oitavo instrumento que o autor pauta é o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA) 2011-2020, que apontamos antes, que durante o ano de 2021 estava em processo de revisão e atualização. Seu objetivo geral é contribuir para a segurança alimentar e renda dos produtores agrários de maneira competitiva e sustentável, garantindo a equidade social e de gênero. O PEDSA sistematiza um amplo leque de orientações estratégicas para a agricultura nacional, algumas apontadas aqui (por exemplo, a ERV e o PAPA), regionais, como a Política Agrícola Regional da SADC (PAR-SADC), o Programa Compreensivo para o Desenvolvimento da Agricultura em África/*Comprehensive Africa Agriculture Development Programme* (CAADP) da NEPAD e globais, como os ODS (MOÇAMBIQUE, 2011).

O PEDSA tem uma abordagem de implementação assente na cadeia de valor⁴³, pelo que a sua operacionalização toma em consideração todas as atividades ligadas: a geração e transferência de tecnologias, provisão de insumos agrários; produção agrária; atividades de processamento e comercialização que acrescenta valor aos produtos agrícolas, pecuários, florestais e faunísticos; e gestão sustentável dos recursos naturais. Quanto aos pequenos produtores visa que estes, enquanto associados, se integrem na agricultura comercial. Para os corredores, como destacado antes, visa promover o desenvolvimento de cadeias de valor para os produtos agrários nos seis principais corredores, tendo como base infraestruturas específicas de investigação agrária (*Idem*).

No entanto, Di Matteo e Schoneveld (2016) apontam que muitas organizações da sociedade civil expressam preocupação de que os CCA não sejam coerentes com o espírito do PEDSA, uma vez que alegadamente acomodam excessivamente os interesses do capital estrangeiro no planeamento espacial e económico-orçamental, esquecendo dos interesses e expectativas dos pequenos e médios produtores e, conseqüentemente dos que produzem alimentos para o mercado local.

Numa breve análise dos instrumentos acima apontados, Mosca (2011) destaca que os documentos são muitos semelhantes. Nenhum deles é apologista de estratégias de desenvolvimento rural e agrário endógeno, virado para o mercado interno e numa perspectiva global da vida e bem-estar das pessoas. Que seria possível, ao nosso ver, pela aposta em aqueles que são a base e a maioria no setor.

Além dos oitos instrumentos destacados por Mosca, acrescentamos os seguintes, numa continuação da ordem cronológica antes iniciada:

Em 2012 foi lançado o Programa Nacional de Fertilizantes em Moçambique (PNF). Esse programa estratégico apresenta a importância do uso de fertilizantes no desenvolvimento da agricultura e da proteção do meio ambiente. Seu objetivo é estimular a oferta e procura de fertilizantes pelo setor produtivo de modo a melhorar a produtividade do solo e das culturas tendo em consideração a qualidade do ambiente. O programa é uma contribuição para implementação do PEDSA, do Plano Quinquenal do Governo (PQG) e vários compromissos internacionais como o Programa Compreensivo para o

⁴³ Entendamos cadeia de valor o percurso tecnológico, económico, de gestão da produção, assim como o sociológico e de poder, associado a um ou conjunto de produtos/bens, com o objetivo de ganhar eficiência e competitividade dos agentes económicos e reter a acumulação nas fases que mais se pretende desenvolver. Aqui, tem importante papel a política económica, a estrutura e funcionamento dos mercados ou conforme os jogos de interesses e respetivos *lobbies* (MOSCA, 2011).

Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP), a Declaração de Maputo⁴⁴ de 2003, Declaração de Dar es Salaam⁴⁵ de 2004 e a Declaração de Abuja⁴⁶ de 2006 (MOÇAMBIQUE, 2012). No entanto, como veremos mais adiante, o acesso aos fertilizantes é escasso entre os nossos entrevistados, mas não se investe nas práticas locais de produção que independem dos fertilizantes.

O documento, destaca que o fraco acesso ao crédito agrícola continua a ser um dos principais constrangimentos para que os pequenos produtores possam usar fertilizantes. Acrescenta que a fraca organização destes em associações dificulta na aquisição de fertilizantes a preços razoáveis por meio de aprovisionamentos conjuntos aos comerciantes. Para o programa, se organizados em associações, os pequenos produtores podem ter acesso a outros serviços relacionados com os fertilizantes. Para os CCA, o programa destaca a existência crescente de comerciantes de fertilizantes nos Corredores da Beira e Nacala, no entanto havia necessidade de se fazer mapas de fertilidades do solo nos seis corredores definidos pelo PEDSA (MOÇAMBIQUE, 2012).

Em 2013 foi lançado o Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário (PNISA) 2013-2017. Reafirma a visão do setor agrário estabelecida no PEDSA, igualmente se apoia na Política Agrária e Estratégia de Implementação (PAE), na Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR), na Estratégia de Revolução Verde (VER), entre outros instrumentos de política e estratégia. Os grupos alvos do plano são os pequenos, médios e grandes produtores com potencial para a produção orientada para o mercado. Neste sentido, o plano pretende aumentar a produção de alimentos; aumentar a produção orientada para o mercado; aumentar a competitividade dos produtores agrários e pesqueiros; utilizar de forma sustentável os solos, águas e florestas; e desenvolver a capacidade dos setores agrário e pesqueiro nacionais (MOÇAMBIQUE, 2013a).

O PNISA aponta os pequenos produtores como grupo alvo. Quanto aos CCA, destaca que os investimentos públicos prioritários devem ser direcionados para áreas

⁴⁴ A 2ª Assembleia da UA assinou esta declaração na capital moçambicana sobre a Segurança Alimentar e Agricultura. A declaração hoje é recordada pelo seu compromisso em atribuir pelo menos 10% do OE à agricultura de modo a alcançar um crescimento de 6% na economia agrícola (MOÇAMBIQUE, 2012).

⁴⁵ Assinada na capital da Tanzânia, os chefes de Estado da SADC, dentre outros aspectos recomendaram medidas de apoio aos camponeses incluindo a exploração de depósitos de minerais para o fabrico de fertilizantes na região (*Idem*).

⁴⁶ Capital da Nigéria, reitera que qualquer iniciativa para a redução do problema da fome deverá ter como base a resolução da debilitação do solo provocada pelo contínuo processo de extração de nutrientes sem reposição (*Ibidem*), processo possível pelo pousio das terras em cultivo.

geográficas com alto potencial agrícola, particularmente os CD com fácil acesso aos centros de produção e aos mercados de consumo. Sendo que nos corredores destacados pelo PEDSA há um enfoque em cadeias de valor, competitividade no mercado interno e externo, bem como na melhoria das condições necessárias na cadeia de produção (MOÇAMBIQUE, 2013a). Catsossa (2020) aponta que o governo moçambicano tem no PNISA e no PEDSA, um trampolim para materializar os objetivos de modernização agrícola e a mobilização de investimentos para a financeirização da atividade agrária nos CCA. Será que essa financeirização inclui os pequenos produtores, como?

Também em 2013, é lançado o Plano Director para o Desenvolvimento do Agronegócio (PDDA) 2013-2020. É um instrumento de implementação do PEDSA. Visa desenvolver um setor de agronegócio próspero, competitivo, inclusivo, impulsionador do setor produtivo como um todo e sustentável nas respostas ao emprego e desafios da segurança alimentar e nutricional, e no abastecimento aos mercados de produtos agrários em nível nacional e internacional. Destaca a necessidade de orientar os pequenos produtores para o mercado. Para isso é preciso fortalecer o apoio dos serviços de extensão agrária, para que sejam mais profissionalizados, mais conhecedores de tecnologias e mais especializados nos produtos prioritários, nas cadeias de valor e no agronegócio, desenvolver cartas tecnológicas dos produtos prioritários, distribuição de sementes certificadas e maior acesso à tração animal. Também privilegia que estes se organizem em associações para capacitá-las no estabelecimento de ligações aos empresários emergentes, grandes empresas agrárias, agroindústrias e comerciantes. Destaca ainda que de acordo com os CCA definidos pelo PEDSA foram definidos *clusters*⁴⁷ para o desenvolvimento de agronegócio (MOÇAMBIQUE, 2013b).

Em 2014 é lançada a Estratégia Nacional de Desenvolvimento⁴⁸ (END) 2015-2035, apontada na Agenda 2025 como algo por se criar, para assegurar uma maior concentração do processo de desenvolvimento no país. O governo elaborou a END com o objetivo de elevar as condições de vida das populações por meio da transformação estrutural da economia, expansão e diversificação da base produtiva. Assim, a estratégia, pressupõe que o alcance do desenvolvimento econômico e social integrado, passa pela transformação

⁴⁷ No CdN o documento destaca sete *clusters*: **Cuamba**, Nacala, Nampula, Malema, Ribaué, Monapo e Erati (MOÇAMBIQUE, 2013b, grifo nosso).

⁴⁸ Em setembro de 2021 a estratégia começou a ser revisada, com a intenção de ajustar aos atuais desafios socioeconômicos do país.

estrutural da economia para um estágio competitivo e diversificado. Na qual se aposta na industrialização como principal via para alcançar a visão de prosperidade e competitividade, assentes num modelo de crescimento inclusivo e sustentável, assegurando que os ativos naturais continuem a oferecer os recursos e serviços ambientais dos quais depende o bem estar e progresso contínuo do país. Com foco nos polos de desenvolvimento, há uma esperança que a industrialização dinamize a economia impulsionando o desenvolvimento dos principais setores de atividade (agricultura e pesca), na criação de emprego e na capitalização dos moçambicanos (MOÇAMBIQUE, 2014).

Esta estratégia pretende conferir maior ênfase à abordagem integrada de atuação do governo, que consiste na criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEE) em função das potencialidades de cada região e dos parques industriais ao longo dos Corredores Desenvolvimento (CD), por meio de Parcerias Público Privadas (PPP). Algo que responde à adesão do país a Iniciativa de Desenvolvimento Espacial (SDI) que abordamos antes. Estas iniciativas visam agregar diferentes indústrias à montante e à jusante da cadeia de produção e valor dos recursos que o país dispõe. Há reconhecimento que as deficiências de infraestruturas físicas afetam as pequenas e médias empresas e aos pequenos produtores rurais. Assim, os investimentos em infraestruturas de transporte, deverão ser concebidos como configurado nos planos dos CD, que integram econômica e socialmente o território nacional, aproximam áreas produtoras e mercados consumidores, viabilizam exportação de excedentes para mercados internacionais e permitem trânsito de mercadorias importadas e exportadas pelos países vizinhos do *hinterland*. Para o pequeno produtor a END destaca a necessidade de expandir o crédito rural em condições adequadas às especificidades do setor e características do pequeno produtor, enfatiza Moçambique (2014).

Em 2015, é lançado o Plano Operacional para o Desenvolvimento Agrário (PODA). Este resulta da harmonização e operacionalização de alguns instrumentos orientadores do governo, como por exemplo, o PEDSA e o PNISA, aqui referenciados. Visa garantir a produção de alimentos de origem vegetal e animal; garantir a segurança alimentar e nutricional; reduzir os níveis de importação de alimentos de origem vegetal e animal; promover o aumento da renda familiar dos pequenos produtores; promover plantações florestais e a gestão sustentável de recursos naturais (terra e água). Destaca a necessidade de aumento do número de extensionistas que assistem à produção dos pequenos produtores

e assegurar-lhes o acesso aos fertilizantes (inorgânicos e orgânicos) (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR, 2015).

O plano, indica também as cadeias de valor produtivas para cada um dos seis CD definidos pelo PEDSA. Aqui, procura promover a construção, reabilitação e manutenção de vias de acesso secundárias, terciárias e vicinais para facilitar o escoamento dos produtos nos respectivos corredores. Igualmente nos corredores, advoga a necessidade de estabelecimento de núcleos de produção intensiva com infraestruturas e orientados para jovens e mulheres, bem como assegurar a ligação com projetos âncora desenvolvidos neles, destaca o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (2015).

Em 2015, cobrindo a região foco da nossa pesquisa, é lançado o Projecto das Estratégias de Desenvolvimento Económico do Corredor de Nacala na República de Moçambique (PEDEC-NACALA) com apoio e patrocínio da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA). Tem o objetivo de formular estratégias de desenvolvimento para guiar o desenvolvimento e o investimento no CdN, da seguinte maneira: melhoria da capacidade social e de crescimento económico da região; orientação efetiva do desenvolvimento apropriado da região; promoção de investimento privado adequado na região e administração devida dos recursos da região. O desenvolvimento de infraestruturas de transporte reduzirão os seus custos numa ampla área, fazendo com que os preços dos bens básicos e materiais de construção diminuam e os pequenos agricultores poderão comprar insumos químicos a preços mais razoáveis, assim como vender os seus produtos agrícolas a preços mais altos para os comerciantes intermediários (MOÇAMBIQUE, 2015).

O projeto pretende promover o desenvolvimento agrícola sustentável, investindo no desenvolvimento dos pequenos produtores e o aumento do uso efetivo da vitalidade e fundos do setor privado para a assistência aos pequenos produtores. As estratégias parte do projeto estão preparadas para seguintes ações em benefício dos pequenos produtores: proteger os direitos deles e das comunidades em relação à terra e outros recursos naturais no seu uso sustentável, bem como prevenir conflitos; aumentar a produção agrícola e a sua diversificação, melhorando a produtividade dos pequenos produtores; estabelecer cadeias de fornecimento para produtos agrícolas, bem como agregação de valores; melhorar a governação do setor agrário e desenvolver infraestruturas sociais que apoiem as melhorias nas comunidades (MOÇAMBIQUE, 2015).

Por último, destacamos o programa SUSTENTA, de 2017. É um programa de âmbito nacional de integração da agricultura familiar em cadeias de valor produtivas. Tem como objetivo melhorar a qualidade de vida dos Agregados Familiares rurais por meio da promoção de uma agricultura sustentável (social, econômica e ambientalmente). Suas ações estão em conformidade com as cinco grandes prioridades do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), nomeadamente, segurança alimentar, rendimento familiar, emprego, inclusão social, produção e produtividade (MOÇAMBIQUE, 2017a). No documento consultado, não há uma referência concreta aos seis corredores definidos pelo PEDSA, mas pela abrangência do programa, seu destaque atual no país e sua alusão durante o trabalho de campo, está implícito o uso e relação com os CCA.

Esses instrumentos evidenciam elementos de política, até de história e geografia, que são críticos para a compreensão do desenvolvimento rural e agrário moçambicano, assim como do CdN (KALINA, 2017). No entanto, os instrumentos de política econômica e agrária acima apontados apresentam uma relativa abordagem de ações relacionadas com os CCA definidos no país, bem como sobre ações para a melhoria das condições de vida e de produção dos pequenos produtores, a pesar da importância atribuída a ambos no continente e no país. Entre eles não há uma espécie de contínuo e complementariedade forte, como se com o andar do tempo o foco do setor variasse, apesar que depois do PEDSA os instrumentos criados em seguida procuram se apresentar como parte da implementação do mesmo.

Associamos à isso o fato de o próprio Ministério que tutela o setor não manter uma nomenclatura fixa, fazendo entender que cada legislatura um novo foco era/é dado ao setor, mesmo sendo o mesmo partido que governa o país desde 1975. É como se os instrumentos que vêm sendo elaborados desde a aprovação da Política Agrária e Estratégia de Implementação (PAEI) se manifestassem mais como políticas de governo e não de Estado. Ou seja, nas palavras de Lopes (2016), há necessidade de definição de uma política agrícola nacional mais abrangente e eficiente, bem como capaz de unificar a multiplicidade de esforços anunciados, mas fragmentados e muitas vezes assumindo posições contraditórias.

Neste sentido, para Mosca (2011, p. 217), as políticas agrárias revelam claramente uma não priorização da agricultura. Para o autor “os preços e os salários, o crédito, as

políticas orçamentais que refletem as prioridades governativas, não revelam qualquer intenção de tornar a agricultura e o meio rural como a base de desenvolvimento como surge nos discursos políticos”. Por isso, ser preciso conceber políticas agrícolas que apoiem os rendimentos dos pequenos agricultores, a fim de assegurar que as políticas contribuam para o desenvolvimento rural e para a redução da pobreza rural, acrescenta Schutter (2015).

Mas, em algum momento esses indicam e reforçam um Estado fraco e dependente do capital privado, nacional e estrangeiro, para procurar responder aos desafios de transformação social e estrutural do setor, sendo que para o capital o lucro e retorno dos investimentos é palavra de ordem, assim, como o capital e o Estado vão potencializar o pequeno produtor nesse processo, é algo que deve ser acompanhado pela academia.

Portanto, a inexistência de uma estratégia de desenvolvimento rural ou de um modelo de desenvolvimento rural e agrário que se tenha estabelecido, no qual vários programas e estratégias de desenvolvimento se orientam, evidencia que a grande maioria das políticas e programas para o setor da agricultura não lograram ainda a desejada transformação social e estrutural da agricultura, bem como do meio rural. E continuamos almejando. Será que o SUSTENTA, com essa dimensão nacional e importância depositada pelo governo sustentará o setor?

Os dados, políticas, aspectos e fenômenos reportados neste capítulo devem ser observados como elementos que ajudam na compreensão dos processos transformativos que o país passou e precisa passar para atingir a desejada melhoria das condições de vida da sua população, via desenvolvimento agrícola e rural. No entanto, essa melhoria, principalmente pelas estatísticas sobre a situação do meio rural, no qual se encontra grande parte da população e, conseqüentemente, com as condições de vida menos satisfatórias, comparativamente ao meio urbano, deve, tomar a agricultura como um dos elementos chave. Não só por ser a atividade mais exercida e que mais emprega, mas também pela potencialidade de poder gerar alimentação e fonte de renda.

No capítulo seguinte, vamos procurar fazer um olhar generalizado de como se manifesta a vertente globalizada e transnacional dos CCA, focando nos referenciados corredores África Oriental e Austral aqui discutidos, bem como nos três principais corredores moçambicanos. No que diz respeito ao CdN vamos apresentar algumas

iniciativas e/ou investimentos agrícolas que espelham esse processo globalizado, transnacional e de transformação do corredor em CCA.

4. PROCESSOS GLOBAIS, TRANSNACIONAIS E TRANSFORMATIVOS DOS E NOS CORREDORES EM ÁFRICA: SUAS INFLUÊNCIAS NO CORREDOR DE NACALA

O continente africano foi no passado alvo de exploração dos seus recursos pelas potências imperialistas, antes e durante a colonização. No entanto, depois de independentes e, principalmente nas últimas décadas, faz parte da cobiça de investidores internacionais, tanto do Norte-Global, como do Sul-Global. Estes procuram se aproximar dos governos nacionais e locais, para em conjunto procurar desenhar estratégias de explorar os recursos que os países do continente dispõem, com a justificativa de que promoverá desenvolvimento. Nessa exploração e as transações comerciais que daí surgem, a necessidade de escoamento dos produtos requer, de entre outras coisas, o apetrechamento das vias de comunicação. Aqui, a construção e/ou reconstrução dos CD e as respectivas infraestruturas no continente vem se manifestando como prioridades.

Nos parágrafos que seguem, vamos evidenciar a tendência recente de implementação de corredores em África, principalmente na África Subsaariana, com especial ênfase às regiões Oriental e Austral de África (onde se localizam os quatro corredores que temos vindo a destacar), para depois abordar os principais corredores moçambicanos e, por fim apontar alguns dos investimentos e investidores que ocupam terras no CdN.

4.1 OS CORREDORES DE DESENVOLVIMENTO E TRANSFORMAÇÃO DA ÁFRICA

Apontamos anteriormente que em África, contrariamente aos países do Norte-Global, a ideia dos Corredores de Desenvolvimento (CD) e/ou Corredores de Crescimento Agrário (CCA) é algo que foi adotado recentemente. Estes atuam como mecanismos de promoção de desenvolvimento das regiões nas quais são implantados, de atrair investimento estrangeiro, de promover integração (comercial) nacional, regional e internacional, bem como de promover transformações sociais das regiões visadas.

Nesse sentido, Kato (2019) reforça que as razões para este recente interesse nos corredores é o fato de com eles poder se ampliar a conectividade física, apoiar a integração comercial e regional, promover o crescimento agrícola, absorver a expansão das áreas

urbanas e conectar polos de crescimento. Mas, o lançamento dos mesmos envolve o estabelecimento de uma arquitetura de gestão, tais como secretariados, fundos e agências de implementação, sendo que estes podem tornar-se poderosos na tomada de decisões e como canais de atrair capital, evidencia Smalley (2017). E, sendo poderosos na tomada de decisão poderão deixar pouco campo de atuação ao Estado e, em consequência, excluir os já sem vez, voz e participação nas estratégias de desenvolvimento, os mais pobres, como os pequenos produtores aqui estudados.

Perspectivados como geradores de crescimento econômico, motores da modernidade em lugares considerados remotos e atrasados, os CD são igualmente lugares de potencial acumulação, de alianças entre elites domésticas (nacionais e locais) com o capital empresarial privado nacional e internacional, de intervenção de instituições financeiras e “doadores” internacionais. Os projetos que orientam a criação dos corredores são frequentemente concebidos para fornecer mais do que um tipo de infraestruturas, bem como para alimentar mais de um setor. Isto, porque não é fácil convencer aos investidores a financiarem infraestruturas puramente para alimentar o setor agrícola, devido aos riscos envolvidos. Assim, em muitos corredores a extração mineral e o desenvolvimento agrícola tornam-se ligados e como parte do desenvolvimento dos corredores, principalmente na atual era de *boom* de recursos minerais e cultivo de *commodities* agrícolas (CHOME *et al.*, 2020).

Este recente interesse e implementação dos corredores carrega consigo processos e dinâmicas relacionais entre os diferentes atores e investidores na prossecução dos mesmos. Juntos, estes estão a reconfigurar as relações sociais, econômicas e espaciais nos lugares em que existem corredores no continente africano. Ou seja, estas intervenções estão e vão trazer transformações que impactam positiva e negativamente nos lugares e nas pessoas desses lugares.

Destacamos antes que a União Africana (UA), a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) na perspectiva de transformar o continente, no geral, e a África Subsaariana (AS) em particular, adotaram os corredores como parte da estratégia transformativa. Tempos depois, a UA em parceria com a Comissão Econômica das Nações Unidas para África/*United Nations Economic Commission for Africa* (UNECA), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a Agência de Planeamento e Coordenação da

NEPAD (*NEPAD Agency*) formularam o Programa de Desenvolvimento de Infraestruturas em África/*Programme for Infrastructure Development in Africa* (PIDA), 2012-2040. Essa iniciativa continental, com um orçamento de 360 milhões de dólares, tem como bases projetos e programas regionais que perspectivem resolver o déficit de infraestruturas que alegadamente vem prejudicando gravemente a competitividade do continente no mercado global (AFRICAN UNION, 2012).

A questão da integração regional para o desenvolvimento econômico de África tem sido há muito reconhecida pelos líderes africanos, que têm manifestado o interesse de construir um mercado de bens comuns. O objetivo estratégico geral do PIDA é permitir que o continente atinja esse mercado comum. Assim, melhorando o acesso às redes integradas de infraestruturas regionais e continentais, o PIDA permitirá aos países satisfazerem a procura prevista de serviços de infraestruturas e aumentar a competitividade da seguinte maneira: aumentando a eficiência; acelerando o crescimento; facilitando a integração na economia mundial; melhorando o nível de vida dos africanos e desencadeando o comércio entre os africanos, acrescenta a African Union (2012).

Neste sentido, a estratégia de investir em blocos econômicos regionais com vista a facilitar a mobilidade de capital, pessoas e mercadorias, tem nos corredores transnacionais um forte aliado. Mas, qual é o cenário e a dimensão recente dos corredores no continente africano?

No decorrer das últimas décadas a expansão de projetos de implementação dessas Iniciativas de Desenvolvimento Espacial (SDI), por meio das Parcerias Público Privadas (PPP), tem sido um fenômeno característico do continente, por meio das quais mais de 40 corredores estão ganhando forma na África Subsaariana (vide o próximo quadro), como um processo de concentração de investimentos em infraestruturas para fortificar a interligação geográfica. Terminados, estes corredores estender-se-ão por mais de 53.000 km de comprimento, cruzando o continente e abrindo vastas áreas de terras para investimento. Estes corredores pretendem ser um processo de coordenação e concentração em infraestruturas de transporte, que pode ser por meio da construção ou modernização de estradas, caminhos-de-ferro e portos já existentes, frequentemente relacionadas com o acesso para exploração de recursos minerais e agrícolas (que pode incluir serviços de extensão, irrigação, fornecimento de fertilizantes, sementes e armazenamento). Aqui, são apontados muitos fatores para a fraca produtividade agrícola no continente, mas a falta de

infraestruturas é amplamente citada como crítica (BYIERS; MOLINA; ENGEL, 2016; ENNS, 2018; FONSECA, 2003; KALINA, 2017; NOGALES, 2014; SMALLEY, 2017; STEIN; KALINA, 2019).

As abordagens espaciais que estes corredores refletem, estão articuladas com a iniciativa *Grow Africa*, lançada em 2011, pela UA, NEPAD (CAADP e AGRA), WEF, o G8 (NAFSN) e o G20⁴⁹ como plataforma para promover PPP e/ou triangulares entre África, parceiros relacionados e o setor privado. Por meio desta iniciativa, à atração de investimentos deve estar alinhada com os planos nacionais de investimento na agricultura e promover cadeias de valor agrícolas específicas no continente, em Moçambique, por exemplo, por meio do PEDSA e do PNISA. O papel da iniciativa, entre outras questões, é ligar empresas transnacionais agrícolas sediadas em África com empresas nacionais, numa perspectiva de adquirir produtos localmente dos pequenos e médios produtores (BYIERS; MOLINA; ENGEL, 2016; FINK, 2014; KATO, 2019; NOGALES, 2014; MOSCA, 2015; OBENLAND, 2014; PAUL; STEINBRECHER, 2013).

Neste sentido, cerca de 28 empresas multinacionais e agroindustriais globais, de várias áreas e interesses, junto com o WEF adotaram, também em 2011, a Nova Visão para Agricultura/*New Vision for Agriculture* (NVA) que se enquadra na iniciativa *Grow Africa* (NOGALES, 2014; PAUL; STEINBRECHER, 2013). Estas empresas são tidas como parceiras na implementação dos corredores no continente, principalmente pelo fato dos países africanos apresentarem pouco orçamento público para dar conta de reabilitar e/ou construir os corredores e, conseqüentemente, recebem muita atenção e investimento financeiros expressivos, com a justificativa de transformar regiões supostamente ‘atrasadas’. A presença dessas empresas dá a dimensão transnacional e globalizada dos processos transformativos que ocorrem nos corredores africanos no geral, e no setor agrícola em particular.

Assim, em termos de impaciência crescente com o ritmo das negociações globais, as dificuldades dos governos em alcançar compromissos na arena multilateral e a percepção dos orçamentos públicos como esgotados e/ou insuficientes, estas aproximações entre governos, empresas e sociedade civil estão a chamar atenção como catalisadores de transformações e de desenvolvimento da agricultura em África (OBENLAND, 2014).

⁴⁹ Grupo de 19 países industrializados e emergentes mais a União Europeia. Os países são: África do Sul, Alemanha, Argentina, Arábia Saudita, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia.

Estas empresas representam toda uma cadeia de abastecimento de mercados globalizados, que vão desde sementes, fertilizantes, insumos químicos, produção, transformação, processamento, transporte e comércio até aos supermercados. Esse universo de empresas, evidencia que os principais grupos industriais do setor de alimentos e agronegócios do mundo estão cada vez mais interessados no continente africano. A rede de empresas e a indicação do país sede pode ser evidenciado no quadro seguinte:

Quadro 3 – Empresas multinacionais e agroindustriais globais com interesse nos CCA.

Nomes das empresas	País sede/origem
<i>Archer Daniels Midland</i>	Estados Unidos da América- (EUA)
<i>Bunge Limited</i>	
<i>AGCO Corporation</i>	
<i>Cargill</i>	
<i>CF Industries</i>	
<i>Coca-Cola</i>	
<i>Dupont</i>	
<i>General Mills</i>	
<i>Kraft Foods</i>	
<i>Monsato</i>	
<i>PepsiCo</i>	
<i>The Mosaic Company</i>	
<i>WalMart</i>	
<i>BASF;</i>	Alemanha
<i>BAYER AG</i>	
<i>Metro AG</i>	
<i>Diageo</i>	Reino Unido
<i>Unilever</i>	
<i>Heineken</i>	Holanda
<i>Louis Dreyfus Company</i>	
<i>Rabobank</i>	
<i>Royal DSM</i>	(Dinamarca)
<i>Maersk</i>	
<i>Nestlé</i>	Suíça
<i>Swiss Reinsurance</i>	
<i>Syngenta</i>	
<i>SABMiller</i>	Bélgica
<i>Yara International</i>	Noruega

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Ikegami (2015); Nogales (2014); Paul e Steinbrecher (2013); União Nacional dos Camponeses e GRAIN (2015); West e Haug (2017).

Esta rede de empresas é composta por gigantes dos setores das quais elas operam individualmente, representando o interesse do capital internacional no continente africano, especificamente de seus recursos e das potenciais facilidades de alcançar um mercado diverso e globalizado pelos corredores em implementação. Aqui, por mais que a lógica da implementação dos CCA em África advoga a modernização da agricultura do continente, cabe perguntar se esse interesse será diferente do que possibilitou o imperialismo colonial no continente? No qual à África era mais produtora e fornecedora de matéria-prima e que depois retornava em forma de produto manufaturado e a preços altos?

Ou seja, o investimento que essas empresas aplicam levará à melhoria das condições de vida das populações nas quais os empreendimentos estão a tomar lugar ou seguirá uma lógica capitalista que pretende lucro e ganhos econômicos para essas empresas – todos ganham ou uns ganham e outros perdem? Algo que se deve explorar mais, uma vez que para Mosca (2015) e Nogales (2014) o envolvimento dos governos locais e das comunidades no desenvolvimento e planos de exploração dos corredores tem sido insuficiente, refletindo mais para processos de priorização de megaprojetos agrícolas, em detrimento do mercado interno, da segurança alimentar e soberania alimentar e nutricional, bem como da inclusão social.

O quadro abaixo resume e caracteriza os mais de 40 corredores que estão ganhando corpo e ocupando milhões de hectares de terras na África Subsaariana, divididos em três regiões, nomeadamente, África Austral, África Oriental e África Ocidental e Central, respectivamente. Nele podemos constatar que estes corredores vão de corredores que envolvem vários países, vários setores, vários corredores, aos que envolvem um único país, corredor e setor (NOGALES, 2014).

Quadro 4 – Corredores na África Subsaariana.

Nome do Corredor	País/países envolvidos	Infraestrutura Principal	Foco em minerais e/ou agricultura
ÁFRICA AUSTRAL			
Norte-Sul	República Democrática do Congo, Botsuana, Maláui, Moçambique, África do Sul, Zâmbia, Zimbabué	Caminho-de-ferro	Minerais
Maputo	Moçambique, África do Sul, Zimbabué e o Reino de Essuatíni	Caminho-de-ferro, estrada e porto	Minerais (alumínio), gás e energia.
Lubombo	Reino de Essuatíni, Moçambique e África do Sul	Caminho-de-ferro e estrada	Sem informação
Limpopo	Moçambique, África do Sul, Zâmbia, Zimbabué	Caminho-de-ferro	Agricultura
Beira	Moçambique e Zimbabué	Caminho-de-ferro, estrada e porto	Agricultura e mineração
Zambezi	Moçambique, Zâmbia e Zimbabué	Caminho-de-ferro	Sem informação
Nacala	Moçambique, Maláui e Zâmbia	Caminho-de-ferro e porto	Agricultura e mineração
Walvis Bay	Botsuana, Namíbia e África do Sul	Caminho-de-ferro, estrada e porto	Sem informação
Luanda-Cabinda	Angola	Oleoduto	Sem informação
Lobito-Benguela	Angola	Caminho-de-ferro	Sem informação
Namibe	Angola	Caminho-de-ferro e estrada	Sem informação
Malanje	Angola	Caminho-de-ferro e estrada	Sem informação
Costa-a-Costa	Reino de Essuatíni, Moçambique, África do Sul, Botsuana e Namíbia	Sem informação	Sem informação
Região da Cidade de Gauteng	África do Sul	Urbano	Sem informação
Manzini-Durban	Reino de Essuatíni e África do Sul,	Sem informação	Sem informação
Maseru-Durban	Lesotho e	Sem informação	Sem informação

	África do Sul,		
Vale do Zambeze	Moçambique	Caminho-de-ferro	Minerais (carvão) e agricultura
ÁFRICA ORIENTAL			
Mtwara	Tanzânia, Maláui, Moçambique e Zâmbia	Caminho-de-ferro	Minerais (carvão, minério de ferro, gás), agricultura e pesca
Uhuru/Tazara	Tanzânia	Caminho-de-ferro	Sem informação
Central	Tanzânia e Ruanda	Caminho-de-ferro e estrada	Ouro
Tanga	Tanzânia	Caminho-de-ferro e estrada	Sem informação
LAPSSET	Quênia, Etiópia, Sudão do Sul, Uganda	Caminho-de-ferro e oleoduto	Mineração e agricultura
Mobassa-Nairobi-Addis Ababa	Quênia e Etiópia	Estrada	Sem informação
Djibouti	Djibouti e Etiópia	Caminho-de-ferro	Sem informação
SAGCOT	Tanzânia	Sem informação	Agricultura
Central	Tanzânia, Burundi, República Democrática do Congo, Ruanda e Uganda	Sem informação	Sem informação
Kampala-Entebbe	Uganda	Sem informação	Sem informação
ÁFRICA OCIDENTAL E CENTRAL			
Dakar-Port Harcourt	Nigéria, Senegal, Mali e Níger	Caminho-de-ferro	Sem informação
Conacri-Buchanan	Guiné-Conacri, Libéria e Costa do Marfim	Caminho-de-ferro e oleoduto	Sem informação
Sekondi-Ougadougou	Gana e Burquina Fasso	Caminho-de-ferro	Sem informação
Golfo da Guiné	Costa da África Ocidental	Estrada	Sem informação
Douala-N'djamena e Douala-Bangui	Camarões, República Centro Africana e Chade	Caminho-de-ferro e Estrada	Sem informação
Camarões-Chade	Camarões e Chade	Oleoduto	Sem informação
Mbalam	Camarões e Congo	Caminho-de-ferro e Estrada	Sem informação
Libreville-Lomie	Gabão e Camarões	Caminho-de-ferro e Estrada	Sem informação
Bas Congo	República Democrática do Congo	Caminho-de-ferro	Energia hídrica e minerais
Abdjan-Ougadougou	Costa de Marfim	Sem informação	Sem informação
Anel Ferroviário da África Ocidental	Níger, Burquina Fasso, Benin, Togo e Costa do	Caminho-de-ferro	Minerais

	Marfim		
Abidjan-Lagos	Costa do Marfim, Gana, Togo, Benin e Nigéria	Sem informação	Sem informação
Dakar-Touba	Senegal	Sem informação	Sem informação
Greater Ibadan-Lagos-Accra	Benin, Gana, Nigéria e Togo	Urbano	Sem informação
Triângulo Great Hausa-Yoruba-Ashanti	Gana, Benin, Togo e Nigéria	Sem informação	Sem informação
Emerging Luanda-N'Djamena	Angola, República Democrática do Congo, Camarões, Gabão, República Centro Africana e Chade	Sem informação	Sem informação
LAKAJI	Nigéria	Sem informação	Agricultura

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Chome *et al.* (2020); Smalley (2017); Nogales (2014) e Rasagam *et al.* (2014).

Estes corredores que estão proliferando pela África, além das demais iniciativas estabelecidas para incentivar os CCA e das declarações dos países africanos que visam fazer com que a agricultura seja prioritária por parte dos governos, também se relacionam com a declaração de Malabo⁵⁰, de 2014, sobre o Programa Compreensivo para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP) e o compromisso para acelerar o crescimento agrícola e transformação para partilha de prosperidade e melhoria das condições de vida. Essa declaração pretende catalisar o desenvolvimento agrícola em África, particularmente por meio de infraestruturas e ligações ao mercado. Isto significa aumentar os investimentos na agricultura, aumentar a produção, a produtividade e o emprego e, conseqüentemente, ligar a agricultura africana aos mercados regionais e globais, despertando o gigante adormecido da agricultura (BYIERS; MOLINA; ENGEL, 2016; THE WORLD BANK, 2009).

No entanto, é preciso fazer uma ressalva nesta apoteose em relação aos corredores, pois, para Paul e Steinbrecher (2013), a intenção dos projetos é impor aos pequenos produtores o uso intensivo de agroquímicos e de irrigação. Mesmo que a história mostre que ao longo prazo o uso intensivo de químicos e água não é sustentável, na medida em que leva a um aumento de emissões, contaminação, salinização, degradação e desperdícios de solos e água. A obsessão com a eficiência das máquinas agrícolas, como

⁵⁰ Capital da Guiné-Equatorial.

advoga a Revolução Verde africana e moçambicana, tem o potencial de acelerar grandemente esse processo de degradação, evidenciam Paul e Steinbrecher (2013). No entanto, estes efeitos adversos do desenvolvimento não estão ao alcance dos mais pobres e pouco instruídos, que querendo ao todo custo sair da precariedade produtiva e de vida aceitam, quase, sem crítica esse desenvolvimento que é apresentado como solução dos seus problemas produtivos atuais.

O quadro acima ilustra a expansão, numa parte do continente africano, dos corredores, que visando vários interesses rompem as fronteiras entre os países por meio de investimentos em vários tipos de infraestruturas, deixando-os interligados por estradas, caminhos-de-ferro e/ou portos. Sempre com o intuito de se ligarem comercialmente e movimentar pessoas e bens, de forma curta, rápida e quiçá barata. Estes corredores não só são estabelecidos com o intuito de responder aos objetivos de desenvolvimento dos países absorvidos por eles, dos blocos econômicos regionais, das agências financiadoras e “doadoras”, mas também respondem ao interesse de empresas de capital internacional com olhos nos recursos e potencialidades existentes no entorno dos corredores.

Estes aspectos ajudam para que se possa ter a dimensão do caráter transnacional e globalizado dos corredores, bem como são o reflexo de como as PPP são usadas e justificadas na consecução dos objetivos transformativos e de como se pode alcançar um desenvolvimento que se reflita na melhoria das condições de vida das pessoas, principalmente aquelas das regiões atravessadas pelos corredores.

Depois de indicarmos, acima, alguns dos corredores que estão a proliferar pela África Subsaariana, em seguida vamos destacar algumas diferenças e semelhanças entre os quatro corredores da África Oriental e Austral que havíamos destacado no Capítulo anterior, nomeadamente SAGCOT, LAPSET, BAGC e CdN. Referimos acima que pelo PIDA, há uma forte relação entre a implementação dos CD e o estabelecimento de mercados de bens comuns. Na região na qual se encontram esses quatro corredores além da SADC como um bloco político e econômico, temos o Mercado Comum da África Oriental e Austral/*Common Market for Eastern and Southern Africa* (COMESAL), a Comunidade da África Oriental/*East African Community* (EAC), entre outros (BYIERS; MOLINA; ENGEL, 2016; IKEGAMI, 2015; SRIVASTAVA, 2013), que têm nestes CD elementos para apoiar o desenvolvimento dos principais setores econômicos dos países abrangidos.

De acordo com Rasagam *et al.* (2014), a SADC promoveu o conceito de corredores regionais de transporte nos anos 80 e princípios do anos 90. O conceito de corredor desenvolveu-se no Programa Regional de Iniciativas de Desenvolvimento Espacial/*Regional Spatial Development Initiatives Programme* (RSDIP), iniciado pela África do Sul e, hoje, como apontamos antes, faz parte perspectiva da NEPAD e do BAD sobre os CD. Esse programa opera como instrumento para a garantia, priorização e promoção de infraestruturas inter-relacionadas e investimentos econômicos em grande escala em áreas geográficas desafiantes em termos de atração de investimentos, como dos quatro CD da região da África Oriental e Austral aqui destacados. Esse programa também advoga que vai espalhar os benefícios do crescimento econômico dos grandes investimentos ao longo destes corredores, por exemplo, por meio do fornecimento de infraestruturas para apoiar a agricultura dos pequenos produtores.

Para Fair (1989) a região da SADC há muito que procurava se livrar da dependência do sistema ferroviário e portuário da África do Sul, país com um desenvolvimento em termos de infraestruturas físicas de comunicação mais avançado da comunidade. Por isso há necessidade de obter alternativas em outros países. Neste sentido, o quadro que segue faz um resumo das características dos quatro corredores da África Oriental e Austral que têm despertado atenção na literatura como potenciais CCA, bem como por se integrarem nas iniciativas como Nova Visão para Agricultura em África (NVA) e *Grow Africa* e possibilitarem a ligação da região com o mundo.

Quadro 5 – Breve caracterização dos corredores SAGCOT, LAPSSET, BAGC e CdN.

	Nacala	Beira	SAGCOT	LAPSSET
Tipo de corredor	Corredor de transporte para áreas de mineração, com componente agrícola secundária	CCA, especialmente via agricultura comercial e produtores subcontratados	CCA, ligado ao cultivo de açúcar, arroz e agricultura comercial	Corredor de transporte e econômico, ligado ao turismo, agricultura e um oleoduto
Projeto principal	Exploração de carvão	Exploração de carvão	Tirar proveito da produção de açúcar de longo prazo	Oleoduto
Localização do principal porto/país	Nacala, Moçambique	Beira, Moçambique	Dar es Salaam, Tanzânia	Lamu, Quênia
				Lamu, Garissa,

Regiões do país cobertas	Nampula, Cabo Delgado e Niassa	Sofala, Manica, Tete e Zambézia	Iringa, Mbeya, regiões de Morogoro	Marsabit, Isiolo, Meru, Turkana, Samburu, Baringo e municípios de Laikipia
Objetivos pressupostos	Reconstrução e comercialização agrícolas, apoiando a indústria mineira	Reconstrução e comercialização agrícolas, apoiando a indústria mineira	Comercialização agrícola para melhorar a segurança alimentar, condições de vida e garantir sustentabilidade e ambiental; venda de fertilizantes e aumento de investimento estrangeiro	Reafirmar a posição regional do Quênia, aumentar o comércio e segurança energética
Influências e narrativas por trás	Tornar a região um celeiro agrícola, Cerrado ⁵¹ e mineradoras brasileiras, e “vazios”	Tornar a região um celeiro agrícola, Cerrado, empresas de mineração	Tornar a região um celeiro agrícola, exportação agrícola e “vazios”	Comércio, investimentos de vários tipos, incluindo agro comercialização e desenvolvimento, tecnocracia e potencial desbloqueio de terras áridas
Atores-chave	Empresas brasileiras e japonesas de mineração e agronegócio ⁵² , elites moçambicanas e governo moçambicano	Empresas de mineração, Yara, <i>AgDevCo</i> ⁵³ , <i>Prorufrica</i> ⁵⁴ , AGRA e governo moçambicano	Yara, <i>AgDevCo</i> , <i>Prorufrica</i> e AGRA, lobistas agrícolas tanzanianos, empresas multinacionais de alimentação e governo tanzaniano	Governo queniano, <i>Tullow Oil</i> ⁵⁵ , empresas de energia e telecomunicações e sociedade civil

⁵¹ Referência ao Cerrado brasileiro, no qual existem grandes plantações de monoculturas.

⁵² Muito relacionado com a tentativa de implementação do ProSavana.

⁵³ Com suporte do governo do Reino Unido é uma empresa investidora especializada em agronegócio africano.

⁵⁴ Consultora empresarial do Reino Unido que trabalha com o setor privado interessado em agronegócio e desenvolvimento rural.

⁵⁵ Multinacional do Reino Unido de exploração de petróleo e gás.

Principais “doadores”	JICA e BM	DfID, NORAD ⁵⁶ , BM e JICA	DfID, BM, UE, USAID ⁵⁷	BAD, BM, UE, DBSA ⁵⁸
------------------------------	-----------	--	--------------------------------------	------------------------------------

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Chome *et al.* (2020) e Smalley (2017).

Olhando para estes quatro corredores, Smalley (2017) aponta três aspectos que justifiquem a popularidade atual dos mesmos: a evolução dos corredores em ferramentas de desenvolvimento; um pensamento comum entre as agências “doadoras” e financiadoras sobre a importância das infraestruturas e o papel do setor privado no desenvolvimento da agricultura; e a necessidade de investimentos de atores do setor privado para apoiar a produção e assegurar as cadeias de abastecimento num mundo cada vez mais globalizado. No entanto, a autora assinala algumas diferenças chave entre os mesmos, na medida em que a agricultura foi mais central no desenho original do CdB e SAGCOT, do que o CdN e LAPSSET, no qual a mineração tem se manifestado o setor mais ativo.

O quadro cinco (5), mesmo se concentrado somente nos quatro corredores referenciados, mostra, como o quadro quatro (4), a configuração global, transnacional e de PPP que os corredores manifestam. O quadro deixa claro também que estes corredores procuram na exploração das infraestruturas de transporte e vias de comunicação físicas mecanismos para desenvolver a agricultura e a extração mineira, variando o foco principal entre os diferentes corredores e as narrativas que os legitimam, mas a componente agrícola tende a estar quase sempre presente.

Portanto, existe uma forte dependência das agências financiadoras e/ou “doadoras”, como maneira de colmatar a insuficiência orçamental dos países anfitriões para levar em diante suas agendas de desenvolvimento e de transformação da sociedade como um todo e, em particular, das regiões rurais que os corredores e/ou suas referidas infraestruturas atravessam. Ou seja, para Smalley (2017) os motores do desenvolvimento dos corredores não estão sendo normalmente os governo nacionais, mas sim uma rede de atores do setor privado que alinham suas ambições comerciais às ideias, sobre infraestruturas e agricultura dos “doadores” e comunidade internacional, focados em promover o desenvolvimento da agricultura no continente por meio da Assistência Oficial ao Desenvolvimento/*Official Development Assistance* (ODA). Fato que não só tira o protagonismo aos governos

⁵⁶ Agência Norueguesa de Cooperação para o desenvolvimento/*Norwegian Agency for Development Corporation* (NORAD).

⁵⁷ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional/*United States Agency for International Development* (USAID).

⁵⁸ Banco de Desenvolvimento da África Austral/*Development Bank of Southern Africa* (DBSA).

nacionais, como também não vem acompanhado de políticas públicas que fortaleçam a pequena produção e protejam suas terras, que são consideradas “vazias” pelos governos e pelo capital internacional.

4.2 OS CORREDORES DE DESENVOLVIMENTO E TRANSFORMAÇÃO DE MOÇAMBIQUE

Temos vindo apontar nesta pesquisa que Moçambique dispõe de uma localização geopolítica e geoestratégica privilegiada, a qual se associam os corredores e as infraestruturas dos mesmos, principalmente os três corredores que integram os três principais portos nacionais. Uma leitura pela história do país revela que esse aspecto é muito antigo. Por exemplo, no século XVI, os portugueses estabeleceram relações comerciais com Império Monomotapa⁵⁹ (1325-1700), nas quais o fator localização sempre foi estratégico, sendo que era escala no comércio com a Índia e possibilitava distintas rotas comerciais (KATO, 2019).

No período colonial, como apontamos antes, os portugueses enraizaram as rotas comerciais, como corredores que ligavam as colônias britânicas do *hinterland* com o Oceano Índico. Um fato histórico relacionado com intenção portuguesa de fomentar corredores é a sua tentativa frustrada de estabelecer ligação entre as então colônias de Moçambique (Oceano Índico) e Angola (Oceano Atlântico), por meio de um corredor interior, chamado Mapa-cor-de-rosa, passando pela Zâmbia, Zimbabué e Malawi, então colônias britânicas. Essa ambição levou a discussão sobre às possíveis fronteiras entre os dois colonizadores, culminando com um ultimato para que Portugal abandonasse a região disputada, o que frustrou a pretensão portuguesa (FONSECA, 2003; KAARHUS, 2018; STEIN; KALINA, 2019).

Como apontamos antes, o país identificou e aposta atualmente em seis corredores, sendo que assumimos como os três principais os de Maputo, Beira e Nacala, nos quais se encontram os três principais portos. Estes estão localizados em corredores de transporte históricos que, na época colonial serviram para facilitar o fluxo de exportações e movimentação de mão-de-obra, sempre como rotas logísticas internacionais importantes nas estratégias de desenvolvimento do país (FUJITA; TAKEDA, 2014; SMALLEY, 2017).

⁵⁹Também escrito *Mwenemutapa*, para mais detalhes ver DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA/UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE (1982).

Sendo que destes três, o de Maputo é o mais estabelecido e até referência de sucesso na região e no continente.

Estes corredores com o potencial de ligar não só o país, como também os países vizinhos com o mundo, são e sempre foram um importante elemento econômico para o desenvolvimento do país e da região, bem como de integração na economia global. Neste sentido, os mesmos são referência nos objetivos estratégicos e na transformação estrutural da economia do país.

Um aspecto importante da história de Moçambique e que está relacionado com a construção de algumas infraestruturas e ao processo de concessão e/ou arrendamento de terras como se assiste nos dias atuais, foi a implantação, nos finais do século XIX, de companhias majestáticas e arrendatárias⁶⁰. As companhias tinham capitais estrangeiros (ingleses, franceses e belgas). Estas podiam, de entre várias coisas, celebrar contratos, convenções ou tratados com os chefes tribais acerca de concessões territoriais, mineiras e agrícolas, para construção de caminhos-de-ferro, estradas, canais, telégrafos e outro tipo de infraestruturas necessárias aos fins das companhias. Estas infraestruturas foram igualmente um motor impulsionador de grande dinamismo econômico do colonizador (FONSECA, 2003; JAFAR, 2020).

Associado aos três corredores está, também, a criação dos primeiros caminhos-de-ferro do país, sendo que o primeiro foi aberto no Sul em 1895 para ligar o porto de Maputo, então Lourenço Marques, às minas de ouro do *Transvaal* na vizinha África do Sul; o segundo caminho-de-ferro foi a linha de Sena, aberto em 1904, que liga o porto da Beira às minas de ouro e pedras preciosas da Zâmbia e do Zimbabué, então Rodésias do Sul e do Norte, respectivamente; e o terceiro, foi a linha do Norte, aberto em 1924, ligando o Porto de Nacala a Cuamba, Lichinga e, por extensão, ao Lago Niassa e ao Malauí (MUITXS OUTRXS*, 2019), sendo que os últimos dois foram os mais afetados pela guerra civil que o país viveu, como apontamos antes.

Os Corredores de Desenvolvimento da Beira e Nacala, são construídos com base no sucesso do Corredor de Desenvolvimento de Maputo (MPDC) em meados dos anos 90, quando se dá uma aproximação pós-guerra civil e pós-apartheid entre Moçambique e

⁶⁰ A história aponta que Portugal usou destas companhias como estratégia para dominar o país, estas se situavam mais nas regiões Centro e Norte do país, sendo que o Sul tinha o controle direto do colonizador. Para mais detalhes, sobre a implantação das companhias e sua relação com a globalização econômica confira Jafar (2020).

África do Sul. Com isto e com a abordagem inicial das Iniciativas de Desenvolvimento Espacial (SDI) na África do Sul e, conseqüente adoção pela SADC como aposta para a região, os corredores da Beira e Nacala passaram a figurar como prioritários no país. Neste processo as PPP, que se manifestam por processos de privatizações e/ou concessões, bem como com o Investimento Direto Estrangeiro (IDE), a empresa pública Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), responsável pelas infraestruturas ferroviárias e portuárias do país, nos anos 2000, reabilitou os caminhos-de-ferro e portos, destacam Byiers, Karkare e Miyandazi (2020).

Estes autores destacam que as privatizações e as concessões privadas criaram relações estreitas entre o Estado e as empresas que, embora não só, têm estado ligadas cada vez mais ao setor extrativo. Os benefícios financeiros do processo de extração dos recursos naturais conduzem a rendas econômicas e políticas, nas quais as ligações partidárias⁶¹ dão acesso privilegiado a negócios lucrativos. Esse processo tem sido um importante motor da dinâmica recente do comércio e dos transportes, pela necessidade de transportar os recursos extrativos, bem como moldou o contexto da economia política dos corredores no país.

No que diz respeito ao IDE para os corredores no país, é de enfatizar o fato de o projeto Polo de Crescimento Integrado (PCI), financiado pelo Banco Mundial (BM), ter contribuído para que ao longo dos corredores da Beira e de Nacala, fosse construída a bolsa de mercadorias de Moçambique, um complexo de silos, com o objetivo de impulsionar a comercialização agrícola (GONÇALVES, 2020), estes silos fazem parte das infraestruturas que dão lugar à transformação espacial das regiões. O autor acrescenta que no desenho e discurso oficial em torno dos CCA no país, a construção destes silos foi apresentada como algo catalisador para a produção e comercialização de pequenos produtores, principalmente devido ao lento progresso no estabelecimento de grandes explorações agrícolas comerciais no país.

⁶¹ Moçambique tende a ser descrito como tendo formas de neopatrimonialismo de governação, no qual o Estado é utilizado como fonte de patrocínio para grupos favorecidos ligados ao partido no poder desde a independência, pelo sistema de sociedades. No que diz respeito ao CdN essas alianças pareciam mais evidentes no governo do anterior presidente, Armando Emílio Guebuza, sendo o atual presidente, Filipe Jacinto Nyusi, aparenta se distanciar mais das ligações comerciais diretas como o seu predecessor (BRUNA, 2019; BYIERS; KARKARE; MIYANDAZI, 2020; CHOME *et al.*, 2020; GARCIA; KATO, 2020; MONJANE; BRUNA, 2019; SELEMANE, 2017; UAIENE, 2015).

No entanto, nos três corredores as PPP são marcantes e visam promover economias de aglomeração, ou seja, ganhos econômicos pela concentração geográfica de atividades produtivas ao longo dos mesmos, proporcionando condições favoráveis aos investimentos do setor privado em áreas prioritárias. Algo conseguido com desenvolvimento de infraestruturas de apoio aos investidores prioritários (DI MATTEO; SCHONEVELD, 2016), por isso o forte investimento em estradas, caminhos-de-ferro e portos no país.

O MPDC é o primeiro CD de Moçambique e o mais importante dos três, bem como o precursor dos corredores da região, visto que influenciou fortemente o Programa Regional de Iniciativas de Desenvolvimento Espacial/*Regional Spatial Development Initiatives Programme* (RSDIP). A sua concepção, estrutura de investimentos foram adotados na maioria dos corredores subsequentes na SADC.

Este surgiu no sentido de aumentar e revitalizar a rota comercial histórica entre a África do Sul e Moçambique, por meio do porto de Maputo⁶². Criado pensando em gerar crescimento em áreas com potencial não realizado, os objetivos deste corredor vão para além do transporte e comércio. É definido como corredor econômico de pleno direito. Seu desenvolvimento foi lançado em 1996 com quatro objetivos-chave: reabilitação de infraestruturas primárias ao longo do corredor (estradas⁶³, caminhos-de-ferro, portos e postos fronteiriços); maximizar o investimento em áreas do corredor com potencial para atingir mercados regionais e globais, bem como de integração regional e econômica; maximizar o desenvolvimento social, as oportunidades de emprego e uma maior participação das comunidades historicamente desfavorecidas; e assegurar a sustentabilidade por meio do desenvolvimento de políticas, estratégias e planos que garantam uma abordagem holística, participativa e ambientalmente sustentável do desenvolvimento (HOPE; COX, 2015; KALINA, 2017; STEIN; KALINA, 2019; NETO, 2016; RASAGAM *et al.*, 2014; THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT, 2007).

Em 1994 foi criada a Iniciativa Logística do Corredor de Maputo/*Maputo Corridor Logistic Initiative* (MCLI), para fornecer apoio institucional as PPP e aos objetivos de desenvolvimento do corredor, sendo notavelmente bem sucedida, não só na região como na

⁶² Este porto está bem equipado para lidar com cargas a granel de minerais, carvão e produtos agrícolas. Vários países estão envolvidos no financiamento e na prestação de assistência técnica para o desenvolvimento do porto, como por exemplo, Grã-Bretanha, Itália, Alemanha, Holanda, Suécia, Noruega e Dinamarca (FAIR, 1989).

⁶³ Principalmente a que liga Maputo e *Witbank*, do lado sul-africano. Também chamada em Moçambique de estrada nacional número quatro (N4), que vai até Ressano Garcia, fronteira com África do Sul.

África como um todo. O MPDC introduziu uma série de novas inovações no fornecimento de infraestruturas, incluindo a primeira experiência do país de uma PPP centrada nos transportes, com a concessão da cobrança de pedágios e operação na N4 à empresa sul-africana *Trans African Concessions* (TRAC), desde 1996 a 2027. No entanto, uma análise crítica concluiu que este corredor carecia do envolvimento do governo e das comunidades no seu planeamento e execução, o que levou a um âmbito de benefícios limitados às empresas investidoras e a uma série de efeitos secundários perversos (BOWLAND; OTTO, 2012; KALINA, 2017; SMALEY, 2017).

Igualmente, houve no corredor, um investimento de infraestruturas em áreas de exploração agrícola, tais como sistemas de irrigação, para além das ferrovias e rodovias que ligam estas áreas ao porto de Maputo e aos países vizinhos, algo que tornou a região altamente atrativa para investidores agrícolas. Contudo, parece que o desenvolvimento da agricultura tem estacionado mais nas áreas sul-africanas que o atravessam, sendo que, mesmo havendo um relativo desenvolvimento nas três províncias moçambicanas que o integram, está muito aquém do que poderia ser (DI MATTEO; SCHONEVELD, 2016; LOPES, 2016).

Neste corredor, as principais culturas são hortícolas e banana, mas também cana-de-açúcar, milho, arroz e avicultura. No entanto, a região Sul do país importa produtos agrícolas de outros corredores nacionais, bem como da África do Sul, do Reino de Essuatíni, enfatiza Lopes (2016). Por isso, até hoje o setor agrícola sul-africano é um dos que mais abastece e alimenta as áreas urbanas do Sul do país e até partes do Centro e Norte.

Este corredor atravessa algumas das áreas mais industrializadas, mais produtivas e mais ricas em potencialidades e efetiva produção agrícola da África Austral. Ele procura encorajar projetos âncoras de agronegócio, indústria, turismo e outros setores com procura de transporte. Geograficamente, além de possibilitar o acesso ao porto de Maputo as áreas produtivas das províncias moçambicanas de Maputo, Maputo-Cidade⁶⁴, Gaza e

⁶⁴ Nesta província se encontra o maior e mais antigo parque industrial do país. Aqui se encontra a empresa Mozal, uma PPP (África do Sul, Austrália e Moçambique) de fundição de alumínio e responsável por parte significativa das exportações do país. Foi um dos primeiros grandes projeto de IDE do país (LANGA; MANDLATE, 2013).

Inhambane⁶⁵, possibilita também esse acesso às províncias de *Mpumalanga*, *Gauteng* e Limpopo na África do Sul, e o Reino de Essuatíni. Por fazer fronteira com o Botsuana, Zimbabué e Moçambique, a província sul-africana do Limpopo é o principal ponto de trânsito de carga de e para os países vizinhos do *hinterland* como Zimbabué, Zâmbia e Malawi, destaca Lopes (2016).

O segundo corredor, o CdB, também tem no porto da Beira a sua principal infraestrutura de integração regional e comercial (regional e globalmente). O porto é gerido por um operador portuário holandês, a *Cornelder* de Moçambique, que é um consórcio privado, formado por meio de uma parceria entre a empresa pública CFM e a *Cornelder Group*. A *Cornelder* gere os terminais de contentores e carga geral no porto desde 1998 (THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT, 2007).

O corredor é uma rota histórica e tradicionalmente importante que é a ligação entre o porto da Beira (e o Centro do país) ao Zimbabué (e outros países como Botsuana e República Democrática do Congo). Suas infraestruturas deterioraram-se durante a guerra civil e nos anos 2000 o governo sofreu pressão das empresas mineiras (e em menor escala, das empresas açucareiras) para melhorar a capacidade portuária da Beira, bem como as rotas de camionagem e as linhas férreas. Em 2005, o governo dinamarquês concordou em financiar a reabilitação do porto, que implicava a expansão das instalações de armazenamento e dragagem do porto para permitir que navios de grande porte atracassem permanentemente. Assim, o conceito do corredor expandiu-se para incluir as ligações rodoviárias da Beira ao Malawi e à Zâmbia, bem como a ligação ferroviária à província de Tete por conta do carvão da VALE. Essa expansão permitiu igualmente ligar o porto da Beira a operações em Harare (Zimbabué) por meio da província de Manica, e Lilongwe (Malawi) por meio da província de Tete. Esse porto proporciona também uma ligação de transporte para o interior do país (DI MATTEO; SCHONEVELD, 2016; RASAGAM *et al.*, 2014; SMALLEY, 2017).

O conceito de CCA da Beira foi lançado em 2010, sendo considerado o primeiro do país, bem como piloto de vários que foram surgindo⁶⁶. Reúne em sua iniciativa os setores público e privado, as comunidades locais e a comunidade de “doadores”, de uma forma

⁶⁵ Aqui há exploração de gás para um complexo petroquímico da Carvão e Óleos Sul-africanos/*Suid Afrikaanse Steenkool en Olie* (SASOL) na África do Sul (RASAGAM *et al.*, 2014), também numa lógica de PPP.

⁶⁶ Até a entrada em cena do CCA da Beira, os corredores de desenvolvimento em Moçambique focavam mais no desenvolvimento de infraestruturas e priorizando a indústria extrativa (KAARHUS, 2018).

coerente e planejada. Adota uma abordagem da SDI para acompanhar o desenvolvimento do setor agrícola de Moçambique, desenvolvendo as redes de infraestruturas e encorajando o desenvolvimento de *clusters* benéficos às empresas agrícolas. Com apoio dos vários “doadores” (DfID, NORAD e Holanda, por exemplo) objetivou alargar os benefícios dos investimentos no corredor, desde o transporte do setor extrativo à transformação espacial mais ampla. Estes “doadores” criaram um Fundo para o corredor em parceria com a AGRA para apoiar investimentos em empresas agrícolas e agroindustriais, bem como apoiar investimentos em irrigação e serviços de apoio à agricultura e aos pequenos agricultores (parques de máquinas, silos e regadios) (FEIJÓ; DADÁ, 2018; HOPE; COX, 2015; KAARHUS, 2018; NOGALES, 2014; STEIN, KALINA, 2019; RASAGAM *et al.*, 2014).

Com o objetivo de alimentar o setor da mineração, principalmente do carvão da VALE, e aos investimentos agrícolas que foram surgindo se assistiram obras de melhoria das ligações rodoviárias e da linha férrea de Sena. Igualmente, o porto passou por novas obras de reabilitação, que desta vez incluíam a construção de um terminal de fertilizantes, de responsabilidade da Yara⁶⁷, com o objetivo de captar as elevadas quantidades de adubo que entram via porto de Durban, na África do Sul, com destino ao Zimbabué e Zâmbia. Sendo que, com a Yara perdendo interesse e a aceitação limitada de outros atores, incluindo o governo, as parcerias no âmbito do corredor nunca se desenvolveram no quadro de coordenação previsto para investimentos em grande escala no desenvolvimento agrícola. Assim, em 2015, a Yara abriu um novo misturador de fertilizantes em Dar es Salaam, como parte do SAGCOT (KAARHUS, 2018, NOGALES, 2014; PAUL; STEINBRECHER, 2013). Os grandes investimentos agrícolas ao longo deste corredor estão concentrados nas culturas de milho, amendoim, cana-de-açúcar, hortícolas, soja, arroz, pecuária/avicultura e biocombustíveis (FEIJÓ; DADÁ, 2018; LOPES, 2016).

O terceiro corredor, o CdN, tem no porto de Nacala, situado numa ZEE uma das principais infraestruturas. O seu conceito, no país, surgiu na sequência do sucesso do MPDC, sendo identificado como um corredor logístico prioritário, no entanto, ao contrário do de Maputo que foi construído em algumas regiões mais industriais e economicamente

⁶⁷ Havíamos dito antes que esta era um grande ator na implementação dos CCA, principalmente dos quatro da região da África Oriental e Austral que temos vindo a destacar na pesquisa. Fato que mostra como essa internacional de fertilizantes se propôs a inscrever atores de diferentes níveis em questões de governação, negócio e desenvolvimento agrícola neste corredor na lógica de PPP de promoção da agricultura comercial (PAUL; STEINBRECHER, 2013).

sofisticadas da África Austral, o de Nacala atravessa largas regiões pobres, negligenciadas e predominantemente agrícolas.

É predominantemente construído em torno do caminho-de-ferro que liga o porto aos campos de produção de carvão da VALE na província de Tete, passando pelo Malauí, embora as condições das estradas estejam a melhorar. É igualmente uma rota histórica que liga o país aos centros econômicos dos países vizinhos e destes com o mundo. É caracterizado pelo potencial que tem para apoiar o desenvolvimento da agricultura, transportar carga comercial de Moçambique, Malauí e Zâmbia, minimizando os custos de transporte destes últimos, bem como integrar setores de telecomunicações, energia, mineração, indústria pesqueira, turismo e melhorar o acesso das comunidades das regiões de influência aos mercados e serviços sociais básicos para contribuir na redução da pobreza (BYIERS; KARKARE; MIYANDAZI, 2020; HOPE; COX, 2015; GARCIA; KATO, 2020; KALINA, 2017; ROCK; WU, 2001).

As potencialidades do porto de Nacala, um excelente porto natural, são tão antigas quanto o caminho-de-ferro Norte aberto nos anos 1920. O porto foi desenvolvido pela primeira vez em 1950, quando foi construído um ancoradouro de águas profundas, que posteriormente foi unido por um caminho-de-ferro à linha ferroviária Lumbo-Nampula, que depois compreendeu à fronteira do Malauí, em Entre Lagos, e para finalizar ao sistema ferroviário malauiano em 1970. Nos princípios dos anos 80, fatores como deterioração do caminho-de-ferro, diminuição do uso do lado malauiano e a sabotagem decorrente da guerra civil encerrou o tráfico do porto por algum tempo. No segundo semestre de 1987, o porto foi reaberto ao tráfego, sendo que a primeira fase da modernização do porto, que custou 16 milhões de dólares, foi financiada pela Agência Finlandesa de Desenvolvimento Internacional/*Finnish International Development Agency* (FINNIDA), com coparticipação moçambicana de quatro milhões de dólares (FAIR, 1989).

O conceito de CD surgiu pela primeira vez em 2000, quando Moçambique e o Malauí assinaram o acordo sobre o Corredor de Desenvolvimento de Nacala (CDN). Um acordo bilateral que estabelece um entendimento comum num quadro operacional transfronteiriço no qual se comprometem em melhorar as infraestruturas, com destaque as ligações ferroviárias. Em 2003 a Zâmbia se junta na iniciativa que cria o CDN, mas o maior desenvolvimento e solidificação se deu em 2008 pela conclusão de um acordo tripartido sobre desenvolvimento espacial. Assim, o corredor começa em Lusaka, na

Zâmbia, e estende-se para Leste, atravessando o Sul do Malawi, terminando no porto de Nacala. No entanto, foi em 2010 que iniciaram os estudos de viabilidade para o projeto e, em 2011, teve início um processo de desocupação efetiva das áreas necessárias para implantação e reabilitação do caminho-de-ferro e do novo terminal portuário (DI MATTEO; SCHONEVELD, 2016; GULE, 2017; KALINA, 2017, SMALLEY, 2017). Configurando formas de expropriação e expulsão de terras e pessoas (LEVIEN, 2014; SASSEN, 2016).

Como os outros dois corredores, passou por processos de reconstrução e construção de suas principais infraestruturas (estradas, caminhos-de-ferro e instalações portuárias). No que diz respeito aos trechos dos caminhos-de-ferro construídos, coube à concessionária CLN, uma *Joint Venture* entre a VALE (80%) e os CFM (20%). O corredor tem se manifestado sujeito a múltiplos conjuntos de interesses privados, públicos e políticos. No entanto, a VALE é ainda o interveniente majoritário em todos segmentos do mesmo, incluímos aqui as operações nos terminais, tem assegurado a supervisão e coordenação para as exportações do carvão, sendo que há pouco uso para outro tipo de carga no geral (BYIERS; KARKARE; MIYANDAZI, 2020; KATO, 2019).

A pesar de, atualmente, o corredor ser considerado um potencial CCA, podemos ver pelo seu destaque no PEDSA e/ou PNISA por parte do governo, os planos do CDN (como o da Beira) foram influenciados pelo crescente aumento da atividade de empresas e megaprojetos extrativos no início dos anos 2000. Sendo que o *boom* do investimento e exploração mineira na altura fez com que o governo moçambicano envidasse esforços de melhorar as infraestruturas do corredor para a utilização pela indústria extrativa da região, especificamente de carvão, minério de ferro, titânio e gás natural. Contudo, como na Beira, o governo se manifesta aberto ao investimento estrangeiro e a promessa da Revolução Verde (SMALLEY, 2017).

O que alimenta esse ensejo de tornar o corredor em um CCA é o fato da região possuir mais de 14 milhões de terras propícias à agricultura⁶⁸, que na maior parte é vista como não cultivada ou pouco cultivada. No entanto, o setor agrícola e o desenvolvimento agroindustrial têm atraído interesse de ONG's (nacionais e estrangeiras), investidores privados (nacionais e estrangeiros) e de instituições de cooperação internacional e

⁶⁸ Nesta seção indicamos, para os outros dois corredores, as principais culturas que têm atraído grandes investimentos agrícolas. Para as culturas deste corredor vide a seção 3.2.

“doadores”. Entre estes atores, estão a JICA, BM, a USAID e a *Millenium Challenge Corporation* (MCC) (LOPES, 2016).

Portanto, estes investimento em SDI, sob a forma de corredores econômicos, de desenvolvimento ou de crescimento agrícola que estão na vanguarda dos esforços de integração regional de Moçambique e da SADC no continente e no globo, é algo antigo no país. Nesse sentido, com a implementação do Programa Regional de Iniciativas de Desenvolvimento Espacial (RSDIP), os corredores são um instrumento político fundamental para a região, os quais têm vindo a ser incentivados para serem cada vez mais apostados pelos países membros (KALINA, 2017).

No entanto, os problemas que caracterizam o atual ambiente de negócio e investimentos no setor agrícola, como pouco impacto positivo nas condições de produção e produtividade, principalmente, dos pequenos produtores são comuns nos três corredores, como também ao país como um todo. Por outras palavras, há uma crença que os CCA podem ser um fator decisivo na crescente, mas ainda reduzida, transformação estrutural da agricultura de subsistência do país numa agricultura comercial, com mais acesso ao crédito, custo de transporte acessíveis, capacidade de aumentar as áreas de produção por meio do acesso e uso de insumos e técnicas de produção adequadas, falta de proteção contra fatores de risco, para além de condições sociais básicas de saúde e educação, aponta Lopes (2016).

Esta seção mostra-nos que a ideia de corredores de transporte, posterior introdução do conceito de CD e CCA em Moçambique, tem suas raízes antes, durante e depois a colonização. Fica evidente que os esforços para usar das potencialidades geográficas e das infraestruturas que o país dispõe, principalmente dos portos, a ajuda internacional para o desenvolvimento, ações de agências “doadoras” e financiadoras, bem como à PPP sempre estiveram presentes. Uma leitura dos três corredores, mostra uma dinâmica comum aos restantes corredores da África Austral e Oriental, bem como da África Subsaariana (AS), no que diz respeito a presença do capital transnacional e global nos corredores, principalmente pela possibilidade de ligação com os mercados regionais e globais.

Essa leitura dos três corredores, revela também que durante quase um século a estruturação da circulação moçambicana foi voltada para o exterior do seu território, por meio da construção dos seus principais portos e ferrovias, com o propósito de exportar e escoar produção do *hinterland*. Segundo Fonseca (2003) a importância estratégica dos três

corredores foi colocada em evidência durante a guerra civil. Porém, a atual política dos CD parece querer dar continuidade a esse processo de se olhar para o exterior (NETO, 2016), principalmente porque desde a independência e o fim da guerra civil, a principal estrada e corredor de transporte, que liga o país do Norte ao Sul (N1), apresenta vários trechos em condições más para a transitabilidade de pessoas, mercadorias e bens.

Os elementos arrolados acima, evidenciam que há muitas partes interessadas num corredor. Dessas partes, estão inclusos os governos nacionais, interessados na capacidade do corredor facilitar o desenvolvimento do potencial econômico não realizado numa determinada região do país, bem como para promover a integração regional com os países vizinhos e com o mundo. Além dos governos, dessas partes intervém também instituições financeiras e “doadoras” que investem ou planejam investir num corredor, bem como autoridades portuárias e aduaneiras, logística de transporte, consumidores, empresas e comunidades locais. No entanto, o peso dessas partes varia com a evolução do corredor, enquanto algumas estão presentes ao longo de todo o corredor, outras estão envolvidas apenas em determinadas fases (HOPE; COX, 2015). Neste sentido, na seção que segue vamos trazer algumas das partes interessadas, que direta e indiretamente intervém no CdN.

4.2.1 Investimentos e investidores agrícolas no Corredor de Nacala

A ideia por detrás dos CCA em África pretende processar uma transformação da agricultura do continente, por meio da transformação de uma agricultura de base tradicional para uma agricultura moderna e comercial. No entanto, a exploração das potencialidades agrícolas existentes só será possível pelo aproveitamento das infraestruturas que os corredores dispõem, que integra e liga comercialmente os países na região e no mundo. Contudo, a capacidade de atração de investimentos público e privado, quer sejam nacionais ou internacionais, constitui um elemento importante desse processo. Processo esse que aponta igualmente que pretende melhorar a condição de vida dos habitantes, especialmente a dos pequenos produtores ao longo do CdN⁶⁹ e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região, no entanto, o grau de participação é fraco.

⁶⁹ Temos vindo apontando que a região foi alvo de melhoria de infraestruturas ferroviárias para o transporte de mercadorias até ao porto de Nacala. Em Nacala também se encontra o segundo maior aeroporto do país, construído pela construtora brasileira Odebrecht e inaugurado em 2014, por meio de um empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao governo moçambicano. No entanto, o mesmo é considerado um ‘elefante branco’ em virtude do fraco e/ou quase inexistente uso.

Pensando em ter uma dimensão dos atores e intervenientes no setor agrícola na região procuramos, sem sucesso, o Centro de Promoção da Agricultura (CEPAGRI), o Centro de Promoção de Investimentos (CPI) e o Fundo de Desenvolvimento Agrário (FDA), como apontamos na metodologia. Estes órgãos do Estado em alguma medida são responsáveis pelo estabelecimento de investidores estrangeiros. Assim, a informação que vamos apresentar aqui de investimentos e investidores que ocupam terras é fruto da literatura consultada sobre o CdN como um todo, por isso, em algum momento poderá faltar um e outro, bem como faltaram dados sobre se os indicados estão ou não em atividade. O ProSAVANA era o maior projeto agrícola para a região, não só pela ambição do mesmo, mas também pela extensão de terras que ocuparia, no entanto outros atores, velhos e novos, foram e estão marcando presença no processo de transformação espacial e agrícola na região.

Na atual dinâmica do CdN, a descoberta de abundantes recursos naturais como carvão e outros minerais, gás natural, terra e clima para exploração de plantações florestais e biocombustíveis, além de *commodities* agrícolas e bens alimentares, vem reforçando uma estratégia de desenvolvimento via atração de investimentos estrangeiros. Pensar nos investimentos e investidores no setor agrícola no CdN é uma maneira de compreender a economia política deste corredor e o seu papel na ligação do mesmo com as cadeias de valor globais, bem como ter uma leitura do quadro da agricultura da região. No entanto, no plano nacional, a diversidade de atores e iniciativas que se direcionam para essa região, “vão produzindo e fortalecendo narrativas sobre as vocações centradas em dinâmicas exógenas puxadas por investimentos estrangeiros” (GARCIA; KATO, 2016; GARCIA; KATO, 2020; KATO, 2019, p. 238).

Ou seja, há um esforço de investidores privados e até países soberanos de adquirir áreas imensas de terra, particularmente em África e na América Latina, para plantações agrícolas, inclusive de produção de biocombustíveis. Aqui, os esforços globais estão articulados com os meios políticos que permitem a realização dos mesmos. Ou seja, as ações do capitalismo agrícola global, que parecem ser responsáveis pela aquisição de terras, dependem de como os Estados realizam a desapropriação para esses ou outros fins (LEVIEN, 2014).

É neste processo “que se assiste uma tendência de penetração de capital em Moçambique e, em particular, no Corredor de Nacala, área com alto índice de produção

agrícola. O capital referido aparece em forma de multinacionais que alavancam a procura de terra de modo a concretizar os seus objetivos”, sendo que essa procura tem a crise de preços de alimentos e energia de 2007/2008 um processo marcante e ao fato de grupos industriais do setor de alimentos e agronegócios do mundo estarem cada vez mais interessados em investir em África (DI MATTEO; SCHONEVELD, 2016; BRUNA, 2019, p. 191; UNIÃO NACIONAL DOS CAMPONESES; GRAIN, 2015).

Portanto, face ao elevado interesse de investir nesta região como processo de integração de setores de elevado potencial econômico (indústria extrativa, agricultura e infraestruturas), associado à estratégica localização do porto de Nacala, a procura de terras para implementação de investimentos tem sido elevada. Aqui, o governo tem procurado atrair essa onda de investimentos agrícola estrangeiros nesta região. “Neste cenário, criam-se alianças entre o capital (externo e interno) juntamente com os governos locais e líderes comunitários, como forma de facilitar o processo de obtenção de terras pelos investidores estrangeiros” (BRUNA, 2019, p. 201; UNIÃO NACIONAL DOS CAMPONESES; GRAIN, 2015), como veremos no quadro abaixo.

Muita da literatura que reúne informações sobre investimentos agrícolas/pecuários no CdN tem a tendência de incluir a província da Zambézia, mas nesta pesquisa tomamos como parte deste corredor as três províncias mais ao Norte do país. Essa tendência está muita associada a tentativa de implementação do ProSAVANA que incluía dois distritos desta província. No entanto, para colocarmos no quadro os dados disponíveis e/ou que tivemos acesso na literatura consultada, sobre os investimentos e investidores, deveriam preencher pelo menos quatro das características que adotamos para compor o mesmo, além da implícita localização do investimento nas três províncias que o corredor atravessa.

Quadro 6 – Alguns investimentos e investidores que ocupam terras no CdN.

Investimento/ Investidor	País de origem	Ano de início	Participação nacional (sim/não/nome)	Hectares ocupados	Culturas
<i>Africa Century Agriculture (ACA)</i>	Maurícias (<i>Africa Century Group</i>)	2012	Africa Century Matama Limitada ⁷⁰ - Lichinga	3.800	Soja e milho

⁷⁰ Financiada em parte pela Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento/ *Styrelsen för internationellt utvecklingssamarbete* (SIDA).

AgroMoz	Portugal (Grupo Américo Amorim e ESF Participações)	2012	Intelec Holdings ⁷¹	9.000	Soja, milho, arroz de sequeiro e algodão
Alfa Agricultura Sociedade Unipessoal Lda.	África do Sul	2013	Sem informação	3.000	Soja
AVIA SPA	Itália	2008	Sim	10.000	Jatropha
Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio Lúrio	Sem informação	2014	Turconsult Ltd ⁷²	240.000	Algodão, milho, cana-de-açúcar e etanol
Corredor Agro Limitada	Alemanha, Áustria, Noruega, Maurícias (<i>Rift Valley Holdings</i>)	2009	Sem informação	8.200 e compra dos pequenos produtores	Banana, soja, gergelim, feijões, mandioca
<i>Dutch Agricultural Development and Trading Company</i> DADTCO	Holanda	2012	Sem informação	Compra dos pequenos produtores	Mandioca ⁷³ (agroprocessamento)
<i>Green Resources</i> Moçambique (Chikweti/Lúrio <i>Green Resources</i> , Tectona e Ntacula)	Noruega	2009	Não	41.793	Plantações florestais
Indinvest Limitada	Portugal	2014	Sem informação	30.000	Soja e milho
<i>Matanuska Mozambique</i> Limitada	Maurícias (Rift Valley Holdings)	2008	Não	1.600	Banana
Matharya	Moçambique				Moringa,

⁷¹ Com ligações ao ex-presidente moçambicano, Armando Emilio Guebuza e ao empresário Salimo Abdula.

⁷² Responsável por parte da gestão. Pertence ao empresário Moçambicano Rui Monteiro. Igualmente falasse de uma gestão sul-africana por parte de uma empresa de nome Agricane que presta serviços de consultoria a agricultores de grande escala.

⁷³ Com o milho, podem ser as culturas cujo consumo seja mais para mercado nacional de produção de cerveja pela Cervejas de Moçambique (CDM), por exemplo, do que para exportação.

Empreendimentos		2010	Sim	2.000	castanha de caju
<i>MedEnergy Global</i>	Reino Unido	2010	Sem informação	10.000	Óleo de palma
<i>Mozambique Agricultural Corporation (Mozaco)</i>	Portugal ⁷⁴ Brasil ⁷⁵ Luxemburgo ⁷⁶	2013	Grupo João Ferreira dos Santos (JFS Holding)	2.389	Soja e algodão
<i>Mozambique Leaf Tobacco (MLT)</i>	EUA (Universal Crop.)	1990	Sem informação	Compra dos pequenos produtores	Tabaco
Niassa Macadamia	África do Sul	Sem informação	Sim	3.000	Noz de macadâmia
Novos Horizontes Moçambique Lda.	Zimbabué	2005	Sem informação	300	Aves
<i>Regional Development Company (Moçambique) Ltda.</i>	Maurícias Regional Development Company Ltda.	2013	Sem informação	2.456	Milho e soja
Sociedade Algodoeira do Niassa (SAN)	Portugal	1936	Grupo João Ferreira dos Santos (JFS Holding)	Produz em vários distritos e compra de pequenos produtores	Algodão e Soja
Tenga Ltd.	África do Sul	2004	Sem informação	Sem informação	Noz de macadâmia

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Bruna (2019); Catsossa, 2017; Jafar (2020); Selemane (2017); Smart e Hanlon (2014) e União Nacional dos Camponeses e GRAIN (2015).

O quadro acima revela um pouco da dimensão transnacional e da presença de capital estrangeiro no corredor, bem como da razoável participação de parceiros nacionais nos investimentos. Nesta manifestação, em algum momento as empresas recorrem a “doadores” e agências financiadoras como a USAID⁷⁷, SIDA, FIDA, BM e a FAO para

⁷⁴ Grupo Espírito Santo.

⁷⁵ Grupo Pinesso.

⁷⁶ RioForte *Investments*.

⁷⁷ Por exemplo, por meio do programa AgriFuturo da USAID pretende aumentar a competitividade do setor privado no país por meio do reforço de cadeias de valor agrícolas específicas, para melhorar o agronegócio moçambicano em geral e, especificamente, para promover mudanças no ambiente empresarial global. Neste sentido, o programa tende a aumentar e reforçar as PPP, melhorar o ambiente do agronegócio, expandir e

obter terras e subsidiar operações nas quais os pequenos agricultores são subcontratados. Aqui, podemos destacar que embora em número reduzido, em comparação com os investimentos no setor agroalimentar, as plantações florestais começaram a desempenhar um papel nos últimos anos, tanto em termos da área de terra que ocupam, como do montante e capital prometido e investido, no país e neste corredor, como uma forma de expansão da fronteira agrícola (DI MATTEO; SCHONEVELD, 2016; GARCIA; KATO, 2016; SMALLEY, 2017; UNIÃO NACIONAL DOS CAMPONESES; GRAIN, 2015).

Pelos investimentos aqui apontados e outros, direta ou indiretamente relacionados à agricultura, o CdN atua como território que se conecta aos mercados globais e engendra um processo de transformação social do meio rural, no qual se encontra. A implementação destes e outros investimentos são justificados com o discurso, oficial e não, de que o investimento estrangeiro é importante para o projeto de desenvolvimento socioeconômico do país. Contudo, as corporações transnacionais podem alterar as paisagens e a forma como se apropriam da terra e dos recursos naturais⁷⁸, possibilitando conflitos com as comunidades locais, como os casos da AgroMoz, Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio Lúrio e a *Green Resources* no quadro acima (CATSOSSA, 2017; JAFAR, 2020; KATO, 2019).

Neste processo de transformação social e o desejo que ocorra a transformação estrutural da agricultura moçambicana como um todo, e do CdN, em particular, da variedade de atores aqui relacionados e que estão a intervir no corredor,

Juntamente com as empresas, sobressai o papel desempenhado pelo Estado moçambicano na organização e facilitação do avanço do capital, garantindo concessões de uso da terra, bem como fazendo mediação com as famílias camponesas expropriadas de suas terras ou que ficaram desatendidas pelo transporte ferroviário, agora com a logística convertida para o transporte de mercadorias (GARCIA; KATO, 2016, p. 82).

Todavia, o país não tendo investimento nacional, o investimento estrangeiro é destacado como útil, mas o país tem que ser mais cauteloso, porque fundos especiais e empresas de agronegócio que apenas pretendem terra barata não têm tido sucesso por aqui.

reforçar os serviços de desenvolvimento do agronegócio e criar ligações entre serviços de financiamento para o desenvolvimento do agronegócio (MURITHI *et al.*, 2012).

⁷⁸ Com o surgimento do bloco econômico Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul (BRICS) e os discursos em volta das potencialidades da cooperação Sul-Sul, acontecem grandes investimentos brasileiro, indiano, chinês e sul-africano ao longo do CdN, incluindo no setor da mineração, além do agrícola (BRUNA, 2019). No entanto, tomando o bloco como um todo, o quadro quatro (4) evidencia um fraco investimento no setor agroalimentar.

Assim, o governo deve ser mais atento selecionando aqueles cujo sucesso comercial depende da sua vontade de apoiar os agricultores comerciais moçambicanos. E não só, estes podem não estar a contribuir para uma economia nacional forte, uma vez que os investimentos geralmente expatriam todos os lucros e são praticamente um aluguel do território moçambicano para o capital estrangeiro, sem revelar um benefício para a economia do país (BYIERS; KARKARE; MIYANDAZI, 2020; NETO, 2016; SMART; HANLON, 2014).

Portanto, a questão que se coloca é como e quão estes investimentos transformam positivamente as vidas das comunidades e dos produtores agrícolas ao longo do CdN, sem serem uma manifestação do sistema de *plantation*, que foi característico da agricultura praticada no tempo colonial e imperialista no país. Porque, de acordo com Kato (2019, p. 230) os investimentos nos CD, como megaprojetos logísticos, além dos seus efeitos diretos são processo de preparação de terreno para a expansão do agronegócio, incluindo “o avanço de megaempreendimentos de exploração mineral, numa dinâmica que amplia as fronteiras de acumulação de capital, desigual e concentradora, cuja força motriz é a competição por recursos e terras”, competição na qual os mais pobres é quem são os mais prejudicados.

Com este capítulo pretendíamos trazer o cenário atual de transformação que a ideia e a implementação dos corredores está possibilitando em algumas regiões do continente africano, bem como de Moçambique. Nele podemos ter a noção dos principais corredores, seus diferentes tipos, os objetivos, os atores-chave e as respectivas infraestruturas. No capítulo seguinte, vamos discorrer sobre os desdobramentos teóricos e conceituais adotados na pesquisa para procurar entender a implementação dos CCA e o seu papel na transformação e desenvolvimento agrícola e rural no CdN, bem como os mesmos dialogam com a situação do passado, presente e futuro dos pequenos produtores.

5. TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO (RURAL) COMO REFERENCIAL ANALÍTICO

Em vez de se preocuparem com disputas epistemológicas e com a questão de saber se qualquer coisa como “epistemologia”, em sua acepção consagrada pelo tempo, pode ou não realmente ser formulada, sugiro àqueles que trabalham em teoria social que se empenhem, em primeiro lugar e acima de tudo, na reelaboração de concepções de ser humano e de fazer humano, reprodução social e transformação social (GIDDENS, 2009).

As mudanças globais e a crescente importância dos fluxos e redes transnacionais em todas as áreas da vida social criam novos desafios às ciências sociais e humanas. Conceitos analíticos como transformação social, mudança social, reprodução social, ordem social, desenvolvimento (e seus vários desdobramentos, como por exemplo, desenvolvimento rural, agrícola, local, sustentável, etc.), entre outros, bem como as categorias que eles possibilitam, são elementos que fazem parte da trajetória passada e presente das Ciências Sociais, no geral, e da Sociologia, em particular na compreensão das sociedades e dos vários fenômenos sociais a elas inerentes. Essa compreensão vai de fenômenos relacionados com conflitos armados, questões ambientais (cheias, secas, ciclones), crises econômicas e alimentares, fome, pobreza, etc., aos fenômenos relacionados às constantes mutações produzidas pela globalização, pela sociedade de consumo, pela sociedade de comunicação e informação, pelo desenvolvimento tecnológico, pela facilidade de transporte e comercialização, etc.

O último quartel do século XX foi de rápido crescimento das ligações e dos fluxos transnacionais que afetam todas as esferas da vida humana: economia, política, ambiente, cultura, sociedade e mesmo relações interpessoais. As ligações e fluxos refletem processos globais que dão origem a importantes transformações sociais no mundo, fazendo com que velhas dicotomias econômicas e culturais, como moderno e tradicional, altamente desenvolvido e menos desenvolvido, Oriente e Ocidente, Sul e Norte, perdessem saliência. No que diz respeito ao fosso Norte-Sul, a noção sofre de falta de precisão, visto que países do Sul têm alcançado um crescimento econômico substancial e as relações Sul-Sul na economia, na política e na cultura, são cada vez mais significativas (CASTLES, 2002).

Uma das importantes transformações, segundo Sassen (2016, p. 17-18, grifo nosso):

É a transformação material de áreas cada vez maiores do globo em zonas extremas para operações econômicas cruciais. De um lado, assume a forma de uma terceirização global de manufaturas, serviços, trabalho administrativo, extração de órgãos humanos e aumento da produção de colheitas industriais, cada

vez mais em áreas com baixos custos e regulamentação fraca. De outro lado, está a construção de cidades globais no mundo inteiro com espaços estratégicos para funções econômicas avançadas. Isso inclui cidades construídas de zero e a renovação muitas vezes brutal de cidades antigas. A rede de cidades globais funciona como uma nova geografia da centralidade, que atravessa as velhas linhas divisórias Norte-Sul e Oriente-Occidente, assim como a rede de locais que oferecem bens e serviços terceirizados. [Neste processo ocorre] uma espécie de denso cenário local que contém as diversas condições de que as firmas globais necessitam, embora cada uma o faça em etapas muito diferentes do processo econômico global (...).

Relacionado tanto aos processos da globalização e do incremento das ligações transnacionais, bem como justificados com narrativas cuja pretensão é de melhorar a qualidade e facilitar a vida em sociedade, se encontra a atual aposta e investimento em Corredores de Desenvolvimento (CD) e Corredores de Crescimento Agrário (CCA) na África Subsaariana (AS), no geral, e em Moçambique, em particular. Esses corredores, pelos processos que envolvem e pelos objetivos traçados vem provocando transformações sociais de várias ordens nos países e regiões nos quais estão a ser implementados. Ocorre, então, transformações espaciais – transformação de regiões com várias potencialidades econômicas em Zonas Econômicas Especiais (ZEE), parques industriais, polos de desenvolvimento, bem como CD e CCA (reabilitação e construção de infraestruturas como caminhos-de-ferro, portos, estradas, sistemas de irrigação, sistemas de armazenamento, etc.) – transformações nos processos de comercialização, transformações no tipo de empresas investidoras que se vão instalando, etc.

No que se refere aos CCA, a expectativa é que ocorra a transformação agrícola, de uma agricultura de base tradicional para uma agricultura moderna e comercial, mas sem indicações claras de como os pequenos produtores e as formas locais de produção não serão esquecidas no processo de desenvolvimento.

5.1 TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E SEUS PROCESSOS

Sociologicamente falando, as grandes transformações sociais não acontecem subitamente, sendo que podem se manifestar quase imperceptíveis para aqueles que nelas estão imersos. Mesmo os sistemas filosóficos e científicos inovadores mantêm ligações e comunicações com os antecedentes, sendo difícil pensar em roturas radicais. A pretensão de explicações sobre a origem, a natureza e os rumos possíveis das sociedades em processos de transformação, questões como liberdade, moral, leis, direito, obrigações, autoridade e desigualdades são parte do elenco de questões que a Sociologia se coloca,

sempre ligados com processos anteriores e posteriores. Neste sentido, mudanças na organização política e jurídica, nos modos de produção e comercialização, nos modos de transporte e comunicação, etc., podem gerar um efeito multiplicador e gerador de transformações sociais contemporâneas (QUINTANEIRO; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2003).

Todavia, não existe uma única teoria sociológica, mas várias para explicar essas mudanças, uma vez que, ao se deterem em aspectos diferentes da vida social, dentro de uma multiplicidade de elementos produtores de mudança, os cientistas sociais, no geral, e os sociólogos, em particular elaboram uma gama vasta de reflexões acerca do modo como a dinâmica das inúmeras sociedades se processa, bem como na natureza das modificações e transformações sociais que nelas acontecem (REZENDE, 2002).

Não obstante, podemos dizer que é muito difícil formular de maneira mais inteligente estudos empíricos sobre qualquer questão concreta, sem que antes tenhamos criado para nós próprios [cientistas sociais e sociólogos], a base sólida de um quadro intelectual que nos permita situar as nossas análises de uma forma inteligente nesses quadro mais amplo (WALLERSTEIN, 1995, p. 5-6, grifo nosso).

O conceito, a ideia inicial, os objetivo e as narrativas por de trás do CCA de Nacala, como por exemplo, a construção e reconstrução de infraestruturas para atender a agricultura, aposta em comercialização agrícola, projetar tornar a região um celeiro agrícola, caracterizar a região com potencialidades agrícolas idênticas ao Cerrado brasileiro, discursos sobre a existência de terras “vazias” para a exploração agrícola comercial (CHOME *et al.*, 2020; SMALLEY, 2017) perspectivam transformações para a região. Estas narrativas, consequentemente, são justificadas pelo desejo de melhorar às condições de vida dos moçambicanos, em especial dos pequenos produtores, sendo que para tal há que engendrar uma transformação na forma de ser e estar desses sujeitos, ou seja, da forma como eles olham e desenvolvem à agricultura, propondo-lhes um novo *habitus*⁷⁹. Mas, essa pretensão não se manifesta como um mecanismo que dialoga com as formas e culturas locais, predominantes, de produção.

⁷⁹ Entendamos *habitus* como um “sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente “regulamentadas” e “reguladas” sem que por isso sejam o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha a necessidade de projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo,

Este cenário, à princípio, leva ao desarraigamento da ordem tradicional e a entrada, muitas vezes brutal, no mundo da economia moderna, ou seja, que pode significar anulação de um modo de vida tradicional. Essa entrada conduz e supõe transformações sistemáticas do *habitus* por meio da imposição e submissão, por vezes, forçada à ordem econômica importada pela ‘neocolonização’, que pode determinar o desmoronamento das normas, dos esquemas que, tradicionalmente, regiam as condutas econômicas (BOURDIEU, 1979) sociais e de prática da agricultura na qual essa ‘economia moderna’ pretende entrar. Como diz Wallerstein (1995) se atravessa um processo de transformação sistêmica no moderno sistema mundo capitalista e não se sabe se isso implicará uma mudança social fundamental ou não. Este autor destaca que existem vários tipos de sistemas históricos, a atual economia-mundo capitalista em que vivemos é um deles. Há também inúmeros sistemas históricos minúsculos que se enquadram os CD e os CCA, sendo que

Por definição, atribui-se o rótulo de sistema histórico a entidades que têm uma divisão do trabalho com estruturas de produção integradas, um conjunto de princípios e de instituições organizativas e um período de vida definível. A nossa natureza enquanto cientistas sociais é analisar esses sistemas históricos, ou seja, demonstrar a natureza da sua divisão do trabalho, desvendar seus princípios organizativos, descobrir o funcionamento das suas instituições e explicar a trajetória do sistema, incluindo a sua gênese e o seu termo (WALLERSTEIN, p. 12).

Neste sentido, para Castles (2002) o termo transformação social implica o modo como a sociedade e a cultura se transformam em resposta a fatores como crescimento econômico, a guerra, convulsões políticas, industrialização, modernização agrícola, alterações relacionadas à descolonização, a formação do Estado-Nação e mudanças nos sistemas econômicos, que induzem processos de mudança social e estrutural (SANTOS, 2016), isto é, ‘grandes transformações’ (POLANYI, 2000), provocadas pela industrialização, pela modernização e mudanças econômicas (CASTLES, 2002). Dessas transformações está o fato de que “as diferentes regiões do globo estão agora mais estreitamente ligadas do que jamais estiveram, não só como campos de troca, do comércio e das comunicações, mas também enquanto a ideias e ideais interativos” (SEN, 2010, p. 9).

Assim, estudar os processos produtivos no CCA de Nacala, como um processo de transformação social, é tomar essencialmente os fatores nacionais e locais, mas sem deixar de lado a presença e influência de fatores transnacionais, visto que a presença destes, como

coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro” Bourdieu (1972, *apud* ORTIZ, 1983, p. 15).

parceiros do Estado moçambicano se faz sentir desde cedo na idealização do mesmo. Ou seja, tomamos este CCA como um processo de transformação da agricultura na região, bem como da transformação das condições de existência dos sujeitos aí residentes.

Portanto, considerando que as práticas (econômicas ou de outro tipo) de cada agente tem como raiz comum a relação que esse agente mantém objetivamente, pela mediação do *habitus* que é por sua vez o produto de um tipo determinado de condição econômica, com o futuro objetivo e coletivo que define sua situação de classe, somente uma sociologia das disposições temporais consegue superar a questão tradicional que consiste em saber se a transformação das condições de existência antecede e condiciona a transformação das disposições ou o oposto, e ao mesmo tempo determinar de que maneira a condição de classe pode estruturar toda a experiência dos sujeitos sociais, a começar por sua experiência econômica, sem agir por intermédio de determinações mecânicas ou de uma tomada de consciência adequada e explícita da verdade objetiva da situação (BOURDIEU, 1979, p. 13).

Todavia, é em nível local que as transformações sociais, que a manifestação deste CCA se fazem ou farão sentir. Como por exemplo, alterações possíveis nos sistemas de produção e de distribuição, de acesso e de gestão da terra, as relações sociais e as práticas culturais que transformam as condições das comunidades locais, que é o centro da vida cotidiana. Algo válido quando as transformações sociais forçam pessoas a abandonarem as suas comunidades para outros locais, por exemplo, “quando se verificam mudanças nas práticas agrícolas ou nos regimes de propriedade, ou na sequência do desenvolvimento de um **programa de desenvolvimento que pode implicar a deslocação física das pessoas**” (CASTLES, 2002, p. 138, grifo nosso).

No entanto, essas populações podem, supostamente, beneficiar de emprego, ter melhor acesso ao mercado, ter suas técnicas e práticas de cultivo melhoradas, bem como ter a pobreza rural, neste caso, reduzida. Como também, podem ser pressionados e/ou correrem riscos de abandono de suas terras para dar lugar aos investimentos que dão corpo a esse desenvolvimento. Por isso, como apontamos na metodologia, nosso foco é, principalmente, nas comunidades rurais atravessadas por este corredor e na sua situação, porque

As disposições econômicas e políticas não podem ser compreendidas senão por referência a situação econômica e social que estrutura toda a experiência pela mediação da apreensão subjetiva do futuro objetivo e coletivo; essa apreensão depende em sua forma, em sua modalidade e em seu conteúdo, das potencialidades inscritas objetivamente na situação, isto é, do futuro que se propõe a cada agente como sendo acessível (BOURDIEU, 1979, p. 95).

Lidando com o processo de construção do ator social e de sua respectiva posição, possível pelo encontro de mundos sociais que, por múltiplas mediações, se tocam mas não

se confundem, a proposta de análise pela transformação social deve incorporar o estudo de expectativas, dos projetos, dos interesses, das visões de mundo e do futuro dos diversos agentes envolvidos no jogo das forças que permite as reordenações subjacentes à própria transformação. Supõe, assim, a construção de totalizações provisórias – constituídas pelas ações de agentes diferenciados em termos de identidades, posições, reivindicações e representações a respeito da ordem social (real ou desejada) – expressas pela elaboração de projetos futuros coletivos consubstanciados em dissensões e reciprocidades, de análise de vantagens e desvantagens, destaca Velho (1982⁸⁰, *apud* NEVES, 1997). Neste sentido, estamos diante de processos que são partes inerentes da dinâmica da vida social, nos quais as transformações não podem ser estudadas a partir de uma situação estática, acrescenta Neves (1997).

Assim, na proposta de transformação social dos processos produtivos no CCA de Nacala e das expectativas dos diferentes intervenientes,

O futuro objetivo é aquele que o observador deve postular para compreender a conduta atual dos sujeitos sociais, o que não significa que ele coloca na consciência dos sujeitos que observa a consciência que tem de sua consciência: com efeito, o futuro objetivo pode não ser um fim conscientemente perseguido pelos sujeitos e constituir, entretanto, o princípio objetivo de suas condutas, porque está inscrito na situação presente desses sujeitos e em seu *habitus*, objetivamente interiorizada, disposição permanente adquirida numa situação, sob a influência dessa situação (BOURDIEU, 1979, p. 134).

Queremos analisar a importância, nesse processo, de atores coletivos que, fazendo e refazendo sua cultura, seus modos de vida e visões do mundo, elaboram condições de vida e também produzem transformações sociais, que podem ser pela alteração de uma ordem social estabelecida ou em perspectiva, aponta Thompson (1987⁸¹ *apud* NEVES, 1997). Para as pretensões desta reflexão, a transformação social com vista à melhoria das condições de vida e de produção e, em consequência, uma expectativa de um ‘futuro melhor’ para as comunidades visadas deve ser compreendida como parte de um processo que se deseja interativo entre Estado-sociedade, no qual as partes estão conscientes do desejado. Sendo que nesse processo, “o Estado se torna o lugar para as transformações fundamentais na relação entre os domínios privado e público”, ou seja, pela atração de investimentos que se manifestam pelas PPP e das consequências que os mesmos possam trazer aos modos de vida locais (SASSEN, 2010, p. 43).

⁸⁰VELHO, Otávio G. As bruxas soltas e o fantasma do funcionalismo. **Boletim do Museu Nacional: Antropologia**, Rio de Janeiro, n. 48, p. 1-21, Set. 1984.

⁸¹THOMPSON, E.P. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Algo que pretendemos destacar com a perspectiva analítica aqui proposta é que o rural e o modo de vida das pessoas que habitam os espaços rurais, não são processos sociais absolutos e acabados, mas algo que se transforma. Nessa transformação social, os processos sociais globais, transnacionais, nacionais e locais dialogam entre si (relação macro e micro). Ou seja, como aponta Castles (2002), a noção de transformação social, pelo contrário, não supõe qualquer resultado pré-determinado, isto é, nem tão pouco que se trata de um processo positivo ou negativo *à priori*. Neste sentido, aos estudarmos as transformações sociais no CCA de Nacala, como um processo de adaptação às estruturas agrícolas e de produção que são propostas na implementação do corredor, estamos cientes de que é preciso

Tomar por objeto primeiro da análise o processo de adaptação das disposições e das ideologias a estruturas econômicas importadas e impostas, quer dizer, a reinvenção de um novo sistema de disposições, que se realiza sob a pressão da necessidade econômica [de desenvolver à agricultura moçambicana], não significa sucumbir nem ao subjetivismo psicologista que consistiria em considerar que as disposições dos sujeitos econômicos engendram a estrutura das relações objetivas, econômicas ou sociais, nem ao etnocentrismo essencialista (por vezes bastante associado ao subjetivismo) que tende a fazer do desejo de maximizar a utilidade ou a preferência ao princípio que governa toda atividade econômica (BOURDIEU, 1979, p. 16, grifo nosso).

Neste sentido, em conformação com a proposta de desenvolvimento que os discursos, os objetivos e as narrativas que justificam a implementação dos corredores no geral, e em particular, do CCA de Nacala, para além dos investimentos, dos investidores e das agências internacionais financiadoras e/ou “doadoras” que vimos que fazem parte do objetivo de desenvolvimento agrícola e rural, a transformação social se revela, na proposição de Castles (2002), um enquadramento analítico que dialoga criticamente com as teorias do desenvolvimento. Para o autor, o estudo das transformações sociais, enquanto enquadramento analítico, tem como base os seguintes fundamentos analítico-metodológicos:

As transformações sociais afetam todos os tipos de sociedades, tanto regiões desenvolvidas, como regiões menos desenvolvidas, no contexto da globalização, da regionalização e da emergência de diversas formas de governação supranacional;

A globalização tem dado origem a novas formas de diferenciação social, ao nível internacional como à escala nacional. A polarização entre ricos e pobres, e a exclusão social são problemas que afetam a maioria dos países, bem como as relações entre eles;

Os principais objetivos do desenvolvimento não podem mais ser definidos em termos do crescimento econômico e de modernização à luz do modelo ocidental. O crescimento desigual e a polarização social podem na realidade aumentar as desvantagens e a marginalização de grupos significativos. Considerando a existência de diferentes culturas e de diferentes valores do grupo, torna-se impossível definir um objetivo universalmente aceite para o processo de mudança;

Estudar as transformações sociais significa examinar os diferentes modos como a globalização interfere ao nível de comunidades locais e de sociedades nacionais com experiências históricas, padrões econômicos e sociais, instituições políticas e culturas altamente diversificados; e

As transformações sociais podem produzir consequências positivas e negativas para as comunidades locais e para os Estados-Nações. Mais, alguns grupos podem ficar para trás ou excluídos. A resposta dos grupos afetados pode não resultar na adaptação à globalização, mas antes na resistência, que pode envolver a mobilização de recursos culturais e sociais tradicionais. Mas pode assumir, também, novas formas de “globalização de baixo para cima” através de organizações da sociedade civil [como se assistiu na manifestação contra a implementação do programa ProSAVANA no CCA objeto da nossa pesquisa] (CASTLES, 2002, p. 129-130, grifo nosso).

Não sendo necessariamente enquadrado nos objetivos previamente traçados na nossa pesquisa, é importante contextualizar os estudos das transformações sociais como um campo de investigação que poderá e/ou deverá levar à formulação de receitas positivas para ação social e política, de modo a auxiliar as comunidades a melhorar os seus meios de subsistência e a lidar com as consequências das transformações globais nos contextos locais. Onde, os pesquisadores poderão e/ou deverão influenciar as estratégias das instituições poderosas como os governos, as empresas transnacionais e as organizações internacionais, destaca Castles (2002) para que no fim do dia esses investimentos não acabem anulando os modos de vida e de produção locais. Pretensão essa que se enquadra mais nas estratégias de pesquisa-ação, bem como quando há certeza que esses atores ‘poderosos’ e que têm a tendência de decidir os rumos do desenvolvimento têm contato direta ou indiretamente com as pesquisas feitas. No entanto, o nosso uso deste referencial analítico é como ferramenta de compreensão dos processos sociais referentes a melhoria das condições de vida de produção dos atores sociais locais.

As transformações sociais, a globalização e os processos transnacionais estão associadas e contidas na pesquisa como categorias que se comunicam (incluindo aqui as ideias de desenvolvimento e corredores). Em nível mais geral, no quadro analítico da transformação social, a globalização diz respeito ao processo de mudança que afeta todas

as regiões do mundo, numa variedade de dimensões que vai desde economia, tecnologia, política, meios de comunicação, cultura e ambiente. Aqui,

Os fluxos transfronteiriços (de comércio, de investimento, de imigrantes, de fatores ambientais, etc.) alcançaram níveis sem precedentes e integram atualmente quase todos países num sistema global, dando origem a transformações sociais a todos níveis (CASTLES, 2002, p. 133).

A globalização não é somente interdependência e instituições globais, mas como algo que habita o nacional. Assim, por exemplo, quando a atividade econômica se torna globalizada, ela reformula parcialmente as ordens existentes e contribui para a formação de novas ordens, por meio de práticas de atores econômicos (empresas e mercados globais) e do desenvolvimento de determinados regimes de valor, acrescenta Sassen (2010).

No entanto, essa globalização também cria novas formas de estratificação global, na qual certos indivíduos, comunidades, países ou regiões se integram em redes globais de poder e de prosperidade, enquanto outros são excluídos e marginalizados (CASTLES, 2002). Ou seja, os países onde estão os CCA, nessa estratificação e divisão do trabalho correm o risco de produzir e nem sempre consumir, porque a lógica da agricultura comercial que orienta os corredores tende a olhar mais para o mercado internacional e pouco para o mercado nacional e/ou local. Assim,

As virtualidades desta perspectiva de análise do processo de mudanças e transformações sociais podem ser assim destacadas: inclusão dos desdobramentos e das alternativas que acompanham e são propiciadas por este próprio processo, valorização das heterogeneidades sociais, da presença de novos atores e de múltiplos mediadores sociais, conforme dos diversos contextos, influência dos fatores envolventes sobre a construção das representações e das práticas dos agentes que vivenciam o processo de mudança social. [...] Por fim, a compreensão das posições diferenciadas dos agentes em jogo favorece a reconstrução das totalizações pela interseção de níveis e planos que aqueles papéis e filiações expressam e realizam. E permite a superação de visões que supõem a equivalência de planos, isto é, que uma mesma totalidade ou um mesmo contexto possa absorver e modelar todos os agentes sociais ou tenham para eles os mesmos significados (NEVES, 1997, p. 24, grifo nosso).

Pensando na agricultura e relacionado com os CCA podemos falar, entre outros aspectos, de uma globalização agrícola, modelos globais de produção e comercialização agrícola, agronegócio e/ou produção de *commodities*, mecanização agrícola e modernização agrícola. Nesses termos, refletindo sobre as atuais dinâmicas de terras, a expansão do agronegócio e a financeirização da agricultura e a expansão do agronegócio

no Brasil, Leite (2019, p. 302-303, grifo nosso) propõe uma Sociologia das transformações agrárias, a qual

[...] funda-se na ideia de que o atual processo de **“modernização da agricultura”** não pode ser compreendido, como quer parte da literatura corrente, como uma extensão, intensificação e aprofundamento do modelo existente durante as décadas de 1960 e 1970, nem tampouco explicado pelas chaves de leitura, conceitos e noções então vigentes no período e nos anos subsequentes, mesmo que atualizado à luz das inovações tecnológicas e financeiras presentes no momento atual. (...) O padrão em curso sob a alcunha do **“agronegócio”**, parece não se vincular mais a uma ideia de projeto **nacional/regional de desenvolvimento** dado seu caráter muito mais **internacionalizado e financeirizado**, o que tem exigido novas categorias analíticas para sua compreensão no âmbito das Ciências Sociais e **recolocado a dinâmica das formas de apropriação de terras em outros patamares**.

A proposta da “Sociologia das transformações agrárias” na sua leitura dialoga com as narrativas, o conceito e os objetivos assentes no estabelecimento dos CCA, bem como com o propósito de um desenvolvimento rural e agrário. Esse fato não se dá só pela necessidade da financeirização (investimentos e investidores estrangeiros, agências financiadoras ou “doadoras”) dos CCA, mas também pelo caráter além do nacional/regional dos projetos, o desejo de transformar a agricultura da região do corredor de tradicional em moderna e comercial (agronegócio e suas características) e a questão de apropriação e estrangeirização das terras, justificadas como “vazias” ao longo dos corredores. Ou seja, estes fatores, provocam transformações nas dinâmicas sociais existentes, perpetua à atuação de empresas multinacionais (*tradings*) agrícolas e de mineração, como apontamos antes, acrescenta Leite (2019), sendo a aquisição de terras umas das transformações.

Se estabelece, assim, uma relação entre transformação e modernização agrícola, em que por meio dos CCA há uma vontade de se transformar o mundo rural e agrário. Ou seja, a transformação agrária é percebida também pelos modelos de cultivo que tendem em mudar de “tradicional” ao “moderno”. Nessa transformação se supõe a passagem para adiante do presente em direção de um futuro racionalmente calculado, que não pode ser atingido se não pela transformação da condição atual dos pequenos produtores, em análise, “especialmente pela transformação da ação transformadora, isto é, das técnicas e dos agentes que as utilizam” (BOURDIEU, 1979, p. 49).

Quando às ligações globais e transnacionais, que os corredores possibilitam, adentram em todas as esferas da vida em sociedade, as fronteiras nacionais tornam-se porosas e as autonomias locais podem perder importância ou se afirmarem importantes.

Portanto, por exemplo, como o abater de uma floresta num lugar produz consequências que afetam o ambiente global, é provável que transformações sociais, econômicas, culturais e políticas num país específico afetem pessoas vivendo em outra parte do globo, positiva ou negativamente (CASTLES, 2002).

Aqui, cabe destacar que muito da pobreza no mundo é atribuível, em parte, a processos transfronteiriços, nos quais as alterações nos métodos de produção agrícola no âmbito da Revolução Verde ou da modernização da agricultura podem provocar desemprego, escassez de terras, aumento das desigualdades e o êxodo rural. No entanto, as transformações na produção agrícola não podem ser dissociadas da ciência e tecnologias internacionais, dos interesses das empresas farmacêuticas e de produção agrícola transnacionais, bem como de intervenções “bem-intencionadas” das agências internacionais de auxílio como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas para Agricultura (FAO), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), entre outras. Nesse processo entram também em jogo fatores nacionais e locais, mas, que não podem ser compreendidos separadamente dos fatores transnacionais, reforça Castles (2002).

Em Moçambique, de acordo com Mosca (2019a) o aumento da produção e da produtividade são apontados como necessários para que o setor agrário reduza a pobreza e desempenhe seu papel de desenvolvimento rural. No entanto, a transformação estrutural do setor é assunto longe dos discursos e nem são evidentes políticas e medidas que contribuam para tal. Essa transformação deveria se caracterizar por maior intensificação da agricultura com o fator capital, inclusive para o aumento da extensão de terra trabalhada; maior integração agrícola nos mercados; aquisição de mais conhecimento e domínio técnico pelos produtores agrícolas (formação e qualificação dos recursos humanos, aplicação de resultados de pesquisa por meio da extensão rural e melhoria das infraestruturas produtivas); incentivo à pequena indústria agroalimentar; bem como mais e melhores serviços sociais aos produtores e aos habitantes do meio rural, enfatiza Mosca.

Portanto, em nossa pesquisa, o estudo das transformações sociais pode ser entendido como análise das articulações globais de promoção de desenvolvimento rural e agrícola, bem como da forma como estas afetam as sociedades nacionais, as comunidades rurais locais e as mudanças nas suas condições de vida e de produção. Nessa análise, o

papel dos investimentos e dos investidores agrícolas, a lógica de modernização técnica e/ou mecanização agrícola, a questão de mercados e da comercialização agrícola, e o papel do Estado/Governo no desenvolvimento do setor agrícola são meios pelos quais compreendemos que mudanças consistem na melhoria dos meios de subsistência e nas expectativas futuras das comunidades que contatamos.

Nas seções que seguem, apresentamos dois conceitos, nomeadamente, desenvolvimento e corredores de desenvolvimento, que usamos na leitura da realidade em análise. Estes, estão de ponto de vista teórico relacionados e interligados com a ideia de transformação social nesta seção apresentada. Não daremos definições e nem discussões acabadas sobre os mesmos, mas sim indicaremos como nos ajudam na compreensão do nosso objeto, na medida em que as realidades são dinâmicas (em constante mudança e transformação) e os conceitos tendem a segui-las, ou seja, a maneira de pensar, ver e abordar um objeto se modifica pela dinâmica do mesmo objeto.

5.2 DESENVOLVIMENTO (RURAL) E SEUS PROCESSOS

Refletir sobre o conceito de desenvolvimento, seus desdobramentos, entendimentos e aplicação é algo que a academia, os políticos, ONG's, entidades "doadoras" ou financiadoras, e sociedade em geral faz e tem feito desde muito tempo. Apesar de ser um conceito longamente discutido e discutível, não é um trabalho simples e nem consensual, uma vez que o seu significado é largamente relativo, ou seja, o que é 'bom' ou 'mau' na questão desenvolvimento é relativo. O que é considerado desenvolvimento para uns, pode não o ser para outros. No entanto, "deixando ou não de tomá-lo como objeto, o desenvolvimento ainda produz efeitos no mundo, muitos deles nefastos" (CAMANA; ALMEIDA, 2019, p. 406).

Um aspecto importante que marca as leituras do conceito de desenvolvimento é a divisão do mundo em países desenvolvidos e em países subdesenvolvidos ou em vias do desenvolvimento, na qual os últimos têm ou devem ter os primeiros como ideal por atingir. Em Moçambique, a designação país subdesenvolvido nos períodos pós-independência, principalmente no período de economia socialista, era um dos males a eliminar. Neste

período era comum ouvir *slogans* como abaixo ao subdesenvolvimento⁸² nos discursos políticos, em panfletos, nos jornais e revistas, etc., sem no entanto ficar claro e/ou evidente o que é isso de subdesenvolvimento, se não pelo encaixe nos critérios (nunca discutidos) adotados pelas organizações internacionais. No entanto, a tentativa de superar o subdesenvolvimento é algo característico de “países que estavam começando a emergir do domínio colonial e tentavam [superá-lo] e construir economias nacionais autônomas” (LEVIEN, 2014, p. 22, grifo nosso).

Em um país como Moçambique, a reflexão sobre esse conceito sempre vai carregar controvérsias, mais do que consensos. Desde questões do que é desenvolvimento, como pode ser (feito), se ele é (deve ser) endógeno ou exógeno, entre outros aspectos, entram na pauta das reflexões, sem falar da dependência orçamentária e do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) para materializar esse desenvolvimento⁸³. Neste sentido, desenvolvimento ainda é uma questão que precisa ser amplamente discutida na sociedade moçambicana. Aspecto que vai além de ter a maior ponte suspensa do continente, de construir edifícios altos e/ou aeroportos novos (supostamente modernos), bem como do fato de dizer que o país tem recursos naturais (gás, carvão mineral, petróleo, vasta terra para agricultura comercial, etc.), localização geográfica para investir em CD, entre outros aspectos que supostamente são indicados como capazes de contribuir para o desenvolvimento⁸⁴ do país.

Muito do que temos vindo a abordar até aqui e relacionado aos corredores, a questão ‘desenvolvimento’ está presente. Olhando os objetivos do CCA a ideia de desenvolvimento tem uma articulação com a modernização técnica⁸⁵ para aumentar a quantidade e qualidade da produção para o consumo mais externo do que interno, mas a

⁸² Além do “abaixo ao subdesenvolvimento” também se ouviam *slogans* como “abaixo a corrupção”, “abaixo a poligamia”, “abaixo ao tribalismo”, “abaixo aos ritos de iniciação”, “abaixo aos bandidos armados” (em referência a guerrilha da RENAMO) entre outros aspectos.

⁸³ Só a título de exemplo, quando escrevíamos a tese, a quando da Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, em Glasgow, na Escócia, um grupo de manifestantes carregava dísticos com dizeres pedindo que o Governo Britânico parasse de financiar a exploração de gás em Moçambique. Fato que levantou debates na sociedade moçambicana, no qual o mote dos argumentos iam no sentido de que esses ativistas estavam contra o desenvolvimento do país.

⁸⁴ Aqui, desenvolvimento tende a estar muito relacionado com crescimento econômico, principalmente porque o *boom* dos recursos tem contribuído para que os índices do crescimento econômico do país cresçam. Nesta seção vamos olhar a ideia do desenvolvimento para além dele como crescimento econômico, crescimento do PIB, aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social (SEN, 2010; STIGLITZ, 1998).

⁸⁵ Aqui a compreensão do desenvolvimento remete muito a oposição entre o tradicional e o moderno (SANTOS, 2016).

justificativa de melhoria das condições de vida das comunidades atravessadas pelo corredor, que se ligam as metas do setor agrícola por parte do governo, é aliada a uma espécie de progresso das comunidades rurais. Mas, não se pode deixar de lado que o desenvolvimento pode se manifestar em transformações positivas e negativas. Nesse sentido, o que faremos em seguida não é um tratado sobre desenvolvimento e muito menos sobre o subdesenvolvimento, faremos articulações possíveis com a questão de transformação social. Principalmente, porque o conceito de desenvolvimento é um termo discursivamente poderoso que carece de uma definição universalmente aceite, destaca Kalina (2017). No entanto,

A abrangência desta noção recobre desde os direitos individuais, de cidadania, até esquemas de classificação dos Estados-Nações internamente ao sistema mundial, passando por atribuições de valor à mudança, tradição, justiça social, bem-estar, destino da humanidade, acumulação de poder econômico, político e militar, e muitas outras conotações vinculadas a ideais de relações apropriadas entre os homens e entre estes e a natureza. São, sem dúvida, a abrangência e as múltiplas faces do desenvolvimento que permite um enorme número de apropriações e leituras muitas vezes divergentes. Em síntese, desenvolvimento, assim como modernidade, são categorias filiadas a um tipo de universo ideacional de uma elasticidade tamanha que até faz crer se estar diante de uma caixa preta ou de uma noção vazia (RIBEIRO, G., 1991).

Todavia, segundo Negrão (2008), nos finais do século XX, começou a verificar-se uma rotura epistemológica na produção teórica sobre o desenvolvimento. Aqui, os velhos paradigmas deixavam de dar respostas satisfatórias aos problemas que iam surgindo e a aplicação sucessiva de modelos que não vão sendo impostos acarreta consequências no processo de desenvolvimento, que se pretende que seja endógeno às sociedades e duradouro. Assim, a questão que se coloca é:

Como induzir o desenvolvimento em África? O caso de Moçambique. A pergunta faz parte do quotidiano dos políticos africanos, especialistas das agências internacionais [como o FMI, BM, ONU], trabalhadores de ONG's [nacionais e internacionais], funcionários de ministérios de cooperação espalhados pelos países do Norte e académicos do mundo inteiro. [Neste sentido, o FMI e o BM] juntam-se, com o aval dos países mais ricos do mundo, na elaboração com os governos dos países africanos, estratégias e programas para a redução da pobreza absoluta. As Nações Unidas encontram eco conjunto do capital internacional ao falarem das agendas 2020 ou 2025, onde as inteligentes parcerias pretendem dar ao mundo um mundo novo. [Assim] a pergunta todavia, mantém-se: como induzir o desenvolvimento? Como assegurar que o investimento a realizar tenha os efeitos multiplicadores para o desenvolvimento se torne endógeno ao próprio continente e o mundo deixe de ter de apelar à solidariedade e ajuda internacionais sempre que as imagens de crianças famintas, mulheres encharcadas, homens garridamente armados e velhos de olhar vazio

que ultrapassa a morte, se instalam na retina sem pedir licença? (NEGRÃO, 2008, p. 124, grifo nosso).

Em seu perfil do *Facebook*, o sociólogo moçambicano, Elísio Macamo⁸⁶, indica algumas notas sobre a Sociologia do Desenvolvimento, as quais entendemos como propostas para que a Sociologia leia o desenvolvimento de e em Moçambique. Destaca o autor, que a Sociologia do Desenvolvimento não aponta o caminho para o mesmo, mas sim, estuda os processos sociais que a ideia do desenvolvimento desencadeia. A expressão “ideia de desenvolvimento” implica, para o autor, não só o que se pensa sobre esse fim, mas também as ações e instituições que as pessoas recorrem para lograr esse fim. Assim, mais do que estudar como se chega ao desenvolvimento essa sociologia procura entender o tipo de mundo – e as relações sociais daí decorrentes – que a ideia do desenvolvimento não só projeta, como também procura colocar em prática. Acrescenta que, de entre outras questões, a ideia de desenvolvimento como processo é que melhor se encaixa na agenda intelectual da sociologia do desenvolvimento, na qual a preocupação não é com os fins, mas sim com a forma como a transformação social ocorre (MACAMO, 2019). Nesse sentido,

A noção de desenvolvimento implica frequentemente uma crença teleológica na progressão para um objetivo pré-definido: normalmente o tipo de economia e de sociedade que encontramos nos países ocidentais altamente desenvolvidos. A noção de transformação social, pelo contrário, não supõe qualquer resultado pré-determinado, não tão pouco se trate de um processo essencialmente positivo. A transformação social é uma espécie de antítese da globalização e, simultaneamente, como um processo que mina as suas ideologias nucleares (CASTLES, 2002, p. 125).

Esta crença na progressão, em que as sociedades ocidentais são o ideal do desenvolvimento por seguir e atingir, enquadra-se no que Giddens (2009, p. XXXII) entende

(...) por “evolucionismo”, quando aplicado às Ciências Sociais, a explicação da mudança social em termos de esquemas que envolvam as seguintes características: uma série irreversível de estádios através das quais as sociedades se modificam progressivamente, ainda que não se sustente que cada sociedade deve passar por todos eles afim de atingir os superiores; uma certa ligação conceptual com as teorias biológicas de evolução; e a especificação de direcionalidade ao longo dos estádios indicados, quando a um dado critério ou a critérios, como crescente complexidade ou expansão das forças de produção.

⁸⁶ Recentemente o autor anunciou em seu Perfil do *Facebook* que está no prelo a obra: **Sociologia prática: como os sociólogos pensam o desenvolvimento** (MACAMO, 2021).

Para Wallerstein (1995), as ciências sociais (assim como políticos – principalmente os do Sul-Global – agências “doadoras” e financiadoras, ONG’s nacionais e internacionais, bancos de desenvolvimento nacionais e continentais, etc.) aceitaram, praticamente sem questionar, essa premissa do iluminismo de que o mundo evolui inevitavelmente em direção à sociedade ideal. Ou seja, que o progresso é nossa herança natural, e o progresso como sinal de desenvolvimento faz com que as sociedades desenvolvidas sejam o ideal que as não desenvolvidas devam atingir, assim, o mundo ocidental moderno é o ponto final de um processo evolutivo lógico.

A abordagem que seguimos pensa o desenvolvimento como mudança social e estrutural, na qual se dá centralidade às relações sociais. Aqui, o fenômeno do desenvolvimento integrado à tradição da sociologia da mudança social, deve ser entendida como acumulação de variações em extensão e intensidades significativas, que instiga transformações sociais em diferentes escalas de estruturas sociais específicas, temporal e espacialmente localizadas. A mudança social é experimentada como redefinição das condições de reprodução social e de transformação profunda da natureza dos agentes e grupos sociais, de suas relações e das estruturas sociais. É portanto, um processo de reorganização das relações entre os agentes econômicos, políticos e sociais, que acelera e transforma de forma qualitativa a estrutura social (SANTOS, 2016). Sendo que, entre os agentes estão financiadores públicos e privados, nacionais e internacionais, corporações transnacionais, Estados nacionais, ONG’s locais e comunidades afetadas (SANTOS; ESTERCI, 2016), como temos vindo apresentando no que diz respeito aos atores-chave no CCA de Nacala.

Nesse sentido, o desenvolvimento representa, supostamente, uma transformação da sociedade, um movimento das relações tradicionais: formas tradicionais de pensar, formas tradicionais de lidar com a saúde e educação, métodos tradicionais de produção, para formas moderna. A dimensão do processo de desenvolvimento, reconhece a mudança, reconhece que os indivíduos e sociedades podem tomar medidas, por exemplo, que aumentem a produtividade. Assim, qualquer estratégia de desenvolvimento numa sociedade deve ter como objetivo facilitar a transformação da sociedade, identificando as barreiras e os potenciais mobilizadores de mudança, destaca Stiglitz (1998).

Desse modo, queremos que nesta pesquisa o desenvolvimento seja materializado para além de suas causas e consequências. Sendo que o debate interno aos diferentes

subcampos nas Ciências Sociais têm, em alguma medida, descuidado da compreensão do fenômeno do desenvolvimento *per se*, como conjunto de fatos e processos sociais cujo resultado é a mudança na estrutura de sociedades e/ou comunidades particulares, mas, que mesma mudança seja sempre que possível de modo participativo (SANTOS; ESTERCI, 2016), seguindo preferencialmente uma metodologia de orientação participativa, da base para o topo. Ou seja,

Se um modo de vida tradicional tem de ser sacrificado para escapar-se da pobreza devastadora ou da longevidade minúscula (que é como vivem muitas sociedades tradicionais há milhares de anos) então são as pessoas diretamente envolvidas que têm de ter oportunidades de participar da decisão do que deve ser escolhido [como desenvolvimento e, conseqüentemente melhoria das condições de vida] (SEN, 2010, p. 45, grifo nosso).

No entanto, por mais que se priorize na pesquisa uma metodologia de orientação participativa, não se pode deixar de lado que muito do que é desenvolvimento e os meios de o atingir é ainda concebido e ditado de cima para baixo. Neste sentido, o Estado (e/ou governos) tornam-se lugares de como podemos entender as transformações sociais possibilitadas pela ideia de desenvolvimento. Estes são articuladores de como os restantes atores participam na implementação dos corredores como lugar de desenvolvimento de uma economia, comércio, produção, modernização agrícola e outras formas de globalização. Ou seja, o Estado é determinante no processo de mudança social e transformação social do país, como um todo, e do meio rural em particular. Neste sentido, as políticas públicas para o meio rural são processos de materialização das mudanças e transformações, ou seja, quando existentes e colocadas aos serviço desse propósito.

Assim, se existe a ideia de desenvolvimento, como apontamos antes, existe igualmente uma ideia de desenvolvimento rural. Neste sentido, quando se olha para o meio rural, as políticas e ações no país visam a promoção do desenvolvimento rural, igualmente percebido como um processo. Então, o que significa esse processo? Em primeiro lugar é o entendimento do rural além de espaço empírico, mas como elemento explicativo sobre iniciativas de desenvolvimento, das formas de vida dos que habitam esses espaços e das transformações sociais que lá acontecem, ou seja, o rural não pode ser visto como algo parado e absoluto, auto evidente, mas sim algo que se transforma e é algo que se constrói social e culturalmente, bem como se dá espaço para agência e negociação na significação

dos espaços rurais (FAVARETO, 2007; PANELLI, 2006; PERKINS, 2006; SANTOS, 2016; WANDERLEY, 2012).

A ideia do rural ou da ruralidade é similar a tantas outras que só existem em relação direta com seu par oposto (o urbano), como por exemplo, Norte-Global e Sul-Global, desenvolvimento e subdesenvolvimento, moderno e tradicional, masculino e o feminino, o sagrado e o profano. Enquanto que, por um lado, fala-se do fim do rural⁸⁷ ou que o mesmo não existe, porque algumas atividades, práticas e instituições tidas como urbanas estão a fazer-se sentir no meio rural. O rural, por outro lado, vem sendo associado ao passado, ao rústico, ao idílico, à tradição, ao remoto, ao periférico, quanto não ao irracional (FAVARETO, 2007; PERKINS, 2006).

Para Favareto (2007), o desenvolvimento rural, é algo que envolve a manifestação de um processo de características mais gerais, o desenvolvimento, em um domínio específico, nesse caso, o rural. Compreender o desenvolvimento rural sob uma perspectiva não-normativa significa em primeiro lugar, entender o desenvolvimento não como um desejo, utopia ou ilusão, pelos conteúdos expressos num “deve ser”, mas sim como evolução de configurações determinadas, analisando as interdependências entre estruturas sociais, meio ambiente e instituições a partir de um enfoque em sua evolução ao longo prazo. Em segundo lugar,

É definir em que consiste a particularidade desse espaço específico que é o rural e as decorrências disso para se pensar sua trajetória histórica. Nos tempos recentes tornou-se quase um hábito falar-se em “novo rural”, em “novas ruralidades”, muitas vezes sem um esforço analítico em elucidar o que nisso é recente e o que é propriamente permanente. Importa saber, sobre tudo, qual a implicação dessa nova situação, insinuada pela adjetivação crescente vista na bibliografia sobre estudos rurais em termos de instâncias empíricas a serem mobilizadas e em termos de articulações conceituais para entendê-las (FAVARETO, 2007, p. 158).

Às primeiras discussões sobre o mundo rural, de acordo com Perkins (2006), tinham como bases as definições centradas nas atividades que nele têm lugar e o mundo rural foi assim equiparado a agricultura, horticultura, silvicultura, pecuária e preservação da natureza, suas paisagens e as funções econômicas associadas. Contudo, para PANELLI (2006), os estudos rurais há muito que procuram compreender como as pessoas experimentam e organizam a vida no meio rural, como as famílias operam as explorações

⁸⁷ Wallerstein (1995, p. 19) destaca a pretensão da desruralização do mundo como sendo uma ideia “tradicionalmente acolhida como um verdadeiro triunfo da modernidade”.

agrícolas, como as comunidades constroem significados culturais e se relacionam com o espaço e como grupos destituídos de poder e sem voz na tomada de decisões negociam desigualdades e por vezes contestam as relações e estruturas sociais. Coletivamente, estes tipos de empreendimentos representam estudos sobre sociedades rurais.

Embora as políticas de desenvolvimento rural possam abranger uma série de objetivos, incluindo a proteção ambiental, em muitos países, a viabilidade econômica do meio rural está em primeiro lugar. Assim, uma série de medidas pode ser associada ao desenvolvimento rural bem sucedido, tais como baixas taxas de pobreza, altos níveis de rendimento, baixas taxas de desemprego, etc. Mas, fica difícil colocar um peso em cada uma delas, sendo que um indicador pode sugerir coisas diferentes em cenários diferentes. No entanto, para as comunidades com poucas probabilidades de serem economicamente viáveis a longo prazo, o fato pode estar na escassez de recursos públicos para satisfação de necessidades e interesses de vária ordem (MIDMORE *et al.*, 2010).

No contexto de ação do Estado, em Moçambique, a ideia de desenvolvimento rural significa a transformação da composição e da estrutura social, econômica, política, cultural e ambiental das áreas rurais. Para essas metas, implica atuar sobre as variáveis simultaneamente importantes na qual a área rural é mais débil ou fraca, ou seja, é a transformação do fraco em forte, do improdutivo em produtivo, com vista a gerar progresso, crescimento e expansão da economia rural.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento rural não é algo de curto prazo, mas sim um processo de mudança a longo prazo, cheio de variados conflitos, compromissos e opções, muitos dos quais mutuamente exclusivos. Resumidamente, desenvolvimento rural é o processo de melhoria das condições de vida, trabalho, lazer e bem estar das pessoas que habitam as áreas rurais (MOÇAMBIQUE, 2007). Essa definição articula o processo de transformação social e os objetivos traçados na pesquisa, pois olha desenvolvimento rural além das questões agrícolas ou mesmo agrárias. Ou seja, pensa o desenvolvimento rural como capaz de conciliar modernização, integração e democracia, permitindo superar as atuais situações de pobreza e de desintegração social (FERREIRA; BRANDENBURG, 1998).

O ritmo e a natureza da mudança e transformação social no meio rural são fortemente influenciados por fenômenos locais, regionais e globais em vigor num dado momento, afetando as oportunidades para a atividade empresarial e abrindo novos espaços

para atividade econômica, oportunidades de investimentos e a mercantilização (PERKINS, 2006) como a ideia dos corredores que apresentamos em seguida procura, entre outras coisas, destacar. Aqui, as comunidades tradicionais e as economias locais tendem a ser tecidas em circuitos globais de produção e consumo de massa, nas quais a medida que alguns aspectos da vida comunitária são mercantilizados, os habitantes rurais são transformados em atores de um mecanismo global de acumulação. Na medida em que as grandes empresas e multinacionais que estabelecem uma agenda de desenvolvimento, esses espaços rurais tornam-se lugares de produção que alimentam um mercado global, sem melhorar os mercados locais (LYSON, 2006).

No entanto, para Moçambique, de acordo com Mosca (2011; 2019a), para um desenvolvimento rural (integrado) é necessário que as políticas setoriais, algumas do setor da agricultura foram apontadas na secção 3.4, estejam localmente compatibilizadas e que haja convergência nas prioridades territoriais de cada setor. Sendo que, o estabelecimento de políticas setoriais dispersas dificultam a obtenção de sinergias e o reforço mútuo dos diferentes programas. A opção por um desenvolvimento endógeno deve ser um objetivo concretizado por políticas específicas e estáveis de longo prazo, que olhando para o meio rural deve estar assente na grande maioria dos agentes econômicos que são os pequenos produtores e as micro e pequenas empresas, que produzem bens e serviços para a maioria dos habitantes rurais. Mas, o desenvolvimento rural não significa a delimitação das atividades em âmbitos espaciais restritos, os recursos, o conhecimento e as qualificações podem e devem, estar associados a cadeias de valor internacionalizadas, preservando o domínio das atividades pelos agentes sociais rurais, acrescenta.

Neste sentido, na seção seguinte, vamos olhar para conceptualização da ideia de corredores, que hoje se apresentam como parte dos objetivos de política para o desenvolvimento rural no país, bem como um articulador das cadeias de valor internacionais no meio rural moçambicano e transformador do mesmo.

5.3 CORREDORES DE DESENVOLVIMENTO E SEUS PROCESSOS

A seleção de regiões em função de suas potencialidades econômicas, sociais, culturais, turísticas, etc., conjugadas com a existência de recursos naturais de várias ordens faz com que Estados, governos nacionais e estrangeiros, investidores nacionais e estrangeiros, entidades financiadoras e “doadoras”, entre outros, de forma individual e/ou

coletiva decidam por implantar polos de desenvolvimento, Zonas Econômicas Especiais (ZEE), parques industriais e/ou corredores econômicos ou de desenvolvimento, como formas de Iniciativas de Desenvolvimento Espacial (SDI). Estas iniciativas, quer construídas de raiz, quer reconstruídas e apetrechadas às infraestruturas já existentes, visam sempre o desenvolvimento das regiões nas quais se localizam, das regiões nacionais, regionais e até globais, com as quais estabelecem conexões e relações de vária ordem. A projeção e implantação das mesmas iniciativas provocam transformações sociais que podem se refletir como processos locais, regionais e globalizados, cujos efeitos podem ser negativos e/ou positivos.

Estas iniciativas em função de infraestruturas como estradas, caminhos-de-ferro, oleodutos, gasodutos e/ou portos podem estabelecer entre si, também conexões e relações. A nossa pesquisa, no entanto, centra-se nas potencialidades desejadas que a ideia dos CD (e o seu foco em CCA) tende a apresentar como solução para a promoção do desenvolvimento, promover e atrair investimento que permitam a transformação social, espacial e agrícola no Norte de Moçambique, especificamente no CdN, no qual existe a esperança de que as iniciativas antes apontadas tenham um papel importante nesse processo. No entanto, os propósitos econômicos por detrás das iniciativas podem precisar de terras, que se ocupadas podem gerar ondas de desapropriação justificadas como propósito público, mas seguindo uma lógica do capital global no qual os países do Norte são os principais agentes (LEVIEN, 2014), como evidenciamos ao referenciar os principais atores na implementação dos CCA em África.

Igual à ideia de desenvolvimento e de desenvolvimento rural que procuramos conceituar antes, a ideia de Corredores de Desenvolvimento (CD) é explicada sob várias óticas e definições, havendo, portanto, uma variedade de definições, o que dificulta a conceituação específica deste fenômeno, evidenciam Colling e Piffer (2016). Assim, para Stein e Kalina (2019), apesar de sua popularidade recente dentro das narrativas de desenvolvimento no século XXI, a utilização do termo ‘corredor’ como um conceito de planejamento espacial tem uma longa história, enraizada no colonialismo (como evidenciamos nos corredores moçambicanos), na economia extrativa e finalmente codificada dentro da filosofia do Estado desenvolvimentista de meados do século XX. Sendo que, dentro desta trajetória, houve poucas tentativas acadêmicas de traçar uma genealogia e evolução concreta do conceito, acrescentam. E, como não fizemos com as

noções de transformação social e de desenvolvimento, não faremos aqui um tratado sobre este conceito.

Na perspectiva de Hope e Cox (2015) não existe uma terminologia universal para os CD. Para eles à primeira vista os CD parecem simples, mas em um olhar atento, estes são complexos. Foi Whebell (1969⁸⁸ *apud* STEIN; KALINA, 2019) que cunhou pela primeira vez o discurso de CD, ao observar que as novas gerações de infraestruturas estavam frequentemente localizadas nas proximidades de sistemas mais antigos e, por vezes, em casos de substituição, encima de sistemas mais antigos, formando corredores entre áreas economicamente vitais. Em consequência, existem entre essas áreas uma concentração de infraestruturas que exercem forte influência sobre os padrões de urbanização e de desenvolvimento. Acrescentam, que para o autor, a lógica subjacente ao desenvolvimento de corredores em economias desenvolvidas e em desenvolvimento é de criar condições nas quais tal não aconteceu naturalmente, impulsionando a vantagem competitiva e atrair investimento em áreas anteriormente negligenciadas em termos de oportunidades que visem o seu desenvolvimento.

Não existindo uma definição ou tipologia única para os corredores, para Hope e Cox (2015) alguns autores centram-se nos corredores de transporte e comércio, desenvolvendo definições para subtipos de corredores. Essas definições evidenciam as características particulares dos corredores e descrevem-nas tendo em conta à sua influência espacial. Neste sentido, para os autores estes são vias de transporte que evoluem para facilitar uma gama crescente de atividades de desenvolvimento social e econômico. Evoluem a um ponto que apenas melhora o fluxo de bens, mercadorias e pessoas, bem como conectividade entre países, ou entre sub-regiões dentro de países (corredor de transporte); a um ponto que apoia o comércio doméstico e internacional (um corredor comercial); a um ponto de apoiar o desenvolvimento de um setor específico da economia (CCA); e podem evoluir ao ponto que apoie o desenvolvimento social e o crescimento econômico mais vasto de uma região subnacional ou transfronteiriça (corredor econômico de pleno direito).

Segundo Nogales (2014), cinco fatores podem estar por detrás da atual expansão do fenômeno corredor. Primeiro, o corredor é uma ferramenta ‘inteligente’ de planejamento

⁸⁸ WHEBELL, C. F. J. Corridors: a theory of urban system. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 59, n.1, p. 1-26, 1969.

territorial integrado, que combina intervenções em infraestruturas (e serviços relacionados) com ações para impulsionar setores-chave; segundo, a ideia de corredores econômicos abrange um conjunto de ações coordenadas que asseguram investimentos com capacidades de transformar o território; terceiro, eles são intrinsecamente propícios a criação de alianças estratégicas para o desenvolvimento, com a participação de autoridades públicas centrais e locais, atores privados e “doadores”, etc.; quarto, relação simbiótica entre corredores e blocos comerciais regionais (como apontamos antes para África Austral e Oriental, nos quais estão os quatro corredores que temos vindo a destacar); quinto fator, depois de anos de tentativa e erros, é a identificação de melhores práticas de concepção e implementação, que contribuem para melhorar a realização de novas intervenções e em curso nos corredores, finaliza. Assim, os CD são áreas geográficas, de um país ou grupo de países, nos quais existem redes de infraestruturas compostas por estradas, caminhos-de-ferro, oleodutos, gasodutos e portos, frequentemente acompanhadas por outros tipos de infraestruturas e reformas regulamentares, construídas para permitir a circulação de mercadorias entre locais de produção, áreas de processamento e centros econômicos locais, regionais e globais.

O corredor liga, em algum momento, áreas de produção sem litoral (*hinterland*) à áreas de transformação urbana ou costeira e a mercados internacionais. Estes incorporam dois tipos de infraestruturas, as infraestruturas de transporte, antes mencionadas, e as infraestruturas logísticas (serviços de aprovisionamento de bens e mercadorias, instalações de armazenamento e fábricas de processamento). Neste sentido, um corredor é mais do que simplesmente rota de transporte, incorpora atividades econômicas no entorno e relacionadas com a rota, bem como iniciativas políticas que tiram partido das infraestruturas de transporte. Aqui, a justificativa que o principal objetivo é estimular o desenvolvimento social e econômico das áreas que se localizam, principalmente, os centros de produção, frequentemente menos desenvolvidos, como são as comunidades ao longo do CdN (BYIERS; MOLINA; ENGEL, 2016; ENNS, 2018; NOGALES, 2014; HOPE; COX, 2015; SMALLEY, 2017).

Byiers, Molina e Engel (2016) destacam que os tipos de corredores variam em função dos objetivos que orientam a criação dos mesmos, indo desde a melhoria do trânsito até a realização de transformações econômicas e agrícolas. No entanto, os diferentes objetivos implicam atividades e infraestruturas diferentes, sendo que para Nogales (2014)

as atividades dos corredores são organizadas em quatro categorias que garantem o funcionamento dos mesmos e da sociedade como um todo:

1. Infraestruturas duras: rede física de estradas, caminhos-de-ferro, portos, infraestruturas fronteiriças, oleodutos, gasodutos e torres de energia elétrica;
2. Infraestruturas suaves: rede de facilidades burocráticas e logísticas como reformas regulatórias necessárias à compensação e manuseamento de mercadorias nos portos e fronteiras, fronteiras únicas, monitoramento de barreiras não tarifárias, serviços aduaneiros, estrutura do mercado de transporte, segurança, bem como outros regulamentos, medidas, técnicas e políticas que impulsionem as diferentes atividades econômicas nos corredores;
3. Promoção e investimento: inclui a criação e estabelecimento de planos de investimentos, fundos para os corredores, instrumentos e incentivos para promover o investimento em áreas de processamento industrial, polos de crescimento, promoção de *clusters*, investimentos específicos relacionados com criação de esquemas de cultivo, armazenamento e processamento pós-colheita, etc.; e
4. Colaboração multissetorial: inclui o diálogo público-privado, envolvimento de organismos internacionais, regionais, nacionais e locais, criação de parcerias para a superação de vários desafios relacionados com as ligações aos mercados, relações entre produtores e de produção para assegurar cadeias de abastecimento, criação de cadeias de valor competitivas e inclusivas, etc.

Para essa autora, seguindo uma lógica evolutiva e até atingir um certo nível de desenvolvimento, os corredores passam por processos transformativos faseados. Numa primeira fase temos os corredores de transporte, que podem ser definidos em função das suas dimensões físicas e funcionais. Assim é uma categoria espacial de natureza linear que liga grandes aglomerações (nós econômicos) de uma área geográfica por meio de rotas de transporte;

Numa segunda fase, passam a corredores logísticos, que não só ligam fisicamente uma área ou região, mas também harmonizam o quadro institucional relativo à logística e todas as condições tecnológicas, organizacionais e legais para que ocorra transporte de pessoas, bens e mercadorias;

Na terceira fase, temos os corredores comerciais, que em termos físicos procuram melhorar os fluxos comerciais (geralmente movimento de bens, serviços, mercadorias e

pessoas) ligando um ou mais países vizinhos, ou dando acesso ao mar aos países sem litoral;

Na quarta fase, temos os corredores econômicos, que englobam dimensões analíticas e políticas. A dimensão analítica define o corredor com base em formas e padrões espaço-funcionais, nos quais os corredores são aglomerados que interagem uns com os outros. A dimensão política toma os corredores como instrumentos de planejamento e políticas espaciais;

Por último, os corredores de crescimento ou desenvolvimento, que são vistos como aqueles em que elementos não econômicos (sistemas de saúde, proteção ambiental – corredores ecológicos/verdes – e dimensões culturais) foram acrescentados a iniciativas econômicas. Estes são de âmbito variável, desde uma área dentro de um país até um agrupamento regional de países. Ambos casos visam desenvolver economicamente a área visada, além da integração regional.

No entanto, embora seja importante distinguir entre corredores de transporte, de comércio e econômicos, todos são concebidos para fomentar o crescimento espacial e econômicos, por meio da melhoria dos serviços de transporte e logística disponíveis para as cidades e/ou países ao longo do corredor, sendo que existe uma relação evolutiva entre o comércio e o econômico, acrescenta a autora. Assim,

O conceito de corredores de crescimento ou desenvolvimento evoluiu a partir dos corredores de transporte que ligam países ou sub-regiões dentro de países, visando promover o comércio nacional e internacional, através da provisão de sistemas eficientes de transporte e logística. Estes centram-se em redes rodoviárias e ferroviárias que ligam-se a portos. Baseiam-se em investimentos integrados em infraestruturas físicas, bem como no estabelecimento de políticas, regulamentação e instituições que governem o comércio e investimentos ao longo do corredor (RASAGAM *et al.*, 2014, p. 92).

Portanto,

Corredor [de crescimento ou] de desenvolvimento é uma área que liga dois polos, podendo ter seu grau de desenvolvimento elevado em virtude da sua localização. O corredor de desenvolvimento passa a sê-lo a partir do momento em que são determinados objetivos de desenvolvimento para esta faixa de ligação entre pontos. Um conjunto de princípios e precondições pode ser utilizado para a análise dos corredores, quais sejam: transportes, uso da terra, econômicos, sociais, locais, ambientais, infraestrutura, participação, institucionais e políticos. Não é possível que se adote um único modelo geral de desenvolvimento de estratégia para os corredores de desenvolvimento para todas as regiões, posto que cada uma possui peculiaridades que as tornam diferentes das demais (COLLING; PIFFER, 2016, p. 99, grifo nosso).

Nesses termos, interessa-nos os tipos mais sofisticados de corredores conhecidos como corredores de crescimento ou desenvolvimento e, particularmente na forma mais especializada de CCA, que é uma designação que tem sido utilizada para descrever três dos quatro corredores da África Oriental e Austral que destacamos antes na pesquisa. Assim, os CCA têm bases na premissa de que as infraestruturas de transporte existentes podem ser alavancadas para apoiar a agricultura e atrair investimentos em agronegócio, mas também como ferramenta que estimula o desenvolvimento social e econômico. Nesse sentido, existe a esperança de que, em algum momento, por meio de programas de desenvolvimento rural, que empresários locais e estrangeiros, agricultores comerciais e operadores agrícolas desempenhem um papel importante na transmissão de tecnologias em áreas agrícolas, bem como fomentar ligações dos pequenos produtores dispersos com mercados comercializáveis (SMALLEY, 2017).

Para Paul e Steinbrecher (2013) em África o conceito CCA (que já indicamos antes quando, onde e o principal interveniente na concepção) foi concebido para facilitar a conversão de milhões de hectares de terra em agricultura industrial, que será alimentado por meio de construção de infraestruturas e atividades, algumas apontadas acima por Nogales. Estes autores destacam a construção de estradas, portos, caminhos-de-ferro, sistemas de irrigação, silos e armazéns, infraestruturas de processamento e transformação de produtos agrícolas, grande parte liderado por empresas privadas.

O objetivo declarado dos projetos de CCA é estabelecer infraestruturas para atrair investimento e facilitar o desenvolvimento da agricultura comercial, e consequentemente, redução da pobreza e insegurança alimentar, proteção ambiental e lucros empresariais, mas também se dirigiu à comunidade internacional de “doadores”. Aqui, os portos são vitais para exportação agrícola, biomassa, mineração, madeira e derivados, bem como para importação de requisitos básicos à prática da agricultura como fertilizantes e maquinaria agrícola (BATISTELLA; BOLFE, 2010; KAARHUS, 2018; PAUL; STEINBRECHER, 2013).

Tendo em conta os aspetos apontados antes, o CdN, se enquadra na definição que engloba capital internacional, ação/presença do Estado por meio de coalizações, ou seja, explicita uma ampla coalização de interesses que articula empresas mineradoras, dos agronegócios e do ramo de seguros e de administração de fundos, empenhadas na financeirização de ações ditas ‘ambientais’, e que compreende também atos do Estado e

grandes agências ambientalistas intimamente afinadas com as chamadas ‘agro estratégias’ e com o ‘conservacionismo’. Em todas elas o destaque é para o quadro natural em detrimento de unidades sociais (grupos, comunidades e povos). Assim, ele não se refere a uma entidade monolítica, mas sim uma visão espacial de melhores ligações de transporte transfronteiriço e integração regional, e aos projetos que foram e estão a ser implementados para alcançar essa visão (ALMEIDA, 2018; KALINA, 2017).

Portanto, em Moçambique o estudo dos corredores de transporte é um mecanismo para o entendimento de como os mesmos se convertem em corredores de crescimento ou desenvolvimento e, como estes se transformam em CCA, pois esse processo pressupõe arranjos espaciais, nas relações sociais das populações e das atividades, ao longo dos eixos de circulação (FONSECA, 2003). Por isso, o CdN é um exemplo típico de investimento público-privado e se espera que o mesmo tenha um papel de destaque no AAGC e no processo da transformação estrutural da agricultura, pois baseia-se, de entre outros aspectos, em intenções políticas de cultivar grandes explorações agrícolas e agronegócios como os principais atores da agricultura (IKEGAMI, 2015).

Ou seja, a transformação dos corredores em CCA espelham “(...) processos de expansão do agronegócio, especialmente a construção de diferentes arranjos estabelecidos pelos setores público e privado no meio rural, as mudanças nos ‘códigos’ e no repertório de instrumentos para operar e validar esses processos” (LEITE, 2019, p. 305). Mas, como essas questões beneficiam aos mais pobres, aos desprovidos de maquinário, de técnicas e tecnologias agrícolas consideradas modernas, bem como elas se encaixam nesse processo?

O que procuramos trazer neste capítulo são os diálogos possíveis entre a perspectiva analítica da transformação social e sua articulação com a ideia de desenvolvimento (rural) e dos corredores. Assim, entendemos que o desenvolvimento é um fenômeno e processo que possibilita mudanças e transformações em Moçambique, sendo que os CD e os CCA são apontados como parte dos meios que podem possibilitar a manifestação desse processo.

No entanto, assumimos que deve ser metodologicamente necessário diferenciar crescimento de desenvolvimento econômico. A estratégia econômica do país, segundo Negrão (2008), deve estar direcionada para a rápida formação de capital baseada na exploração dos recursos energéticos, transporte e serviços (crescimento econômico) – cobrindo em parte os objetivos inerentes ao desenvolvimento dos corredores – e

direcionada para o desenvolvimento sustentável baseado no setor agrário ou primário (desenvolvimento econômico e social). Algo que se julga possível pelos objetivos inerentes ao desenvolvimento dos CCA.

Com este capítulo, assumindo que a pesquisa se centra em tópicos específicos inerentes ao CdN, temos presente que o processo de transformação social diz respeito a todos aspectos de existência social e envolvem todos os níveis espaciais. Assim, para um conhecimento cabal sobre qualquer assunto específico, é necessário compreender a sua integração em processos muito mais amplos. Assim, o estudo sobre comunidades ou países devem incluir uma análise dos fatores e das articulações globais e regionais que interferem na área de estudo (CASTLES, 2002), como temos vindo a apontar, com destaque no Capítulo quatro. Por isso, como coloca Fonseca (2003), a questão que deve ser colocada é que tipo de relação existe entre as rede de transportes e o desenvolvimento rural, bem como se desenvolve e em que medida pode ser colocado no planeamento da transformação social em Moçambique?

Portanto, este capítulo é igualmente um enquadramento contextual do que temos vindo discorrendo ao longo da pesquisa. Na medida que em vários momentos fizemos o exercício de colocar os CdN como parte de processos mais amplos no país, na região, no continente e no mundo. Sempre com o objetivo enquadrar o corredor e o processo de desenvolvimento do mesmo como parte das transformações e articulações globais sobre o desenvolvimento da agricultura.

Assim, no capítulo seguinte vamos discorrer em torno das dinâmicas sociais inerentes ao processo do desenvolvimento da agricultura e transformação da agricultura tradicional em moderna no CdN. Debruçamo-nos sobre aspectos de existência social em comunidades da província do Niassa que visitamos, para compreender como as mesmas articulam com as narrativas que justificam a implementação e transformação do CdN em um CCA. Olhamos como fatores nacionais e, essencialmente, locais podem ser compreendidos em articulação com fatores globais e transnacionais de promoção do desenvolvimento rural e agrícola. Ou seja, apontamos como as comunidades organizam e estruturam suas experiências cotidianas e de vida no meio rural e seus processos produtivos.

Figura 3 – Vista parcial da praça da independência no distrito de Cuamba, Niassa.



Foto: Hélio Maúngue, 18/04/2021.

6. *VAKANI-VAKANI*⁸⁹: UM CAMINHAR PARA O DESENVOLVIMENTO AOS POUÇOS?

Niassa⁹⁰

“(…)

Eu canto alto, meu nome é Niassa!

Eu canto alto, meu nome é Niassa!

Não tenho nem vergonha de seres assim tão pobre...

Não tenho nem receio de seres assim tão frágil...

Niassa....

Niassa...

(…)

Há muita gente que diz essa pobreza nos levará,

Ao esquecimento pois estamos esquecidos...

Outra gente diz para Niassa nunca mais quero voltar...

Pois cá nós estamos...

Por isso eu canto alto, meu nome é Niassa!

Sim eu canto alto, meu nome é Niassa!

Não tenho nem vergonha de seres assim tão pobre...

Não tenho nem receio de seres assim tão frágil...

(…)

Eu vou levar para o alto seu nome Niassa, sem vergonha...

Se alguém me perguntar, por que falo sempre de Niassa...

Eu vou dizer só, é minha terra e bonita e eu gosto (...)

Banda *Massukos* (2007).

“Colocando Niassa na rota de desenvolvimento numa base sustentável”
(GOVERNO DA PROVÍNCIA DO NIASSA, 2017, p. 1).

⁸⁹ Provérbio popular, que na língua *Emakhuwa* significa “pouco-a-pouco”.

⁹⁰ É a segunda vez que visito esta província. As duas vezes que aqui estive foram sempre a trabalho. A música aqui colocada foi me introduzida por um irmão mais velho que nos finais dos anos 90 e inícios dos anos 2000 viveu e trabalhou nesta província. Colocá-la nesta pesquisa é uma maneira de reproduzir as histórias que ele nos contava da condição da província, bem como dos relatos que continuam sendo feitos sobre ela na sociedade moçambicana, nem sempre positivos.

Nas páginas que seguem vamos discorrer e discutir sobre os dados que a revisão da literatura e o trabalho de campo nos proporcionaram. Esses resultados são compreendidos como manifestações de processos de transformação social e de desenvolvimento ou de desejo do mesmo na província do Niassa como um todo, particularmente dos distritos e das comunidades que visitamos. Partimos do princípio que as manifestações abaixo apontadas são e estão direta e/ou indiretamente relacionadas com as narrativas que promovem a implementação dos Corredores de Desenvolvimento (CCA) em África e em Moçambique.

É nossa pretensão olhar para a situação desta província no que concerne ao desenvolvimento rural e agrícola, a transformação social e a materialização das ideias dos CCA como um diálogo entre processos sociais locais, nacionais, transnacionais e globais que a perspectiva analítica antes apresentada se orienta. Ou seja, tomamos Niassa como um espaço localizado, do corredor, para entender as transformações sociais e econômicas, especialmente para a análise da influência que essas transformações exercem e podem exercer sobre o sistema das relações sociais, das diferentes disposições e das formas de ser e estar dos que habitam esse lugar, principalmente o seu meio rural (BOURDIEU, 1979).

Portanto, tomando em consideração os objetivos traçados para a pesquisa, os dados em seguida apresentados e discutidos são a manifestação de um olhar sociológico sobre a ideia de implementação de CCA, como estratégia de desenvolvimento de cunho globalizado, seus potenciais efeitos e impactos sobre as comunidades atravessadas por ele, ou seja, com possibilidade de impactos nos modos de vida locais. Para esse propósito dividimos o capítulo nos seguintes blocos temáticos, que em conjunto traçam o quadro da agricultura e desenvolvimento da província: **Agricultura e investimento em Niassa: um potencial agrícola esquecido no Corredor de Nacala?** no qual procuramos dar continuidade a posição desta província na corrida ao desenvolvimento neste corredor, indicando qual a situação da mesma no quesito relação entre investimentos e promoção do desenvolvimento;

Da noção e do pertencimento de um Corredor de Crescimento Agrário, no qual procuramos entender como o conceito de CCA é entendido pelos entrevistados e se eles, principalmente os pequenos produtores, sabem quem pertencem a um;

Associações de pequenos produtores em Niassa e desenvolvimento, no qual procuramos entender os motivos para que os pequenos produtores se organizem em

associações e, como estas agem como atores na economia e no processo de desenvolvimento local;

Dinâmicas sociais e produtivas das associações, no qual analisamos como é que se manifesta o processo produtivo das associações e como elas lidam com a questão da terra e do trabalho; da relação com a tecnologia e com a assistência técnica/extensão rural; com a questão de acesso aos insumos, infraestruturas de armazenamento e/ou conservação da produção; a questão de acesso aos mercados e da comercialização e, por último, como lidam com o acesso ao crédito e financiamento para a agricultura;

Fechamos o capítulo com o bloco **Para além da agricultura, questões outras na vida das associações**, no qual procuramos entender a dinâmica cotidiana das mesmas em relação ao acesso e a disponibilidade de bens sociais elementares para vida humana (habitação, água potável, energia, saúde e questões de conflito e paz).

6.1 AGRICULTURA E INVESTIMENTOS EM NIASSA: UM POTENCIAL GRÍCOLA ESQUECIDO NO CORREDOR DE NACALA?

Não se olha Niassa como um elefante adormecido, mas sim olhemos Niassa como mais um polo de Moçambique, é por essa razão que...eu sou de Niassa e não me sinto [mal em] ser do Niassa. Uma vez num voo... gosto de contar essa história. Uma vez num voo saí da Beira para Maputo, sentado com um senhor, esse senhor diz “oh jovem de onde é que tu vens?”, eu disse venho do Niassa. [Ele:] “aíe, Niassa onde é que é, é Moçambique?”. (...) é um moçambicano, eu disse é Moçambique. Disse “epah, essa província pouco se ouve”. Só imagina o que isso significa, é que as concentrações de desenvolvimento estavam lá, cá não. Se for a reparar as imagens que dão no exterior de que Moçambique está a desenvolver, desenvolvimento é concentrado em Maputo, mas se nós andamos dentro de Moçambique vai sentir que nós ainda temos grandes desafios. Isso é só para parabenizar o fato de vocês pensarem em fazer um estudo profundo nesse aspecto, para também chamarem atenção aos vários projetos, falo dos projetos da VALE, financiados pela JICA entre outros que devem não só trazer desenvolvimento, mas que esse desenvolvimento traga mudanças reais à população, por isso que o aspecto socioeconômico e ambiental deve ser salvaguardado às comunidades. Mas, eu pessoalmente sou de Niassa e sinto que há muita mudança, Cuamba de hoje, Cuamba de... Niassa de hoje, não é mesma Niassa há 10 anos atrás. Hoje há um fluxo, se for a Lichinga, por exemplo, eu estudei em Lichinga em 96/97. Lichinga as pessoas estavam adormecidas, mas hoje Lichinga é o abrir, fechar, abrir o olho, aconteceu. Lichinga está a mudar, mas não são mudanças de fora, são as pessoa de Lichinga (Funcionário Público 3).

A localização geográfica de uma comunidade rural, a sua base de recursos, a sua trajetória ao longo da história do país e outras características determinam o seu potencial de crescimento e desenvolvimento econômico e social subjacente (MIDMORE *et al.*,

2010). Ao fazermos a caracterização socioeconômica, primeiro, do Corredor de Nacala (CdN) (e das três províncias que o compõem, como um todo) e segundo, da província do Niassa, o potencial agrícola da região foi um dos elementos destacados. Nessas regiões a existência de terra agriculturável e condições agroecológicas para o desenvolvimento da agricultura, são dos principais aspectos marcantes. Esse potencial é apontado como um dos fatores que pode contribuir para a redução dos índices de pobreza que caracterizam a região, especificamente de Niassa. Mas, quem são os atores-chave nesse processo? Os pequenos produtores de alimentos ou as grandes empresas agrícolas de monoculturas para exportação?

Nesse sentido, há a ideia de que para a melhoria das condições de vida, das condições de produção no geral, e dos pequenos produtores, em particular, bem como das comunidades como um todo, a região precisa passar por uma transformação social. Essa transformação, está muito articulada na ideia de transformação da agricultura de tradicional para moderna e se deposita esperança na implementação e desenvolvimento do CCA de Nacala, por meio de investimentos e investidores estrangeiros – financeirização da transformação agrária (LEITE, 2019). No entanto, uma das narrativas que sustentam a ideia dos CCA é o desejo de atrair investimentos para o setor agrícola comercial e não para a pequena e/ou média produção.

Mas, como destaca Giddens (2009), a conjuntura de circunstâncias em que um processo de desenvolvimento ocorre pode ser diferente de um lugar para outro, mesmo que os resultados desejados sejam os mesmos, ou seja, os ritmos, os processos, fatores e atores que possibilitam esse desenvolvimento, comparativamente, não serão os mesmos. Portanto, a lógica de olhar para o sucesso do desenvolvimento rural em países do ocidente e os ter como padrão ao qual os países do Sul-Global devem procurar atingir, pode não seguir os mesmos contornos.

A província de Niassa é tida como uma região estratégica para o desenvolvimento do país durante e depois da colonização. Aqui, o desenvolvimento é atrelado ao desenvolvimento rural e agrícola e este, por sua vez, além da melhoria e aumento da produtividade, é apresentado como dependente e refém das iniciativas e dos investimentos que a província pode e consegue atrair, sem considerar os investimentos nos pequenos produtores, que são a maioria. Portanto, a implementação de um capitalismo agrário ou de uma nova fronteira agrícola, via entrada de capital privado, acontecerá num local no qual

antes da chegada dos investimentos já havia gente e agricultura, mas, com pouca atenção e capitalização do seu potencial (SOUZA FILHO, 2015).

No entanto, tanto pelo Plano Estratégico da Província do Niassa (PEN – 2029), a revisão da literatura e os dados do campo as desejadas iniciativas e investimentos estrangeiros, para o modelo de desenvolvimento desejado estão, aparentemente, aquém das potencialidades agrícolas da província e do corredor como um todo, bem como as condições de produção e de trabalho dos pequenos produtores não lhes permitem explorar essa vantagem. Nesse sentido, a fraca manifestação de investimentos e de iniciativas são vistas como sinônimos de desenvolvimento, como podemos constatar no depoimento apontado anteriormente, é vista como estando a reforçar a ideia das assimetrias regionais no país e de que possivelmente não estamos diante, no país, de “uma estratégia de desenvolvimento integrado olhando para o país como um todo” (Movimento Social 1).

A questão das assimetrias que apontamos, indica-nos que temos, por um lado, o Norte do país negligenciado e, por outro lado, Niassa ainda mais negligenciada. Sendo que para Whebell (1969⁹¹ *apud* STEIN; KALINA, 2019), a lógica subjacente à implementação e ao desenvolvimento dos corredores, no qual incluímos os CCA, tanto em economias consideradas avançadas, como em economias consideradas em desenvolvimento, é a de criar condições que impulsionem vantagens competitivas que resultam em investimentos. Principalmente em áreas nas quais o desenvolvimento não ocorreu “naturalmente”, com destaque para as regiões anteriormente negligenciadas. Os depoimentos seguintes, reforçam essa situação de Niassa “negligenciada”, em termos de desenvolvimento agrícola que se advoga somente ser possível com entrada de investimentos, que o depoimento inicial desta seção manifesta:

Mas o investimento se nós formos a comparar para Nampula, Chimoio, nós temos visto grandes investimentos na zona centro, principalmente em Chimoio, que também tem condições agroecológicas próximas de Lichinga, mas se formos a comparar em termos de investimento é muito pouco que há em Lichinga. Então eu ia olhar mesmos essa questão de investimentos que poderiam ser adicionais à produção que desincentivam àqueles que poderiam produzir mais....E aí também iria associar a questão política, que acho que havendo uma política, Niassa sendo parte do nosso país, havendo interesse em potenciar esse desenvolvimento, então poderia ali haver alguma possibilidade de uma intervenção por parte do governo e assim poderia talvez criar essa facilidade de outros investimentos poderem fazer um pouco mais do que temos visto. Então eu não vejo grande coisa, se não estas componentes (Informante-chave 2);

⁹¹ WHEBELL, C. F. J. Corridors: a theory of urban system. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 59, n.1, p. 1-26, 1969.

Se comparar Niassa com as outras províncias pode sentir que nós estamos a ficar atrás, porquê, isso tem a ver com os investimentos do país... orientação dos investimentos. Vou dar exemplo concreto, há 10 anos atrás Inhambane estava atrás de Niassa, hoje Niassa está atrás de Inhambane, por que? Porque foi orientado investimento direto, as pequenas e médias empresas foram fixadas primeiro para Inhambane, por essa razão que Inhambane temos associações que processam a mandioca até ao último ponto da cadeia de valor, mas Niassa esses investimento ainda não chegaram, aí poderá servir no vosso ponto de estudo que é preciso orientar os investimentos para o Niassa (Funcionário público 1);

Para que isso possa acontecer em Cuamba, na realidade isso é possível acontecer, mas precisamos portanto de alguns fomentadores. Por exemplo, se está a falar da produção de soja em Gurué [na província da Zambézia], apareceram alguns investidores, por exemplo, *King Frango* [na província de Nampula], chegou lá promoveu, mas o intuito daquela promoção era para eles conseguirem ter a produção, além de comercializarem, ter a matéria prima para alimentar as aves. Então, nesse sentido se tivéssemos esses investidores aqui no Niassa, portanto, virem implementar esse processo, pode ser por contratação de uma... pode ser provedor de serviços ou contratar uma equipa que seja distribuição deles, durante um ano, dois anos, eu tenho a certeza que seria aderido. Porque nesses últimos momentos aqui a produção, por exemplo, do tabaco no Niassa, muitos distritos fechou (Informante-chave 4);

E,

Mas eu acho...eu estou a dizer uma opinião muito pessoal, estamos muito melhor que há uns anos atrás...estamos a criar uma fábrica de óleo, estamos a produzir soja, temos lojas a aparecerem, estamos a crescer...falta, falta para lá chegar (Informante-chave 3).

Se acredita que CCA podem ter uma vasta gama de objetivos, desde o aumento de investimentos e da produção até à realização de mudanças de sistemas que liguem os pequenos produtores à cadeias de valor integradas (BYIERS; MOLINA; ENGEL, 2016). No entanto, os investimentos, especialmente os de capital privado e/ou das PPP (nacionais e estrangeiras) tendem a ser os que mais assumem relevância, sobretudo em cenários e situações em que o investimento público é escasso para atacar o desenvolvimento da agricultura, em contrapartida à base produtiva representada pelos pequenos produtores. Olhando para o CCA de Nacala, como um todo, Catsossa (2020) aponta a existência de sinais de profundas transformações sociais e espaciais causadas pela entrada massiva de estratégias agrícolas (ou simplesmente de iniciativas viradas para o agronegócio), mas com fraca incidência na melhoria da pequena produção.

Ou seja, para província do Niassa, essa alteração do espaço rural por meio de iniciativas de agricultura e de agronegócio, que se manifestem como se fossem investimentos relativamente recentes e que dialogam, direta ou indiretamente com os sistemas de produção locais, não ocorre. Sendo que, tanto a literatura existente, o PEN (2029), bem como os relatos das entrevistas tendem a fazer referência às já consagradas

empresas de produção de algodão – Sociedade Algodoeira de Niassa (SAN), e tabaco – *Mozambique Leaf Tobacco* (MLT). Duas das empresas que mais empregam no país, bem como duas das culturas de rendimento que o país mais exporta (LOPES, 2016). Mas, a forma de emprego é de subcontratação, usando os pequenos produtores e suas terras para cultivo dessas culturas, mas tendo estes que deixar os espaços de terra na qual produzem culturas alimentares com as quais também procuram comercializar os excedentes. Os depoimentos seguintes evidenciam a predominância dessas duas empresas:

Agora, só para província do Niassa, realmente quando for para província de Niassa estamos só dois fomentadores de capital estrangeiro, a JFS e *Mozambique Leaf Tobacco*. (...) O que está acontecer realmente para não existir outros investimentos, é neste contexto que duvidamos se é problemas de falta de vontade política, pode acontecer ou porque talvez... sobre ponto de vista de condições para produção é que existem demais, condições para produção, existem demais. Agora, provavelmente vontade política, a outra coisa possivelmente é aspectos ligado a processos infraestruturais, como por exemplo, vias de acesso, assim por diante, possivelmente (Informante-chave 2);

Aqui as grandes empresas na província de Niassa, o investimento mesmo capital estrangeiro é mesmo a SAN e a MLT, por coincidência são quase os mesmos distritos da zona sul da província de Niassa com a cultura de tabaco, na empresa MLT, *Mozambique Leaf Tobacco*, e a João Ferreira a fomentar o algodão. Aqui na zona norte da província não há empresa que esteja a fomentar outra cultura... (Funcionário Público 2);

E,

Bom, não sei como eu posso dizer, mas, talvez é por falta de conhecimento, por falta de conhecimento, por não saber quais são as oportunidades que o distrito oferece. Então, talvez o que poderia acontecer na minha ótica é a divulgação das potencialidades do nosso distrito e a partir também dessas organizações que acabei de citar aqui, a JFS e a MLT podiam ser umas que podiam tentar motivar aqueles que são outros investidores mostrando aquilo que é a potencialidade do nosso distrito. Talvez, a outra coisa, como a JFS está ligada na comercialização do algodão, é uma coisa direcionada, a MLT está ligada na comercialização do tabaco, também é uma coisa direcionada, diferente...exemplo talvez ainda pode não ter descoberto uma coisa que possa trazer aqui e fazer esse tipo de comercialização (Movimento Social 3).

O conhecimento e reconhecimento dessas duas empresas como os principais investimentos de capital estrangeiro também é apontado pelas associações, como podemos, entre outras associações, observar nas falas seguintes: “É só a MLT...” (Associação 1); “Aqui em Mandimba além da MLT, empresa estrangeira, só tínhamos florestas só... de floresta, mas saíram, mas agora não posso dizer” (Associação 3); “A não ser intervenientes que entram é de compra de produtos...Não, não veio, se não ser SAN e *Leaf Tabacco*...” (Associação 4); “Mas eu nunca vi [além da SAN e MLT], não pode falar coisas que não vi,

é preciso falar, amanhã perguntar e saber responder...” (Associação 16) e “Uma empresa fora de João Ferreira, não, não...” (Associação 18)”.

Os dados nos indicam que, nas associações, alguns dos seus membros têm alguma relação de trabalho com essas empresas como produtores subcontratados (algo que veremos mais em diante). Ou seja, como apontam Smart e Hanlon (2014) estas culturas, que são duas das três maiores exportações agrícolas do país, são cultivadas por pequenos e médios agricultores comerciais, e não por grandes plantações de propriedade estrangeira. No entanto, por mais que essas empresas existam muito antes da ideia de transformar o corredor em um CCA, elas já exerciam essa subcontratação que é vista na literatura como um dos efeitos negativos da entrada do agronegócio e da agricultura moderna e comercial, que as narrativas dos corredores propõem (DI MATTEO; SCHONEVELD, 2016; GARCIA; KATO, 2016; PAUL; STEINBRECHER, 2013; SMALLEY, 2017; UNIÃO NACIONAL DOS CAMPONESES; GRAIN, 2015).

Portanto, esses produtores já seguem a lógica da estratificação e divisão do trabalho internacional, na qual produzem para o consumo internacional e não nacional (CASTLES, 2002; WALLERSTEIN, 1995), bem como não são alvos de processos transformativos que reflitam em melhorias das suas condições de produção e de vida.

Além dessas duas empresas, constatamos na província manifestações de plantações florestais e de nozes de macadâmia (vide quadro 6), também num sistema de monocultura e intensivo. Essa última cultura ainda é recente no país e igualmente pouco conhecida pelas associações que entrevistamos, bem como é pouco explorada a sua dinâmica na literatura sobre os investimentos agrícolas no CdN e sua relação com os pequenos produtores. Os depoimentos seguintes revelam a inserção dessa cultura na província de Niassa:

Temos agora macadâmia está [a] dar muito de falar em Niassa, temos muita macadâmia. Essa macadâmia é a sequeiro, diferentemente do (...) da África do Sul que é a rega. Nós conseguimos produzir macadâmia aqui sem rega. Temos o planalto, por enquanto está em Lichinga, temos Majune, Mwembe e Chimbonila. Tem mercado, ele é externo, África do Sul, Estados Unidos e Ásia. Sai, não tem problemas. Felizmente é um empresa que está a fazer fomento para o pequeno agricultor, que tem a sua volta, isso é muito produtivo, também isso não vai trazer muitas guerras entre o produtor e o grande produtor. Então, o produtor é sempre presente, ensina, faz acompanhamento desde o plantio até a comercialização. Eles, onde numa área que vão trabalhar, se são 20 hectares, eles fazem 10% para a população a volta, então ali os produtores vão aprender, dão emprego aos produtores que estão em volta naquela farma e também para além dele fazer a sua própria macadâmia. [A empresa chama-se] Niassa macadâmia, capital estrangeiro, é sul-africana. São poucos, são muitos poucos esses

investimentos, queremos mais...essa Niassa-Macadâmia está num bom projeto, dá para acarinhar (Funcionário Público 1);

E,

Macadâmia, são duas empresas que estão cá, posso falar de três, DB-*Farming* no distrito de Lichinga, e Niassa-Macadâmia no distrito de Chimbonila, é claro que existe uma empresa que é chamada de pioneira que é Tenga Lda no distrito de Majune, são essas grandes empresas. Mas esses estão a produzir para eles próprios, não são empresas que estão a fazer fomento, estão a abrir áreas próprias deles [sem relação com o pequeno produtor]. Não tem, não tem, são áreas próprias deles. Claro, Niassa-Macadâmia que chegou agora ouvi dizer que tem pequenas parcelinhas para líderes comunitários, mas não é aquela relação de fomento empresa *versus* pequeno produtor, não. Um e outro curioso consegue algumas plantas e faz a parte, sim... (Funcionário Público 2).

Os dados indicam, no que diz respeito a iniciativas e investimentos estrangeiros, um quadro da agricultura comercial do agronegócio na província dominado pelo algodão, tabaco, plantações florestais e macadâmia. Esse cenário, corrobora com a visão de Gonçalves (2020) ao apontar que mesmo existindo estradas e caminhos-de-ferro que ligam distritos à portos específicos, bem como o reconhecimento de projetos agrícolas em distritos atravessados por ou perto de infraestruturas de transporte, o que se verifica empiricamente está longe do que é prometido nos planos dos projetos ou do que tem dominado a discussão acadêmica sobre a materialização dos CCA em Moçambique. Pois, os pequenos produtores não estão se beneficiando da presença do agronegócio e nem vendo transformações que influenciam a quantidade e qualidade de suas produções, como constatamos mais em frente.

Essa falta e/ou fraco investimento nos moldes propalados pelos CCA em Niassa dialoga com a visão de Mosca (2019a) ao afirmar que a penetração do capital agrário no meio rural moçambicano não está sendo suficientemente expressivo e continuado a longo prazo para que se verificasse alguns dos processos de transformação estrutural da agricultura e dos pequenos produtores, como veremos mais abaixo. No entanto, as entrevistas tendem a colocar como obstáculos à entrada de investimentos o problema de infraestruturas, principalmente das estradas. Assim, a melhoria desse tipo de infraestrutura, além de servir como transformação espacial da província e dos distritos atravessados pelo corredor é apontado como possível mobilizador para que entre, na região, capital agrícola privado (nacional e estrangeiro), sem sequer pensar na melhoria e benefícios dos sistemas produtivos locais.

Sobre a questão de estradas, Byiers, Molina e Engel (2016) destacam as condições delas entre os fatores-chave que podem suscitar interesse pelos CCA, pois elas podem elevar os custos de transação e das trocas nos países em desenvolvimento, particularmente em África. Para estes autores, no continente a densidade de estradas pavimentadas ou asfaltadas é baixa, fazendo com que os custos de transporte estejam entre os mais elevados do mundo, fator que coloca um enorme freio ao investimento, crescimento da produtividade e integração ao mercado. Portanto, com foco nos mercados externos, advoga-se que a melhoria das estradas pode fazer com que os corredores propiciem oportunidades de reforçar os fluxos comerciais intra e extra regionais ligando o mercado local, regional e nacional aos mercados internacionais.

Referenciamos antes que Garcia e Kato (2014) apontaram que, entre outros aspectos, as vias ao longo de CdN como pouco asfaltadas. Especificamente em Niassa, Neto (2016) reforça que cerca de 87% das estradas eram de terra batida e a rede rodoviária da província é a menos asfaltada do território moçambicano. No entanto, para o autor, isso não significa que as estradas sejam consideradas as mais precárias do país. Acrescenta que quase 80% das estradas são consideradas boas ou razoáveis, em contraste com outras províncias do corredor, que não possuem nem 20% de estradas consideradas boas. Mas, segundo The Economist Intelligence Unit (2007) o mau estado das estradas na região tem implicações para o setor agrícola, porque as regiões que produzem excedentes alimentares no norte do país estão mal integradas aos mercados nacionais.

Apontamos antes que a N13, uma das principais estradas da província e que integra o CdN, que além de permitir a ligação entre a região Norte e Sul da província, também permite a ligação com a província de Nampula, estava em reabilitação, sendo que o último troço, Muita-Cuamba, foi recentemente terminado e inaugurado pelo Presidente da República. No entanto, ainda durante o trabalho de campo, constatamos que o distrito de Cuamba, um dos mais produtivos da província, considerado distrito celeiro e com título de capital econômica, tinha as principais vias e do centro do distrito igualmente em processo de colocação de asfalto. É preciso enfatizar que o distrito de Cuamba adquiriu esse estatuto em 1986 e passou à categoria de Município/Autarquia em 1998, participando assim das primeiras eleições para presidente de Município/Autarquia no país, portanto, mais de três décadas para essa asfaltagem. Algo que podemos verificar no depoimento que segue, que

ao mesmo tempo, dialoga com a questão de assimetrias relativamente à construção de infraestruturas:

Vou dar outro exemplo muito visível, que é a reabilitação das vias de acesso, Inhambane está muito avançado, mas Niassa só agora estamos a correr, por essa razão que vê Cuamba ser asfaltado. Cuamba-Lichinga pelo menos conseguimos andar três/quatro horas de tempo, antigamente saía de Cuamba para Lichinga fazíamos 20h de tempo, é com possibilidade... saí eu, eu pessoalmente saí daqui 5h para chegar em Mandimba, que são sensivelmente 150km, 5h do dia seguinte, acontecia [isso] (Funcionário Público 3).

No entanto, como aponta Fonseca (2003), a intervenção numa rede de transportes, como a construção ou reabilitação de uma infraestrutura, pode ter efeitos positivos diretos, efeitos negativos ou ter efeito neutro, nada se alterando substancialmente sobre a região afetada. Sendo que, um projeto de uma infraestrutura pode vir implementado não por razões econômicas, ou seja, na sequência de uma avaliação custo-benefício positiva, mas por questões políticas e/ou sociais e de estratégia a longo prazo, acrescenta a autora. Nesse sentido, esse investimento nas estradas pode não ter a ver com o desenvolvimento, diretamente, dos produtores locais, mas sim, preparar o terreno para a desejada atração de investimento e investidores estrangeiros.

Sobre o aspecto político, há que destacar que o CdN como um todo faz parte da região que se encontram alguns dos maiores círculos eleitorais do país, na qual predomina o maior partido da oposição, a RENAMO, que controlou grande parte dos distritos durante a guerra civil. Com exceção de Niassa. Mas, tem vindo a se constatar a diminuição de votos rurais por parte da FRELIMO em todo o corredor. Muito por conta das estratégias sobre o desenvolvimento rural que não vêm cumprindo com as expectativas das pessoas (BRUNA; MONJANE, 2019; SELEMANE, 2017). Por isso, o atual investimento em infraestruturas nessa região, quase sempre inaugurados pelo Presidente da República, como referenciado na inauguração do troço Muita-Cuamba, que inclui a asfaltagem das ruas do Município/Autarquia de Cuamba.

As falas seguintes evidenciam como a questão das estradas, para os entrevistados, são um empecilho para atrair investimentos e investidores na província:

Depois como estamos também numa zona que, comparada com outras provinciais, desprivilegiada em termos de localização para termos acesso por exemplo à zonas urbanas, é uma grande distância e isso também vai acarretando custos. Provavelmente esses investidores estejam a olhar neste sentido, se eu vou produzir lá, ele tem essa possibilidade de produzir no Niassa, ao mesmo tempo, Nampula onde ele facilmente tem acesso. Então ele vai jogar, então porque vou produzir no Niassa enquanto tenho essas todas dificuldades de acesso, tudo mais.

Então ele opta...porque há disponibilidade de terra. Então ele vai produzir lá, ele aqui...nós ficamos sempre à espera que pelo menos esses centros, digamos, fiquem suficientemente ocupados e que não haja mais espaço e aí talvez comecem a pensar no Niassa. Então, acaba não ajudando o escoamento de produtos, por exemplo, para Nacala que é se calhar o mercado mais próximo para nós e acessível, e iria... isto iria crescer mesmo se houvesse investimentos por parte de grandes empresas que quisessem produzir como tal, mas o escoamento dos produtos se houvesse sempre (...) (Informante-chave 2);

Uma das coisas que não atrai os investidores são as vias de acesso, esse é o grande calcanhar de Aquiles. Só para transportar aqui produtos de Lichinga a Nampula ou Nacala os custos são muito elevados e as vias de acesso são muito precárias, mesmo das zonas de grande produção para as zonas de concentração, que são os mercados, não é fácil. Então para um grande investidor vir a Niassa, pensa por duas vezes, como ir a Niassa, como chegar, e quando chega em Niassa devemos ter uma carta de projetos para não dar muito trabalho aos investidores. Ações concretas, um plano onde é que a zona para expansão...agropecuárias, termos uma espécie de reserva de Estado que é para implementar os projetos. Então, só para os custos de transação daqui a Nacala via terrestre ou via linha férrea ou via férrea, são muitos altos, rondava no princípio, quando foi aberta a linha férrea estava mais ou menos 50 dólares por vagão, se não estou em erro, agora baixou a 30 dólares. Isso não é fácil, tens aqui três operações: ter que levar o produto do armazém para estação, estação para Nampula, Nampula ter que tirar da estação para o armazém (Funcionário Público 1);

E,

Acho que talvez por causa de vias de acesso naquele tempo, se calhar podíamos dizer que era por causa de vias de acesso, porque a terra em si são férteis, temos muita terra, muita terra e fértil. Mas acredito que muitos investidores não estavam querendo vir para cá, acho eu que era por causa de vias de acesso, mas agora já temos a estrada, já temos o comboio a circular e quando se ligar a estrada de Lichinga para Cabo Delegado será mais uma valia. Acredito que dentro em breve estaremos...alguma coisa a mudar, investidores poderão aparecer... [A estrada Lichinga-Pemba, N14, que é um dos seis corredores] está sendo asfaltada no troço que estava em falta, que é ligação de Ruasse para o lado de Balama, porque de Lichinga até ao limite mesmo de Marrupa, para ir a Cabo Delegado já está asfaltada, então.... Faltava mesmo da saída de Marrupa para Cabo Delegado, yah, que estava mesmo com problemas e que está a sendo trabalhado (...) (Funcionário Público 2).

Os relatos acima, apesar de quererem evidenciar e reforçar a ausência de investimentos e do potencial agrícola supostamente esquecido da província do Niassa, revelam que a província ainda não está no ritmo das narrativas que justificam a implementação dos CCA no continente, na região e no país. Isso, mesmo que o potencial agrícola dela seja algo reconhecido durante a colonização, com a independência e reforçado nos dias que correm, visto que é enfatizado no PEN (2029). E, esse potencial existe antes da ideia dos CCA e da pretensão de tornar o CdN em corredor agrícola. Portanto, esse desejo por investimentos reproduz a ideia que o CdN é um lugar “vazio” (de desenvolvimento), desocupado e à espera do desenvolvimento, perfeito, portanto, para as aspirações de colonização desse lugar, a despeito dos sujeitos que lá estão e das suas

formas próprias de existência no mundo, com agricultura caracterizada pelo pousio, sabedoria tradicional que garantem aos produtores um equilíbrio no trabalho da terra (CAMANA; ALMEIDA, 2019; SOUZA FILHO, 2015).

Portanto, a emergência e o desejo por estes novos atores na província, bem como as configurações das relações políticas e sociais no mundo rural podem abrir novos campos de conflito, algumas vezes alterando, outras alargando o questão da reforma agrária. Muitos desses conflitos são “decorrentes da expansão do agronegócio contemporâneo e de seus efeitos sobre a apropriação de territórios e recursos naturais, ou das suas tentativas de mobilizar recursos públicos [e fundos estrangeiros para lograr essa expansão]” (LEITE, 2019, p. 305, grifo nosso).

No entanto, os mesmos relatos também deixam claro a ideia de que se deve atrair para a província investimentos adicionais em infraestruturas que não venham pesar naqueles atores que queiram investir na agricultura comercial e/ou na indústria de agroprocessamento. Sendo que os pequenos produtores são vistos como mão-de-obra disponível para esses investimentos, porque

O que está [faltar] é haver um investidor a aparecer, porque a mão-de-obra existe, porque o recurso humano existe para trabalhar a terra, o que falta aqui é um investidor aparecer, promover a cultura. Mas numa primeira fase terá que, provavelmente pode... poderá contratar uma instituição ou eles mesmo que encontrem alguma forma de montar sua equipe de campo para começar já a trabalhar, para fazer o trabalho com o produtor no campo. Então, com essa situação eu tenho a certeza que se promoverem a cultura, comercializar, haverá aderência, porque a essência aqui é o comércio (Informante-chave 4).

A agricultura e o agronegócio são a primeira prioridade de desenvolvimento da província, a qual se manifesta pela produção, processamento, conservação e comercialização de culturas alimentares e de rendimento (GOVERNO DA PROVÍNCIA DO NIASSA 2017). Todavia, como destaca Lopes (2016), o investimento em agronegócios é visto como uma das soluções para ultrapassar esse quadro atual, mas esse investimento é extremamente reduzido no país, quer em termos tecnológicos quer nas necessidades e procura de mercado interno e externo. Sendo que o investimento existente tem o foco nas exportações e no mercado externo.

No entanto, o desejo por investimentos que temos vindo a apontar por parte de alguns entrevistados, pode promover a internacionalização desse mundo agrário e rural, pela introdução de uma “agricultura de firma” cujo peso do capital financeiro e sedento por

lucro pode se transformar no principal ator das estratégias do setor, em detrimento de se potencializar o pequeno produtor (LEITE, 2019).

De tal modo, para se tirar Niassa do suposto “esquecimento”, melhorar a sua posição na corrida ao desenvolvimento (no CdN e no país) e com isso proceder transformações sociais, essa prioridade deve ser atacada em conjunto com os diferentes atores e interessados no desenvolvimento da agricultura, bem como nas infraestruturas que lhe dão e darão suporte. Mas, para tal, incluir as comunidades de maneira democrática e que elas tenham voz, deve ser prioridade, principalmente os pequenos produtores, de modo que o desenvolvimento destes não seja preterido em relação ao viés mais comercial e de exportação da agricultura. Na medida em que os projetos dos CCA tem priorizado megaprojetos agrícolas, deixando de lado o mercado interno, a garantia de segurança e soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional, bem como da inclusão social, espelhando um desenvolvimento excludente (MOSCA, 2015; NOGALES, 2014).

Assim, esses investimentos impactam negativamente na sobrevivência dos pequenos produtores, principalmente porque estes têm nas terras e paisagens nas quais esses investimentos supostamente se fixariam a garantia da subsistência. Ou seja, essa província corre o risco da entrada de novos investimentos fazerem o mesmo que acontece, como apontamos antes, em distritos da província de Nampula no mesmo corredor, nos quais não há redução de pobreza, nem promoção de desenvolvimento dos pequenos produtores, estes perderam acesso à fontes de irrigação e terras que permitiam realizar o pousio. Ou seja, existe nas terras do CdN formas tradicionais e de conhecimento local de uso da terras, transmitidas de geração em geração que se perderam e/ou perderão com a entrada do desejado investimento. Bom como, com o risco desses investimentos não contribuírem para fortalecer a economia local, porque geralmente expatriam os lucros sem evidenciar benefícios econômicos sustentáveis para o país (BAXTER *et al.*, 2017; BYIERS; MOLINA; ENGEL, 2016; DI MATTEO; SCHONEVELD, 2016; IKEGAMI, 2015; NETO, 2016; SMART; HANLON, 2014; ZAEHRINGER *et al.*, 2018).

Nesse sentido, é preciso aferir mais os efeitos do apoio político (e suas parcerias) na reorientação das atividades agrícolas, se ajudam a criar emprego e a mantê-lo, se melhoram as características estruturais da economia rural e se há saída contínua de produtos excedentários para outras regiões, por exemplo. Pois, com a implementação de investimentos o futuro agrícola do corredor pode manifestar-se como um lugar de guerra

contra a natureza, que se intensificará pela exigência de se produzir cada vez mais mercadorias e, conseqüentemente, utilização cada vez maior das terras consideradas “vazias” (MEDIMORE *et al.*, 2010; SOUZA FILHO, 2015).

Os desdobramentos apontados acima são a manifestação de uma ideia de desenvolvimento no país que pode não proporcionar um investimento equitativo entre as regiões e atores rurais, desse modo não é inclusivo, reforça as assimetrias e as desigualdades regionais, bem como não toma o país como um todo no processo de transformação estrutural. Ou seja, a corrida por atrair investimentos e investidores pode ser uma forma de expansão de uma fronteira agrícola comercial no CdN, da estrangeirização da terra, de implantação de multinacionais agrícolas e não de desenvolvimento da pequena produção. Neste sentido, essa necessidade por investimentos estrangeiros, evidenciada nas falas desta seção e a seguinte, em forma de multinacionais agrícolas que se articulam com as pretensões dos CCA pelo continente africano, são

A produção de disponibilidades, desse modo, é aqui compreendida como própria ao desenvolvimento, ideia-força que, para promover seus projetos (e promover-se por projetos), lança mão da homogeneização do espaço, eliminando não só o “Outro”, mas toda as possibilidades de diferença. Disto decorrem conflitos (ambientais) permeados por assimetrias, em contextos nos quais seguir existindo – e tendo sua existência reconhecida – já é uma forma de resistir (CAMANA; ALMEIDA, 2019, p. 395).

Essa eliminação do “outro”, seus hábitos e seus valores, aumentam às probabilidades de desvantagem e marginalização de grupos significativos, neste caso, dos pequenos produtores, ficando atrás e excluídos do desenvolvimento e da transformação social que os investimentos implementam, fazendo com que as autonomias locais percam poder e importância. Portanto, a não existência de formas explícitas de resistir e contestar a entrada de investimentos, por enquanto, não pode deixar de criar sinais de alerta para um possível fenômeno de usurpação de terras para o desenvolvimento em regiões rurais. Pois, os pequenos produtores “querem” investimentos porque essa é a forma de desenvolvimento rural e agrícola que lhes é apresentada como solução dos seus problemas, sem no entanto, pensar que as corporações transnacionais podem alterar a atual paisagem rural, se apropriando de terras e ocorrendo transformações sociais imperceptíveis, num primeiro momento, para os pequenos produtores (CASTLES, 2002).

Mas, nesse investimento, como parte do capitalismo, a terra tem seu valor independente do uso, mas para que haja uso, ou seja, para produzir mercadorias em forma

de *commodities*. Como a terra não transfere seu valor para as mercadorias produzidas, ela é a mercadoria em si, com tanto mais valor quanto mais “vazia” estiver. Por isso os povos rurais, as populações que usam a terra segundo suas tradições coletivas, a natureza viva, as plantas, os animais e tudo que estiver na terra ou no entorno dela são considerados entraves, obstáculos para a livre comercialização da terra e/ou implementação de investimentos. Por isso a importância da produção de discursos sobre os “vazios” para sustentar a implementação dos CCA (LEVIEN, 2014; SOUZA FILHO, 2015).

6.2 DA NOÇÃO E DO PERTENCIMENTO DE UM CORREDOR DE CRESCIMENTO AGRÁRIO

Queremos também que este Corredor Logístico venha catalisar o surgimento de iniciativas empreendedoras que visem melhorar a qualidade de vida das populações ao longo do seu percurso (MOÇAMBIQUE, 2017b, p. 5).

O Estado moçambicano tem no corredor, pelo extrato acima, uma componente que estimule iniciativas e investimentos como apontamos antes, que se manifestem por infraestruturas e com as mesmas existe a esperança de que melhore as condições de vida das comunidades atravessadas pelo corredor. Neste sentido, o corredor passa a ser visto como uma ação do governo que serve “um propósito público” ou um “interesse nacional” de promoção de “desenvolvimento”. No entanto, toda e qualquer nova iniciativa precisará de espaço ou de terra para se materializar, portanto pode ocorrer desapropriação de terras, com nome de “vazias”, alinhada com o propósito econômico amplamente aceito de promoção de “progresso nacional”. Mas, as consequências dessa desapropriação de terras para ferrovias relacionada com extração de recursos naturais, beneficia ao capital internacional e não as comunidades ao longo do CdN (LEVIEN, 2014, p. 36).

A ideia de corredores, como corredores de transporte, é antiga em Moçambique e tem seu destaque no período colonial, com a construção das infraestruturas que os envolvem. A transformação dos corredores em CD e/ou econômicos aconteceu na década de 1990 do século XX. No entanto, a transformação ou adoção do foco agrícola nos mesmos é algo com menos de duas décadas, portanto, relativamente novo. De tão novo que

é raro ouvir ou ler algo oficial no país com referência a CCA. Nem mesmo o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrícola (PEDSA), um dos principais instrumentos para o desenvolvimento da agricultura no país, que apontamos antes, tem os seis corredores nacionais como prioritários, não coloca esses corredores como CCA.

E nem uma busca em páginas *web*, como por exemplo, do Portal do Governo e do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), a designação aparece. Pode ser que se subentenda falar CD como se estivesse a falar de CCA, mas não são a mesma coisa. Em nossas pesquisas por documentos oficiais não tivemos acesso a um documento, mesmo que generalizado, que se considere orientador sobre a implementação dos mesmos no país. Mas, existem documentos e declarações regionais e continentais que o país segue.

No entanto, a produção acadêmica de e sobre Moçambique para o entendimento do CdN e seu enfoque agrícola, despertou interesse a quando da tentativa de implementação do ProSAVANA. Em conformidade com a política da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), principalmente pelas diretrizes orientadoras dos Corredores Africanos de Crescimento Agrícola (AAGC) e da Programa Compreensivo para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP), os CCA em África foram entendidos como uma iniciativa especial de desenvolvimento que combina investimento, infraestruturas e desenvolvimento socioeconômico das áreas por eles servidos. Existe, no entanto, potencial para que os corredores tenham impacto na agricultura em todo o continente. Mas, muitas áreas continuam ocupadas por agricultores de subsistência com baixos rendimentos, os quais se deseja que sejam ligados aos mercados por meio de investimentos em infraestruturas (BYIERS; MOLINA; ENGEL, 2016; NOGALES, 2014).

Para Stein e Kalina (2019), os emergentes CCA são frequentemente retratados pelos que os projetam, planejam e estudam como espaços existentes e atualizados. Contudo, empiricamente o que é exatamente um corredor, como ele é imaginado e conceptualmente vivenciado diariamente é ao mesmo tempo subjetivo e variável. Stein e Kalina (2019, p. 83-84) apontam que em trabalho de campo, constataram a existência de contrastes entre a realidade imaginária e a realidade situada nas conversas que tiveram no CdN. Das conversas destacam uma em que um pequeno produtor diz: “sou parte do corredor”. Sendo que o referido produtor apontava para o logotipo de um investidor agrícola que havia distribuído camisetas aos produtores associados que firmaram contratos

com o mesmo. Os autores acrescentam que um outro interveniente da conversa nega a afirmação do primeiro e depois aponta para um comboio passando com escritas “Corredor de Desenvolvimento do Norte”.

O pequeno diálogo destacado acima retrata as visões de mundo de dois atores de uma comunidade do CdN. Essas visões de mundo dialogam com as expectativas que são construídas sobre o futuro, que fazer parte do corredor pode trazer. As mesmas, em algum momento podem ou não se articular com as narrativas que justifiquem a aposta num modelo de desenvolvimento sustentado pelos corredores. Assim, o entendimento da ideia dos corredores e como estes transformarão as condições de vida e de produção dos pequenos produtores aqui estudados, é um aspecto que tomamos como essencial. Nessa perspectiva, as iniciativas de desenvolvimento rural, como os CCA, são analisadas como um dos instrumentos de ação do Estado (e dos seus parceiros) e de expressão de visões de mundo em torno de recursos, de regras definidoras e consolidadoras de interesses específicos (NEVES, 1998).

É especificamente em nível local, dos pequenos produtores, que as transformações sociais e as conquistas do desenvolvimento, que o modelo adotado almeja, se fazem ou farão sentir. Mas, outros atores e em diferentes níveis, como apontamos na metodologia, são importantes no nosso entendimento das condições de vida e de produção do nosso grupo alvo. Os depoimentos que seguem, evidenciam como a ideia dos CCA está em nível dos funcionários públicos do setor da agricultura por nós entrevistados, bem como para eles se articula com o pequeno produtor:

Sei pouco dessa política. Mas, sei um pouco ao alto nem, mas acredito que isso vai impulsionar de certa maneira as populações camponesas principalmente e não só... Primeiro devesse partir na consciencialização das próprias populações, divulgar sobre o que é isso, como é... o que é que vai ser esse investimento do corredor de Nacala, o que é que vai... qual será o *input* para esses distritos e as províncias abrangidas. Enquanto não se sensibilizar, informar as pessoas, capacitar o que é que vai ser não haverá aderência por parte do produtor. Eu acho, por mim mesmo, que deve haver essa sensibilização, havendo sensibilização e acrescentado valor, havendo *input* de insumos agrícolas e mais, acredito que [vai] impulsionar no aumento de renda familiar, produtividade e assim para diante, e a pessoa pode mudar de vida... Eu não sei se já foi divulgado esse documento nessas zonas, eu pessoalmente li pouco, agora nunca estive envolvido nesse processo diretamente, não sei se já foi divulgado o documento, não sei se as pessoas foram sensibilizadas sobre esse documento, sei um pouco, já li em algum [lugar] esse documento, foi uma vez, foi por curiosidade... (Funcionário Público 2);

Os corredores [em] nível de...é uma boa ideia e isso facilitaria aos produtores, temos aqui, por exemplo, o caso de Niassa temos dois corredores, Pemba-Lichinga e Pemba-Nacala (...). Não têm a noção que estão no corredor, na verdade são poucos que têm essa informação que estão dentro de um corredor. A divulgação é muito pouca, o número é menor das pessoas que têm conhecimentos dos corredores. Tem que divulgar o que é isso de corredor, quais são as vantagens, porque elas não sabem o que é um corredor, então esse é um trabalho que deve ser levado a cabo dia após dia, tendo em conta o nosso grupo alvo são menos letrados. Alguns têm conhecimento porque estão próximos da via, se tu fores a ver logo ao longo da estrada estão a pôr lá as suas casas. Tem uma... a estrada antiga quando passou-se agora a estrada alcatroada, eles já mudaram da zona onde estavam, estão junto...a ver o desenvolvimento, estão aproximar-se ao desenvolvimento. Então, pouco a pouco eles vão tomando conhecimento o que é isso de corredor... (Funcionário Público 1);

Falar do corredor de desenvolvimento é uma área vasta e falar de corredor de desenvolvimento na área agrícola ou agrário tem a ver com aquilo que são atividades de campo, em particular aquilo que os produtores fazem, sendo a fonte de aumento de renda das famílias rurais, a base está assente na atividade agrária. Na verdade alguns produtores têm essa informação de corredor de desenvolvimento agrário... O que eu consigo ouvir deles, em Cuamba passou um projeto, esses da CLN, em que eles fazem a distribuição de insumos agrícolas, em seguida no momento de produção de sequeiro eles montam alguns [Campos de Demonstração de Resultados] CDR's. É uma forma de transmissão de técnicas mas usando variedades melhoradas, como vários feijões. Eu já vi feijão pouco fino e grosso, já vi com eles a soja (Funcionário Público 3);

E,

Existe conhecimento ao nível do produtor, nós transmitimos isso, mas em linguagens mais terra a terra não é, mas por causa da natureza, a comunicação, para passar a comunicação nós temos... nós damos exemplos concretos, não é. Produzes soja, tens o ponto X, vais vender, tens o ponto X vais vender, o gergelim, tem empresas...porque são culturas, por exemplo o gergelim e a soja são culturas que já existem compradores ao nível do distrito (Funcionário Público 4).

A este nível dos nossos entrevistados, os pronunciamentos no primeiro momento reforçam o que apontamos antes, de não existir um documento nacional que seja orientador do que é e de como se desenha a implementação dos CCA no país. Apesar dos entrevistados saberem que a província é atravessada por dois CD, bem como das comunidades saberem que são atravessados por eles. É visível que os mesmo tendem a apresentar argumentos de que o corredor beneficiará, em algum momento, positivamente, ao pequeno produtor. No entanto, não existe articulação com a narrativa de que os corredores atrairiam investimentos em agronegócio, sobre a transformação dos vários hectares em agricultura industrial e comercial, disponibilidade de maquinaria agrícola, insumos, nem das possibilidades de ligação e integração a mercados regionais e globais, como destaca a literatura (BATISTELLA; BOLFE, 2010; IKEGAMI, 2015; KAARHUS, 2018; PAUL; STEINBRECHER, 2013; SMALLEY, 2017). Portanto, não se vislumbra

nesses pronunciamentos uma articulação coerente sobre o conceito de CCA e nem do papel do Estado nesse processo, mesmo apontando-os como mecanismo para uma transformação estrutural da agricultura.

Em outro nível de atores, a ideia dos CCA também não aparece clara e não seguindo a lógica e as narrativas que justificam a implementação dos mesmos em África e em Moçambique. Aqui se mantém a ideia padronizada de corredor de transporte, de crescimento e/ou CD, na qual a questão da facilidade aos países do *hinterland*, para aceder o mundo comercialmente pelo mar, em algum momento é destacada. Numa primeira linha de argumentos, neste nível, observamos a manifestação de um ceticismo e crítica ao modelo de desenvolvimento que tem os corredores como ferramentas, porque se olha para o CdN como um investimento que acolhe a indústria mineira e sem interesses em atender a agricultura e ao pequeno produtor, como podemos constatar na seguinte fala:

Yah, bem isso, isso...é aquela questão de perspectiva de modelo de desenvolvimento. Na verdade a ideia dos corredores de desenvolvimento só para deixar um pouco patente isso, ele está sendo pensado (...), não no desenvolvimento horizontal, mas sim vertical, isto é, há uma tendência de se olhar o desenvolvimento de Moçambique (...) em Moçambique totalmente ajustado ao aproveitamento geográfico, olhando para questão do oceano, países do *hinterland*, quer dizer, há esta dependência e nós ficamos amarrados a isso. Yah, é um pouco difícil avaliar os impactos por uma razão muito simples, porque a linha férrea não foi construída na perspectiva de acomodar o campesinato, é pura e simplesmente um corredor para o escoamento do carvão que sai de Moatize para Nacala, por causa da navegação, não sei quê, por causa das confusões que tinham lá na Beira, não sei quê, quê... (Movimento Social 1).

Bem como o fato do corredor ainda não ter investido em infraestruturas, fora as vias de acesso, para atender a agricultura, como se observa na fala seguinte:

Na situação que colocou mesmo sobre corredor, e por ser corredor é uma mais valia esta, mas é essa parte que ainda nos preocupa bastante, o que é que está a falhar por ser corredor, o que está a falhar? Mas infelizmente o que é que está a acontecer com o nosso Moçambique que está sendo requisitado para prestar serviços de vias de acesso para o *hinterland*, mas no entanto aqui não há coisa visível nesta matéria, não está se a olhar para isto. Então, não se percebe alguém pensar em colocar o corredor de Nacala e montar lá todo o aparato, o aparelho possível para galvanizar a agricultura, o que é que precisa (...) e a partir do porto de Nacala, e encontrar infraestruturas ferro-portuárias para receber, se vem o adubo de forma primária ou se vem o adubo de forma misturada nas indústrias e dizer tem lá, isso não existe... (Informante-chave 2).

Enquanto as duas falas acima se manifestam críticas e céticas sobre o papel do CdN no desenvolvimento agrícola, elas reforçam a visão de Selemene (2017, p. 16) que toma a estratégia de desenvolvimento no CdN, como um todo, como mal sucedida devido

ao *modus operandi* neocolonial que os empreendimentos e grandes investimentos estrangeiros seguem, ou seja, a tentativa de implantar grandes projetos agro industriais em vastas áreas, sem consideração pela configuração territorial e nem socioeconômica dos locais nos quais os investimentos são realizados. Principalmente porque, para autor, “a par da empresa Portos do Norte, o conjunto dos investimentos realizados no Corredor de Nacala serve para consolidar o padrão extrovertido da economia moçambicana: são empreendimentos que servem mais a interesses de fora do país do que de dentro”.

Na mesma perspectiva, para Smalley (2017) o desenvolvimento dos corredores só é possível porque atores dos setores extrativos (e do agronegócio) foram capazes de expressar os seus objetivos estratégicos em termos espaciais. Fato que permitiu-lhes alinhar as suas ambições de expansão para novos territórios ou novos mercados com interesses dos governos nacionais e dos “doadores” internacionais, como apontamos antes. Esses interesses se manifestam pela, aparente, disponibilidade de terras para implementação dos objetivos estratégicos em termos espaciais, que pode significar expropriação de terras.

Assim sendo, esse corredor não expressando melhorias nos sistemas de produção das comunidades no entorno, pode igualmente manifestar formas distintas de expropriação de terras das populações rurais, que pouco têm em comum com a agricultura, como por exemplo, “desapropriação para fábricas, represas, zonas econômicas especiais, [parques industriais, indústrias de processamento], projetos de mineração, infraestrutura privatizada e projetos de habitação” (LEVIEN, 2014, p. 33, grifo nosso). Que implicam sempre deslocamentos físico de pessoas e suas casas, como consequência de um programa de desenvolvimento (CASTLES, 2002). Ou seja, a desapropriação é “um processo interno e contínuo do desenvolvimento capitalista de qualquer país” (LEVIEN, 2014, p. 31).

Os entrevistados seguintes, como os anteriores, continuam a não apontar elementos fortes para sustentar que existe uma ideia generalizada e comum sobre o que se entende por CCA, mas sim sobre os CD. No entanto, em algum momento, os pronunciamentos apresentam alguma ambiguidade no que concerne o entendimento por parte dos pequenos produtores de qual é a ideia dos corredores e, especificamente da componente agrícola dos mesmos. Mas, alguns pronunciamentos reforçam a ideia trazida por Stein e Kalina (2019) de que as comunidades são parte ou pertencem ao CdN:

O país não é o mesmo, as dinâmicas não são as mesmas, só na área da agricultura nós temos 10 áreas agroecológicas. Então a dinâmica que eu vou ter lá e aqui

nunca vai ser a mesma. Os corredores se fores a ver são sempre ligados também aos países do *hinterland*, por exemplo, o Corredor da Beira... e sempre pensas que queres exportar e queres desenvolver um setor que permita isso. Então os corredores nacionais, os seis integram-se, podem ter formas diferentes, mas para mim posso dizer que é o mesmo corredor, mas está de certa forma fatiado, mas em termos de unicidade do país, o desenvolvimento que nós queremos podemos chamar de corredor de Moçambique, podemos dizer que Moçambique é uno, mas tem 11 províncias... É igual a commodities, corredores, tudo isto precisa de ser desmistificado só, a partir de momento que tu desmistificas o que queres dizer em palavras simples ele [o pequeno produtor] vai entender (Informante-chave 1);

Bom, um e outro pode saber que está no corredor de desenvolvimento, mas precisa de um trabalho para ao produtor para poder sensibilizar, explicar, quer dizer, dar uma informação ao pequeno produtor em relação a este corredor, qual é a vantagem que o pequeno produtor pode tirar em relação a este corredor de desenvolvimento. Então, o produtor nem todos têm essa informação, mas precisam que eles estejam informados através dessas atividades que estão sendo realizadas nas associações e na cooperativa (Movimento Social 3);

Essa parte aí, acho que já sabemos que nós estamos dentro do corredor de desenvolvimento que é esse, dizem, corredor de desenvolvimento de Nacala, nós já sabemos que nós estamos lá também, porque as nossas associações também estão dentro do corredor e somos capazes também de darmos essa informação que nós também, nesse corredor... (Movimento Social 2);

E,

Os dois corredores para nós são importantes, o corredor de Pemba está facilitar [neste] momento, está facilitar os camponeses escoar seus produtos em Pemba, [escoar daqui da província] vai para Pemba em Cabo Delegado, estamos a assistir isso. Se não fosse o conflito que existe lá, por causa que existem alguns produtores... pode não ir, mas os de Pemba saem lá com camiões e vêm comprar os produtos aqui e levam para lá. E o corredor de Nacala, também é um corredor estratégico, por exemplo nós levamos produtos para Nampula, embora que havia perspectiva que o corredor de Nacala, por causa do ProSAVANA, mas um projeto que não aconteceu nada, só aconteceu outras províncias, estamos a falar de Nampula, mas aqui em Niassa não sentimos, sentimos um pequeno só... não sentimos tanto mais no projeto, mas também é um dos corredores que a gente confia, são corredores que a gente confia também esses dois, são corredores importantes para nós... (Movimento Social 4).

Enquanto os governos veem a disponibilização de infraestruturas rurais como a chave para atrair investimentos, a componente transporte dos CD continua, portanto, a ser um elemento central na sua concepção, destaca Smalley (2017), bem como no entendimento que os nossos entrevistados apresentam deles. Assim, essa ideia generalizada dos CD, na componente corredores de transporte ou suas infraestruturas, reforça a ideia apontada antes pelos entrevistados de que Niassa não tem investimentos agrícolas e adicionais, tanto para estimular o crescimento econômico, como expandir serviços sociais na província, por falta de estradas (KALINA, 2017).

Porém, é preciso ficar atentos às condições sob as quais determinados países podem ser “modernizados” e conquistar setores avançados do capitalismo global, como se orientam a implantação de corredores, sem que ocorram desapropriações por detrás desses esforços. Porque “a terra não se esgota, é espaço que preenchido pode ser esvaziado para de novo se preencher e, curiosamente, vale mais quanto mais livre, “vazio”, esteja. Pois bem o terreno, ou espaço “vazio”, tem valor porque nele se pode construir ou plantar” (LEVIEN, 2014; SOUZA FILHO, 2015, p. 59).

Temos vindo a apontar que os pequenos produtores em suas associações são os principais atores do processo aqui pesquisado, os quais, tendem a ser os menos ouvidos e participantes nos processos de desenho e implementação de projetos de desenvolvimento e suas possíveis transformações. Assumimos que em função do nível de instrução e formação acadêmica os membros das associações entrevistadas não apresentaram um discurso coerente e de quem sabe que é parte, principalmente, do que é um CD e a sua transformação em CCA. No entanto, ajuda a entender como as narrativas sobre os mesmos pouco dialogam com aquilo que são as ideias por parte dos pequenos produtores, bem como que os mesmos não estão conscientes do que se deseja implementar. Os pronunciamentos que seguem evidenciam como está a visão de mundo desses atores sobre os corredores:

Faz corredor... porque dantes a pessoa não conseguia deslocar-se fazer seus negócios, mas agora com a estrada assim é corredor de desenvolvimento porque você ter negócio, você corre tempo e hora, vai vender... (Associação 1);

Ouvia dizer, mas nunca participei, mas nunca participei, só ouvia dizer que há corredor de desenvolvimento, uma vez ouvia na rádio, outro nas outras pessoas, nunca assisti... (Associação 2);

Sim, não sei. Bom, é isso que acabei de falar, como nós estamos um pouco isolados, nós sempre estamos a sair de lá, tudo aproveitamos aqui na cidade, aqui em Cuamba, sim. Porque ali não há meio dizer que liguei para pessoa que está em Lichinga ou que está em Marrupa, não... (Associação 3);

Normalmente, como, dizer como, gostamos desse barulho [do comboio passando e dos caminhões da empresa que reabilita a N13] porque o trabalho que está-se fazer é importante para nosso país... (Associação 9);

Nada, para essa parte aqui não usamos... Viajar, costumamos viajar, só viajamos só para ir passear, só para ver famílias, nunca fizemos negócio... (Associação 15);

Não, não pode falar mentira... Não passa corredor... passa comboio. Lá, a estrada é esse que seguiu essa reta aqui que quase nós estamos entre Lichinga e Marrupa,

estamos no meio, meio é essa área. Agora a estrada que passou para Lichinga é esse, estrada que passou para Marrupa é esse, nós estamos aqui no meio, sim... (Associação 16);

E,

Corredores de movimento, de desenvolvimento. Sim ouvimos. Só esse corredor de movimento, só movimento associativo que ouvimos, movimento. Esse corredor, não sei se estou a entender, pode me explicar um pouco... (Associação 18).

Os relatos acima mesmo revelando uma ambiguidade em apresentar a ideia de CD e a inclusão da sua componente agrícola, deixa evidente um certo uso por parte dos entrevistados das infraestruturas (estradas e caminhos-de-ferro) para fazer algumas atividades diárias. No entanto, estes relatos, bem como de outros atores antes destacados, não apontam certezas sobre os pequenos produtores saberem que fazem parte do corredor. Esse fato indica a necessidade de encontrar os melhores termos de inclusão nos processos de desenvolvimento destes atores, que a ideia dos corredores propõem. Isso passa por ir além de melhoramento e/ou construção de infraestruturas antes destacadas, mas de passar a informação que um CCA é mais do que um corredor de transporte, mas sim um conjunto de infraestruturas e atividades que procuram melhorar a agricultura que se pratica nos lugares que são implementados, bem como melhorar as condições e qualidades de vida das comunidades em seu entorno.

Igualmente, esses relatos revelam que não são capazes de articular, essa ideia generalizada de CD como corredores de transporte, com a construção de outras infraestruturas importantes para a ideia dos CCA. Como por exemplo, a existência de silos ou armazéns, infraestruturas de processamento e transformação de produtos agrícolas produzidos nas regiões nos quais se localizam, bem como da ligação dessas infraestruturas com a pequena produção. Sem deixar de lado o fato de o Estado não disponibilizando essas infraestruturas, até ao momento, pode estar a espera que o setor privado lidere o processo, sendo que para tal vai ser preciso passar pelas terras das comunidades. “Ou seja, se ao Estado cabe a gestão da terra, também a ele cabe desapropriar os sujeitos que nela se encontram em prol de um fim social ou econômico [chamado progresso ou desenvolvimento nacional]” (CAMANA; ALMEIDA, 2019, p. 403, grifo nosso).

Durante o trabalho de campo, tivemos a oportunidade de fazer a viagem de comboio no sentido Cuamba-Lichinga, num sábado, cuja passagem tivemos que comprar com relativa antecedência, uma vez que o comboio circula três vezes por semana. Foi

possível ver, em todas estações (apeadeiros) até ao destino final, pessoas transportando mercadorias diversas e bens, tentando subir no comboio, outras tentando colocar mercadorias e outras ainda usando as estações como mecanismos de poder vender alguns excedentes agrícolas para os passageiros, conforme a figura a seguir:

Figura 4 – Vista parcial de uma das estações de comboio na linha Cuamba-Lichinga.



Foto: Hélio Maúngue, 24/04/2021.

Esta imagem evidencia que os pequenos produtores procuram, nessas estações, mecanismos de mercado para comercializar algum excedente de produção, de forma informal. Fato que não corresponde com a narrativa sobre os CCA, na qual a existência de mercados locais seria uma vantagem trazida pelas infraestruturas de transporte que suportam os corredores.

Portanto, a ideia de transformação do Corredor de Desenvolvimento de Nacala (CDN) em um CCA não deve ignorar que a transformação do sistema dos modelos culturais e dos valores existentes nessas comunidades, não devem ser vistos como resultado de uma combinação lógica entre os modelos ‘importados’ e os modelos originais/locais. Mas sim, consequência das transformações sociais e econômicas, que só se realizam pela mediação da experiência e da prática dos diferentes atores e suas visões de mundo em relação ao modelo de desenvolvimento que se pretende implementar (BOURDIEU, 1979).

6.3 ASSOCIAÇÕES DE PEQUENOS PRODUTORES EM NIASSA E DESENVOLVIMENTO

Depois da independência de Moçambique a ideia de coletivização e organização de explorações agrícolas em cooperativas como propriedade coletiva da terra, das *machambas* ou unidades de produção, dos recursos produtivos e dos meios de produção foi uma das estratégias adotadas no processo de desenvolvimento, no período socialista. Depois desse período, principalmente, a nova Constituição permitiu que grupos de indivíduos pudessem se organizar em Movimentos Sociais, ONG's, Organizações da Sociedade Civil (OSC) e em associações. Assim, essa nova constituição impulsionou o processo de surgimento dessas entidades coletivas, nas quais se enquadram as associações de pequenos produtores por nós entrevistadas. Destacar, que o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrícola (PEDSA) tem nessas associações uma das maneiras de lidar e se relacionar com os pequenos produtores.

Segundo o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (2021), as Organizações de Produtores (OP), nesta pesquisa designadas simplesmente por associações (de pequenos produtores), são organizações de camponeses ou produtores agrícolas ou agropecuários orientados para a satisfação de interesses comuns, relacionados à produção, processamento e comercialização de produtos agrícolas e pecuários. Estas, podem ser ou não registradas legalmente.

Contudo, o registro pode facilitar no acesso a certos benefícios, como por exemplo o crédito, Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), etc. Por exemplo, das 18 associações com as quais interagimos, seis estavam legalizadas e 12 não. No que diz respeito ao DUAT, cinco tinham e 13 não. O total de hectares indicados a seguir constituem as porções de terra que as associações apontam cultivar e/ou que desejariam cultivar. Por isso, associações que indicam possuir 12, 45 e 50 hectares respectivamente, não exploram a totalidade de hectares referenciados. O quadro seguinte apresenta outros elementos que caracterizam as associações por nós entrevistadas.

No entanto, essas associações são mecanismos de produção coletiva e não organizações políticas. Não tendo agência e capacidade de fazer pressão junto dos políticos e tomadores de decisão, elas têm na União Nacional dos Camponeses (UNAC), em níveis nacional, provincial e distrital, uma espécie de mediadores e porta-vozes de suas

reivindicações e relações diante do Estado. Assim, muito do que é percepção do mundo e perspectivas políticas sobre a pequena produção, bem como projetos e interesses sociais tem na UNAC o seu principal ator e mediador. Por outras palavras, a aproximação e a objetivação dos centros de poder propiciadas pelos mediadores é que viabilizam a adoção de estratégias para obtenção dos recursos desejados para a melhoria das condições de produção dos pequenos produtores (NEVES, 1998). Portanto, caso ocorram situações de desapropriação ou expropriação de terras, mesmo que por parte do Estado, as associações e as comunidades têm na UNAC seu porta voz e interlocutor de reivindicações.

Quadro 7 – Caracterização das associações entrevistadas.

Número da Associação	Ano de criação	Membros Homens	Membros Mulheres	Total de membros	Hectares⁹² que cultivam
1	2003	5	18	23	50
2	2016	7	13	20	1
3	2005	14	12	26	45
4	2004	4	10	14	5
5	2016	7	20	27	1
6	2013	13	12	25	4
7	2015	18	32	50	1
8	2009	4	26	30	1.5
9	2007	11	5	16	2
10	2015	14	16	30	1
11	2000	4	11	15	1.5
12	2012	10	11	21	2
13	2016	4	8	12	2
14	2016	6	12	18	2
15	2014	0	16	16	4
16	2006	12	13	25	12
17	2009	14	8	22	1
18	2013	5	7	12	1.5

Fonte: Elaboração pelo autor (2022) por meio dos dados do trabalho de campo.

A aposta em associações tende a ser vista como capaz de desempenhar uma ação determinante em planejamentos de desenvolvimento rural. Ou seja, é essencial contar com uma enorme rede de associações para poder efetivamente combater a pobreza em massa, principalmente nas condições que se encontram e encontrarão a maioria dos países em desenvolvimento, destacam Esman e Uphoff (1984). Para estes autores, embora sejam

⁹² Na metodologia indicamos que entrevistamos em média três membros de cada associação, mesmo que o quadro aponte existência de associações com 45 e 50 hectares, no geral, individualmente os membros tendem a ter *machambas* maiores que das associações, com casos de membros de associações com cinco à oito hectares.

necessários outros elementos como investimento em infraestruturas, políticas públicas (o combate à pobreza é algo presente nos instrumentos de política trazidos na seção 3.4.), tecnologias apropriadas e instituições burocráticas e de mercado, não se pode conceber uma estratégia de desenvolvimento rural que procure combinar aumento de produtividade com ampla distribuição de benefícios na qual as organizações participativas e coletivas locais não tenham destaque. Portanto, ao se pensar em processos de transformação social e estrutural, bem como de desenvolvimento, na lógica dos autores, tem que ter em conta a capacidade das associações, como aponta um entrevistado ao dizer que:

Nós trabalhamos com associações porque também é mais fácil dar as formações que nós queremos dar. Nós damos formações desde contabilidade básica, gestão de *stock*, negociação de preços e isso permite que os resultados sejam muito mais positivos. Porque nós queremos... achamos que só associados é mais fácil dar a capacitação que nós queremos, porque o nosso objetivo... é fazer integração das associações ao mercado (...) E antes no desenho nós tínhamos uma componente, que tínhamos acordado que íamos apoiar algumas empresas para fazerem fomento junto dos nossos agricultores, nas nossas associações (Informante-chave 1).

Em muitas partes do mundo as cooperativas de produtores agrícolas se transformaram em grandes atores na economia, particularmente na economia rural. No entanto, até agora em Moçambique não é isso que se passa, em grande medida devido às distorções provocadas pelas intervenções da indústria da ajuda (SMART; HANLON, 2014). Em alguns momentos essa ajuda surge por meio de programas de financiamento internacional, nos quais os mediadores podem ser ONG's nacionais e internacionais, ao exemplo do pronunciamento acima. Aqui se enquadra a questão de ajuda ao desenvolvimento que o país assistiu e assiste depois da independência até aos dias atuais. Principalmente, pela situação de pobreza que o meio rural e o país como um todo se encontram, sendo que a província do Niassa e a região toda do CdN estão entre as mais pobres do país e nas quais as assimetrias econômicas e sociais têm mais incidência, mesmo com os recursos naturais e as potencialidades agrícolas que têm sido apontadas. Aqui, a ideia dos CCA e a narrativa de atrair investimentos agrícolas, também é apontada como estratégia de redução da pobreza existente.

Gonçalves (2020), pesquisando os corredores da Beira e Nacala, aponta que enquanto os funcionários públicos do setor da agricultura e as ONG's que trabalham ao longo desses corredores estão muitas vezes ansiosos por realizar projetos de sucesso, a organização dos pequenos produtores em associações e grupos de produção é

frequentemente apresentada como a base para a materialização agrícola ao longo dos mesmos. Todavia, o nosso campo não evidencia necessariamente que as associações são e podem ser tomadas como uma espécie de capital social que os produtores podem usar como mecanismo de transformação social para o desenvolvimento ou na luta ao subdesenvolvimento na província do Niassa. Algo que iremos constatar nesta e nas seções seguintes.

Para Smart e Hanlon (2014) há vários problemas ligados à forma como as ONG's têm organizado e apoiado as associações, principalmente como parte de projetos e/ou programas de ajuda curtos. Estes autores destacam que as associações surgem simplesmente como forma de receber ajuda de “doadores” e realizar os projetos dos “doadores”, e que raramente envolve mercados ou produção comercial. Assim, as associações têm pouco sentido dos custos, lucros e contratos comerciais e de trabalho. Estes autores, estudando as associações que lidam com a empresa Corredor Agro Limitada, apontam que as associações são para discussão, não para negócios. Ou seja, as associações não estão a se transformar em produtores comerciais e com *viés* para o agronegócio como se esperava, pois não há um interesse comum operando nelas. Muitas delas apresentam tensões internas, desconfiança mútua e muitas vezes desconfiança em relação aos presidentes que têm melhor contato com o “doador” ou ONG, sendo que, por vezes é preferível lidar com produtores individualmente e não por meio de associações, reforçam os autores.

Assim, para Júnior *et al.* (2015, p. 139) embora a motivação inicial das associações tenha os objetivos coletivos na sua formação, a sua concretização implica a existência de capacidades, competências e disponibilidades que são difíceis de serem associadas cumulativamente. Isso faz com que estes autores questionem se “as associações proporcionam vantagens comparativamente às explorações familiares, fazendo com que exista maior produtividade, se assim for, será que os associados aumentam seus rendimentos?”. Algo sobre o qual evidenciaremos, mais em frente, que nas associações entrevistadas isso não acontece.

Sobre a questão trazida por Smart e Hanlon (2014) e também por Júnior *et al.* (2015), no que diz respeito à preferência em trabalhar com agricultores individuais e o fato da produtividade dos associados não ser melhor do que quem cultiva individualmente, ao

mesmo tempo, um dos nossos entrevistados, que também lida com algumas das associações por nós entrevistadas apontou que:

Agora, as associações. Nós trabalhamos com as associações, fizemos o trabalho de legalizar as associações. Eu não acho pah... não acho, mas isso é um trabalho que tem que ser feito, epah, são muito amadoras ainda as associações. Ou seja, vamos juntar todos, tu és o presidente, tu és o secretário, o João tesoureiro, eu o vogal, ficamos todos contentes com esse nome. Queremos uma associação aqui, criamos uma associação, ok! Mas ele vai fazer a *machamba* dele, eu com a minha *machamba*, ok e no final vamos pedir apoio. Eu pergunto, esta associação produziu..., qual foi o rendimento que teve, vou comparar com um produtor vizinho. O vizinho produziu mais que da associação, porque é que nós iríamos dar um prémio à associação se o vizinho que está sozinho produz mais (...) eu não importo nada, olhar aquela associação produz duas toneladas por hectare, enquanto o produtor individual foi quinhentos, então vou apoiar uma associação, mas tem que ser um apoio de justiça, que seja claro. Mas como eu vou notificar uma associação que é pior que o setor familiar, é muito difícil, mas ai peço desculpas se chocar alguém, mas nós temos que premiar os justos, os que trabalham bem, não é? (Informante-chave 3).

O depoimento acima, associado ao que Smart e Hanlon (2014) destacam na pesquisa deles, em uma comunidade do CdN, evidencia que há um longo caminho por percorrer para que as associações de produtores tenham o papel destacado no processo de transformação agrária e na melhoria das condições de vida das comunidades como um todo. A não manifestação desse papel é reforçado quando um funcionário público do setor agrícola não vê as associações como parte da materialização do sucesso agrícola dos corredores apontada acima por Gonçalves (2020):

(...) mas o associativismo ultimamente me parece que está com tendência a decair ou decrescer, pessoalmente faço essa avaliação. Mas do tempo que eu trabalhei nos distritos e o que está acontecer agora, parece que há tendência de queda desse associativismo. Porque nos anos anteriores havia muita adesão ao associativismo porque haviam parceiros que injetavam capacitações, injetavam alguns valores para o início das atividades, para o início dos projetos, quando foram se retirando uma e outra organizações a tendência foi de desaparecer algumas associações... Acho que foi mesmo nessa ótica... muitas associações foram à falência quando saíram as organizações que sustentavam, então acho que essas pessoas não tinham essa visão de sustentabilidade depois de saída de financiadores, então muitas associações desapareceram, ficaram nomes só... (Funcionário Público 2).

Mas, essa dependência de ONG's "doadoras" para que as associações iniciem suas atividades pode ser um sinal da ausência e incapacidade do Estado em atender a esses pequenos produtores. Ou seja, essa dependência pode ser vista como uma alternativa viável à falta de resposta ou ausência dos poderes públicos no provimento de condições de produção ou de acesso a bens essenciais no processo produtivo desses grupos. Nesse sentido, as dificuldades que esses grupos enfrentam para participar na vida produtiva dos

corredores pode ser crucial para o entendimento de quão inclusiva está a sendo a ideia de desenvolvimento que os CCA prometem promover (SEN, 2010). Os depoimentos abaixo evidenciam qual tem sido o ação do Estado junto das associações, bem como reforçam a dependência das ONG's:

Sim, incentivo...nós temos os técnicos extensionistas que têm trabalhado com os produtores e também temos algumas associações, temos a União provincial dos Camponeses, temos a UPCN, que é a UPCN, que é a União Provincial dos Camponeses, tem formado grupos e o Estado passa a creditar aqueles grupos e a dar alguma certificação, como um grupo de produtores ou associação de produtores. Esse é o trabalho que o Estado tem feito, facilitar a atribuição de documentos... (Funcionário Público 1);

E,

O GAPI⁹³ aqui é como um prestador de serviços, está a prestar serviços para o PROMER⁹⁴, está a fazer a prestação de serviços. Eles aqui estão a prestar serviços ao PROMER. Eu estou a cingir mais na área agrícola, na área agrícola como um todo, porque eles apoiam... o foco é apoiar as associações. Apoiam as associações na organização, na legalização, mesmo na assistência da produção, nos meios para poder... estamos a falar de... tivemos uma máquina agora, há poucos anos que é uma máquina debulhadora, então eles apoiam na cadeia, mas tudo centrado nas associações (Funcionário Público 4).

No meio rural moçambicano há vários tipos de OP e comunidades que se congregam por diversas motivações, econômicas e não econômicas. Muitas delas não possuem dinâmicas produtivas e de transformação estrutural. O envolvimento desses produtores em associações acontece por motivações grandemente associadas a razões econômicas imediatas. Como, por exemplo, aquisição de crédito, equipamentos ou meios de transporte, falta de conhecimento de preço nos mercados e acesso aos mesmos, falta de poder de compra para aquisição de insumos, falta ou precariedade das instalações de armazenamento, assistência técnica/extensão rural, preservação de recursos naturais (florestas comunitárias) e ao fortalecimento de mecanismos de segurança da terra e de reivindicação em processos que possam gerar conflitos com investimentos (infraestruturas, mineração, turismo, agricultura de média e grande escala). Pensando que seus membros, assim, conseguirão reforçar a sua competitividade, resiliência, abrirem possibilidades, oportunidades geradas pelo mercado e juntos fazerem face aos vários desafios que enfrentam (FEIJÓ; DADA, 2018; JÚNIOR *et al.*, 2015; MOSCA, 2015; MUTEIA, 2015).

Os depoimentos abaixo indicam os motivos pelos quais as associações que entrevistamos foram criadas:

⁹³ É uma instituição financeira de desenvolvimento, que de entre outros aspectos liga com a inclusão financeira.

⁹⁴ Programa de Promoção de Mercados Rurais do FIDA.

Associação mista foi criada para facilitar na parte da comercialização dos membros, também aprender como fazer campos, usar compassos, também como conservar sementes e também capacitação de nutrição, fazer comida para criança que tem problema de saúde. Dentro da associação, grupo misto tinha objetivo a pensar que é um grupo não lucrativo, só facilita a comunidade e também [o] próprio membro, porque depois de nós organizarmos como membros (Associação 2);

Criamos associação porque estávamos [a] sofrer, porque não tínhamos como arranjar caderno para criança...também parte da comercialização íamos lá muito longe *Murrusso, Nacapala*, é por isso que pensamos criar associação para nos facilitar essa parte... comercialização, vinham membros como não membros a vender seus produtos, sim, sim... (Associação 4);

O objetivo da criação da associação, nós temos aqui três objetivos. O primeiro objetivo é assunto de extensão, isso é a produção, cujo lá na extensão também temos a comercialização, para ver se nós podemos fazer uma comercialização conjunta. A outra questão é a criação de grupos de poupança, cujo através desses grupos os membros conseguem ter, depositam o seu dinheiro, porque temos... nós chamamos de grupos de PCR, Poupança e Créditos Rotativos, onde através desse valor nós conseguimos, pelo menos, ver se podemos ter alguns utensílios da nossa casa, algum transporte... Então, os objetivos são esses, primeiro ter a técnica de produção e termos esse assunto de Poupança e Créditos Rotativos.... (Associação 6);

Criamos essa associação, assim a iniciativa é da poupança, então viemos para [melhorar], até criamos a associação... [principal objetivo] é fazer agricultura. Iniciativa é da poupança, então prolongar... (Associação 8);

Ela está dizer que decidimos fazer uma associação para trabalharmos em conjunto e para termos os rendimentos, para se ajudarmos entre nós, um exemplo, termos uma *machamba*, produzirmos um dos produtos, depois de vender se dividirmos aquele dinheiro, cada um se ajudar nas preocupações em casa dele (Associação 9);

Decidimos criar a associação... é para facilitar nossas atividades. As atividades são as seguintes, poder...é para fazer, aliás, é para fazer esforço das pessoas que eram fracas tomar a decisão, saber como é que se produz tecnicamente as culturas... (Associação 10);

Era para facilitar as coisas, porque numa associação é fácil encontrar um mercado, a fazer parte com esses técnicos, é fácil apanhar mercado de vender produtos, epah, outras coisas ficam fáceis por causa da associação (Associação 11);

E,

Porque nós vimos, nós sentamos em primeiro lugar, pensamos, já estivemos ver os outros, pelo menos, um bocado desenvolver, trabalhar em grupo, ter uma experiência da técnica, então nós vimos que vale a pena nós sentarmos, pensarmos, fazermos como estão a fazer os outros, aí estão ajudar muita coisa, consegue pelo menos, pequena coisa desenvolver... (Associação 18).

Os depoimentos acima evidenciam a manifestação de dois tipos de motivos para que as associações sejam formadas. Motivos retroativos: os indivíduos criam associações,

principalmente, para poderem garantir o acesso à terra e segurança da mesma, bem como para ajudarem-se mutuamente nas atividades que exigem maior volume de trabalho. Motivos proativos: os indivíduos aderem às associações para se integrarem em redes de comercialização e terem acesso à assistência técnica (JÚNIOR *et al.*, 2015).

No entanto, esses depoimentos indicando as motivações para o surgimento das associações, relacionado com os motivos apontados por Júnior *et al.* (2015), não manifestam-se, necessariamente, como ações coletivas que ambicionam uma sustentabilidade de longo prazo das mesmas. Sustentabilidade essa que se manifestaria por elas se transformarem em mecanismos independentes e autônomos, capazes de fugir da lógica de ajuda ao desenvolvimento que apontamos antes. Pois, as ONG's que surgem com projetos e/ou programas tendem a ter um prazo e com o fim dos mesmos às associações voltam a situação de 'vulnerabilidade' e incapacidade para suprir as necessidades para garantir a produção e produtividade, que motivou a ajuda. Portanto, como destacado antes por Negrão (2008, p. 124, grifo nosso) é preciso saber de que maneira se pode

(...) assegurar que [a entrada de investimentos tanto desejados na província e no corredor] tenha os efeitos multiplicadores para que o desenvolvimento [agrícola e rural] se torne endógeno [às próprias associações e aos pequenos produtores locais sem] ter de apelar à solidariedade e ajuda internacionais [por parte de ONG's].

Essa dependência de ajuda não é somente vinda das ONG's, mas também da UNAC e suas subunidades provincial e distrital, respectivamente (algo que veremos como se processa mais em diante). Para a UNAC implementar programas e/ou projetos também depende, em certa medida, de financiamento de seus parceiros, majoritariamente, internacionais. Contudo, segundo Mosca (2015, p. 78) ela (em nível nacional, provincial e distrital) e as associações que fazem parte,

(...) pretendem, essencialmente, despertar os centros de decisão para a importância da agricultura familiar na economia, na transformação estrutural e na vida dos camponeses. Está consciente que as políticas econômicas e agrária em Moçambique têm sido desfavoráveis para os pequenos produtores de alimentos.

Nesse sentido, a UNAC desempenha um papel de mediador social na construção de representações e práticas que visam mudanças e transformação social. Assim, como mediadores eles estabelecem uma visão de mundo em que o pequeno produtor deve ser ator chave no processo desenvolvimento da agricultura no país (NEVES, 1998).

Os depoimentos seguintes indicam como ocorre nas associações a presença da ajuda, como ficam com o término da mesma, bem como da dependência da UNAC e outras organizações de base produtiva para operarem:

(...) o que tem que ser feito é [em] nível das associações, quando sai uma organização ou não governamental, depois de apoiar, elas ter... estar preparadas para assumir, tomar a dianteira, então tem que saber onde comprar semente, onde comprar adubo, para dar avante o processo, o projeto... não pode um projeto sair e logo tudo ir água abaixo, então assim não estarão a fazer nada, então é preciso conscientizar as pessoas, as pessoas também têm que saber isso é uma coisa passageira, chega e passa. Então, isto tem que chegar nos produtores... Isso é que estamos a lutar, para que os produtores mudem de consciência, os projetos não entrar também a oferecer sementes, isso não é bom, têm que ensinar onde comprar semente, mudar de abordagem, quer semente vai no [lugar] X, compram, traz, ensina onde produzir e ter maior rendimento. Então, isso é o que tem que ficar para as pessoas... Para ser sustentável também tem que ir nessa linha de pensamento, então isto é uma luta grande, tendo em conta a nossa população é menos escolarizada e nós vivíamos aqui tempo de guerra, quando após guerra as coisas, a filosofia era entregar, entregar... (Funcionário Público 1);

Soja foi *Otomiah*⁹⁵, essas camisetas. Era uma organização que vinha dando soja, mas acabou dando soja e não implementou nada e nós acabamos ficando com a soja, porque ele tinha dito havia técnico para fazer acompanhamento, depois o projeto terminou... Já terminou já, não existe, não deu certo.... (Associação 13);

Aqui, eles estão a responder... aparecem projetos que já dão essa parte de produção, ensinam como produzir, por exemplo, o primeiro projeto foi a GAPI-PROMER, foi o primeiro projeto. Existindo aqui a GAPI-PROMER veio também um projeto *Otomiah*, cujo esse projeto também trabalhou conosco, o ano passado foi o fim do coisa...do contrato deles e assim estamos então com esse da UNAC que é um projeto que também está apoiar os produtores (Associação 11);

Associação desde 2006 estamos a iniciar, mas não sabia o que é associação, a partir de 2015 para 2016, quando PROMER vem me ajudar, levei para Lioma, eu é que abri olho, mas eu estava a acompanhar (Associação 16);

Sim, primeiro a relação existe, começa no momento da produção, em que nós fazemos um trabalho integrado, os técnicos do SDAE com o PROMER vão fazer assistência direta ao produtor, quando chega a altura da comercialização agrícola também ligamos, envolvemos o SDAE. O projeto e o SDAE, ligamos o produtor com esses comerciantes rurais fluentes e influentes, mesmo também na área das poupanças rurais fazemos na comunidade. Na altura da formação do grupo nós sempre envolvemos o SDAE, porque nós somos um projeto, havemos de sair, então essa é uma forma de fazer a segurança, porque nós vamos sair e trabalho tem que continuar e para continuar tem que haver alguma ligação com o SDAE (Informante-chave 4);

⁹⁵ Durante as entrevistas com as associações, alguns entrevistados traziam camisetas e bonés com o logo e nome desta organização. Esse aspecto coincide com o diálogo destacado por Stein e Kalina (2019) que trouxemos antes.

E,

Até mesmo aquela pergunta que vem aqui... o que afetou para o agricultor, muita coisa. Se mesmo a UNAC, a UNAC já não tem muitos projetos, por covid-19, porque aqueles financiadores não estão a chegar. Quando UNAC tiver mais projetos, significa que mesmo nós aqui nas províncias vamos ter mais projetos (Movimento Social 4).

Todavia, não se sabe o quão as narrativas que sustentam a implementação dos CCA dialogam ou podem dialogar com esse mecanismo de ajuda ao desenvolvimento rural e agrícola promovido pelas ONG's. Pois, de acordo com Byiers, Molina e Engel (2016) no desenvolvimento dos corredores o setor privado é que está na liderança, mas necessitam de parcerias fortes com o governo, organizações e/ou associações de produtores e ONG's, por meio de plataformas de inovação. Os produtores organizados precisam tomar parte ativa, afim de desenvolver um fornecimento adequado e em tempo adequado dos produtos agrícolas, bem como construir um fluxo necessário de bens ao longo do corredor. Algo que incluiria, por exemplo, um trabalho direto com os pequenos produtores e autoridades locais focados em transformar as suas áreas em polos de crescimento agrícola sustentáveis e ligados aos corredores, na base de sistemas de produção e comercialização sustentáveis, acrescentam. Isso se as áreas dos pequenos produtores e aquelas que elas usam na época de pousio, ou que usam como pastagem, ou mesmo como lugares para obtenção de fontes de iluminação ou para cozinhar (lenha e carvão) não serem expropriadas para dar lugar aos investimentos privados.

A transformação social necessária para melhorar as condições de vida e de produção destas associações, nos corredores, e assim promover o desenvolvimento também depende de como está a relação Estado-sociedade nessas regiões. Na medida em que essa relação pode ser um espaço de interação de sujeitos individuais ou coletivos intencionados e portadores de projetos sociopolíticos específicos. Que, por sua vez são marcados por relações (comumente) assimétricas de troca, disputa, conflito e por vezes visões de mundo, bem como consensos e acordos que beneficiam aos envolvidos (PIRES; VAZ, 2014).

Porque os pequenos produtores não estão suficientemente organizados e possuidores da consciência de classe de forma a assegurar a defesa dos seus interesses e a estarem representados nos centros de decisão política e econômica de forma correspondente ao peso social e econômico que possuem em Moçambique (MOSCA, 2015, p. 83).

Portanto, as tradições de auxílio e ajuda que orientam a formação das associações estão longe de preparar essas organizações coletivas para prosseguir com um tipo de

estrutura sustentável e independente por longos períodos de sua existência (BOURDIEU, 1979). Assim, é preciso mobilizar mais encontros entre atores estatais, privados e locais em vista a criarem conteúdos conjuntos para que os pequenos produtores associados ultrapassem, como parte do corredor, as dificuldades retratadas antes e nas seções seguintes.

Esses encontros, devem também propiciar às associações capital social e político, que se entende como aspetos de organização social, dos quais se incluem redes, normas e confiança que ajudam na prossecução de benefícios mútuos, que, conseqüentemente podem aumentar os benefícios de investimento em capital físico e capital humano dos associados (PUTMAN, 1993). Configurando capacidades para fazer frente aos possíveis efeitos perversos dos investimentos, ações do capital privado e internacional, como por exemplo, não possibilitem perdas de terra com a promessa de serem beneficiários diretos dos empreendimentos. Isso na medida em que a obtenção de lucro é que orienta a entrada do capital privado, ou seja, a acumulação só pode ocorrer após a expulsão do desapropriado de sua terra, realizando os interesses dos que motivaram a desapropriação, incluindo o Estado, desencadeando mudanças econômicas que podem afetar positiva e negativamente os desapropriados e a sociedade como um todo (LEVIEN, 2014).

6.4 DINÂMICAS SOCIAIS E PRODUTIVAS DAS ASSOCIAÇÕES

O percurso do CCA de Nacala é extenso e as comunidades por ele atravessadas são várias. No entanto, as dinâmicas transformativas que estão a acontecer podem não estar ao mesmo ritmo e níveis nas diferentes províncias que o compõem. Nesta seção damos continuidade às dinâmicas sociais e produtivas apresentadas nas duas seções anteriores. Aqui, incidimos sobre os desafios e dificuldades que os pequenos produtores associados, em Niassa, têm vivenciado no processo de desenvolvimento e de transformação da agricultura tradicional em moderna que a ideia dos corredores advoga.

Nos processos transnacionais e globais que o modelo de desenvolvimento que os corredores visam, é preciso ter em conta que:

Em sociedades divididas em classes pode haver um desenvolvimento adicional da produtividade agrária *per capita*, embora nem sempre seja esse o caso quando comparado ao de comunidades camponesas menores. Os **sistemas de irrigação e outras inovações técnicas** geralmente não aumentam a produtividade média tanto quando regularizam e coordenam a produção. Em estados agrários mais vastos, a **armazenagem de alimentos e de outros bens perecíveis torna-se de maior importância**. No capitalismo moderno, a compra e venda de produtos

manufaturados é tão fundamental para a existência social quanto a troca de toda a gama de outras mercadorias: não é exagerado dizer que a expansão do capitalismo para formar uma nova economia mundial não teria sido possível sem o desenvolvimento de uma série de **técnicas para a preservação e armazenagem de bens perecíveis, sobretudo alimentos**. Por outro lado, o capitalismo também gera – e é dependente de – taxas de inovação técnica, conjugadas com uma utilização maciça de recursos naturais, num plano totalmente diferente de tudo o que aconteceu antes (GIDDENS, 2009, p. 305-306, grifo nosso).

Nesse sentido, as associações de pequenos produtores encontram um conjunto de desafios que precisam ser superados para se encaixar nesse modelo e/ou estratégia de desenvolvimento, não como adições dele, mas sim como atores preponderantes. Caso contrário, se concretizando a entrada de capital privado que o modelo propõe, existirão processos regressivos decorrentes das dificuldades concorrenciais dos mesmos em relação ao modelo de agricultura comercial. Assim, esses integrando-se ao mercado via subcontratação a situação deles pode piorar, pois poderão perder o foco produzindo mais mercadorias para exportação e não alimentos, bem como perder terras e outras fontes de sobrevivência que a terra e a biodiversidade disponibilizam.

Portanto, existe uma esperança de que os CCA e os programas de desenvolvimento rural operem como uma teoria econômica de gotejamento, nos quais o setor privado, “doadores” e ONG’s propiciem tecnologia agrícola, possibilitem a esse grupo acesso aos mercados para escoamento da produção, fatores de produção, crédito e assim combater a pobreza rural. Principalmente, quando há debilidade e/ou ausência de políticas agrárias que possibilitam, de forma sustentável, o acesso a esses fatores e recursos para incrementar a produção e a produtividade desses pequenos produtores (CATSOSSA, 2020; DI MATTEO; SCHONEVELD, 2016; MOSCA, 2015; SMALLEY, 2017).

Os CCA propõem ser um modelo de desenvolvimento agrícola inclusivo e sustentável, por vezes orientados por PPP em larga escala. Esses oferecem aos políticos e atores externos o potencial de direcionar aos produtores agrícolas de baixos rendimentos para que atinjam níveis que lhes permitam se beneficiar das oportunidades que os corredores possibilitam, bem como a adoção de tecnologias e produtos de investigação agrícola por meio de áreas piloto para desencadear mudanças transformacionais dos atuais sistemas e processos de produção (BYIERS; MOLINA; ENGEL, 2016; GONÇALVES, 2020), considerados atrasados e nada produtivos. Assim, dentre outras coisas a ideia dos CCA é atrelado por processos nos quais

Há um discurso sobre desenvolvimento ancorado em valores como a produtividade (e o imperativo de seu permanente aumento), a qual só pode se dar por meio da adoção de tecnologias modernas, (...) quais sejam: o uso de maquinário, de sementes “melhoradas” (sendo elas híbridas e/ou transgênicas), de fertilizantes químicos e “agrotóxicos”, da irrigação [mecanizada] (CAMANA; ALMEIDA, 2019, p. 398-399, grifo nosso).

Portanto, para compreender como tais transformações são possíveis, temos que olhar para a vida comunitária rural antes que o capitalismo global e a comunidade empresarial se tornem a condição *sine qua non* desta região do corredor que as nossas associações são parte (LYSON, 2006). Porque, como veremos em seguida, não constatamos dinâmicas sociais e produtivas que confirmem a narrativa da transformação agrária via CCA em Niassa, principalmente no acesso a recursos e fatores básicos para o processo produtivo. Para isso vamos olhar para como está a dinâmica da terra e do trabalho da terra; para relação com a tecnologia e a assistência técnica/extensão rural; para o acesso aos insumos, infraestruturas de armazenagem e/ou conservação da produção; para a questão da comercialização e acesso aos mercados; bem como para o acesso ao crédito e as finanças como auxílio ao processo produtivo.

6.4.1 Mecanismo de acesso e de trabalho da terra nas associações

O continente africano e a região subsaariana são destacados como campos de possível expansão das fronteiras agrícolas, nos quais as *commodities* agrícolas são vistas como passíveis de serem produzidas de forma barata e exportados. A esperança, no entanto, é que surjam fundos para aquisição de terras agriculturáveis e participação em atividades agrícolas. Nesse sentido, para atrair investimentos no CdN, por exemplo, o governo moçambicano já instituiu reformas para facilitar o investimento estrangeiro. O que inclui mudanças na lei de terras para poder proporcionar uma atribuição mais flexível dos títulos de terra. Todavia, muitas das vezes as comunidades nem sequer sabem quem está a usurpar as terras (UNIÃO NACIONAL DOS CAMPONESES; GRAIN, 2015), pois há falhas nos processos de auscultação e interação entre o Estado, o capital privado e as comunidades locais visadas. Esses fatos que evidenciam um modelo de desenvolvimento socioeconômico não endógeno e nem inclusivo.

A possível usurpação e/ou perda da terra e dos direitos de cultivo nelas, ao longo dos corredores, tem sido apontado como um dos aspectos negativos do processo de desenvolvimento assente nos CCA, que tanto pode ser por influentes atores nacionais e

estrangeiros (estrangeirização da terra). Pois, apesar de ela ser constitucionalmente pertença do Estado, há processos de comercialização informal da terra e dos DUAT's. Para Negrão (2008) os investimentos e subsídios concedidos pelos países desenvolvidos, como parte de financiamento de um modelo de desenvolvimento rural são a manifestação de uma 'nova moda' de desenvolvimento que se quer implementar no rural africano e moçambicano. No entanto, num contexto de privatização e comercialização da terra, ao contrário de aumentar a riqueza do país, pode vir a surgir os sem-terra, aumentaria os conflitos sociais, provocaria o desequilíbrio e a instabilidade social e política, além da usurpação dos recursos naturais. Portanto, existe um mercado de terras distorcido no país, responsável pela insegurança da terra nos pequenos produtores e o crescente interesse pela terra entre funcionários do Estado em todos os níveis, acrescenta o autor.

No quesito Direitos de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), apontamos na seção 6.3 que das associações entrevistadas somente cinco tinham DUAT das terras nas quais têm as suas *machambas*. No entanto, os dados oficiais sobre a posse de terra para cultivo, principalmente produzida pelo Inquérito Agrário Integrado (IAI) do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), não fazem menção sobre a posse da terra e da legalização da mesma para os associados, fazendo para questões individuais ou familiares.

Mas, de acordo com Byiers, Molina e Engel (2016) com os CCA ligados ao investimento em terras, as políticas e regulamentos sobre a DUAT de terras são extremamente importantes, principalmente para salvaguardar os direitos dos mais pobres. Ou seja, para que esses corredores sejam inclusivos e tenham impacto no desenvolvimento, a política de terras deve garantir a salvaguarda contra arrendamentos de terra e/ou compensação injustos aos deslocados pelos investimentos, bem como pelas construções relacionadas com os corredores, que em algum momento atravessam *machambas* nas comunidades ou lhes tiram as *machambas*, enfatizam. No entanto, os deslocados e alvos de arrendamentos injustos tendem a ser os mais pobres e vulneráveis, como os pequenos produtores (mesmo que associados), uma vez que estes dificilmente têm o DUAT pelos custos e as burocracias para a sua aquisição.

Sendo que, quando tal ocorre o produtor não recebe indenização pela *machamba* como um todo, o que pode constituir fonte de novas desigualdades e conflitos. Mas, dada a ausência da titulação, o ato é considerado válido pela legislação em vigor. Sendo que o

DUAT confere uma visão de mundo que define a cidadania de quem tem posse do mesmo. Contudo, o acesso à terra e aos direitos fundiários devem ser vistos como suporte do desenvolvimento rural, da proteção ambiental e da melhoria do clima de investimentos nas regiões dos CCA. Na medida em que em África, caracterizada por economia rural estacionária, na qual a quantidade de bens de valor possuídos pela maioria dos pequenos produtores é “pouca” e a terra é dos principais bens, ocorrendo usurpação de terras, conjugada com a já falada questão dos “vazios”, pode provocar o enriquecimento de uns (investidores nacionais e estrangeiros) e o agravamento da situação de pobreza de outros (pequenos produtores). Pois, os regimes de desapropriação apontados aos CCA necessitam de compelir aqueles que atualmente controlam os desejados meios de subsistência, como a terra, a desistirem deles. Ou seja, provoca a polarização entre ricos e pobres como processo de perpetuação de exclusões sociais (CASTLES, 2020; BOURDIEU, 1979; LEVIEN, 2014; MILHORANCE, 2015; NIJHOFF *et al.*, 2014; POLANY, 2000).

Destacamos acima que, em algum momento, as associações tendem a surgir em função do apoio e benefícios que daí podem advir. Entre esses benefícios está a garantia e segurança da posse de terra. Assim, a obtenção do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) na qual as associações têm as *machambas* também depende de programas e projetos, principalmente, das ONG's. As falas seguintes, tanto de Funcionários Públicos, Informantes-chave e Movimentos Sociais, bem como das associações, evidenciam como o papel das ONG's tem sido fundamental para aquisição do DUAT para os associados que já dispõem do mesmo. Bem como, indicam as dificuldades que os associados que não têm o DUAT enfrentam:

Muitos produtores na sua maioria não têm DUAT, usam através de costumes...adquiridos, bens costumeiros sim. Nós temos sensibilizado aos pequenos produtores para adquirir o DUAT, mas os custos para ter o DUAT não é fácil, tem que passar a consulta comunitária, tem que mandar os processos para Lichinga, tem que participar 30 dias, então isso não tem ajudado muito, então para um pequeno produtor que não tem posses, isso não é fácil. (...) Há associações que tiveram através do GAPI-PROMER, ITC, Iniciativa Terras Comunitária, através da ORAM. A União distrital dos Camponeses tem ajudado muito na atribuição dos DUAT's, na facilitação de tramitação dos documentos do DUAT, alguns têm por esta via, mas via individual, custos...são poucos produtores que têm por via individual... (Funcionário Público 1);

Para a questão do DUAT temos por exemplo, vamos, vou começar por PROMER, teve, consegui facilitar DUAT para pequenos produtores, o próprio SDAE também fez um movimento no ano passado, tivemos um movimento de, de, para atribuição dos DUAT's, para atribuição massiva dos DUAT's. Mesmo

nesse processo da PROMER, lá estava incluso lá, porque eles...a PROMER trabalha com 29 associações, mas o número do DUAT foi além do número de membro das associações. O PROMER tinha um certo número, uma média, só que a meta era superior ao número dos membros. Então nas zonas vizinhas, as pessoas que estiveram nas zonas circunvizinhas, os beneficiários também beneficiaram-se dos DUAT's... (Funcionário Público 4);

(...) passaram muitas instituições, a última que fez serviços foi o PROMER e nesse momento, mas que 60% de DUAT's já foram distribuídos. O PROMER, em parceria com o governo foram emitidos, quer dizer, apareceu uma instituição que foi contratada, passou nos seis distritos implementados pelo PROMER, fez esse trabalho de levantamento que culminou já com o trabalho final com a existência de DUAT's na posse do produtor, mas está em curso porque o processo de distribuição envolve o governo e envolve também o projeto. Então, nem sempre o governo tem espaço para dar seguimento dia a dia, sem pressão das áreas demarcadas em que se leva a uma determinada zona, faz-se um encontro na comunidade, envolve a liderança, o governo local e faz-se a distribuição. Na realidade são DUAT's de terra, que o PROMER fez o trabalho. O PROMER é um projeto que tem metas, tinha uma meta estabelecida e essa meta tinha que ser dividida pelos seis distritos. Então, dentro do distrito aquela meta tinha que se lançar um pouco em cada zona onde o projeto opera, por isso não foi totalmente abrangente porque a meta era um pouco, era mais ou menos um pouco resumida. Então, os que tiveram a sorte conseguiram ter o DUAT, mas ainda está em processo porque alguns DUAT's estão na agricultura por terminar distribuir... (Informante-chave 4);

Bom, esta questão da privatização, não acho que pode ser uma situação que pode criar essa situação de não entrada de investidores, porque nós temos aquele processo de, se falamos aqui do pequeno produtor, do processo que está sendo levado até pelas ONG's, pelo governo, concessão de DUAT's, a questão de concessão de DUAT's. Eu penso que, através desse processo de concessão de DUAT's aos pequenos produtores, aos produtores é uma boa forma, é uma forma do produtor ter o seu terreno a sua área e livremente fazer, desenvolver aquilo que são atividades econômicas (Movimento Social 3);

Algumas associações têm DUAT das terras onde produzem, mas em termos de DUAT da casa, esses que estão da cidade nem, agora aqueles que estão de fora, essa questão de DUAT da casa não estão abrangidos. Como o próprio precisa de haver de um doador voluntário, aqui na cidade havia projetos que vieram, parcelamento e depois dão essas pessoas, mas lá na zona rural ainda... (Movimento Social 4);

A associação tem 50 hectares e tem DUAT... milho, mapira, soja, gergelim, feijão bóer. Fomos ajudados com coiso, com PROMER, desde o ano passado, 2020, no dia 20 de julho, até o senhor administrador estava, também o diretor da agricultura estava no dia de entrega, também o próprio presidente da união distrital... (Associação 1);

A Associação Ndongo [existe] desde 2005. A Associação tem 45 hectares, dos 45 hectares temos só DUAT individual, não da Associação, ainda estamos a tratar. Yah, alguns têm [DUAT], alguns que ainda não têm, estão em processo. Ali na nossa associação temos aquele individual, já fizemos o projeto, está em processo...é 3.500 [MT] e leva, por exemplo, como nós tratamos do ano passado, leva três ou quatro meses... (Associação 3);

DUAT, própria terra que, não, não temos... GAPI-PROMER, de verdade é que, nós sempre choramos muito, é aquilo não sei, eles estão a seguir a rua, o mapa, a estrada, sempre nós estamos a ouvir, está Merrupo, está Buaria ou Napacala, essa área está Metica, mas Nhupoliu ainda, só chegaram a parte da legalização de associações, e essa parte aqui falavam sempre, mas não chegaram por vir já legalizar, por exemplo, essa parte da terra... (Associação 5);

Problema de dinheiro para fazer DUAT, custa muito... Para associação ter esse DUAT vamos fazer como... Aquele era GAPI-PROMER que passa DUAT para área da casa, não das *machambas*... (Associação 7);

É isso que falamos, epah, para então sermos associados é para facilitar as coisas. A primeira coisa que nos foi facilitar esse DUAT da *machamba* foi por causa da associação, associação, mas individualmente não conseguimos, porque é muita coisa que leva muitos documentos nem, agora é preciso andar com dinheiro, agora assim há isso que não temos DUAT das *machambas*, das casas... Mas se vem um projeto, está faltar isso, ir Namacara, ir trabalhar lá, aí ficamos atrás nós... (Associação 11);

E,

Tem documento, DUAT e tudo, reconhecimento sim temos. 12 hectares. Não estamos conseguir chegar 12, porque maneira de trator... conseguimos, chegou aquele da agricultura, mediu, até nos entregar DUAT... [com apoio de] PROMER... (Associação 16).

Um dos fatores que é apontado como catalisador para atração de investimentos no processo de implementação dos CCA em África e em Moçambique é a existência de extensas áreas de terras propícias à prática da agricultura. Terra essa que pelas narrativas que justificam os corredores são, alegadamente, consideradas “vazias” e subexploradas. No processo de produção de “vazios”, Souza Filho (2015) aponta que a cultura proprietária moderna e capitalista, que vê lucro em tudo, entende a terra como mercadoria e para que seja uma efetiva mercadoria deve estar desocupada. Neste sentido, tudo que tornar a terra ocupada é um entrave ao desenvolvimento capitalista, pois, a terra é uma mercadoria em si, com tanto mais valor quanto mais “vazia” estiver. Ou seja, as terras rurais passaram a ser capital. Como capital nem precisa produzir para ter valor, basta estar disponível para produzir e permitir a entrada de investimentos privados, sendo que ocupada pode impedir a comercialização da categoria espaço, enfatiza.

Assim, a terra ganha nova centralidade e passa por processos de ressignificação nas estratégias de investimentos de empresas e Estados, adquirindo funções produtiva, ambiental, energética, financeira e especulativa (KATO, 2019). Sendo que, no aspecto especulativo, principalmente por conta do ProSAVANA, em algum momento o CdN manifestou um processo ocupação de terras, não pelos produtores locais, na medida “(...)

em que os próprios camponeses, antes da implementação do projeto, quando tratassem de expandir as suas áreas já começaram a dizer: ‘não, aqui tem dono, isto tem dono’, aconteceu muito no Corredor de Nacala” (Movimento Social 1) como um todo. Fato que enfatiza a ideia de que as terras ocupadas pelas populações locais não agrega valor, “porque o que se valoriza é apenas o espaço “vazio” ou passível de esvaziamento” (SOUZA FILHO, 2015, p. 59).

Todavia, destacamos anteriormente que o discurso sobre “vazios” é produzido tanto pelo Estado, como pelas agências “doadoras” e financiadoras que têm nos corredores um modelo de desenvolvimento transformativo do meio rural. Neste sentido, o clamor por investimentos na província do Niassa, tende a reforçar esse discurso. Mas, enquanto, por um lado, a província continua clamando por investimentos agrícolas, além dos já consagrados (MLT e SAN, por exemplo), por outro lado os produtores não apresentam, ainda, dificuldades para ter terra para cultivo, fora a questão do DUAT da mesma, pois tem “muita terra aí...” (Funcionário Público 2). No entanto, esse argumento de “muita terra” reforça o posicionamento de Camana e Almeida (2019, p. 401, grifo nosso) que ao refletirem sobre a produção de “vazios” no CdN, como um todo, destacam que o corredor:

Segue sendo apresentado como um espaço a ser necessariamente (re)ocupado [via entrada de investimentos e investidores]. Isso encontra respaldo em dados como os já apresentados (indicadores de pobreza e produtividade, entre outros) e se reforça em falas de dirigentes da região, as quais são reproduzidas nos jornais: “Espaço é o que temos de mais”, é o título de uma reportagem publicada em 3 de outubro de 2013, no Jornal Notícias, o maior em circulação em Moçambique, na qual agentes do estado convidam produtores a engajarem-se no [então investimento estrangeiro que era o] ProSAVANA.

Portanto, a fala de que se tem “muita terra aí...” (Funcionário Público 2) e o título da reportagem apontado por Camana e Almeida, reforçam o papel do Estado na produção dos “vazios”, pois esse papel “não transparece e nenhuma outra área com tanta clareza quanto no processo de desapropriar meios de produção de um grupo e de entregá-los a outro” (LEVIEN, 2014, p. 38). No entanto, é essa terra, como destacado antes, que garante a prática do pousio, ainda, sem conflitos advindos da entrada do capital estrangeiro. Ou seja, a narrativa e influência sobre os “vazios” e ausência de investimentos, ainda, não demanda conflitos porque:

Agora, a tendência dos nossos produtores basta ver que a fertilidade do solo está a ficar cansada tem que recorrer outros distritos, outros postos administrativos, não sei quê, mas hoje em dia, lá também estão a subir para cá, daqui vão para lá, então aí há necessidade de nós, aquele pequeno espaço que nós temos, haver uma técnica melhorada para que esses produtores não sejam nômades. Porque

acontece que outros, nossos associados têm DUAT, mas como não há insumos, eles optam [por] abandonar, como o outro já produziu 30 sacos de feijão, vou abandonar aqui, vou em... outra vou...começa já abandonar a sua área vai para outro distrito, enquanto lá vai se aperceber, epah, há muito afluência de outras pessoas que vêm de outro lado, os líderes também lá vão tomar outra medida, então esse é um desafio que nós estamos a ver, que no futuro próximo, nós vamos começar a assistir conflitos entre produtores, por causa do espaço. Queríamos ver se começamos a gerir esse problema agora, para prever o futuro como é que as coisas pode vir a acontecer (...) Sim, tem muita terra para produzir, mas o que estamos a dizer aqui é que os camponeses perseguem as novas terras, aquelas terras que nunca usaram, terras virgens, porque lá não precisam adubo. Ali importante é ter força, produzir, vai sair uma boa coisa (Movimento Social 4).

Este argumento de que há ‘muita’ terra para a agricultura, que aparentemente é fácil ter acesso a ela, sem conflito e garantindo que as comunidades sigam com seus sistemas de cultivo tradicionais, na província, é reforçado pelas falas seguintes:

Não, como somos daqui procuramos apanhamos, sim, para estarmos a produzir. Nossos velhos, antigos, só nos deram... nós antigos, avós, bisavós, tínhamos muitas *machambas*, então depois dali encontramos de outro lado, outros conseguiram lá longe procurar outra terra, encontraram lá para produzir... (Associação 2);

[Depois da estrada passar da *machamba*] não foram indenizadas. Para esses que tinham horta lá, já tinham indenização. Ali, só quando saíram dali foram indenizados, depois da indenização não foram dados outra terra que podem capinar aqui, foram procurar sozinhos. Só anualmente eles recebem semente para fazer a produção, soja, feijão...Tem alguns técnicos da João Ferreira que dá sementes... (Associação 6);

Dentro dessa população... associado nem...sim houve, sim já foram indenizadas. Algumas continuaram na mesma área, outras já procuraram outras áreas. Daí onde foram procurar, sim, eles procuraram uma área boa para agricultura... (Associação 10);

E

Por exemplo, boa parte, aqui estamos divididos nem, há zonas que são mais... que favorecem mais a produção de hortícolas, há zonas que propiciam mais a produção de cereais. Então, nesse lado de hortícolas temos recebido muito nossos irmãos da província de Nampula, distrito de Malema, são os que são potenciais produtores aqui de hortícolas. Eles vêm, estabelecem campo aqui, por exemplo, também agora aqui estamos a receber muitos irmãos da Zambézia que vêm implementar a cultura de soja, que não era hábito... que pratica aqui... produzir a cultura de soja, mas eles estão com essa inovação aqui... Não [tem conflitos com os locais], se existir, existem, mas não são conflitos frequentes e tanto, grande relevância, só são alguns desentendimentos que não geram muitas consequências (Funcionário Público 3).

Estas falas, além de destacarem mecanismos de indenização para *machambas* atravessadas por infraestruturas que suportam o corredor (estrada e caminho-de-ferro), com compensação ou não, deixa claro que na implementação do corredor, os pequenos

produtores, os povos e as populações nativas correm riscos de serem deslocados (via de regra, forçosamente), principalmente quando não têm o DUAT das terras que garantam seus direitos. Sendo que, poucos incentivos foram oferecidos aos expropriados terra ou parte da terra, uma vez que mesmo área para cultivar conseguiram, dada a disponibilidade de terras livres e/ou “vazias” na região (LEITE, 2019; LEVIEN, 2014). No entanto, serve para reforçar a necessidade de manutenção das terras nessas condições, que só será possível sem entrada de investimentos agrícolas empresariais, mas pelo processo de privilegiar o desenvolvimento dos produtores locais.

Portanto, a facilidade com que se consegue “nova” terra para cultivar em Niassa, contada acima, fortalece a importância da existência e preservação das terras consideradas “vazias” e/ou livres nesta região dos corredores. Porque a área cultivada compreende a terra que tem as culturas anuais, permanentes, área em pousio parcial e com pastagem cultivada, sem incluir área em pastagem natural e de vegetação original (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2021). No entanto, essa vegetação original garante o acesso à outras fontes de alimentação, bem como de lenha, carvão e outros recursos que a natureza e a biodiversidade do lugar ajudam na sobrevivência das comunidades. Isto é, existem nas comunidades ao longo do CdN “naturezas, sujeitos e formas de viver e ocupar esse lugar” (CAMANA; ALMEIDA, 2019, p. 401).

Os dados das entrevistas indicam uma tendência dos pequenos produtores criarem associações, como vimos antes. Contudo o desejo de apoios e financiamentos de várias ordens acabam sendo motivos para a sua criação, como podemos constatar no seguinte depoimento:

Formamos aqui as associações e ainda oferecemos... Banco Mundial, o Governo de Moçambique ofereceu equipamento de proteção. Apareceu logo aquele, o César... uma lista, 10 associações (risos), logo 10 associações, epah, e apareceu como cogumelos. O gajo começa a escrever, ele gosta de escrever e tal, tal, tal.... Mil hectares, é uma associação. Mas por que isso? “Ah porque ouvimos que aqui receberam umas capas de chuva”. Senhor, mas não é por isso, no fundo temos... se calhar fazer associações, mas no fundo um ensinamento eu acho, uma associação, uma cooperativa tem que ter bons exemplos. Eu acho uma associação, as pessoas podem ter as suas *machambas* mas no fim contribuem para uma *machamba* final, o lucro é da *machamba*, ou cada um tira uma parte que dá para associação, não para construir uma casa, mas sim para um trator pequeno [que possa ajudar no trabalho da terra] (Informante-chave 3).

O depoimento acima, além reforçar a ideia da dependência de ajuda e apoio para os produtores decidirem por criar associações, também antevê dificuldades de dedicação lucrativa às *machambas* e os objetivos coletivos de aquisição de ferramentas que

facilitariam esse trabalho conjunto. Ou seja, existe uma tendência estrutural acentuada para elas surgirem. No entanto, uma importante característica do movimento cooperativo e/ou associativo agrícola em Moçambique é o fator adicional. Pois, o volume de trabalho na coletividade é uma adição ao trabalho na *machamba* individual e/ou familiar (NEGRÃO, 2008). No quadro sete (7) apresentamos a dimensão da terra ocupada pelas associações, mas, de um forma geral as parcelas podem ser consideradas ‘pequenas’ para um grupo. Havendo casos em que os membros individuais têm parcelas maiores que das associações que são membros. E, se observarmos o quadro um (1), a maioria das associações que entrevistamos, pelos hectares cultivados são consideradas pequenas explorações. Sendo que, mesmo as que apontam ter 12, 45 e 50 hectares⁹⁶ respectivamente, não cultivam a área toda, principalmente, se tivermos em conta as dificuldades que apresentamos nas seções seguintes.

Porém, como destacado por Júnior *et al.* (2015), o fato de cultivarem em áreas pequenas, por mais que tenham uma produtividade elevada por hectare, dificilmente os rendimentos serão suficientes para coletivamente saírem da pobreza. Mesmo que reduzir os índices desta última conste dos objetivos para estes criarem às associações. No que diz respeito ao trabalho nas *machambas* das associações as falas seguintes evidenciam que a organização do mesmo faz com que os membros das associações dediquem um ou dois dias da semana à elas, sendo que os restantes são para a cultivar a *machamba* individual e/ou familiar. Aqui os dias de trabalho coletivo correspondem ao ‘adicional’ destacado acima por Negrão:

E temos uma *machamba* que é um bloco, fizemos num só lugar e quando entra só na área dele a capinar, cada um na área dele, só que as *machambas* ficam em bloco (Associação 3);

Estamos a reunir num dia, todos membros irmos lá trabalhar. Estamos dividir em parcelas. Cada qual tem parcela dele.... (Associação 4);

Um hectare da associação, lá sempre, lá quando sentamos, programamos semanalmente um dia. Há dias, por exemplo, a parte se sachar é um dia, semanalmente. Então, que se ofereceram, que já sabem o que vão fazer lá, esses outros fizeram também pequenas porções dele, têm de 15, tem de sete pessoas, mas a *machamba* que pode vir a visita em si, é nossa... (Associação 5);

Na *machamba* da associação costumamos irmos em grupo trabalhar, quando haver um serviço assim, vamos juntos trabalhar, limpamos aqui, já está, depois saímos...É uma vez por semana (Associação 8);

⁹⁶ Estes números só reforçam a questão de disponibilidade de terras para a prática do pousio sem ter que “disputar” por terras para tal com os investimentos e investidores agrícolas.

Todos os membros que vamos. Só temos os dias que marcamos, cada semana temos dois dias, terça e sábado. Já quando chegamos na *machamba* já medimos cada membro ter uma *machamba* para trabalhar, sim... (Associação 10);

É uma vez por semana ou duas vezes, depende da concentração das pessoas nem. Todos os membros, vão, trabalham, voltam dia seguinte também... vão... voltam... daí vão trabalhar [nas suas *machambas* individuais] (Associação 11);

Trabalhamos os 21 ao mesmo tempo, mas por semana trabalhamos dois dias [na *machamba* da associação e o resto na *machamba* individual] (Associação 12);

E,

Na associação, quando for *machamba* da associação cada pessoa sentir por...sempre nós trabalhamos em grupo, a colheita também fazemos...não trabalhar em grupo, se deixar uma pessoa em casa, podemos deixar, haver um problema...o fulano X, alguma coisa aproveitou, trabalhamos em grupo, colhemos em grupo e guardamos em grupo, sim, sim... (Associação 18).

As falas anteriores, associado ao fato das áreas coletivamente cultivadas serem pequenas, não deixam claro se o escalonamento do trabalho proporciona uma produção e produtividade consideráveis para que se atinja metas que, supostamente, comercializadas rendam o suficiente para uma distribuição que ajude no alívio da situação de pobreza que caracteriza os pequenos produtores. Na medida em que, para Smart e Hanlon (2014), a transformação rural de Moçambique não será construída por meio do cultivo em pequenas parcelas de terra. Pois, não é uma estratégia de acabar com a pobreza e melhorar a subsistência. Assim, o desenvolvimento rural no país, para os autores, será construído pelo aumento de produção, no qual os pequenos e médios produtores comerciais melhorem suas vidas e criem empregos rurais.

Acabar com a pobreza rural, significa apoiar os produtores (associados ou não) que queiram tratar a agricultura como uma pequena empresa e ambicionem expandir a terra cultivada, produção e produtividade (SMART; HANLON, 2014). Bem como, poder apostar na maquinaria e tecnologias que possam auxiliar nesse empreendimento produtivo. Contudo, esse aumento da terra cultivada só será possível mantendo uma disponibilidade de terras livres, não só para permitir o pousio e outros mecanismos locais de uso da terra, mas também para que haja terra para que se possa aumentar a extensão para o cultivo.

Portanto, há que desenvolver políticas que reforcem as associações locais como atores importantes de uma estratégia de desenvolvimento baseada nas comunidades rurais (LYSON, 2006). Aqui, pensar num modelo de desenvolvimento e de transformação social

que adote como estratégia uma comunicação com os objetivos destes pequenos produtores associados, bem como com a necessidade dos mesmos saírem da pobreza, se compreende como aspecto fundamental.

Pois, segundo Mosca (2019b), estudos indicam que os principais fatores para o aumento da produção agrícola é o aumento da superfície cultivada, como apontado antes, mas a baixa utilização de capital (crédito, fatores de produção – sementes melhoradas, fertilizantes, pesticidas e máquinas) têm influenciado nas baixas produção e produtividade. Contudo, como temos vindo a apontar, a forte dependência de ajuda e de projetos, para as associações aqui retratadas, pode minar essa pretensão uma vez que as mesmas não evidenciam argumentos que as torna propensas a adquirirem por esforço próprio esses fatores como veremos em seguida. Mas, o investimento nacional em políticas para o setor que tenham em conta as dificuldades e necessidades dos pequenos produtores destacadas nesta pesquisa, são um importante investimento, pois o desejado desenvolvimento rural e agrícola não se dará por si só. Ou seja, há necessidade de políticas que olhem para esse segmento do setor produtivo enquanto produtores de mudança e transformação social.

6.4.2 Maquinaria, novas tecnologias e assistência técnica no processo produtivo

Nós somos parte, discutimos também o programa de extensão rural, que agora vai numa fase de avaliação, conseguimos fazer o nosso contributo sobre metodologias de capacitação, sobre as metodologias de transmissão de tecnologia ao setor familiar (Movimento Social 1).

Dados indicam que grande parte dos produtores agrícolas no país estão no meio rural e que os mesmos produzem majoritariamente para a subsistência, com tecnologias de produção simples e fraco uso de tecnologias melhoradas. Esses aspectos são reconhecidos pelos instrumentos de política apontados antes, bem como pelas narrativas atreladas à implementação dos CCA. Pois, esses são vistos, de entre outros aspectos, como meios para a transformação da agricultura, nas regiões atravessadas pelos mesmos, de tradicional para moderna, mecanizada e comercial. No entanto, para Byiers, Molina e Engel (2016) é preciso abordar questões de como as iniciativas dos corredores podem ou poderão ligar os

produtores agrícolas locais aos sistemas de inovação que construam conhecimentos e competências nas comunidades, pelos quais esses sejam produtores sustentáveis e integrados ao mercado. Isto é, que esses produtores não percam suas terras e formas de subsistência para servirem de mão-de-obra subcontratada aos investimentos que podem surgir. Claro, que isso não se consegue sem políticas eficientes e focadas nesse segmento do setor agrícola.

O Banco Mundial (BM), como um dos atores-chave na questão do desenvolvimento e dos corredores no país, e outras organizações internacionais consideram que os maus resultados na agricultura dependem do uso de tecnologias agrícolas atrasadas ou da má implementação dos projetos. Em Moçambique, os pequenos produtores dependem de técnicas de cultivo manuais e não têm acesso a insumos agrícolas de alta qualidade, especialmente se comparados com os países vizinhos, os quais, majoritariamente, sem litoral e dependentes dos portos moçambicanos. Uma vez que poucas fontes alternativas de rendimento estão disponíveis nas zonas rurais, os pobres rurais têm acesso a poucos amortecedores para fazer face aos riscos ambientais (cheias, secas, ciclones) que afetam grandes partes do país e das áreas utilizadas para o cultivo (DI MATTEO; SCHONEVELD, 2016; NEGRÃO, 2008).

Para o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (2021), no âmbito do Inquérito Agrário Integrado (IAI) os equipamentos ou meios mecanizados ao serviço da agricultura são todos aqueles que funcionam com motores de combustão interna ou com ajuda destes, tais como tratores, moto-bombas, eletrobombas, charruas, debulhadoras acopladas aos tratores, entre outras.

Apontamos antes que a transformação da agricultura moçambicana não será possível enquanto os que mais trabalham a terra produzem em pequenas parcelas. Mas para aumentarem os tamanhos das parcelas, os instrumentos de trabalho como os representados na figura cinco (5) não poderão ajudar. Mesmo que as parcelas coletivas sejam trabalhadas nos moldes das associações apresentados anteriormente. Então, melhorar esse cenário implica apostar e investir na modernização, pois os produtores, principalmente os pequenos, não podem continuar a cultivar a terra da mesma forma como os seus antepassados, destacam Smart e Hanlon (2014). Ou seja, é preciso que o desejo de transformar a agricultura dos produtores ao longo do corredor seja orientado em transformar as necessidades de produção desses produtores com instrumentos e técnicas de

cultivo, que não só permitem expandir as áreas cultivadas, como também a produção e sua qualidade.

No entanto, o que ainda assistimos no país, na região do CdN e em Niassa é que a produção para subsistência é acompanhada por um fraco acesso a meios de produção que espelhem uma tendência à mecanização e tecnologias melhoradas dos pequenos produtores. Assim, é preciso entender como a transformação agrária pretendida acompanhará a melhoria e mudança dos instrumentos de trabalho, das tecnologias usadas e dos serviços de assistência à produção existentes atualmente. Ou seja, a transformação e desenvolvimento na produção agrícola não são mecanismos dissociados da modernização e da transmissão de tecnologias agrícolas neste grupo. Pois, a transformação desse corredor em CCA sem investir nos pequenos produtores que são a maioria, depositando a esperança no desenvolvimento no suposto investimento que pode entrar, como os dados indicam ser o desejo na província, não dialoga com as formas locais de produção.

Os nossos dados de campo, que apresentaremos em seguida, evidenciam um cenário de pouca ou nenhuma mecanização nas associações. Todavia, constatamos que esse cenário é acompanhado por pouca manifestação de serviços e sistemas de irrigação, bem como de poucos serviços de assistência à produção. Aspectos que na ideia dos corredores são impulsionados pelos investimentos e investidores agrícolas privados (de capital nacional e/ou internacional). Contudo, sendo que essa ideia e o capital que investe nele visam também lucros, questionamos o quanto esse investimento incluirá na sua carta de serviços para desenvolver a região, fornecedores de insumos agrícolas, maquinaria e serviços de apoio à agricultura que estejam acessíveis, em especial, aos pequenos produtores (associados), que temos vindo a apontar que são dependentes de ajuda.

Neste sentido, o aumento da produtividade e produção que se pretende para o desenvolvimento agrícola derivará da aplicação dos conhecimentos e tecnologias resultantes da procura por parte das unidades produtivas, não ficando essas reféns da oferta pela via, principal, da extensão rural. De tal modo, para o produtor passar das tecnologias tradicionais para as modernas um domínio dos saberes técnicos e dos acertos a efetuar na organização do sistemas e processos de produção são necessários. Portanto, no caso dos pequenos produtores, as narrativas de transformação estrutural da agricultura remetem para uma mudança tecnológica, na qual a modernização permitirá que as suas unidades

produtivas passem para explorações de agricultura comercial (BAPTISTA, 2014; NEGRÃO, 2008).

Assim, de entre outras coisas, a noção de transformação social implica a maneira como as comunidades se transformam em resposta a industrialização e modernização agrícola que podem induzir processos de mudança social e estrutural, refletidas em práticas produtivas que melhoram o trabalho na terra, na produção e na produtividade – desenvolvimento rural e agrícola (CASTLES, 2002; SANTOS, 2016).

Figura 5 – Exemplar de uma enxada de cabo curto e publicidade tirada na Direção Provincial da Agricultura em Niassa para uso da enxada de cabo longo.



Foto: Hélio Maúngue, 20/04/2021.

Apesar dos desafios que os pequenos produtores têm, existem evidências de quando as condições são favoráveis e quando existem incentivos, estes podem responder de forma positiva, às inovações por via de aumento da produção (CAMARADA, 2015). No entanto, nosso campo indica que a enxada, o machado e a catana são os equipamentos que predominam nas associações. Estes são aplicados desde a lavoura à colheita, incluindo o destronco ou desbravamento do terreno, sendo que a debulha de cereais é manual. Todavia, mesmo esses instrumentos simples e tradicionais, em algum momento, podem receber via ajuda, como comprovam os depoimentos seguintes:

Usamos enxadas...só...Yah, as enxadas nós conseguimos através do mercado, quando a união tiver um pouco de dinheiro, compramos e metemos nas associações para fazer um empréstimo a aqueles produtores e depois reembolsa aquele valor (Associação 3);

Essa área que plantamos, essa mandioca, fizemos com as mãos, foi enxada, catana e machado. Compramos no mercado, aqui na cidade. Bem, para nós

podemos dizer que é caro, aquilo depende do bolso. Debulhar, como está na nossa tradição, mas além de tradição, sempre debulhamos, por exemplo, esse daqui é um caroço, esse daqui não tiramos, esse daqui não tiramos, tiramos esse do meio, sim, da parte semente... (Associação 5);

Enxadas, catana, machado... [compramos] lá na sede [do distrito], também aqui vendem. É um preço difícil, só que como não há como nem, pode pagar assim, preço elevado... Para conseguirmos esse um hectare de soja...fizemos uma união de todos os membros, fomos lá, cavamos, tiramos [árvores] com catanas, machados...lavar de mão... [A debulha] é manual.... (Associação 7);

Enxada, catana, machado...compramos lá no mercado, só no ano passado recebemos na associação, [quem deu foi a] união provincial, união nacional sim... Milho, para debulhar só, epah, pusemos num saco, começamos [bater] aquilo não sei quê, quê, então ali tirasse a maneira, assim sucessivamente... (Associação 9);

Enxadas, machados, catanas... os negociantes é que estão levar lá na cidade, trazem aqui, vendem... não nos ajuda esse preço, é caro, exemplo, enxada compramos 200 meticais, sim, 250[MT], catana 150[MT]... Isso pode acontecer, pode levar trabalhar, rasgar-se hoje a enxada.... leva milho para ter que vender ir comprar outra... (Associação 12);

Enxada, catana e machado...[compramos] na cidade...no primeiro a associação contribuía. Nos anos atrás a União sempre oferecia enxada, catana... mas depois a dois anos a associação ficou parada, cada um começou a procurar instrumentos para trabalhar com ele... [Para debulhar], por exemplo há outras pessoas que levam pedra, debulhar ali mesmo na pedra... (Associação 13);

E,

Enxada, catana, machado...esses do mercado trazem aqui mesmo, nós compramos aqui, quando a pessoa querer do preçário...porque quando eles levam da cidade para aqui chegam aqui aumentam um pouco. Então a pessoa quando quer comprar razoável, então... saímos direto da cidade irmos comprar lá...uma enxada está 180[MT], aqui mesmo... na cidade está 150... (Associação 17).

Esses relatos somente reforçam a constatação de que a agricultura dos pequenos produtores em Moçambique é caracterizada pelo uso de instrumentos simples e sem muita tecnologia. Com esses, os produtores desbravam as matas, preparam o solo e fazem controle das ervas daninhas. Igualmente fazem o processamento primário dos produtos agrários sem recursos a meios mecanizados, como por exemplo, a debulha de cereais e leguminosas é feita a mão ou com recursos e mecanismos tradicionais. A tração animal (lavoura e transporte), no país, é usada nas regiões que abunda o gado bovino (Gaza, Manica e Tete), mesmo havendo um decréscimo generalizado no seu uso, a utilização de charruas de tração animal representam uma vantagem competitiva, pois possibilitariam o cultivo em áreas extensas, reduzindo a necessidade muita mão-de-obra. Assim, se o desenvolvimento da agricultura do país é associado à transformação das estruturas agrárias,

essa transformação seria impulsionada por mudança tecnológica, na qual a confiança na mecanização faria surgir *machambas* maiores e conferiria mercados emergentes aos produtores (BAPTISTA, 2015; FEIJÓ; DADÁ, 2018; GOLLIN, 2014).

O aumento das parcelas cultivadas também é parte dessa transformação, na qual, o uso da maquinaria é primordial. No entanto, as associações entrevistadas, além de evidenciarem o uso de instrumentos simples e ancestrais, também não apresentam como prática o uso de maquinaria, principalmente do trator no processo produtivo. Contudo, existem mecanismos de aluguel do trator, mas os preços praticados estão abaixo das capacidades das associações. Sendo que as associações que chegaram de fazer uso do trator foi porque tiveram, uma vez mais, apoio de algumas ONG's ou por meio de projetos/programas da UNAC. Os depoimentos seguintes evidenciam como está o cenário das associações na relação com esse instrumento de trabalho e de produção.

Num primeiro momento podemos constatar o que dizem os Funcionários Públicos, Informantes-chave e os Movimentos Sociais sobre a questão:

[Na insuficiência de se usar] o trator, sim. Esses anos que houve tal fomento de gado caprino, de bovino, houve essas capacitações para a prática de tração animal. Mas aqui, é um dado, a avaliação feita é negativa, no âmbito da tração animal. As pessoas, na capacitação sim... fazia-se aquele de animal na tração, mas depois que saísse o facilitador, eles simplesmente deixavam o animal para criar. Quando fomos ver, quando nos aproximamos das pessoas, sentem ver o animal a trabalhar, então preferem cria-lo, ser animal de reprodução e não para pôr o animal a trabalhar, sentem ver o animal a trabalhar, parece estar a forçá-lo, problema de sentimentalismo. E já não se usa tração animal... (Funcionário Público 2);

Fazemos referência antes do SUSTENTA. Não, para aqui SUSTENTA só começamos anos passados. Nós tínhamos provedores de serviços agrários ao longo do distrito, tínhamos provedores de serviços agrários no distrito de Ngauma, que está a 68km daqui, 58km daqui, então, Cuamba estamos a 150 [Km] e tínhamos um que recebeu trator, foi um financiamento do FDA, mas não operou por muito tempo, teve alguns problemas. Então, os produtores o que é que fazem? Chegam ao SDAE, querem usar, nós entramos em contato com os colegas de Ngauma, entramos em contato com os colegas de Cuamba, conseguíamos trator a partir destes dois distritos. Mas não era fácil por causa da acessibilidade, os custos de transporte que são pouco elevados para o pequeno agricultor, apenas alguns produtores específicos conseguiam ter acesso a maquinaria nem, aos tratores, mas da campanha passada para cá, como recebemos a partir do SUSTENTA temos três tratores ao nível do distrito (Funcionário Público 4);

Nós identificamos produtores que querem produzir áreas um pouco enormes e aconselhamos que com enxada de cabo curto não é tão fácil, se querem ter maior produção é melhor aderir aos serviços de prestação, que é a SAN. Então, nós mostramos o produtor essa visão e eles vão até lá, negociam com o trator, aliás,

pagam as taxas e prontos, dirigem o trator para o seu campo de produção (Informante-chave 4);

Mas no fundo, no fundo, se formos a ver há produtores com uma grande capacidade, por que um produtor sozinho consegue produzir três, quatro hectares, com cabo curto e não conseguir gerir o trator. Por exemplo, existe o trator, o maior número de produtores por enquanto não têm dinheiro, mas ele deve ir zelar no campo dele, mas para conseguir o trator, já é um problema. Mas como estava a dizer... o dinheiro vai onde há dinheiro, mas pessoa que tem dinheiro, mesmo com um hectare o governo não autoriza o trator para lavar lá, por que, ele tem. Agora, para o camponês, nós como produtores está nos a dificultar criarmos essas condições, isso por que, porque não temos nada, porque não temos nada... (Movimento Social 2);

E,

O problema é que quando falam de usar cabo comprido, isso não vai resolver o problema do camponês, o que vai resolver o problema do camponês é ver quais são as necessidades do próprio camponês, o que é que ele camponês tem como problema. Porque cabo longo, mesmo o camponês pode fazer sozinho, aquilo é pau que eles estão a pôr na enxada. A política do governo acho que pensaram que o cabo longo só pode ser o trator a usar os camponeses, mas trouxeram aquela enxada de cabo longo, mas o que eles devem trazer é trator como estão a fazer agora com o programa do ProSAVANA, aliás SUSTENTA. Sim, usávamos trator algumas associações, mas depende do bolso da própria associação, se associação tem fundo para alugar o trator. Trator existe para alugar, embora quando chega o momento de alugar trator lá há dificuldades porque toda a gente, por exemplo, o distrito de Lichinga só tinha um trator, aqui na escola agrícola. Então, quando chega tempo de lavoura, cada um quer fazer lavoura, mas nem todos iam conseguir lavar. Eles praticavam o preço, parece que era 2500[MT], lavoura só, sim. Lavoura e gralha parece estão a bater 4600 [MT]. Depois tem que medir a distância, combustível que você conseguia pagar da gralha, até lá você tinha que sustentar (Movimento Social 4).

Os depoimentos acima, além de evidenciarem as necessidades e dificuldades dos membros das associações em conseguirem obter e usar o trator, revelam que o número de tratores em um distrito é curto, por vezes não mais do que três. E, por vezes, há ausência em alguns distritos, tendo que depender e recorrer a outros distritos, com distâncias longas e o custo de transporte de um distrito ao outro, ou mesmo de um ponto ao outro no mesmo distrito, está a cargo da associação ou do produtor que requisitou o mesmo. No entanto, esses dados no geral evidenciam um fraco investimento do Estado no provimento e disponibilidade deste instrumento ao longo dos distritos da província.

Sobre a questão da maquinaria, especificamente do trator, todas as associações apresentam um fraco e em algum momento inexistente uso do mesmo, ainda que as associações estejam cientes da importância do seu uso no processo produtivo, bem como almejam introduzir nesse processo como podemos comprovar nas falas seguintes:

Esse 50 hectares só temos, não é que...não é todo não, a outra parte está ser produzido, mas a outra parte reservamos como temos outras *machambas*,

reservamos, essa é reserva... outros que têm capacidade, consegue alugar trator... (Associação 1);

[Usamos, quem trouxe] foi a união provincial, para a união distrital, a união distrital foi dar as associações. Enquanto tem dois tipos, existe estas, existe da SAN e, cujo da SAN, primeiro vem o trator, aliás pede, dizer eu tenho tantos hectares, então tenho que pagar aquele trator, depois vir lavrar. Nos princípios era por empréstimo, mas como somos nós, para pagar aquele trator era problemas, agora é *cash-cash*, exatamente... aqui mesmo queremos apoio nem, estamos a pedir um apoio para nossa *machamba* ser grande, porque não temos como. Estamos a capinar, nós mesmos sozinhos, com as crianças na escola, dinheiro não temos, estamos a sofrer... (Associação 4);

Usamos enxada, catana, machados. Por exemplo, este ano tivemos o privilégio de um lavoura mecanizada, desse novo projeto da UNAC. [De outra forma] não conseguimos. Dizem que aí tiveram esse privilégio da UNAC, porque foi a própria UNAC que fez o pagamento. Agora, os membros às vezes podem dizer nós queremos fazer nossa *machamba*, então, o próprio coisa pode vir dizer: “eu não posso sair de lá para Cahova, por exemplo, ir lavrar um hectare de uma única pessoa, pelo menos, devem existir duas, três, quatro, cinco pessoas, daí sim”. Mas tudo isso o problema é falta de fundos. É a primeira vez sim [desde que criamos a associação] (Associação 6);

Gostaríamos de ter possibilidade de ter um trator, para lavrar uma *machamba*, mas quando ver o custo de vida, às vezes um trator para ir na tua *machamba* um hectare está três e meio, você não tem, então prefere você ir capinar sozinho, não que não queremos, mas o dinheiro, custo de vida é muito assim... Um hectare, dois hectares é muito grande a *machamba*, você sozinho tem que se esfolar, ali com trator, era só lavrar e você ir lá só pôr semente... (Associação 8);

Este ano temos, o trator quem nos ajudou é a união distrital, primeiro esse um hectare foi lavrado com trator, temos também alguns produtores que foram ajudados também para lavrar com trator... Só depender da união distrital, fazer como o ano passado, só depender desse da união... (Associação 10);

Nessa área não... também estamos ver só na televisão, estamos a chorar, afinal de contas quando você usa aquela máquina ali, aproveita estrume, mas estamos a capinar com enxada... Requisitar [trator] nunca... Também temos como preocupação, termos material para trabalharmos com ele na *machamba*, instrumentos de trabalho, essa aí também é nossa preocupação, também tivemos sonho de fazer criação de gado bovino ou caprino, também criação de galinhas, como obter, para conseguir essas criaturas, é nossa preocupação (Associação 12);

Como João Ferreira dos Santos é que tem trator, costuma-se pedir, mas tem que pagar, mas não tem dinheiro para lavoura da *machamba*... (Associação 15);

Nada, não temos maneira de dinheiro. O tempo, 2012, usamos trator, nos ajudamos coisa, ciência e tecnologia...daí, nós pensamos com esse trator aqui, daqui são quatro anos...não consegue vir (Associação 16);

E,

Aqui nada. [Nunca usamos trator], às vezes aqui o trator, posso dizer que o trator aqui em Metica não temos e... foi o ano passado para... diziam já tinham nos prometido de que há de vir trator para trabalhar nas nossas *machambas*, não sei

quê, mas aquilo ali foi um técnico também que dava-nos explicação isso de que epah chegará um trator aí para trabalhar nas nossas *machambas*, então ficamos, para nunca mais que apareceu o trator (Associação 18).

Esses depoimentos das associações manifestando falta de condições e recursos financeiros para requisitar o aluguel do trator revelam mais uma das fraquezas das mesmas e, conseqüentemente, do seu sistema produtivo e da possibilidade de expandir as terras nas quais produzem. Então, elas dependem de ajuda e apoio para o seu acesso. Este fato reforça a ideia de falta de sustentabilidade das associações, principalmente porque os programas e/ou projetos pelos quais se beneficiam de apoio, como apontamos antes, não duram para sempre. Por isso temos cenários de associações que somente usaram o trator uma vez. Sendo que, para Uaiene (2015), a redução de produtores apoiados ocorre, fundamentalmente, pela redução da intervenção de operadores fora do sistema governamental, pois, as ONG's reduziram o esforço de assistência aos produtores. Fato que vai adiando ao que Mosca (2019a) chama da tratorização dos sistemas de produção no país e indica, em parte, o volume de investimentos necessários para o desenvolvimento da agricultura e da necessidade de participação do Estado (principalmente) e, em algum momento, do setor bancário e da cooperação internacional no processo.

No entanto, para responder a essa necessidade de maquinaria (trator, motobombas, charruas, etc.), o governo por meio do Fundo de Desenvolvimento Agrário (FDA) tinha criado parques de máquinas, como parte do serviços de apoio à agricultura e ao processo produtivo. Esses parques eram deixados ao cuidado de uma espécie de provedor, nos quais os interessados iam requisitar as mesmas, que estavam para aluguel. No entanto, com a implementação do SUSTENTA, há uma esperança generalizada de que os pequenos produtores terão acesso à maquinaria, especialmente do trator. Os depoimentos seguintes revelam as controvérsias desses parques na província do Niassa:

Porque, eu encontro no programa nacional de mecanização os preços eram ditados pelo proprietário do parque de máquinas, os preços são muito elevados, eu pessoalmente como técnico, avaliação, muito altos. É diferente da forma como está se implementar o SUSTENTA, não é, é diferente a forma como está se implementar o SUSTENTA. E acredito que a aderência vai ser maior, porque é a mecanização aliada com insumos agrícolas que vão ser usados nessa área que vai-se trabalhar... (Funcionário Público 1);

Aqui a província tinha esses parques, que o objetivo era facilitar o camponês em alugar. Então, tinha parque em Lago e outro parque aqui em Chimbonila nem, então são esses parques... quase funcionou um ano, funcionou, mas o resultado, depois de uma avaliação, próprios, própria, as pessoas que foram identificadas para ficar com o parque começaram a reclamar... (Movimento Social 4);

E,

Mas uma parceria técnica assim que pudesse permitir em algum momento a partilha de alguns meios, não consegui sentir e até porque há poucos tempos haviam aqueles parques, antes do projeto SUSTENTA, que eram considerados para que a comunidade conseguisse ter acesso a máquinas para lavoura não sei quê... agora estou a me a esquecer do nome...Parque de máquinas por excelência não sei quê... (Informante-chave 2).

Igualmente relacionada as narrativas dos CCA está o investimento em sistemas de irrigação, especificamente da irrigação mecanizada. Nesse sentido, na mesma proporção que há necessidade de tratorizar o sistema de produção, há que generalizar a prática de agricultura irrigada mecanicamente (uso de moto-bombas e/ou eletrobombas) junto dos pequenos produtores e, assim, aumentar o aproveitamento do potencial de irrigação, sem no entanto destruir a qualidade dos solos e das águas.

A agricultura moçambicana é, predominantemente, de sequeiro. Mas, se assume que a irrigação pode elevar a produtividade agrícola e reduzir o risco de produção associado a secas e outras variabilidades climáticas, que é elevada no país. A rega dos campos está concentrada na cana-de-açúcar, que é feita por grandes explorações comerciais em regime de *plantation*. Assim, aproximadamente 60% da área total irrigada pertence a cana-de-açúcar, seguindo hortícolas, cerca de 17%, o arroz, cerca de 10% e outras culturas, cerca de 13% (NIJHOFF *et al.*, 2014; UAIENE, 2015). No entanto, os dados do IAI indicam que da área total cultivada no país, somente 9.1% usou sistemas de irrigação (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2021).

Os nossos dados indicam e confirmam o baixo uso de irrigação mecanizada entre as associações, mesmo existindo disponibilidade de água para a irrigação dos campos agrícolas na província do Niassa (GOVERNO DA PROVÍNCIA DO NIASSA, 2017). Os depoimentos seguintes são indicativos da situação da província e das associações no que diz respeito a irrigação mecanizada:

Irrigação, nós, é feita grande parte por regadores nas mãos, temos alguns casos de moto-bombas. Quanto aos rios não temos nada a reclamar, temos muitos rios permanentes e também muitos rios periódicos e temos um sistema de.... que vai ser captado nesta campanha, de irrigação, foi aberto um sistema de irrigação (Funcionário Público 4);

(...) ali, muitas das vezes os que têm moto-bomba, são poucos produtores, são produtores de longa data que conseguiram reunir algum, comprar moto-bomba e estão a desenvolver suas atividades, mas são poucos. A maior parte dos que têm moto-bomba são associados, eles como individualmente não têm condições, eles

criam um grupo, geram poupança, ou aparece um financiador como a GAPI-PROMER, já distribuiu algumas moto-bombas, então facilita para ele fazer a rega. Mas para aquele produtor de setor familiar que não está associado, que não tem experiência, ele usa ainda os regadores para regar e não temos aqui no distrito nem, arrisco-me a dizer, represas ou um reservatório grande não temos (Funcionário Público 3);

Mas a partir de julho a novembro, quem consegue fazer irrigação dos seus campos é aquele que tem a fonte de água permanente. Alguns dependem dos rios e alguns dependem de alguns poços que foram abertos pela UNAC, a UNAC abriu alguns poços nos pântanos, pagou a comunidade, abriu e perante as associações estão a subsistir sobre aquela pequena represa nem, sim... (Informante-chave 4);

Nada, somos pobres, não vou mentir, mentir não é bom. Soja só conseguimos tempo chuvoso, não chove nada, não trabalhamos, não temos capacidade, não posso mentir, porque às vezes há de vir visitar, sim, mas tempo chuvoso conseguimos produzir soja, só hortícolas conseguimos ir lá nas baixas, regamos a mão. Tem outras pessoas que têm moto-bomba, mas para mim não vou mentir, na nossa associação não temos moto-bomba. Nada, nunca pedimos [ajuda para usar moto-bomba], porque não tivemos capacidade, não tivemos conhecimento que o soja semeia-se e regar, pensávamos só que era tempo chuvoso (Associação 1);

Regador só... não temos condições para comprar outro moto-bomba, nós olhamos este ano para próximo ano ter moto-bomba, mas agora de momento não, regador, como pequena *machamba*. Aluga-se [moto-bomba, mas] ainda não planeamos isso (Associação 2);

Temos moto-bomba, temos quatro moto-bombas. Mas essa associação já tem quatro moto-bombas, das quatro moto-bombas não regamos só naquela associação... aparece contato das outras associações, vêm pedir emprestado para regar, então isso já está acontecer, yah. Nós cobramos, nós, a nossa cobrança é seguinte, cobra... primeira coisa eles têm que comprar gasolina, os próprios compram gasolina, depois de comprar gasolina, ajuda o membro que foi lá, para ir organizar pequena coisa, pelo menos, pode dar comida para ele não sentir fome. A nossa cobrança principalmente olhamos para abastecer aquela moto-bomba (Associação 3);

Por exemplo, na horta compramos regadores vamos regar, colocamos água ali vamos regar. Água apanhamos nos pântanos, lá abrimos um poço, tiramos ali no poço para na horta. [Não temos] moto-bomba, assim mesmo, nos regadores, até nos obriga procurar pessoas de ganho-ganho⁹⁷ para poder nos ajudar, a falta dessa moto-bomba (Associação 5);

Usamos pulverizador...para associação tem aquele pulverizador, aquele manual, quando é assunto de algodão e coisa, tem então aquele... [moto-bomba] não. Como nesta associação não passa um rio em si, então usamos poços. Dependemos da água da chuva (Associação 6);

⁹⁷ Trabalhadores temporários, que são considerados os indivíduos assalariados que praticam alguma atividade na exploração numa base contratual, num determinado período da campanha agrícola, em tempos relativamente curtos. Também são conhecidos por trabalhadores sazonais ou eventuais (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2021).

Por exemplo esse, quando é tempo sequeiro, já não regamos, só dependemos da chuva. Também tem tempo próprio que nós semeamos o milho, tempo seco já não semeamos o milho. Sim temos uma fonte que é o rio Mandua. Usamos manual. Então, quando for tempo de hortícolas, já a união distrital já forneceu uma moto-bomba a associação, ofereceu... (Associação 10);

Regar *machamba*... compramos moto-bomba, só viveiro estamos regar com regador. Há moto-bomba que nós compramos, há moto-bomba que ajudamos governo na agricultura, ajudamos desde ano passado...ele comprou, agricultura trouxe aqui para entregar à associação... (Associação 16);

E,

Bem, claro que nós, por enquanto existe um pequeno pântano, temos um poço, quando chegamos a vez de plantar alguns legumes nem, a questão de couve, cebola, regamos com os próprios regadores. Para o milho esperamos chuva, [se não chover] estamos mal... (Associação 18).

As falas acima, evidenciam e reforçam as dificuldades das associações, que na ausência de meios mecanizados de irrigação, têm que irrigar campos acima de um hectare, na sua maioria, na base de regadores de mão típicos para uso em jardins e hortas pequenas. Bem como, reforçam a dependência de apoio também para poder melhorar os sistemas de irrigação usados. No entanto, há que ter em conta que além da dimensão das parcelas, há situações em que as fontes de água não estão próximas das *machambas*, o que significa caminhar para conseguir água e voltar com ela para fazer a rega.

Portanto, é preciso apostar no desenvolvimento dos mecanismos de irrigação, de modo que esses contribuam para o desenvolvimento e transformação da agricultura. Aqui, para Nijhoff *et al.* (2014), é necessário que se estabeleçam ligações institucionais e relações de trabalho entre entidades públicas responsáveis pela irrigação (em níveis central, provincial e distrital) e beneficiários (associações de pequenos produtores, organizações de irrigação, produtores individuais e empresas privadas), por meio de PPP para o desenvolvimento da irrigação no país. Ou seja, como aponta Nogales (2014), na concepção dos corredores, para além das infraestruturas (duras e suaves), a promoção de investimentos há que incluir a colaboração multissetorial que deve privilegiar o diálogo com essas entidades e instituições, como forma democrática e inclusiva de promoção do desenvolvimento e transformação agrícola, que permita uma transição de técnicas e tecnologias produtivas das tradicionais às modernas no seio dos pequenos produtores. No entanto:

[Nesse cenário] resta evidente uma noção de progresso/evolução, tradicionalmente cara ao desenvolvimento. Note-se que a passagem de uma “etapa” à outra (narrada como moderna, um ideal a ser alcançado) se dá quase

que unicamente por meio do incremento da produtividade. Esse feito se conquistaria por meio da adoção de novas técnicas e tecnologias, bem como pela adequação dos sujeitos a formas de cultivo específicas (ideia expressa na educação por meio da extensão rural) (CAMANA; ALMEIDA, 2019, p.401, grifo nosso).

Nesse sentido, aliado à necessidade de potencializar a mecanização dos sistemas de produção, está o processo de dinamização dos serviços de extensão rural e agrária. Apontamos antes que menos de 7% das pequenas e médias explorações agrícolas recebem no país informação e/ou conselhos técnicos por parte dos serviços de extensão. Bem como, pelos instrumentos de política (nacional e provincial) antes destacados, existe uma necessidade generalizada de melhorar o apoio, que inclui o incremento de técnicos que possam assistir aos pequenos produtores. Os nossos dados indicam uma variação de provedores de serviços de extensão. Desde os serviços públicos (por meio do SDAE), aos serviços prestados pelas ONG's e entidades privadas.

As falas que seguem reforçam a ideia de fraca existência e provisão de serviços de assistência no país e em Niassa, bem como da existência de provedores fora do sistema público de extensão rural:

O desenvolvimento agrário pior ainda, políticas de desenvolvimento agrário, ainda pior. Quando olha para o Malauí, um país pequeno como aquele, foi em 90 e quanto... foi em 2017/2018, 16/17... há uma conferência de extensionistas que tivemos, eles sempre têm reuniões de extensão, no Malauí, um país pequeno que nem faz a província da Zambézia estava em torno com 12 mil extensionistas agrários no Malauí, 12 mil, todo o território nacional estávamos com perto mil e tal extensionistas. Moçambique grande, uma província de Moçambique corresponde ao Malauí, queremos desenvolver a parte agrária, como? (Informante-chave 2);

[Em] nível da província nós temos 202 extensionistas de campo, destes temos também outros que trabalham, chamamos de ramais, trabalham no setor de pecuária, o número não posso precisar neste preciso momento e também temos outros extensionistas que trabalham na área do caju, instituto de processamento de oleaginosas O processo de transferência de tecnologia está sendo de uma forma gradual... nós temos os técnicos extensionistas junto dos produtores, pequenos produtores fazem lá algumas demonstrações, alguns campos de demonstração, CDR's, além disso fazem o *piter*, os próprios técnicos têm que fazer um campo de mais ou menos um hectare, onde semanalmente, mensalmente os produtores vão lá aprender com o técnico. Aprende-se fazendo, ver e ao lado está o campo do produtor. A... essa é uma das metodologias e também passa alguma informação via rádio Moçambique, às cinco horas, também as rádios comunitárias têm algum programa que fala sobre agricultura, onde os produtores vão encontrando formas de melhorar os seus rendimentos nos seus campos (Funcionário Público 1);

A província não tem o máximo necessário de extensionistas que devemos ter, esses 204/209 estou a falar quase que não chega nem a cobrir 50% dos produtores que devemos assistir na província do Niassa, ainda há um déficit de

técnicos. Vês que há um raio grande de produtores por assistir por extensionistas, isto também é aliado à falta de meios nem, para o alcance do próprio produtor, para além que nessas aldeias, nossos produtores estão meio dispersos.... (Funcionário Público 2);

Nossa relação basicamente é... tradicionalmente é aquela de treinamento e visitas. Nós vamos ao campo do produtor, fazemos alguns treinamentos e visitas, orientamos sobre algumas técnicas de...que tem a ver com produção, mas agora não só produção, mas agora é mais integral, é mais integrado, tem lá a componente de saúde, educação, nós temos também... temos esse papel com o agricultor, para além de não falar apenas da produção temos que agora ter esta componente integral. Temos que integrar as outras áreas... Nós temos difundido informação para eles, evitar algumas práticas ou diminuir essa prática, que é a produção de carvão, abate de árvores para produção de carvão, quando querem fazer limpeza nos seus campos não podem queimar, fazer queimadas descontroladas, mesmo quando querem caçar algum animal, não podem fazer queimadas descontroladas. E temos dado informação técnica acerca de boas práticas agrícolas, nós estamos inclinados especialmente para essa agricultura de conservação... (Funcionário Público 3);

E,

Para além de nós, existe, por exemplo, a GAPI tem alguns técnicos que trabalham com produtores, a JFS tem alguns produtores, aliás técnicos, a MLT tem também alguns técnicos que trabalham com produtores. Eles assistem os produtores que praticam a cultura deles e estão inscritos nos programas deles, não assistem dispersos, não. Mas existem também algumas organizações não governamentais aqui, como é o caso de *Otomiha*, a associação, alguma coisa aí... (Funcionário Público 4).

No entanto, além dos serviços prestados pelo Estado, ONG's e agentes privados, nossos dados indicam igualmente serviços de extensão prestados pelas uniões distritais da UNAC. Estas últimas tendem a capacitar alguns membros das associações, denominando-os de “animadores de extensão”. Estes são responsáveis por informar e orientar as associações, bem como aos produtores individuais, sobre novas técnicas agrícolas e preparo das *machambas*. Igualmente, na base de contratos, a UNAC incluí nas suas equipas distritais um técnico formado em agronomia que atua como agente de extensão que, auxiliado pelos “animadores de extensão”, prestam assistência aos produtores associados (coletivamente e individualmente).

Contudo, as técnicas agrícolas são, em grande parte, ainda muito tradicionais e ancestrais, e a adoção de insumos modernos continua baixa. Fato que, como os aspectos de mecanização apontados antes, dificulta para que se aumente as parcelas cultivadas. Ou seja, sem um incremento dos serviços de extensão e fornecimento de fatores de produção, o aumento da produção e da produtividade continuará aquém do desejado. No entanto, as diferenças de escolarização certamente podem afetar na capacidade de acesso e/ou absorção das novas tecnologias disponíveis e providas pelos diferentes atores do campo da

extensão (PAUW *et al.*, 2014; UAIENE, 2015). Mas, há que investir na disponibilidade dessas novas tecnologias e ver em que medida elas são articuláveis com os saberes tradicionais e ancestrais das comunidades, bem como investir em mecanismos de transmissão das mesmas que tenham em conta os níveis de formação e conhecimento dos pequenos produtores.

As falas seguintes indicam como está a relação entre as associações e a questão de extensão agrícola na província do Niassa:

Aqui estava a PROMER, estava nos dar capacitação, também a agricultura SDAE, estava nos dar capacitação, sim. Essa capacidade sai dentro dessas ONG's... (Associação 1);

Tem, costuma nos ajudar, fazer isto, isto, instruir-nos nem. Costumam nos ensinar produzir assim, plantar assim, conservar assim para ter pequena coisa, costuma visitar as *machambas*, mesmo para ser longe costuma chegar lá... (Associação 2);

A união distrital, temos também técnicos...do SDAE aparece, tem lá... existe. Temos esse do SDAE e temos aqui da união distrital, que é da união distrital que representa mesmo na base, que são, nós chamamos animadores de extensão, enquanto que na agricultura nós temos os técnicos, sim. Mensalmente eles fazem visitas por duas vezes, por duas vezes, ou mesmo pode acontecer três vezes, enquanto os técnicos da união distrital, frequentam semanalmente nas *machambas* para ver o que está acontecer (Associação 3);

Aquele técnico, logo nos princípios do ano, de que já está produzir...fazer limpeza das *machambas*, ele está a fazer todo acompanhamento. Na sementeira, nos informa, a sementeira é desta maneira, compasso é assim, não sei quê, até este período que estamos. Este período, até nós acabamos de ligar hoje porque ficou um período sem nos vermos, disse “não, eu estou aqui em Lichinga, estou a tratar um assunto, estou com diretor da agricultura” (Associação 4);

Temos assistência de um técnico, aqui tem um técnico especializado para aqui, da agricultura, temos também um técnico da GAPI-PROMER, depois temos aí o técnico da UNAC, nós já temos três técnicos (Associação 6);

Por enquanto ninguém ainda não chegou, talvez o que faltou é interagir com eles informar que temos, essa ideia de termos *machamba* talvez, ainda ninguém se voluntariou de parte de nós.... Talvez daqui para frente é que vamos ver, quando começar a crescer podemos procurar na base de União dos Camponeses... (Associação 8);

Nada...Dizer que nunca recebemos para essa nossa associação [assistência técnica]. Cultivamos o milho, soja, feijão fino, ervilha... (Associação 9);

Sim. Esses de SDAE também costumam visitar as *machambas* do produtor, esses da UNAC também ajudam, agricultura também... (Associação 10);

Esse processo começamos ano passado, explicavam é assim, assim, é isso mesmo, começamos no ano passado. Estão a vir mesmo tantas vezes... (Associação 12);

Está [a] vir...ouvi que...próprio técnico somos nós, para falar verdade, somos nós produtor. Produtor que não saber ser técnico, ouvir primeiro as coisas, você perde... (Associação 16);

E,

Mas a parte deste, a parte do milho, nada, para eles virem fazer explicação sempre costumam fazer reuniões aqui mesmo quando...costumam nos explicar, dizer que epah o plantar devem fazer assim, assim, mas a parte do milho nada, não vem... (Associação 17).

Estas falas indicam que existe algum contato por parte das associações com os serviços de extensão rural, mesmo que não uniforme para todas as associações. Assim, reforçam a necessidade de aumento e melhoria dos já disponíveis. Todavia, confirmam a posição de Fink (2014) ao apontar que a assistência técnica no meio rural é prestada principalmente pelos serviços públicos de extensão, ONG's ou informalmente pelos produtores vizinhos e membros das comunidades (animadores de extensão).

Os dados apresentados nesta seção, indicam que a dinâmica dos pequenos produtores associados com fatores de produção mecanizados (especificamente do trator e sistemas de irrigação), bem como o processo de extensão rural, são indicativos de que as transformações estruturais que se pretendem que ocorram na agricultura do país, especificamente dos pequenos produtores, ainda está longe de alcançar os resultados desejados.

Portanto, há uma necessidade de se investir em políticas que possibilitam a provisão destes fatores e serviços ao ponto dos produtores se transformarem em independentes e sustentáveis, bem como a sustentação da soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional locais. Pois, com a entrada dos investimentos que justificam a implementação dos CCA, estes produtores não conseguirão estar e produzir em pé de igualdade e, como já estão em situação precária de produção, não poderão barganhar com esses investimentos. Conseqüentemente, além de terem suas fontes de subsistência ameaçadas, principalmente a terra que já é considerada “vazia” e subexplorada, correrão o risco de se submeter ao mecanismo de produtores subcontratados, em vez de serem fornecedores de alimentos. Ficando assim ao serviço da produção de lucros e de riqueza para os outros, majoritariamente de capital estrangeiro.

Pois, a combinação de maquinário, agrotóxicos e sementes, que funcionam como capital, representa uma transformação brutal da agricultura, que em alguns lugares pensou-se ter acabado com a agricultura camponesa, por meio de qual os pequenos produtores e outros trabalhadores rurais se tornam assalariados agrícolas (SOUZA FILHO, 2015). No entanto, esse fato só não se materializará se esse segmento do setor produtivo tomar a dianteira, ou seja, ser a vanguarda e o garante da produção, soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional em nível local, provincial e nacional.

6.4.3 Outros recursos essenciais no processo produtivo (sementes, fertilizantes, pesticidas e armazenagem)

A combinação entre o acesso e disponibilidade de maquinaria e serviços de extensão apontados anteriormente como essenciais para a transformação estrutural da agricultura, se acresce a necessidade de sementes melhoradas, fertilizantes/adubos, pesticidas/herbicidas e serviços de armazenagem/conservação da produção. Nesse sentido, existe um conhecimento desta condição por parte do Estado e das agências “doadoras” e/ou financiadoras. Esses, se baseiam dessa condição para alimentar a necessidade de levar em diante a ideia dos corredores e seus investimentos, como meio para a facilitação desses últimos recursos, cujo fraco acesso e uso têm consequências na baixa produção e produtividade do setor da agricultura em África e em Moçambique. Destacamos antes um conjunto de empresas pertencentes ao mercado globalizado de sementes, fertilizantes, insumos químicos, armazenamento e processamento como atores importantes na implementação dos CCA e, conseqüente modernização agrícola no continente, mas que para tal precisam e precisarão de terra e espaço à disposição.

De agora em diante, seguindo a denominação do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (2021) tomamos como semente certificada (“melhorada” nas nossas entrevistas) como aquelas que vêm em embalagens, com rótulo de identificação e pode ser adquirido em loja, mercado, feira ou fornecida pelos serviços de agricultura (nível nacional, provincial e distrital), ONG’s e outras entidades; Fertilizante ou adubo como matérias orgânicas ou inorgânicas destinadas a manutenção e/ou aumento da fertilidade do solo e rendimento das culturas (que podem ser de origem química – inorgânica – e animal ou vegetal – orgânica); Pesticidas/herbicidas (nas entrevistas em algum momento apontadas como químico) como produtos químicos, também conhecidos como

fitofármacos, destinados para o combate de ervas daninhas, pragas, doenças, bem como agentes patogênicos (bactérias e fungos ou seus transportadores, tais como insetos, ratos, etc.).

A semente é um insumo vital para a produção agrícola. De todos os insumos aplicados na produção, é, supostamente, o mais barato e chave para o progresso agrícola. Ou seja, o desempenho das culturas cultivadas está associado ao material utilizado na sementeira e a resposta a outros insumos (por exemplo, fertilizantes e pesticidas) depende, muitas vezes, da semente aplicada. Mais de 50% do rendimento de uma cultura é contributo da semente e o resto provém da articulação entre a qualidade do solo, a preparação da terra, a data da sementeira, controle da erva daninha, controle de pragas e doenças. Sem deixar de lado os fertilizantes, a maquinaria e assistência técnica, destacam Nijhoff *et al.* (2014) e Uaiene (2015). Contudo, pelo o que até agora temos apontado, a questão de terra e qualidade da mesma em Niassa não é problema, mas a mesma parece não estar sendo utilizada e apostada politicamente como mecanismo para garantir a soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional da província.

Os depoimentos seguintes indicam como, na visão dos Informantes-chave, Funcionários Públicos e Movimentos Sociais, os pequenos produtores associados lidam no seu cotidiano produtivo com a questão do acesso e disponibilidade de sementes melhoradas (e relacionado em algum momento com outros insumos que abordamos mais em diante). Nesses depoimentos, constatamos também alguma dependência de apoio para que esses tenham sementes:

Agora o setor agrícola, agrícola, tirando sementes e sabemos... infelizmente, que a maioria deles ainda não compram muito sementes, então não estou a ver uma relação direta com o setor produtivo pequeno... (Informante-chave 1);

É muito difícil encontrar [em] nível local, porque nós fazemos uma produção um pouco mais extensiva nem, então aí se calhar iríamos precisar usar herbicidas, usar sementes, para o caso do milho, podíamos precisar de alguns adubos, mas o acesso a esses insumos também não é assim tão fácil nem, é preciso também recorrermos a esses grandes centros, Nampula, em algum momento também, sem nenhuma facilidade, temos que recorrer também à Beira. Então isso também me remete a ideia de que, se calhar as pessoas que querem produzir, começando a pensar também nos custos que têm que ter, primeiro para o transporte destes insumos, então acaba sendo um pouco mais complicado, yah, um pouco mais complicado. Mas nós fazemos alguma produção aqui, é possível produzir, sentimos que é possível... (Informante-chave 2);

Semente melhorada, adubos, para a província do Niassa é assunto muito deficiente ou se não, não existe, não existe ou não existia, por falta de *agrodealers* ou provedores desses tais insumos. Aqui na cidade de Lichinga, por

exemplo, só agora é que temos a casa do agricultor que se instalou acho no ano passado. Haviam pequenos provedores de insumo, mas que não satisfaziam a demanda de toda [província]... só do distrito de Lichinga, então a ausência desses provedores de insumos, os preços, quase a maior parte das pessoas acabam usando os grãos da colheita anterior, logo acabam utilizando grão...os campos não se fertilizam, se há ataque de pragas ou doenças dificilmente pode-se combater, então parte dessas porções acabam tendo... sendo consideradas como perdidas porque não utilizou os pesticidas... por exemplo, o produtor aqui está [a] usar grão, ele faz seleção ou guarda parte da semente da colheita dele e cada ano que se usa a mesma semente vai perdendo valor, cada ano vai usando...agora, se formos buscar uma semente que está sair de um produtor de insumos, que é semente e não grão não é igual de usar o grão que ele usou na campanha anterior. É diferente de levarmos uma semente [melhorada], é diferente, o rendimento não é igual... (Funcionário Público 2);

Para os produtores, talvez daqui em diante serão... há oportunidades de serem treinados para passarem a montar campos de multiplicação de sementes. Mas nos tempos passados, eles só compravam, na altura quando existiam projetos [em] nível de Moçambique que produzia-se sementes melhoradas, mesmo nós aqui no serviço recebíamos e revendíamos aos produtores a um valor simbólico, não como vendiam no mercado, um valor simbólico, facilitava aos produtores adquirir a semente e iam produzir.... (Funcionário Público 3);

E,

Bem, quase é inexistente por causa de quê, agricultura como o governo nem, eles quando recebe... quando tem projeto, recebe outra semente, semente de qualidade para promover, eles têm aqueles técnicos e cada técnico tem uma área específica onde ele está [a] assistir. Então essa semente é dada a esses técnicos, os técnicos vão dar aos produtores lá para fazer extensão daquela semente. Só que esses últimos momentos, esses últimos anos, o governo não consegue importar semente, não sei se é falta de orçamento, porque aquilo depende do projeto que eles costumam...sair do ministério, então eles têm tido esse tipo de projeto, espalham toda a província, então nós temos tido acesso através desse projeto. Mas nós como organizações, até o produtor, está viver com base nos recursos que ele tem, se tem recurso, porque tem pequenos comerciantes que vendem no mercado, outros vão lá. Então, em algum momento quando há fundos esses produtores que nós estamos a dizer de extensão, o governo identifica um, dá financiamento e eles vão comprar sementes no Malauí, então é esse que então os produtores aproveitam comprar perto, mas não há empresa específica que vende insumos aqui, só estão aparecer esses comerciantes pequenos com fundo deles, pequenos fundos e nós todos vivemos com base, dependendo do... Os preços são muito elevados. Os preços é que não aguentamos, se nós formos a fazer uma advocacia, talvez por aí, porque o que acontece é que a semente custa muito, o preço é muito elevado, quando ele vai produzir, tempo de venda é muito baixo. Então, semente sempre foi caro, mas quando ele produz, não consegue compensar aquilo que ele gastou. Então, esse é o problema que nós temos tido encontro com o governo que o custo de produção é muito alto e o lucro é menor (Movimento Social 4).

Nos depoimentos anteriores dá para constatar contradições no acesso a sementes melhoradas. Enquanto há quem diz que não há cultura de compra de sementes e que os pequenos produtores preferem usar grãos da última colheita. Há quem aponta que esses tinham mais acesso a essas sementes em virtude de projetos que facilitavam na distribuição

e venda simbólica, enquanto há quem refere que estas sementes são caras para o bolso do pequeno produtor no mercado retalhista. No que diz respeito à dependência de projetos, é mais um indicativo que presença de ajuda é um meio pelo qual os pequenos produtores conseguem sementes. Igualmente, manifestasse uma dependência do Malauí para o fornecimento e abastecimento dos retalhistas existentes na província.

Os mesmos depoimentos destacam a fraca presença de comerciantes agrícolas pela província e distritos. Nesse quesito foi possível ver alguns contentores (Figura 6) transformados em lojas agrícolas por parte da SAN que vendem todo tipo de insumos necessários à produção. As lojas surgem para suprir a falta de provedores de insumos comercializáveis, principalmente quando mais se afasta da região central do distrito. Fato que faz com que os produtores, que se localizam mais para o interior tenham insumos perto, sem precisar percorrer longas distâncias, como podemos confirmar no depoimento seguinte:

Depois também temos 20 lojas rurais aí, vais ver contentores JFS para venda de insumos. Nós fizemos essas lojas também para permitir os produtores terem acesso lá...e se depois quiserem vender o milho nós também vamos comprar (Informante-chave 3).

Figura 6 – Vista frontal de um posto de venda de insumos agrícolas instalado pelo grupo JFS/SAN em comunidades do distrito de Cuamba.



Foto: Hélio Maúngue, 23/04/2021.

Essa provisão de lojas agrícola é feita por um dos investidores estrangeiros, na forma de *tradings* agrícolas, apontados por Leite (2019), como transformadores das

dinâmicas sociais rurais e, conseqüentemente o início de um processo de dependência sobre o produtor. No entanto, essa proximidade entre o provedor de insumos e o pequeno produtor em algum momento tem a intervenção de uma ONG que lida com as associações, na medida em que:

(...) como estávamos a falar de GAPI-PROMER, também facilitou essa ligação com a loja João e que os membros associados, organizados, eles têm esse direito de fazer ligação com a loja João, sim. Só que, prontos, quando o grupo faz essa ligação pelo crédito de insumos e não quer fazer o retorno dos valores, então, é no momento em que corta-se a parceria com o agricultor (Movimento Social 2).

Os depoimentos que seguem evidenciam como as associações se organizam no que diz respeito ao acesso e uso das sementes para o processo produtivo:

Temos as sementes melhoradas que nós também compramos e temos também que nós reservamos, porque conseguimos fazer uma *machamba* de multiplicação de sementes... fomos capacitados e também estamos a fazer, essa capacitação é a UPCN, também PROMER... (Associação 1);

Yah, nós primeira coisa, dos 45, temos meio hectare e temos CDR, campo de demonstração, então, fizemos o campo, primeira coisa... é para o produtor facilitar ter aquela informação logo imediato, depois temos uma *machamba* que produzimos para só campo de multiplicação de sementes. Então conservamos aquela *machamba* e deve haver uma distância com outras *machambas*, aquela *machamba* deve ficar isolado, para não ser misturado com aquelas espigas (Associação 3);

Yah, não estamos usar porque própria terra nossa, faz de conta é uma terra fértil, é normal dizer que é uma *machamba* virgem, enquanto é um *machamba* usada. O que nós tem usar adubos, está usar no tabaco, no tabaco é obrigado alguém usar adubos. Dois, para questão de inseticida (...) só estamos a pôr agora de... lá existem uns bichos que aparecem dentro do milho e podem estragar o milho, então agora estamos a ver que vale a pena alguém ir comprar na loja e regar aquele milho para ver se não pode.... a questão de semente, nós estamos atento...temos CDR's, temos campo de multiplicação. Vamos lá falar o que estamos a fazer, existe CDR's, está aqui extensionistas, são também animadores de extensão, são pessoas também que estão a fazer campo de demonstração, campo de multiplicação de sementes. Então aquela semente nós estamos a.... selecionamos, levamos semente que está bom, guardamos para fazer uma sementeira (Associação 4);

No João Agricultor, há outras coisas, por exemplo a parte de sementeira, há outro semente que ele faz um pouco caro, sim. Que fica mais caro, por exemplo, a semente de milho, alface porque é um pouco diferentes desses que vendem na maçanqueira, esses malauianos, é um pouco diferente... não sei então a hora de germinar... (Associação 5);

Aqui o sistema é o seguinte, quando, produzem neste ano, então reservam mesma semente para o ano seguinte, mas ter este um campo que diz este é campo mesmo para multiplicação de semente... (Associação 6);

Sempre compramos, por exemplo, a semente do milho comprasse no mercado, também loja João. [A soja] praticamente salvamos a mesma semente, cultivamos, depois do outro ano reservamos de novo (Associação 7);

Semente compramos, nunca recebemos, compramos aí nos mercados aí, prontos...soja compra, amendoim, milho... [João Agricultor] começou este ano, é que vimos contentores não sei quê, quê, então aproveitamos comprar ali mesmo, mas começou agora, este ano é que arrancou aquele João...Aí é um bocado elevado, aí no João Ferreira aí, é um pouco elevado, há diferença... (Associação 8);

Campo de multiplicação... Às vezes trazem, essa união nacional...fora da união, nenhum apoio (Associação 9);

Sementes, primeira coisa só... se você ter interesse de soja é preciso comprar, compra semente, depois começa a lançar, se Deus quiser dar aí, prontos assim você já tem semente para toda a vida, uma parte vende, uma parte guarda... (Associação 11);

Semente de milho, primeiro que estamos [a] conseguir, estamos [a] receber, guarda, quando chega tempo de coiso, de semente leva aí no celeiro, semeia. Semente de cebola é o que está nos trazer problemas, está multiplicar sozinho, coisa que não estou conseguir replicar é repolho, porque tempo que, 2000, não se era 2018, era 2018 sim, só disseram vai chegar coiso, diz lá planta que ele viu, que está fazer coiso, trazer semente, não conseguiu para nós chegar lá, é PROMER que prometeu esse. Também saber multiplicar semente de cebola, é PROMER que leva-nos.... (Associação 16);

E,

Na parte de milho nós costumamos reservar nos nossos celeiros de que... quando chegar o tempo de semear não sofrer a pessoa logo tira semente do mesmo milho, então faz coiso, semente... (Associação 17).

Mesmo termos referenciado antes que a semente era dos insumos mais baratos, nos depoimentos anteriores alguns entrevistados destacam às sementes melhoradas como sendo caras. Outros depoimentos apontam para um cenário no qual algumas associações enaltecem a fertilidade e/ou virgindade dos solos, para não comprar sementes melhoradas. Como também há um mecanismo de apoio e/ou ajuda, nos moldes já apontados para outros fatores de produção, para ter acesso às sementes. Às associações sem condições de compra e que não recebem apoio em dinheiro ou em insumos, por exemplo, sementes, usam grãos da época agrícola anterior ou criam campos de multiplicação de sementes, mesmo que um funcionário público do setor da agricultura não aprovar a prática porque estes grãos, aparentemente, não são resilientes às pragas e não mantêm a mesma qualidade de uma sementeira a outra. No entanto, a implantação das lojas ‘João Agricultor’ nas comunidade ainda é recente, mas espelha o quão, possivelmente, era difícil adquirir sementes e outros

insumos nessas áreas distantes do centro do distrito, sendo essa implantação igualmente manifestação de como o capital pretende alcançar lucros, mesmo entre os pobres.

No entanto, por conta de dificuldades de orçamento, o país vive uma onda de falta de pesquisa, de controle de qualidade e certificação, bem como de lançamento de variedades de sementes apropriadas e/ou melhoradas. Sendo que, nesse processo o MADER e o seu Departamento de Sementes dependem de seus parceiros nacionais e internacionais, em nível nacional e provincial para adquirir, e quase sempre por importação (FIEJÓ; DADÁ, 2018; NIJHOFF *et al.*, 2014).

Tal como a semente melhorada que o país pouco produz, os fertilizantes inorgânicos/químicos também não são produzidos, dependendo totalmente da importação e do preço do mesmo, que é fixado em nível internacional. O país apresenta um dos índices de utilização mais baixos do mundo. Menos de 10% dos produtores, principalmente os pequenos, usam fertilizantes orgânicos e inorgânicos. Mais de 90% são usados em culturas comerciais, nomeadamente, nas plantações de cana-de-açúcar, tabaco e hortícolas. A baixa utilização desse fator nos pequenos produtores vem do fato de o mesmo ser caro, principalmente nas áreas rurais, à relação desfavorável para o produtor entre o preço do mesmo e o preço de venda do produto cultivado, bem como pelos custos de transporte (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2021; NIJHOFF *et al.*, 2014; UAIENE, 2015).

A disponibilidade de fertilizantes é um dos argumentos para a implementação dos CCA, visto que um dos proponentes da ideia é uma das gigantes do mundo no mercado de fertilizantes, a *Yara International*, que segundo Kaarhus (2018), tinha interesses óbvios em aumentar a procura de fertilizantes, prevendo novos mercados e fontes de lucro, tanto entre produtores de maior e menor dimensões em Moçambique. No entanto, como principal produtor e fornecedor, ela opera como uma empresa comercial que procura o máximo lucro nos seus investimentos. Por isso que na região do Corredor da Beira (CdB) viu um mercado potencial e visionou uma infraestrutura de grande escala no Porto da Beira para carregamento, armazenamento e mistura de fertilizantes, destaca o autor. Mas, como apontamos antes, esse empreendimento foi desviado para o corredor *Southern Agricultural Growth Corridor of Tanzania* (SAGCOT), na Tanzânia.

Portanto, esse investimento era visto como capital para a provisão de fertilizantes para o mercado nacional, na medida em o país continua refém das importações, como podemos constatar no depoimento seguinte:

Quando eu estava a olhar sobre a cadeia de fornecimento de insumos agrícolas, concretamente adubos, tudo vinha do porto da Beira, todos, tínhamos àquela altura, até agora, antigamente chamava-se *Green Bel*, yah, agora é a Yara, depois *Africa Fertilizer*, do Chimoio, tudo está lá. Depois vem abastecer apenas a cidade da Beira que é a grande cidade, que até já tem infraestruturas, por exemplo, armazéns para o provimento dos adubos. Então, os da MLT e os demais que precisam têm que transportar da cidade da Beira para cá e esse transporte da Beira para aqui não está fácil. Então adubo acaba chegando... primeiro não produzimos, temos que trazer e fazer misturas, para chegar aqui um saco está a chegar a dois, a três mil... então qualquer empresário que quer criar fomento de uma determinada cultura e entendendo que vai usar esses insumos, ele tem que contar com a cidade da Beira... (Informante-Chave 2).

Bem como, pelo fato de um dos atores-chave na construção do CdN, a VALE, ter visto igualmente a possibilidade de colocar uma fábrica de fertilizantes, com o argumento que beneficiaria também aos pequenos produtores e que poderia alimentar a demanda por fertilizantes ao longo do corredor (BRUNA, 2019) como podemos ver no depoimento seguinte:

(...) VALE... que pretendia transformar o Corredor de Nacala como um dos polos de desenvolvimento para a produção de *commodities*. A VALE já estava a ver uma oportunidade, pela experiência que a VALE tem no Brasil de colocar ali uma fábrica de produção de adubos. Portanto, a construção da linha férrea presumia-se que podia trazer externalidade positiva no sentido de podia facilitar o escoamento da produção, o que não é tão verdade, porque aquela linha férrea foi desenhada com um certo intuito que é escoar carvão de Moatize para lá. Mas como aliciante para as comunidades que deviam ceder as terras é que “nós vamos trazer aqui uma fábrica de produção de calcário”, adubos, sei lá o quê, que é para depois dinamizar a produção e através disso “não se preocupam com o fato de vocês serem retirados aqui porque vão ter outros ativos que vai vos permitir...” (Movimento Social 1).

No entanto, a instalação dessa fábrica, como das outras infraestruturas feitas no corredor, requereria espaço e o mesmo seria conseguido por mecanismos de expropriação, dentre os quais o argumento de existência de terras “vazias”, as quais temos apontado que desempenham várias funções na agricultura e formas de vida no meio rural, que com a entrada dos investimentos agrícolas podem ser anuladas e, conseqüentemente, aumentar as condições de pobreza. Igualmente colocaria em risco a prática de pousio, que é característica da agricultura moçambicana, pois os solos ficarão dependentes desse insumo em função do uso intensivo, fora o fato de ser caro para os bolsos dos pequenos produtores.

Mas, o Estado em nome do desenvolvimento e do progresso nacional, usaria dos seus meios para expropriar e ajudar o capital internacional a vencer esse obstáculo no caminho da acumulação e do lucro. Ou seja, o apelo ao interesse público seria usado para convencer a pluralidade e os desapropriados, com a justificativa de que serão beneficiados, sem esses últimos se darem conta que perdendo a terra em troca de compensação era parte do ativo (a terra) que garante a economia rural local que iria acabando (LEITE, 2019; LEVIEN, 2014, SASSEN, 2016).

Os depoimentos seguintes indicam como se encontra a dinâmica e organização das associações no que diz respeito ao uso de fertilizantes/adubos, principalmente o inorgânico que é importado e comercializado pelos retalhistas de insumos existentes na província:

Nós conseguimos, temos fertilizantes que nós ensinamos o produtor a fazer adubo orgânico e tem adubo que nós compramos lá na MLT. Cada saco vende por 2.200 [MT] (Associação 3);

Não [usamos adubo em outras culturas] adubo só usamos na horta porque não é aquele adubo mesmo que vendem no armazém, nós usamos cocô de cabrito, de boi, de galinha, só na horta (Associação 5);

A maior parte não usa, porque não pode dizer que uso, enquanto é uma pessoa, mas como estamos a falar de associação, não usamos (Associação 6).

Então com aquele dinheiro, então distribuímos outra parte, outra parte reservamos para compra do adubo...Então às vezes a união distrital já nos ajuda, então com aquela ajuda, segundo ano com aquele dinheiro é que podemos também comprar a nossa individualmente (Associação 10);

Na horta...aqui não usamos adubos, estamos só a capinar sem adubo. Adubo só está na parte de tabaco [que a MLT] dá... (Associação 12);

No ano atrás utilizávamos adubo, este ano a empresa parou, então cada um está trabalhar a maneira dele. Estávamos contribuir cada produtor pouco, pouco... [a união trazia] (Associação 13);

Adubo aqui não existe, não usamos, porque essa terra daqui é forte... (Associação 14);

E,

Por enquanto, no momento, porque, nessa produção do milho nós não estamos a utilizar adubos porque nossa terra própria tem um adubo que pode mesmo satisfazer, que nós podemos trabalhar bem (Associação 18).

Nos relatos acima, tal como acontece com as sementes, se verifica em algumas associações a dependência de ajuda, principalmente da União Distrital da UNAC, para

aceder aos fertilizantes inorgânicos. Também se evidencia a qualidade das terras, quando algumas associações apontam que não precisam do fertilizante pois a qualidade da terra é boa (fértil e/ou virgem). Bem como, uma fraca compra em função dos custos dos mesmos. No entanto, se não recorrer aos adubos, o produtor terá que conduzir a produção de modo a que, de uma sementeira a outra, se mantenha o fundo da fertilidade do solo, destaca Baptista (2014). Fato não evidenciado nas nossas entrevistas quando o tópico era o uso de fertilizantes. No entanto, essa qualidade da terra e a possibilidade praticar o pousio, reforça a necessidade das terras consideradas “vazias” e livres, pois é com elas, via pousio, que se garante a regeneração e melhoria da qualidade das terras usadas para o cultivo, assim as associações pelos seus modos tradicionais de cultivo evitam ter que entrar no ciclo da dependência dos fertilizantes, que não conseguem comprar.

O custo do fertilizante é um indicativo para o não uso, uma vez que os produtores pagam preços elevados pelo fertilizante por conta da ineficiente cadeia de abastecimento do mesmo. Sendo que, no país como um todo a distribuição desse insumo pelos pequenos produtores foi suportada, no passado, por vários projetos de desenvolvimento, ao abrigo de programas de ajuda. Assim, para oferecer fertilizantes a um preço acessível aos pequenos produtores, há que desenvolver um sistema de distribuição competitivo do setor privado, sendo exigido um ambiente estimulado que propicie os incentivos necessários para tal (NIJHOFF *et al.*, 2014), sem no entanto prejudicar aqueles que já apresentam dificuldades no seu acesso, que são os pequenos produtores.

O nosso campo indica que, individualmente, os pequenos produtores recebem a crédito fertilizantes e pesticidas dos fomentadores de algodão e tabaco. Esses, mesmo que associados, cultivam subcontratados e em suas *machambas* para essas empresas (*tradings*), a MLT e a SAN. No entanto, o custo é debitado depois da colheita pelas empresas, por sinal as únicas compradoras do produto. Mas, essas, também comercializam para outros produtores que não tenham contratos de cultivo com elas. Contudo, de acordo com Mosca (2015), quando se subsidia ou se estabelecem linhas de crédito desses insumos, para utilização em determinadas culturas não priorizadas pelos produtores, esses poderão desviar para outras produções priorizadas no quadro dos objetivos da economia do pequeno produtor. Algo evidenciado no depoimento seguinte:

Epah também permite que nós, como nós muitas vezes temos produtores que nem gostam do algodão, gostam do químico que nós damos a crédito, porque é mais barato. Nós por ano gastamos 10 milhões de dólares em químico, temos

capacidade em comprar o químico mais barato e pomos ao produtor a credito. Muitos produtores que até querem fazer o gergelim, depois sabem que tem um bicho que vai atacar o gergelim, mas sabem que não há lojas, vão ter ao algodão, mas não querem o algodão, querem é o químico... Nós temos essa parte social muito elevada, nós temos essa responsabilidade, nós temos...estás a ver este químico, subsidiamos, custa 200 meticais (Informante-chave 3).

No entanto, esse desvio de aplicação é resultado da falta de capacidade desses produtores de adquirir, quer seja a crédito, quer seja a preço acessível para suas condições e assim produzirem aquelas culturas que eles determinam como prioritárias para subsistência e produção de excedentes. Contudo, essa situação da falta de fertilizantes ou de químico suficiente para a produção, não indica que elas não produzem, como veremos na seção seguinte, as associações produzem e querem mercados para venda. Ela indica a existência de uma agricultura integrada com a natureza, na qual a qualidade dos solos “não requer” necessariamente de fertilizantes, mas sim de investimentos nos mecanismos de produção local existentes, antes de se depositar confiança em uma agricultura que se deseja revolucionada pelos químicos (SOUZA FILHO, 2015).

Apontamos antes que o uso de pesticidas/herbicidas no país é baixo (menos de 5%). No entanto, a quantidade e qualidade da produção depende se a mesma não é atacada por pragas, antes e pós colheita. Fato que pode garantir com que os produtores tenham excedentes para comercializar e com isso a possibilidade de terem renda, bem como alimento. Os depoimentos abaixo indicam como as associações lidam com essa questão:

Sim, herbicidas, conseguimos, compramos porque tivemos uma loja da *Mondukid* aqui, compramos em Mitane, mais uma aqui em Misseque, tínhamos. Compramos sim...membros, porque aí na associação fizemos *machambas* em blocos, cada membro tem a parte dele, também tem a casa, se ele quer, se tem dinheiro, faz, sim, no seu bloco, se ser da associação, todo o bloco. Tiramos valor da associação e metemos na *machamba* da mesma associação. Na associação, se ser individual ele terá o próprio seu valor (Associação 1);

Usamos. Só que os nomes (risos). Herbicidas porque costuma a vir com aqueles bichos ali, sim. Assim quando transplantamos logo pôr medicamento, costuma cortar os viveiros. Na MLT às vezes, conseguimos na MLT, mesmo comprar no estrangeiro, no Malai (Associação 2);

O químico, por enquanto, naquele ano não usamos químico, não usamos químico. Agora, quando é milho debulhamos, então compramos o químico. Há diferença, por exemplo, lá nas barracas há no malaiiano, então às vezes costumam nos vender comprimidos, ensacamos, colocamos primeiro ali no saco, ao encher também, seguindo metodologia deles, sim, aqui no meio também, um comprimido lá em cima, assim mesmo (Associação 5);

Compramos no mercado...normalmente usamos equipamento da SAN. Lá quando recebemos esse produto químico, eles trazem luvas, máscaras...Epah, como não há necessidades de conseguir esse equipamento, nem que seja a pessoa produziu coiso...algodão, epah, usamos assim mesmo a maneira.... (Associação 9);

Não...aqui não usamos químico, muita coisa falar, falar mentira, amanhã vai perguntar, pessoas não usam químico, o químico só algodão... Gergelim e soja, aqui que estou a falar... Assim que estamos a falar temos soja, gergelim...milho que tinha *machamba* há uma doença que estragou, tinha dois hectares, mas toda a *machamba* já perdemos, tinha bicho, esse bicho para químico não aceita (Associação 16);

Sim, costumamos usar, por exemplo, nesses dias é o dia que nos chateia coiso, aquelas baratas de formiga, até assim, para essa parte, da nossa *machamba* muitas pessoas o milho estragou-se através dessas baratas, essas baratas que roem a semente do próprio milho. Estragou-se o milho por não termos medicamento, só das tantas é que trouxeram aqui no coiso...no João Agricultor trouxeram esse tipo de medicamento para usar...sim [compramos]. Bom, aqui como esse dinheiro é difícil, é um pouco caro porque está 150 coisa, a 200 meticais o coisa...essas garrafas pequenas está 150.... (Associação 17);

E,

Realmente esse bichinho só que...a partir, começou no ano passado para este ano, este ano, no ano passado, no fim do ano passado para este ano é que piorou, realmente há bichinho que estraga o milho, que estraga o caule do milho. Nos princípios quando vem, o milho costuma germinar bem, depois de uns 10cm já começam com aquelas doenças de folhas, furar e quando dá a própria maçaroca também, tem problemas em como desenvolver, sim... (Associação 18).

As atividades dos CCA prometem a construção de infraestruturas de logística, como instalações de armazenamento e silos para a conservação dos produtos. Apontamos antes que existe uma insuficiência no país e em Niassa desta componente de serviços à produção e ao processamento pós-colheita. Estes fatores, aliados aos apresentados antes (falta de sementes, fertilizantes e pesticidas/herbicidas) contribuem para que haja uma fraca produção e produtividade agrícolas.

A falta de armazéns e silos à disposição dos produtores é frequentemente apontada como um importante obstáculo ao desenvolvimento agrícola e à segurança alimentar e nutricional e a soberania alimentar em África. O aumento da produtividade, aliado a melhores condições de armazenamento pode aumentar a disponibilidade de alimentos ao longo do ano, possibilitando, assim, a segurança alimentar e nutricional das famílias e das comunidades rurais, evitando perdas pós-colheita, quando devidamente conservados (BYIERS; MOLINA; ENGEL, 2016; PAUL; STEINBRECHER, 2013; UAIENE, 2015).

Contudo, no âmbito dos corredores é preciso saber como essas infraestruturas beneficiarão aos pequenos produtores, pois pela lógica dos CCA, o capital privado é quem deverá disponibilizar e/ou construir e esses, querendo retorno, terão como foco a agricultura de exportação e os lucros daí decorrentes. Ademais, as terras que poderão albergar os empreendimentos poderão ser adquiridas sob o discurso de “vazios”, que consequentemente expropriará terras que permitem a rotação de culturas, pousio, regeneração dos solos das comunidades, em nome do desenvolvimento.

Os nossos dados apontam que Niassa ainda é desprovida de investimento para agricultura na proporção que se deseja, como parte do CCA de Nacala, tanto para a pequena, média e grande escalas. Mas, enquanto isso não se materializa, além das já estabelecidas empresas agrícolas, a pequena produção precisa lidar com infraestruturas básicas e essenciais à produção e distribuição e/ou colocação no mercado, como são os recursos de armazenamento e conservação. Os depoimentos seguintes indicam como as associações vão gerindo a fraca disponibilidade de silos e armazéns construídos quer pelo Estado, quer pelo setor privado e/ou pelas PPP:

A União distrital hoje consegue criar parcerias diretas com intervenientes, com as associações, é reflexo de mudanças. As nossas associações hoje conseguem ter um mini armazém para conservação do seu excedente para depois definir a que preço pode comercializar, é uma mudança. Leva seu tempo mas vai mudar... Esse tem sido um caso que a gente tem (...) Esse tem sido um calcanhar de Aquiles aqui, porque nós não temos, aqui, a população daqui não tem hábito de fazer aqueles celeiros melhorados, são aqueles precários, então para conservação do produto é um bocado constrangedor e também, a dificuldade financeira deles de poder adquirir um produto para aplicar o produto dentro do seu armazém, é um bocado constrangedor... Silos, não... (Funcionário Público 3);

Fizemos contrato depois de tirar, pôr no armazém, porque nas associações temos armazém, quando falo da minha associação temos armazém, porque ao nível do distrito as uniões zonais têm armazém, então guardamos no armazém (Associação 1);

Nós quando chegamos o tempo da colheita, colhemos, reunimos, deixamos num lugar todos e depois vendemos em comum. Nós temos armazém, sim, a associação tem o próprio dele (Associação 3);

Yah, é mesma coisa, estamos a pedir esta coisa, armazém, estamos a sofrer, quando chegar tempo de comercialização, não temos onde deixar coisas ali, se chegar o tempo da chuva estamos a sofrer (Associação 4);

[Armazém] na associação não temos. Individualmente temos. Bom, talvez é essa parte de, por exemplo, quando fomos fazer essa parte de meio hectare de soja e meio hectare de gergelim, tínhamos aquele plano mesmo de fazer essa coisa

[armazém], mas dali aquela parte não deu certo totalmente. Aquela soja que saía pomos no saco, deixamos na casa do presidente... (Associação 5);

Então, este ano é que vamos preparar porque... já estamos em preocupação de fazer armazém. Primeiro fazemos armazém e colhemos... (Associação 10);

[Na associação] temos esse plano de ter armazém, temos esse sonho, só que as forças é que não temos...mas temos esse sonho de ter um armazém... (Associação 12);

Não tem armazém, costumam pôr nos sacos. Depois este ano não houve produção, uns bichos aí que costumam roer os caniços...É possível que existe [químico para matar] mas para toda a população aqui não tiveram esse apoio... (Associação 15);

E,

Ainda não temos [armazém] da associação porque isso para organizar... para termos força de que essa associação... há que este ano que eles vieram fazer documento porque estivemos fracos dias atrás porque não era reconhecido coiso, a associação... (Associação 17).

As falas acima indicam mais a existência de armazéns individuais do que coletivos (da associação). No entanto, as uniões zonais/comunitárias têm pequenos armazéns, que acabam tendo que ficar disponíveis para as associações sem armazém. Esses armazéns, pelo que constatamos, foram construídos no âmbito de projetos e/ou programas da UNAC e seus parceiros. Mais um elemento que comprova a situação de dependência de apoio/ajuda das associações. Mas as nossas entrevistas evidenciam que construir armazéns das associações foi apontado como uma meta dos associados.

Nesta seção, apresentamos, em forma de continuidade da seção anterior (onde destacamos a fraca mecanização e serviços de extensão rural) outros recursos necessários para a desejada transformação estrutural da agricultura. Assim, tal como os fatores de produção apontados antes, há manifestação de muita esperança na ideia dos CCA como capazes de resolver essa situação. Pois, existe uma ideia generalizada de que automaticamente sua implementação vai se preocupar em resolver as insuficiências e dificuldades que os pequenos produtores associados têm de acesso a sementes melhoradas, fertilizantes/adubos, pesticidas/herbicidas e serviços logísticos de armazenagem/conservação pós-colheita, sem pensar primeiro no lucro, na medida que esses recursos e outros são necessários para que haja melhoria da produção e produtividade, como os serviços financeiros que discutiremos mais em frente.

Todavia, esses e outros fatos que bem-sucedidos podem ser necessários no processo de comercialização e acesso aos mercados que abordamos em seguida. Ou seja, o Estado, principalmente, deve antes de mais nada, pensar em políticas que respondam essas necessidades para os produtores, sem esperar pela implementação de investimentos estrangeiros. Pois, munidos de capacidades e desses recursos, os pequenos produtores se transformam em atores preponderantes no processo de transformação agrícola, sem ser pela lógica de subcontratados e/ou excluídos do processo de desenvolvimento.

6.4.4 Comercialização e o acesso aos mercados

Se for a ver nesse corredor, para Nacala no meio pela estrada vai encontrar muitas balanças de compra, são postos de venda de...de compra e venda de produtos (Funcionário Público 4).

A comercialização, a disponibilidade e o acesso aos mercado (locais, nacionais e internacionais) para a produção agrícola dos e nos CCA fazem parte das narrativas e argumentos para a implementação dos corredores. Essa questão vem do reconhecimento da não existência de mercados regulares, sustentáveis e, em algum momento, justos no que diz respeito aos preços para os pequenos produtores.

O conceito de desenvolvimento rural e agrícola por detrás da ideia dos corredores, no quesito mercados e comercialização, é criticado por alegadamente olhar para os mercados mais globalizados do que para os locais, mesmo sabendo que estes últimos são imprevisíveis, vulneráveis, escassos e nada satisfatórios para os produtores rurais. Sendo que a integração funcional da produção excedentária dos produtores locais, em cadeias de valor rentáveis está longe do desejável. Todavia, continuam incentivos para que esses aumentem a produção e produtividade, mesmo com os obstáculos e necessidades que antes apontamos, mas as dificuldades de ligação dos dispersos pequenos produtores aos mercados persistem. Esses produtores só vêm com bons olhos os investimentos nos corredores se esses melhorarem e diversificarem os rendimentos das comunidades rurais e aumentarem o acesso aos mercados. Sem esquecer a ocorrência de perdas pós-colheita por falta de mercado e mecanismos de conservação da produção (AGUIAR; PACHECO, 2016; BRUNA, 2019; BYIERS; MOLINA; ENGEL, 2016; GARCIA; KATO, 2019;

GONÇALVES, 2020; MOSCA, 2019a; NIJHOFF *et al.*, 2014; OBENLAND, 2014; SMALLEY, 2017; WEST; HAUNG, 2017).

Em Moçambique, a questão da comercialização agrícola é, aparentemente, de conhecimento das autoridades do setor agrícola e do governo, pois os instrumentos de política apontados antes evidenciam a situação de fragilidade dos mercados agrícolas no país, principalmente no meio rural, bem como do imperativo de responder à essas necessidades.

Grande parte dos moçambicanos vive e trabalha no meio rural, por isso a criação de emprego rural é prioritária. Com a ideia do corredores, o investimento no setor agrícola no meio rural é visto como fonte de emprego e de estímulo à economia local, porque os trabalhadores agrícolas tendem a consumir localmente. Mas, como as explorações comerciais e intensivas em mão-de-obra promoveriam o desenvolvimento rural e ajudariam na redução da pobreza (SMART; HANLON, 2014), sem destruir a agricultura local e transformar os produtores locais em subcontratados?

Na seção 6.3 apontamos que o objetivo de fazerem comercialização conjunta consta como uma das metas que fez com que os pequenos produtores criassem as associações. Aqui, a liberdade de entrar em mercados pode ser, ela própria, uma contribuição importante para o desenvolvimento, independentemente do que o mecanismo de mercado possa fazer ou não para promover, por exemplo, o crescimento econômico e/ou industrialização do lugar. Contudo, de modo semelhante, a negação de acesso aos mercados de produtos tende a estar entre as privações enfrentadas por muitos pequenos produtores. Sendo que, ser livre para poder participar do intercâmbio econômico tem um papel básico na vida social, coletiva e/ou individualmente (SEN, 2010).

A comercialização agrícola tem um papel importante na economia moçambicana, sendo a principal fonte de renda e rendimento das comunidades rurais, nas quais a maioria pratica a agricultura. Mas, os sistemas de produção de pequena escala ainda apresentam níveis de produtividade e competitividade baixos. O que revela um enorme potencial por realizar. No entanto, esses pequenos produtores precisam de um processo de transformação possível para uma maior inclusão em cadeias de comercialização, na qual a obtenção de uma renda em dinheiro se transforma em uma necessidade absoluta e universal por atingir. Pois estes ainda não têm o lucro como meta em decorrência de não terem no mercado

como referência de sua produção em virtude da escassez do mesmo (BOURDIEU, 1979; CAMARADA, 2015; MOSCA, 2019a; NOVA, 2019).

Uma das formas de inserção em cadeias de comercialização que os membros associados têm, é a possibilidade de comércio transfronteiriço. Sobre esse aspecto, Lopes (2016) destaca a existência de um considerável comércio transfronteiriço no CdN, ao longo dos cerca de 1.300 Km, separando Moçambique do Malauí, Zâmbia e Zimbabué. De particular interesse está o comércio de milho com o Malauí e Zâmbia, que se mantém informal e é mais ou menos tolerado pelas autoridades desses países. Os depoimentos seguintes indicam a presença do comércio com malauianos, no qual a informalidade destacada acima por Lopes é evidente:

A relação que existe [com produtores de países vizinhos] é muito mais de comercialização, comercialização... Malauí, eles entram para comprar. Temos algumas fronteiras, mas temos umas...porque a linha de fronteira do distrito é muito extensa e a relação que existe, a relação que existe, a relação socioeconômica entre distrito de Mandimba e Malauí é muito forte e antiga. Existe muitas pessoas que vivem no Malauí, mas são moçambicanos e há pessoas que vivem aqui também, mas tem família no Malauí, então há sempre essas trocas comerciais (Funcionário Público 4);

Mercado agressivo, o que está [a] acontecer nessas zonas fronteiriças é...eu não sei se é por causa da própria política do Malauí, os malauianos até março eles já têm dinheiro para comercializar e os nossos comerciantes que aderem a questões financeiras, até março ainda não têm recursos financeiros, só começa no fim de abril, princípios de maio. Então, nessa altura malauiano já entrou com um preço avultado, sim, e ele em pouco tempo absorve todo o produto. Então, os nossos quando vão para lá encontram enquanto o preço já subiu.... (Informante-chave 4);

Sim... tem havido uma e outra nem, principalmente nos distritos fronteiriços, por exemplo em Mecanhelas, Mandimba, alguns têm entrado ali, alguns malauianos compram produtos e vão, quer dizer, numa forma informal, não formal...dentro da lei, quer dizer, das normas do governo...atravessam fronteiras, vão comprar com produtores e... (Movimento Social 3);

E,

Não, dantes de termos compradores, a mercadoria ia ao Malauí, mas quando temos compradores, estimamos o valor de Malauí para aqui, também nós vimos que estamos a roubar a nossa comida, vamos ficar com fome, por isso vale a pena vender daqui mesmo... (Associação 1).

Olhando para a comercialização mais nacional e local, o comércio tem se manifestado pelas trocas entre os compradores e produtores da província, bem como por compradores vindos das províncias vizinhas de Nampula e Zambézia. Sendo que, o caráter da comercialização é igualmente informal, na qual os compradores das províncias vizinhas

vão para os locais de produção localizados nos distritos e localidades da província de Niassa. Sobre esse aspecto e aliado à informalidade transfronteiriça destacada acima, Mosca (2019b) aponta não permitir uma quantificação fundada da comercialização. No entanto, essa informalidade dá ao mercado existente a característica de não permanente, irregular e pouco desenvolvido. Fato que para as associações se manifesta como falta ou ausência de mercado para elas comercializarem seus produtos e excedentes. As falas seguintes evidenciam esse aspecto:

Mas estamos a falar da N13, acesso a Lichinga, nós não temos muito mercado para fornecer Lichinga, yah... Seria N13 a partir de Cuamba para Nampula. Mas estamos a dizer que ao mesmo tempo Nampula também está a produzir e isso desincentiva também, de novo aquela questão... nós podemos produzir tanto aqui, mas depois já não há mercado (Informante-Chave 2);

Nessa parte da produção, semente de soja, o preço não é favorável, estamos a produzir soja, acabamos torrando aqui mesmo, epah, há de vir alguém não sei quê, nós estamos aqui, epah vamos produzir soja, soja, soja, epah não sei quê, quê. Nem apareceu cliente, nem a própria pessoa que era para... esse como se chama, aquela empresa, vinha uma empresa que queria implementar plantação de soja para ração de galinha, mas não apareceu. A pessoa nos registou aqui, foi no Zimbabué, justificativa, corona vírus. Até aqui tem uma fábrica aqui, *no Leaf Tabacco*, um desvio aqui, é mesmo empresa que vinha. Então, aquilo para nós, para desenvolver o camponês é muito difícil, é difícil, o acompanhamento dos técnicos aparece, mas como vender, é que está nos dar dificuldade (Associação 4);

Lá, por exemplo, em 2017 fizemos quase um hectare de horta nem, alface, couve, tomate, só que não tínhamos comprador, então chamamos a [senhora] Vitorina. [Senhora] Vitorina, “nós temos esse produto aqui não estamos a ver onde vender”, então a [senhora] Vitorina falou com a NANI, então a NANI nos chamou, nós fomos para lá, disse aqui eu tenho muitas pessoas que vendem aqui, só vocês podem trazer por semana dois cestos. Nós vimos, dois cestos os produtos vão se estragar, mas com isso tentamos assim, mas o produto mesmo acabou se estragando. Por isso deixamos aquele programa, então entramos na mandioca. A mandioca, há muitas pessoas que saem da cidade irem para lá, levantarem aquela mandioca, é por isso então caímos nessa mandioca, para tentarmos também... (Associação 5);

Não há como. O produto é nosso, mas o comerciante quando produtor dizer esse preço não gostamos, ele também não acredita. Não há maneira, que fazer. [Vendemos] sempre aqui mesmo na comunidade. É aqui mesmo. Às vezes, os clientes são os mesmos (Associação 7);

Normalmente aqui vendemos lá mesmo no mercado, lá na sede do posto. São comerciantes de lá [que compram]. Eles é que decidem [o preço]. Vendemos assim mesmo, por não ter onde vender, como associação não temos mercado... (Associação 9);

Por exemplo, ano passado produzimos muito aquela soja ali, tinha quantas toneladas, tinha duas toneladas e meio, então, ficamos aflito onde vender aquela

soja, desmoralizou onde vender, este ano deixamos, não fizemos, fomos no gergelim, esses produtos de rendimento, é verdade, nós não temos padrões fixados que comprem aqueles produtos, você só faz aqui da sua maneira, da tua maneira, procura, encontra, pronto, semeia, não tem mercado onde vender, só que ali há de encontrar outro estou comprar 19 meticais, eu para comprar 18 conto, você fica desmoralizado... (Associação 12);

E,

A colheita que nós produtor, que nós que estamos na associação, estamos passar mal, não temos comprador, porque não temos comerciante para comprar, não temos, assim estamos [a] chorar, estamos passar mal. Por exemplo, neste ano, muito gergelim que nós temos na associação, mas vamos sofrer comprar, não recebe nem balança, nenhuma coisa que está nos ajudar, não temos nada... Estamos vender a maneira, ver outra balança, correr para lá, assim associação vai ganhar? Só estamos ver balança pessoa que está comprar, nós estamos correr aí para... [o preço] não é bom... (Associação 16).

Essa não permanência e irregularidade do mercado, é que faz com que as associações falem em ausência de mercado, que também tem nas dificuldades de transporte ou de transportar os produtos dos locais de produção, nos quais estão baseadas, um dos fatores de destaque. Assim, esse fato, para Nova (2019) indica a persistência de imperfeições no funcionamento dos mercados, na medida em que há escassez de meios de transporte pelos pequenos produtores. Fato que não lhes dá fácil acesso físico aos mercados, dificultado também pelas más condições das estradas, custos altos de transporte e armazenamento, que possibilita que ocorram perdas pós-colheita. Acrescentado a informação e conhecimento desigual entre agentes econômicos sobre os mercados e preços, com enorme desvantagem para os pequenos produtores.

As falas que seguem, comprovam como a questão do transporte se manifesta nas associações:

Porque aqui na província o.... a cultura de feijão, o feijão sai muito porque vem caminhões, então os comerciantes também saem para o campo, recolhem o feijão e depois vendem a eles, uma vez que eles não podem chegar lá ao longe, então os comerciantes locais é que vão buscar, depois abastecem eles. Agora quando eles sumiram aquele período que não havia comercialização, o camponês começou a sentir que está sendo afetado com esse... (Movimento Social 4);

Não, procuramos outros produtores, localmente, aqui no distrito também, outras províncias, Nampula. Não, eles é que vêm na associação. De antigamente levávamos daqui na associação para Cuamba, mas daí criamos esse mecanismo e andamos a perder, vale a pena andar o próprio comprador para aqui na associação (Associação 1);

Estava caro o transporte, com aquele movimento dos carros, fomos uma vez e não ganhamos nada, sim...então daí vendemos aqui de vez. Não sei este ano com essa estrada boa, talvez, nos deslocar. Outro tiramos vendemos nós próprios, outros então fizemos levantamento, eles vêm comprar e vão revender... (Associação 2);

Nós vendemos lá mesmo [na associação], porque os compradores, nós procuramos os compradores e chegam lá, chegam de lá mesmo. Vêm de Lichinga, vêm de Nampula, o ano passado já tivemos de coiso, Marrupa (Associação 3);

Depois da colheita o objetivo é de vender, mas agora como os próprios comerciantes que às vezes chegam, já demoram, chegam um pouco tarde. Às vezes o próprio preço com que compram, já é um preço que não faz com que a associação não tenha mesmo um rumo normal. Quando é o produto, a associação tem que pesquisar um comerciante, faz um contrato com ele, então a associação já organiza o produto, vem o comerciante compra, leva... São comerciantes de Cuamba. Os produtos eles levam através da estrada, carros, eles saem de lá. O comerciante é que vem... (Associação 6);

E,

Costumamos reunir uma parte vender e o restante é consumo da casa. Para vender, aquele vende-se, às vezes epah, há uns que vêm aí para comprar, conforme...às vezes AGRICOM⁹⁸ aparece para comprar, então vendemos lá mesmo...Para ir para Nampula, para Lichinga é preciso transporte, ter um dinheiro para pagar aluguer do carro, não há maneira, só vende assim mesmo... (Associação 8).

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA) reconhece que muitos pequenos produtores participam do mercado de produtos de maneira muito desfavorável, pois vendem logo após à colheita e a preços baixos, e voltam a comprar os mesmo produtos durante a época da fome. Mas a preços mais elevados, bem como dispõem de fraca disponibilidade de informação sobre mercados e preços. Apontamos antes que menos de 40% das pequenas e médias explorações tiveram acesso à informações sobre os preços dos produtos agrícolas nos mercados (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2021; MOÇAMBIQUE, 2011).

Negrão (2008) aponta que a falta de informação sobre o mercado deve ser relativizado. Para o autor, mesmo sendo verdade que a falta de informação sobre preços e oportunidades de mercado aumente os custos da transação para o pequeno produtor, não é menos verdade que, mesmo com essa informação o produtor rural não pode responder positivamente aos sinais do mercado se não tiver acesso ao crédito ou outra fonte de renda, uma vez que sua poupança sendo baixa este vai ficar sem alternativa e ficando numa situação na qual é obrigado a vender o produto ao preço ditado, sem negociação possível, pelo comprador.

No entanto, os pequenos produtores associados vendem sua produção aos diferentes compradores, geralmente a um preço relativamente menor, entre outros aspectos,

⁹⁸ Empresa estatal criada no pós-independência, responsável pelo armazenamento e comercialização da produção agrícola. Hoje é designado Instituto de Cereais de Moçambique (ICM).

devido à baixa qualidade. Essa qualidade está associada ao baixo uso de insumos, apontados antes, a falta ou fraco processamento da produção e a baixa capacidade e poder de negociação dos preços (NOVA, 2019). Fatos que fazem com que existe

A persistência de privações entre segmentos da comunidade que permanecem excluídos dos benefícios da sociedade orientada para o mercado, e os juízos, inclusive as críticas, que as pessoas podem fazer sobre diferentes estilos de vida e valores associados à cultura de mercado (SEN, 2010, p. 21).

Os depoimentos que seguem, comprovam as desvantagens que as associações têm no que diz respeito aos preços das mercadorias que comercializam, caracterizando a injustiça do mercado para eles. Essa situação é apresentada num primeiro momento pelos Informantes-chave, pelos Funcionários Públicos e pelos Movimentos Sociais:

Mas de que modo o gergelim é comercializado, é que o Bangladesh, paquistanês, entra lá nos confins para poder decidir seu preço para poder comprar o gergelim e trazer aqui para fora. Então, é uma situação de que não tem uma estrutura própria de facilitação, sobre ponto de vista de criação de vias de acesso para zonas mais recônditas, criação de zonas de concentração de toda produção para um determinado local, onde a comunidade entende ou a população entende que eu vou vender neste centro aqui de forma mais oficial, com uma tabela ajustada, acertado... negociado com o próprio produtor, não existe. E chegou um Bangladesh “eu vou comprar a tanto, vocês não querem, eu estou a sair”, porque o produtor quer dinheiro e está a vender a aquele preço, pode ser um preço muito irrisório, está a vender (Informante-Chave 2);

[O preço] é tabelado e vai...a princípio, o produtor e comprador eles negociam e tem fases de venda. Neste período que estão a começar a vender o preço é mais reduzido e vai aumentando gradualmente com o passar do tempo. Então o que fazem, se aqui os compradores locais estão a comprar a 5 meticais/kg, por exemplo nem, eles lá na fábrica sobem um pouco mais, fazem a 7/8 meticais cada quilo, então, para os produtores poderem reunir, mas tem um detalhe nem, eles não compram à quilo lá. Essa subida de preço não é por quilo... [não] pode ir com dois quilos e vender, não, tem que reunir uma boa quantidade, então eles abrem esse espaço, eles vendem com dois ou três meticais a mais por quilo (Funcionário Público 3);

Yah, isso sim acontece, mas também depende da união da própria comunidade ou da própria associação, porque o próprio produtor deve ser atualizado, já sabe qual é o preço do mercado, então se existe uma união entre os membros daquela comunidade ou daquela associação, eles podem dizer que não, “nós não vendemos à vocês, nós vamos decidir, procuramos um outro comprador, vir fazer a comercialização conosco ou nós levamos nosso produto, nós vamos se arriscar de transporte”. Mas agora, por causa de... isso posso dizer, por causa de pobreza, ou por causa de insuficiência de fundos, alguns acabam mesmo aceitando...Enquanto que aqui nós não temos uma empresa que quer ajudar ao produtor (Movimento Social 2);

As capacitações temos feito nem, só que é difícil, torna difícil essa negociação, porque quem define os preços são os próprios compradores, quando vêm aqui

eles ditam preço, e já quem não vende para ele, pronto... Pode você entrar em negociação, acaba deixando seu produto e vai comprar com outro (Movimento Social 3);

E,

SDAE tentou estabelecer alguns anos os preços, mas o próprio produtor como pessoa, com muita dificuldades, estamos a falar de doenças, de [material escolar para filhos] alunos, não sei quê nem, então lhe torna difícil, aparecem os compradores, depois discutem o preço, o comprador acaba deixando o produto, mas você vendo aquela dificuldade, é obrigado a vender num preço baixo. Então, aqui eu dizer a verdade, o SDAE tentou muitos anos, mas para o produtor ultrapassar suas dificuldades torna difícil aguardar os momentos específicos para os preços altos, torna difícil (Movimento Social 5).

Num segundo momento, as próprias associações reforçam a situação de injustiça do mercado no que diz respeito ao preço, bem como a sua falta de capacidade e poder de negociação do mesmo:

Ele quando aparece aqui vem diretamente com o preço dele, exemplo assim, já começaram nos ameaçar, dizer “epah, nós estamos lá com um 50 meticais o quilo, não sei quê”, como não temos como, somos obrigados a ir vendermos aquela coisa do que estar dentro da casa, porque não temos onde colocar...tentamos discutir, na parte de comercialização, nem o governo consegue esclarecer-nos, o comprador vem com sua balança, “eu aqui é tanto”. Mas nós tentamos desafiar, discutir preço, há de ouvir “já discutimos preço diretamente lá, isto é uma coisa anunciada pela rádio”, RM-jornal, nós ficamos limitados como camponês... (Associação 4);

Estamos juntar no mesmo lugar, quando vem o comprador pesa, pronto... [vem da cidade], outra vez vem Zambézia, outra vez vem da cidade. É o comprador, aquele que compra é que está nos falar “eu compro tanto o quilo”, se nós epah, se nós epah, mesmo querer ou não querer, vendemos... não temos maneira como recuar, não há outro patrão também... Acho que para essa toda zona funciona da mesma maneira...vem alguém da cidade...mesmo comerciante que quer gergelim vem com preço dele, de milho também vem com preço dele (Associação 11);

Temos problema de mercado, não temos mercado fixo, essa pessoa só leva, vem esses malta aí... esses nampulenses, de Nampula lá, vem comprar três, quatro dias esses produtos, por isso dizer que temos mercado fixo mesmo, ainda não temos... De Cuamba só vem um indiano, compra gergelim, feijão gude, milho... O preço é barato para nós, ele vem com preço dele, “eu posso comprar esse milho, é sete meticais por quilo, este gergelim posso comprar 35, 45... acontece... [quem diz o preço] é o indiano, o comprador...” (Associação 12);

Para aqui não...conseguimos [vender], como aqui costumam vir outros patrões lá na cidade, por exemplo aqui temos uma paragem ai, coiso, no 16 ali... lá feira... há um patrão que compra sempre, cada um quando consegue uma coisa de metade, é soja, gergelim, feijão fino, é milho, sempre estamos vender ali. [Quem coloca o preço do produto] é o patrão que vem para comprar, não é o produtor não...sim, aceita mesmo, que fazer, não há maneira...sempre, cada um, aquele que vem sempre para comprar produto, preço quem fala é aquela pessoa mesmo...sempre estamos aceitar, que fazer, não sabemos como negar... (Associação 13);

O milho e gergelim costumamos vender aqui no mercado e pela estrada porque alguns clientes compraram aí, então daí nós é que levamos aquilo e carregamos para lá e vendemos os produtos. Nos anos atrás vendíamos com coisa, esse João Agricultor, mas das tantas os preçários eram diferentes, esses que compravam na estrada compravam por um valorizito assim, enquanto ali no João era baixo preçário...então, mas muito, muito vendemos nessas pessoas que compram pela estrada. Vem mesmo da cidade para aqui com balanças deles, então costumamos vender ali mesmo, não temos próprio mercado... [Quem coloca o preço] é o comprador, aí então é que há problema porque põe eles mesmo, nós compramos o milho por 8 meticais ou 10 meticais, nós também com a falta estamos a vender, mas não somos nós a pôr aquele preçário... Sim costumam [vir pessoas de Nampula] põem o preço eles mesmo próprios... (Associação 17);

E,

Claro que a soja, o milho neste tempo da primeira campanha nós não temos o próprio comprador, porque os compradores quando vem aqui, realmente estão a estipular um preço que eles gostam nem, por isso um produtor já não tem margem, já não tem vantagem porque, por enquanto o milho agora está vender 5 meticais o quilo. Então, você o que fazer, nós podemos aceitar para vendermos a esse preço. Em termos de soja também é idem, eles marcam preços sozinhos, “nós compramos 1kg [por] 20 meticais”, então epah, o que fazer não podemos vender, arranjar outro patrão que pode comprar, aceitamos com esse preço... (Associação 18).

Figura 7 – Ponto de venda e compra informal.



Foto: Hélio Maúngue 23/04/2021.

Estudar as transformações sociais para Castles (2002) parece aumentar a percepção das diferentes localizações sociais, da diversidade dos interesses e do acesso diferenciado em processos de desenvolvimento. Assim, o fraco poder de negociação que as associações apresentam, que as faz aceitar o preços estipulado pelo comprador, coloca-as numa situação que na ótica de Bourdieu (1979) a agricultura praticada por elas é tida como uma atividade da qual não se espera, na maioria das vezes, outra coisa senão os meios de

subsistência. Isto é, se constitui aos olhos dos membros das associações, uma coisa para a qual se resolvem por falta de coisa melhor. É como se a miserabilidade dos preços que se lhes impõe é uma necessidade tão total a ponto de não deixar com que elas entrevejam uma saída razoável. Portanto, é como se vivessem esse sofrimento como sendo coisa habitual e, por não possuírem o mínimo de segurança e de cultura indispensável para o processo de negociação dos preços, não podem conceber uma mudança da ordem social que seria capaz de abolir as causas dessa injustiça do mercado.

Os depoimentos acima comprovam, também, uma estrutura de mercado desfavorável aos pequenos produtores. Para a maioria dos casos persiste uma estrutura imperfeita de troca. Os produtores têm que vender, imperativamente, a produção pós-colheita devido a dificuldades de armazenagem e conseqüente riscos de perda, à baixa formação e informação sobre os preços de mercado, negociação quase inexistente e venda relativamente baixa aos preços que vigoram ao longo do resto do calendário agrícola. Os mesmos depoimentos indicam que preço alto para os produtores, diferente do marcado pelo comprador, seria o preço justo e ganhos diretos generalizados para eles (JÚNIOR *et al.*, 2015; MOSCA, 2015; MUTEIA, 2015; NOVA, 2019).

No entanto, existe uma crença entre esses produtores de que o mercado ou o acesso ao mesmo expandirá a renda, a “riqueza” e suas oportunidades econômicas. Nesse sentido, restrições ao mecanismo de mercado podem reduzir liberdades devido aos efeitos consequenciais da ausência desses, já escassos, mercados. Por isso, não proporcionar às pessoas as oportunidades econômicas e as conseqüências favoráveis que os mercados oferecem ou podem oferecer pode resultar em privações diversas em quem precisa dele para ampliar suas oportunidades no mundo da vida. Portanto, de um modo geral, e mesmo que a comercialização se torne cada vez mais rara, ela precisa ser mais facilmente admitida e inserida nos meios rurais. Na medida em que, a penetração do espírito monetário, como veremos em seguida, entre as associações dos pequenos produtores é menos profunda e as atitudes correlativas menos largamente propagadas. Mas, acima de tudo porque o mais óbvio de todos os recursos que eles dispõem é ainda produto direto da agricultura, a principal atividade e de garantia de renda (BOURDIEU, 1979; SEN, 2010).

Os dados que trouxemos nesta seção (reforçando as anteriores), evidenciam que ao se processar a transformação estrutural da agricultura no CCA de Nacala, é preciso olhar e resolver as distorções de mercado que aqueles que ainda são a base da produção

agrícola no meio rural, os pequenos produtores, são vítimas. Transformar essas distorções em benefício dos pequenos produtores, principalmente com ideia dos corredores e seus investimentos, passa por dotar de capacidade de transporte, vias de acesso físicas aos mercados, regularidade e/ou permanência de mercados, infraestruturas de armazenamento e conservação pós-colheita, para poderem vender quando os preços estiverem altos.

Assim, esses produtores conseguem ter e se integrar num mercado local, sem verem suas expectativas frustradas quando o governo e seus parceiros internacionais se concentrarem nos mercados mais regionais e globais. Portanto, há que pensar em políticas que olhem para a superação desses desafios de acesso aos mercados e da comercialização, de modo que essas associações liderem as cadeias de abastecimento, como mecanismo de cadeias de valor competitivas e inclusivas nos dispersos mercados comercializáveis (NOGALES, 2014; SMALLEY, 2017).

Porque, com os corredores e os investimentos, com a participação do Estado, que o sustentam, com uma orientação pelo desejo capitalista de acumulação e lucro não vão olhar para os excedentes da agricultura pensando em desenvolver os mercados e a economia rural local, mas pegar esses excedentes para alimentar a indústria agrícola internacional (LEVIEN, 2014). Na medida em que, existe o risco da a atenção ser mais para os mercados globais sem se desenvolver e estabelecer mecanismos de comercialização local e nacional que absorvam os pequenos produtores, sendo que esses passarão aos esquecidos e excluídos com a materialização do foco em mercados e cadeias de valor regionais e globais que orientam o desenvolvimento dos corredores.

Ou seja, com os investimentos os pequenos produtores correm risco de serem esquecidos em benefício das cadeias de valor globalizadas, pois estas é que são a fonte para o capital obter lucro e retorno aos investimentos, sendo os pequenos produtores colocados à serviço dos investimentos subcontratados e/ou fornecedores de produtos sem nenhum processamento – matéria prima bruta. Portanto, as mudanças nos modos de produção, comercialização, conservação e de transporte da produção, atuais, dos pequenos produtores podem gerar transformações estruturais e agregadoras de valor nesse grupo, tornando-os competitivos (QUINTANEIRO; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2003).

Contudo, esses elementos não são os únicos que podem conferir vantagem no acesso ao mercado, para melhoria de suas condições de vida. A questão de acesso,

disponibilidade de crédito e financiamento, que veremos em seguida, também agrega valor ao processo de transformação e desenvolvimento da agricultura dos pequenos produtores.

6.4.5 O acesso ao crédito e ao financiamento para a produção

O discurso e a narrativa que há necessidade de ajudar os pequenos produtores para que esses contribuam e participem no processo de transformação social e de desenvolvimento rural e agrícola, está presente nos planos, projetos, programas e políticas do governo em Moçambique. Essas ações têm nas agências “doadoras” e financiadoras internacionais os principais parceiros, sendo que o modelo de desenvolvimento que os corretores perspectivam tem no financiamento para o desenvolvimento da agricultura um dos seus instrumentos.

Nesse sentido, tal como as necessidades atrás documentadas, o acesso ao crédito agrícola é, principalmente, entre os pequenos produtores também um aspecto importante. Ou seja, sem que os pequenos produtores tenham no acesso ao crédito um elemento catalisador na desejada, mas pouco efetivada, transformação estrutural da agricultura, a implementação dos corretores com a sua componente de investimento encontrará um segmento já atrasado e fraco no processo de barganha por mercados, aquisição de insumos e fatores de produção. Portanto, sem a provisão dos elementos antes indicados para o processo produtivo das associações, a transformação social que essas vivenciarão pode se manifestar por um crescimento desigual em relação aos investimentos, o que aumentará sua desvantagem e marginalização na corrida ao desenvolvimento (CASTLES, 2002).

O Estado moçambicano, especificamente o setor agrícola estatal, tem noção do fraco acesso ao crédito e ao financiamento para produção na agricultura como um todo. Assim, há um destaque e necessidade da expansão do crédito agrícola e rural que se encaixe nas características e os objetivos do pequeno produtor, bem como no desejo de aumentar a produção e produtividade no meio rural, uma vez que os dados do IAI-2020 apontam que os pequenos e médios produtores tiveram em conjunto acesso ao crédito abaixo de 1%, exatamente 0.6%. No entanto, as província do Niassa e de Manica, respectivamente, com 1.2% são das províncias que mais tiveram acesso ao empréstimo/crédito para fins agropecuários, e com porcentagem acima da média nacional. Esse crédito, é o empréstimo para fins agropecuários que é concedido à um agregado familiar, membro de um agregado e grupo de produtores (associações ou cooperativas) em

dinheiro ou em espécie por um banco, entidade governamental, ONG ou uma outra organização vocacionada (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2021).

Ao longo do CdN, atualmente, não existem bancos comerciais que concedam crédito com enfoque agropecuário e de fácil acesso aos pequenos produtores. Segundo Fink (2014) o Banco Terra, hoje comprado pelo MozaBanco, concedia empréstimos a partir de 500.000 MT (32 mil USD), sendo que outras instituições como bancos de micro finanças⁹⁹ que oferecem produtos ou insumos agrícolas requerem garantias que cubram o montante de empréstimo. Contudo, dado aos baixos níveis de rendimento, essas condições prévias dificultam o acesso ao financiamento por parte dos pequenos produtores.

Pois, acrescentam Smart e Hanlon (2014) estes produtores ainda são extremamente pobres e o rendimento médio rural é baixo que só chega, por exemplo, para comprar meio saco de fertilizante e os produtores ainda tem despesas com roupa, alguma alimentação, educação dos filhos e outras necessidades. Portanto, esses, como vimos antes, não podem pagar fertilizantes suficientes, moto-bombas, tratores (e outros meios mecanizados), bem como outros fatores essenciais que permitam pensar em fazer uma agricultura comercial.

No país, continuam escassos e limitados fundos públicos para a agricultura. Nos distritos existe a iniciativa, desde 2005, do Estado denominada Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD). Este fundo surgiu no âmbito da descentralização administrativa e política, que inicialmente era chamado de Orçamento de Investimento de Iniciativas Locais (OIIL) e passou a ser comumente chamado de “Sete Milhões”, pois era o valor em meticais que era alocado aos distritos. Criado com o objetivo de combater a pobreza rural (e depois urbana) está destinado a promoção do desenvolvimento econômico e social, e tem os distritos como polos de desenvolvimento (FINK, 2014; ROSÁRIO; KUHN, 2020). Sob gestão dos governos locais (distritais) os interessados devem conceber um projeto para que acedam ao fundo, com sucesso recebem o montante pretendido e depois devolvem segundo as regras do empréstimo. Para os governos locais, embora poucos, os fundos devem estar disponíveis para todos os necessitados.

Com o objetivo de melhorar o bem estar das famílias o FDD é direcionado para o financiamento de iniciativas localmente priorizadas e que contribuam para a redução da

⁹⁹ Por exemplo, Niassa dispõem de quatro operadores de micro crédito que operam nos distritos de Cuamba e Lichinga, três agências de micro bancos que funcionam nos distritos de Mandimba, Marrupa e Lichinga (GOVERNO DA PROVÍNCIA DO NIASSA, 2017), para um total de 16 distritos que a província tem.

pobreza. Assim, o desejo é que o seu desembolso aos beneficiários seja realizado em termos favoráveis aos requerentes, nos quais a devolução facilitaria aos governos locais financiar iniciativas de outras pessoas. No entanto, o fundo é caracterizado por ter criado muitos inadimplentes, de beneficiar pessoas instruídas, pessoas com alguma capacidade financeira, líderes e funcionários públicos locais (CAPAINA, 2015). Portanto, pouco financiamento do FDD tem servido para desenvolver a agricultura e aos pequenos produtores, especificamente, pois esses estão longe de preencher os critérios indicados atrás de quem têm conseguido aceder ao fundo.

Neste sentido, essa tentativa “política” de inclusão financeira precisa ser revista ao ponto de poder incluir os pequenos produtores. Na medida em que, conseguindo formular projetos financiáveis eles podem adquirir os fatores de produção e/ou insumos necessários para incrementar a produção e produtividade dos mesmos. Fato que lhes garantirá competitividade para aceder e alimentar os mercados locais, bem como se prepararem para entrada das cadeias de valor regionais e globais. Os depoimentos que seguem, comprovam a situação de ausência de crédito e/ou financiamento à agricultura, como um todo, bem como essa situação chega a atingir aos pequenos produtores. Fato que impossibilita que ocorra um investimento nas atividades agrícolas e assim contribuir para o desenvolvimento e transformação da agricultura:

(...) nós temos problemas de recursos financeiros no nosso país. Não temos crédito agrícola aqui, francamente falando, sem falar no déficit na assistência técnica, não temos crédito agrícola, que é um ativo para a produção. Mas, vais para Malauí temos muito isso, tem muito sistema de crédito agrícola no Malauí, crédito bonificado como se não bastasse. Mas eles também têm problema de terra. O que é que eles fazem, os produtores de Malauí pedem crédito, são concedidos créditos em Malauí, atravessam para Moçambique, vem produzir em Moçambique¹⁰⁰ e levam a produção de volta para Malauí, não sei se me façam entender... (Movimento Social 1).

Um dos grandes entraves é que [o banco] não aceita financiar a agricultura e tem que o produtor hipotecar algo para receber o valor para... Depois à agricultura tem seus riscos, como diz [o banco], todo o processo tem risco, toda atividade tem risco, então eles não abdicam, não gostam de financiar o produtor porque sabe que vai perder, devia ter.... por isso está a passar novos programas [em] nível da agricultura, para apoiar esse pequeno agricultor que não tem posses para ir ao [banco pedir empréstimo] (Funcionário Público 1);

Acho que o financiamento por parte da agricultura é um calcanhar de Aquiles, parece-me que as pessoas para investirem na agricultura encontram muito risco, então, aqui financiamento mesmo, linha de financiamento só está com a GAPI,

¹⁰⁰Este fato, de produtores malauianos entrarem para produzir em Niassa reforça o argumento de disponibilidade de terra fértil.

GAPI-PROMER. Mesmo os bancos parece que dificilmente dão os créditos, falar de financiamento para agricultura é quase que inexistente. [Tempos atrás] tínhamos a linha do [Fundo de Desenvolvimento Agrário] FDA, que financiava um e outro projeto, mas desde 2016/17 já não há essa linha de financiamento, então é quase inexistente essa linha de financiamento para agricultura, a não ser pelo GAPI. Mas parece que os que tentaram concorrer pelo GAPI, pelo que ouvi parece que há muita burocracia, muita exigência e as pessoas acabam desistindo. Não sei bem detalhar, mas dizem que há muita burocracia, há muita coisa por preencher, muita morosidade, tem que dar muitas garantias, as pessoas querem tentar [o] melhor, se nem têm o melhor, se calhar nem sequer têm casa melhorada, tem que penhorar muita coisa e as pessoas acabam desistindo. Eu participei numa reunião a [pouco tempo] com os passes no âmbito do SUSTENTA, para se desenvolver uma linha de financiamento mesmo da GAPI, mas alguém levantou-se [para] dizer que é muito [cara] essa burocracia e as pessoas quase que desistem do financiamento, do pedido do financiamento.... (Funcionário Público 2);

O Fundo de Desenvolvimento Distrital tem financiado sim alguns projetos, mas não tem... como posso dizer, o beneficiário não é aquele produtor, aquele pequeno produtor nem que nós conhecemos, são pessoas um pouco escolarizadas, que conseguem elaborar o projeto e submeter. Mas aquele produtor que está lá na *machamba* dificilmente costuma ter acesso ao crédito que usa para agricultura (Funcionário Público 3);

Não temos, ainda estamos muito em baixo, porque não... o problema de acessibilidade do crédito, nós não temos acessibilidade do crédito cá, não temos agências ao nível do distrito, fora do SUSTENTA. Nós estamos a dar crédito em insumos, crédito rural, não temos agências de crédito, financiamento de crédito para agricultura [em] nível do distrito. Sete milhões, não tenho muito, ainda funciona, mas ainda com muito déficit porque está-se a fazer o refinanciamento, mas não nos moldes [desejados] porque tem que se usar o mesmo valor, só que os valores ainda para retornar está... Mas ainda acho que foi no ano passado, já não me lembro bem, que foram financiados algumas pessoas que pediram crédito. Outra coisa tem a ver com... o produtor não tem um... é preciso... existem agências que podem financiar, fora da província, mas por causa da burocracia, os requisitos, as garantias, é um impasse para o pequeno produtor poder pedir o financiamento. Existe vontade do pequeno produtor querer ter financiamento (Funcionário Público 4);

Primeiro os documentos que o próprio governo pede, de modo que a associação pode mostrar aquela documentação, é primeira coisa. Segunda coisa é de dizer epah, nós já sabemos se vocês pedem esse dinheiro [e] é normal vocês não devolverem ou o quê. Mesmo eles verem a área, eles podem não aceitar, porque já estão a ver que há uma tradição que acontece, diz-se dinheiro vai onde há dinheiro, se não há dinheiro é difícil entrar lá o dinheiro. Mas muito... onde há barreira é aqui na documentação, eles dizem um coisa, há de ouvir precisam de documento X, a associação deve tirar esse documento, então há coisas que... às vezes nossas associações não têm essa documentação toda (Movimento Social 2);

E,

Com a exceção do GAPI que até aceita garantias como animais pecuários, como casa, não interessa se é melhorada ou não, os bancos tem outro tipo de condições.

É claro que o BCI¹⁰¹ tem aquele nível de crédito para o agropecuário, mas [em] nível da comunidade acho que precisaria fazer um trabalho de base nesta questão de terem documentação, também perceberem as modalidades de, quer dizer, é desembolso nem, reembolso (risos) nem, porque, yah, não é só levar o valor, é levar [e] investir para depois pagar. Mas tem a GAPI que tem, que aceita garantias porque a comunidade tem a possibilidade de dar esses bens como garantia, mas, pelo menos, do que eu já vi a questão de conta bancária, a questão de saber ler e escrever são questões que parecem pequenas, mas para a comunidade são bastante desafiadoras para aceder ao crédito (Informante-chave 5).

O acesso ao crédito e financiamento torna-se um recurso que pode facilitar um pouco de tudo nos pequenos produtores associados. Desde à aquisição de insumos de produção, de equipamentos de trabalho e sua manutenção, deslocação aos mercados para colocar seus produtos à venda, etc. Assim, esse recurso, em forma de capital (dinheiro), é visto como um denominador comum em tudo que o produtor precisa, principalmente para fugir dos esquemas de doações e ajudas que temos vindo referenciando. Algo que é do conhecimento do produtor. No entanto, é um instrumento subestimado ainda, ou pelo menos o seu desempenho na agricultura continua ainda adiado (CAPAINA, 2015; NEGRÃO, 2008). Os depoimentos seguintes evidenciam como está a questão do limitado acesso ao crédito e financiamento para a produção das associações entrevistadas:

Não, a associação ainda não tem capacidade conseguir acesso ao crédito, só que nós estamos a fazer grupo de Poupança e Crédito Rotativo, aquele mesmo valor daí mesmo é que associação... Poupança dentro da associação e leva aquele crédito e vai fazer negócio e volta com juros (Associação 1);

Não temos onde pedir, só que nós pagamos quota mensal, então aquele dinheiro que poupamos compramos instrumentos. Da associação, pagamos quota mensal. Não temos conhecimento que podemos pedir dinheiro no governo, nossa associação, nunca fomos [pedir]. Se houver alguma oportunidade podemos abrir conta no banco, para estar abrir conta no banco [e] estar a depositar dinheiro de quota, então daí podemos [pedir emprestado] dinheiro. Então como não abrimos conta no banco, talvez este ano... (Associação 2);

Para nossa parte quando entramos... na associação ainda [não pedimos crédito], então pensamos [no] ano passado, então talvez para vir tentar este ano aqui, sim. Talvez a crítica podemos deixar na liderança, às vezes quando chega esse tipo de coisas sempre vem na liderança, no líder, o líder é que pode expandir. Também pode vir e quem assina é o próprio líder mesmo, então isso às vezes, não fazemos [porque] não percebermos bem (Associação 5);

Não há, porque a associação tenta pelo menos fazer esse pedido, mas não sai assim positivo, não temos... A associação não se beneficiou, pedíamos, mas não saiu positivo (Associação 6);

¹⁰¹Banco Comercial de Investimentos (BCI).

Nunca, mas epah isso torna difícil, essa coisa, isso torna difícil, não aceitam de qualquer maneira nada... tentamos, mas não estamos a conseguir... Proíbem aquele dinheiro, não é que não tem, eles, aqueles atores proibem, seja aqui no bairro você para levar declaração é assunto, então epah, ficamos cancelados (Associação 8).

Não, não pedimos... Conhecemos [o FDD], ainda não pensamos. O que acontece [é que] várias vezes há algumas associações que faziam... mas não houve resultado daquele dinheiro. Faziam projeto mas não conseguia levantar... (Associação 12);

E,

Dificuldades sempre não falta, nós que somos camponeses temos muitas dificuldades, por exemplo, essa parte de crédito em dinheiro, não sei se fosse que é uma coisa que fazem de propósito, nós então íamos gostar muito para termos um pouco, acrescentar os nossos hectares. Por exemplo, nós aqui estivemos aumentar anos e anos um hectare... mas se fosse que tínhamos um crédito que anda por aí íamos fazer seis hectares, sete hectares ao mesmo tempo, para ir avante, mas aqui não conseguimos, só isso só (Associação 16).

O fraco acesso aos fatores e insumos apontados antes, sem precisar depender de projetos e programas de ONG's, só será ultrapassado se as associações tiverem níveis de renda e rendimento que lhes garantam possibilidades de crédito e financiamento à produção ou mesmo que tenham lucros suficientes que lhes permitam investir sem recorrer aos empréstimos. Para tal, uma política de financiamento rural que seja abrangente e nada excludente dos pequenos produtores “iletrados”, “que intermedia recursos públicos destinados ao custeio e ao investimento agrícola” (LEITE, 2019, p. 304), se manifesta como algo importante para investir e aplicar.

Na seção (6.3) em algum momento as associações apontaram que entre os objetivos estava a criação de grupos de poupança, ou simplesmente, grupos de Poupança e Crédito Rotativo (PCR), como uma espécie de economia solidária. Esses grupos são a manifestação de um mecanismo pelos qual as associações conseguem minimizar algumas dificuldades entre os membros, além da questão produtiva. Assim, os grupos de PCR funcionam como sistemas de financiamento informal, que em conjunto com os poucos mecanismos formais de crédito no meio rural são fundamentais para melhorar a condição social e econômica das comunidades rurais – desenvolvimento rural (BÚRIGO, 2010; NEGRÃO, 2008). Ou seja, conseguem dar conta de algumas necessidades básicas que não podiam por conta da fraca disponibilidade de crédito na comunidade ou mesmo pela dificuldade de acederem ao crédito formal, principalmente pela atividade de risco que exercem e por não terem as garantias que são exigidas.

Para Carrilho e Teyssier (2011) esses grupos podem ser vistos como verdadeiras escolas de gestão financeira e de promoção de poupanças, pois são uma base sólida para preparar à futura clientela dos sistemas financeiros formais. Ou seja, a sua experiência pode igualmente servir de familiarização e incorporação da cultura de poupança e crédito nessas comunidades rurais, bem como meio caminho para que as comunidades possam enfrentar a questão do crédito formal e, conseqüentemente, desenvolver uma cultura de pagar o empréstimo concedido. As falas seguintes comprovam a presença e manifestação dos grupos de PCR entre as associações:

Sim... quando recebemos aquele dinheiro da poupança, como dividimos aquele tempo de fome, estamos a comprar comida para comer com [os] nossos filhos. Quando estamos poupar costumamos dividir no mês de dezembro. Dezembro para janeiro.... É tempo de fome, compramos comida... outro [deixamos] para a *machamba*... É também este dinheiro que ajuda na *machamba* (Associação 4);

Maior parte é poupança através de crédito rotativo aqui dentro da comunidade... quando chega fim do ano, cada pessoa leva o que ele deixou lá... estamos aumentar área da *machamba*... (Associação 5);

Às vezes usamos na *machamba*, também compramos roupa para as crianças, quando é fim do ano, de janeiro... o resto [é] só comprar comida (Associação 11);

Sim fazemos, começamos anos passados...abrimos para ajudar na *machamba* de lá... da associação... que temos lá usamos na *machamba* da associação, como temos um hectare de gergelim da associação... (Associação 12);

Quando chegou tempo de abrir aquele coiso ali, cada um quando recebeu moeda dele, cada um estava a fazer trabalho dele, um estava para comer, comprar roupa para crianças, comprar milho... (Associação 13);

Levamos para *machamba*, pouco deixamos em casa para consumir com ele... (Associação 13);

A poupança é vantagem para nós camponeses, porque nós sabemos a maneira de contar, porque daqui para a cidade... então governo pensou de poupança, está nos ajudar, está ajudar criança. Esse tempo aqui de poupança, temos muitas coisas, pratos... de poupança... (Associação 16);

E,

É da associação...claro que, quando nós abrimos a caixa da associação, em primeiro...já, em vez de epah... para aproveitar esse nosso dinheiro fizemos o seguinte, então esse dinheiro...uma vez que nós abrimos no mês de dezembro para aproveitar esse dinheiro, então vamos aproveitar tempo de fome, logo abrimos em janeiro, janeiro é tempo difícil. Então, quando abrimos aquela caixa, consoante [o que] a pessoa está a poupar, se você poupa sozinho, pouco, pouco dinheiro você vai abaixo, se você poupa muito aproveita qualquer coisa e esse dinheiro quando nós dividimos cada pessoa está ver... naquela faixa ali não [vou]

conseguir ir sozinho, arranjar uma pessoa qualquer que lhe ajuda com aquele dinheiro... (Associação 18).

Os depoimentos acima revelam que os pequenos produtores são majoritariamente constituídos por famílias pobres, que gastam mais de metade dos seus rendimentos em comida, roupa, material escolar, etc. Ficando sem espaço para poupança e, conseqüentemente, investir em insumos e fatores de produção, daí a dependência e espera pela ação de outros atores para satisfazer essa demanda e conseguir aumentar as suas capacidades (MUTEIA, 2015, SEN, 2010). Para esse fato, o surgimento, desenvolvimento e expansão de grupos de PCR muito tem contribuído na tentativa de dar resposta a algumas demandas, mas não é o suficiente para melhorar as condições de produção. Mas, esses grupos podem ser mecanismos de solidariedade e inclusão social ao melhorar as condições de vida dos seus membros, das suas famílias e da comunidade rural de modo geral, agindo assim como uma iniciativa local de desenvolvimento rural. Uma vez que são uma tentativa de incremento da renda dos produtores, de disponibilização de capital social e de resposta à ausência de sistemas formais de financiamento e crédito.

O país vive um processo de expansão de serviços financeiros e dos bancos nos distritos, no qual ganha destaque, em termos políticos, a ação governamental denominada “um distrito, um banco”. Mas, apesar dessa expansão as famílias moçambicanas, principalmente do meio rural, são financeiramente excluídas, com pouca aptidão para manejar as finanças, bem como com difícil adaptação às regras jurídicas relacionadas aos empréstimos. Sendo que a abordagem dessa questão é também um pilar importante da estratégia de desenvolvimento inclusivo e da transformação estrutural (BOURDIEU, 1979; SIMIONE; XIAO, 2014). Portanto, esses grupos também funcionam como mecanismos de inclusão financeira em lugares em que os bancos formais e as agências de microcrédito são poucas, uma vez que das associações entrevistadas nenhuma tinha conta bancária, pois a abertura da mesma requer documentação, garantias e outras exigências que elas não conseguem cobrir, como podemos constatar nos depoimentos seguintes:

Na realidade nós já tentamos fazer isso no princípio, mas o que está acontecer é que quando é um grupo de poupança, os bancos ou as instituições financeiras exigem um documento que diz respeito na realidade que aquele é um grupo formalizado. Então, esse processo que eles exigem os nossos grupos não têm, não têm. Depois, não porque eles não têm dinheiro [para] ir ao banco depositar o valor, mas as grandes dificuldades são os requisitos requeridos pelas instituições financeiras e as nossas associações e grupos de poupança não reúnem essa condição. (Informante-chave 4);

O que está acontecer é que [a] maior parte das instituições bancárias querem garantias e as associações camponesas não apresentam este tipo de garantias que são exigidas, então uma das alternativas que nós... nós ou as associações encontramos é promover grupos de poupança e crédito rotativo [em] nível local, lá nas comunidades. Elas têm feito esse tipo de organização, organizam-se, criam grupos de poupança e através... e através desses grupos também conseguem créditos, são pequenos créditos, não são como créditos bancários, mas são créditos que ajudam de alguma forma à ultrapassar certos desafios que elas têm em relação ao acesso aos recursos financeiros para promoverem negócios, pequenos negócios. Então, essa é uma das alternativas que se tem usado (Informante-Chave 5);

E,

Bom, a união facilita para aquelas que têm, que têm atividades econômicas, em suma eu vou dizer isso, facilita. Porque, o facilitar da união é encaminhar, encaminhar a associação para complementar os requisitos que o banco quer. Também isso não difere daquela parte que falamos da libertação, também a união consegue facilitar tanto na libertação. Mas, é aquilo que o colega estava a dizer, depende do grupo, da forma que se organizou, porque o que está acontecer é que a união nada pode facilitar nos documentos do banco, enquanto a própria associação não tem nenhuma atividade econômica, isso aí tornasse difícil (Movimento Social 2).

As discussões sobre o futuro da agricultura dos pequenos produtores tendem a ter uma visão estática, mas há grandes mudanças à frente, que emanam mudanças no acesso e disponibilidade do DUAT das terras, disponibilidade e acesso à pacotes tecnológicos e técnicas de produção, extensão agrária e rural, acesso aos insumos, mecanismos de armazenagem e conservação da produção, bem como do crédito e do financiamento à agricultura. Incorporando esses grupos nesse processo, contrariaria a exclusão e promoveria um desenvolvimento no qual todos cabem. Fato que corresponde abandonar a perspectiva de transformação estrutural da agricultura – pelo menos com os contornos que lhe conferiam às agriculturas dos países mais desenvolvidos – defendendo um desenvolvimento inclusivo e apoiado nas capacidades endógenas das comunidades locais. Pois, não é possível, pelo contexto socioeconômico, conseguir integrar toda população desfavorecida, com padrões de modernização agrícola dos países desenvolvidos (BAPTISTA, 2014; GOLLIN, 2014). Mas, como destaca Sen (2010, p. 77):

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva de liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento.

Ou seja, aqueles que se costumam considerar sem futuro, têm poucas possibilidades para formar um projeto individual, de criar seu futuro ou para investir em um futuro coletivo se não estiverem dotados dos meios e capacidades que lhes confirmam

agência diante das iniciativas de desenvolvimento. No qual, nesse caso específico, os pequenos produtores organizados em associações têm um domínio suficiente da sua situação produtiva atual, para poderem empreender ações transformativas do seu próprio futuro. Pois, uma iniciativa só pode encontrar adesão quando propõe resultados concretos e prontamente perceptíveis ou se tem a segurança de uma garantia reconhecida e respeitada pelos demais atores beneficiários (BOURDIEU, 1979).

No entanto, pelos dados da nossa pesquisa, em Moçambique, o futuro da agricultura é atualmente depositado no SUSTENTA. Uma vez que as dificuldades para o sucesso produtivo e da produtividade dos pequenos produtores associados têm nesse programa a solução, mas não indicam o grau de envolvimento dos mesmos nele. Nesse sentido, cabe a academia e a sociedade como todo acompanhar, para, de acordo com as dificuldades antes apontadas, verificar de que forma essa intervenção do Estado no setor é uma forma de transformação e de desenvolvimento rural e agrícola.

Contudo, o acesso ao crédito e financiamento agrícola, inclusão financeira que inclui acesso à conta bancária são elementos que ajudam no entendimento do desenvolvimento rural e das oportunidades de participar desse processo por parte dos pequenos produtores. Mas, existem outros elementos de conferir qualidade de vida além dos diretamente relacionados à agricultura, como temos vindo a destacar. Ou seja, o desenvolvimento das comunidades atravessadas pelos corredores também devem refletir nas potencialidades de acesso à melhores condições sociais básicas, como apontamos em seguida.

6.5 PARA ALÉM DA AGRICULTURA: QUESTÕES OUTRAS NA VIDA DAS ASSOCIAÇÕES

Na vivência diária dos pequenos produtores associados e das comunidades de qual são parte, para além das suas condições e necessidades de produção e produtividade, apontadas antes, lidam com outras questões da vida social que dizem como está o desenvolvimento da comunidade rural, como um todo. A promoção do desenvolvimento e transformação social também deve se espelhar em melhores condições de vida que incluam a redução dos índices de pobreza rural, disponibilidade e acesso de bens sociais e essenciais básicos, ou seja, desenvolvimento rural integrado que ultrapasse a questão de

produção (acesso ao emprego, lazer, saúde, educação, energia elétrica, água potável, habitação, paz, etc.).

Neste sentido, à medida que a ideia de corredor agrícola vai evoluindo no CdN, ela deve incorporar cada vez mais o desenvolvimento social e econômico, impactando nas áreas imediatamente adjacentes a ele. No sentido do desenvolvimento rural, os investimentos públicos, privados e/ou Parcerias Público Privadas (PPP) abarca infraestruturas sociais que se refletem na melhoria de prestação de serviços sociais, bem como na melhoria de outras necessidades básicas humanas. Pois, são críticos para assegurar que as repercussões dos investimentos contribuam para, por exemplo, reabilitação e construção de escolas, instalações médicas, extensão da rede elétrica, água e saneamento e assim ajudar a população local a reduzir ou sair da situação de pobreza que se encontra. Por outras palavras, há uma percepção de que o investimento em infraestruturas de transporte (estradas, portos, caminhos-de-ferro, etc.) facilitará outros investimentos além dos relacionados à agricultura e que em conjunto aspirem incrementar melhorias na qualidade de vida e bem-estar (BYIERS; MOLINA; ENGEL, 2016; DI MATTEO; SCHONEVELD, 2016; HOPE; COX, 2015; KALINA, 2017; KATO, 2019; RASAGAM *et al.*, 2014). Pois, sem investimentos nesses serviços continuaremos diante de um modelo de desenvolvimento excludente e sem preocupação com as atuais condições de vida do meio rural.

Nessa perspectiva, queremos que se entenda o desenvolvimento como um processo que:

(...) Consiste na eliminação de privações de liberdade que limitaram as escolhas e as oportunidades das pessoas exercerem ponderadamente sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdades substanciais, argumenta-se aqui, é constitutiva do desenvolvimento. (...) Analogamente, oportunidades sociais de educação e assistência médica, que podem requerer a ação pública, complementam oportunidades individuais de participação econômica e política e também favorecem nossas iniciativas para vencer privações (SEN, 2010, p. 10).

Assim, as questões outras relacionadas com a ideia de desenvolvimento acima exposta que surgiram no nosso campo dizem respeito às condições das casas, das fontes de água para uso doméstico, do acesso a energia elétrica, do acesso aos serviços de saúde (incluindo a influência da COVID-19 no cotidiano) e a questão da insurreição islâmica na região Norte do país. Essas, associadas às privações que os pequenos produtores têm de disponibilidade e acesso de recursos essenciais à produção e produtividade, ajudam na

leitura do quadro de desenvolvimento na região, especificamente da província do Niassa. No entanto, não abordaremos essas questões de forma exaustiva, pois os temas principais da pesquisa dizem respeito ao processo de produção.

No que diz respeito às condições das casas, elas dizem mais respeito aos materiais utilizados na edificação das mesmas. Sobre isto, para avaliar a qualidade das casas o Instituto Nacional de Estatística (INE) trabalha, entre outros aspectos, com os materiais usados nas paredes, na cobertura e no pavimento/piso. Assim, no que diz respeito à escala de qualidade as melhores coberturas/telhados das casas são de laje de betão, seguindo telha, chapas de lusalite (asbesto-cimento), chapas de zinco onduladas e, por último, capim/colmo/palmeira. Quanto às paredes, são consideradas melhores quando feitas de blocos (cimento e tijolo), seguindo de madeira e zinco, adobe/bloco de adobe, bambu/caniço/palmeiras e, por último, paus maticados (pau a pique). Quanto ao piso/pavimento a maioria, na área urbana, vive em casas com o piso feito de cimento (58,0%), seguido de adobe (terra batida) (26,1%), enquanto na área rural, a maioria vive em casas com o piso feito de adobe (terra batida) (62,0%), seguida de chão sem nada (21,7%) (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2021).

No entanto, quando o nível de renda aumenta o pavimento é feito de *parquet*/madeira, cimento e mosaico/tijoleira respectivamente e, quando diminui é feito de adobe (terra batida) ou sem nada. Em Niassa, quanto ao material da cobertura predominam mais casas cobertas de chapas de zinco (15,4%) e capim/colmo/palmeira (82,6%). Quanto ao material das paredes predomina o bloco de tijolo (17,4%) e adobe/bloco de adobe (72,9%). Quanto ao pavimento predomina sem nada (17,6%) e adobe/terra batida (70,4%) (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2021). Sendo que as províncias mais ao Sul do país são as que têm as condições das casas com os materiais considerados ‘melhores’, seguindo às do Centro e, por último às do Norte.

Os depoimentos que seguem evidenciam como o material das casas é utilizado como indicativo de qualidade de vida:

Agora... mas se formos olhar outros aspectos de mudança de vida, que muitas vezes o presidente da república fala “devemos sair das palhotas para casas convencionais” organizadas, isso vai levar o seu tempo porque Moçambique não é um país que parou no tempo, ele está a desenvolver. [Quando] vem o desenvolvimento o número da população também cresce. Há um desafio do setor da educação nem, alfabetizar essas pessoas para mudarem a mente, porque mudando a mente também traz desenvolvimento, o desafio enorme se comparar com outros países em desenvolvimento (Funcionário Público 2);

E,

Eu ia fazer uma pergunta, eu já estou aqui há muitos anos, eu estou aqui em Cuamba há 14 anos. Tu não sabes o que é ketara, tu não sabes o que é ketara, é um caminho que vai para o Gurué [Zambézia], tem uma estrada e tem uma...epah 10 anos eu vejo melhoria das condições de vida do produtor, já tem casas de bloco, já tem chapas, já tem moageiras, já se nota uma mudança das condições de vida e isso é importante. Agora, é uma coisa que demora tempo. Não é assim de um dia para o outro que o produtor fica rico e que dá um grande salto, não dá...epah no fundo as condições que nós achamos... nós trabalhamos muito nisso, porque muitas vezes o produtor, o produtor não é ambicioso, não é ambicioso, não é por não querer ser. O troço de Marrupa, tu não vês muitas casas melhoradas? Tu vês casas piores e sem condições. Há uma melhoria de vida, há uma melhoria de vida, claro que não tem carro, mas as crianças vão à escola, vivem, não têm fome, têm milho... (Informante-chave 3).

Entre os membros das associações entrevistadas existe uma predominância de casas feitas de “matope [adobe] e cobertura de capim” (Associação 1) e “matope [adobe], cobertura de capim, quintal de capim também” (Associação 4). A figura seguinte procura indicar o que seria, em escala de ‘qualidade’, uma espécie de melhoria dos materiais utilizados na construção das casas. Sendo que, o desejo da maioria dos membros das associações entrevistadas seria a terceira casa, ou seja, a primeira casa seria a de ‘menor’ qualidade e a terceira de ‘melhor’. Aspecto, que reforça a constatação de Garcia e Kato (2014) sobre a precariedade das casas e ruas ao longo do CdN.

No entanto, alguns dos materiais usados nas construções das casas (quer para as paredes e coberturas), celeiros, cercas dos quintais, entre outros objetos de uso cotidiano, as comunidades têm como fonte as florestas que para o capital também são consideradas como terras livres e “vazias”. Este fato, somente reforça a importância da existência desse tipo de terras, pois também fornecem outros alimentos, que podem ser silvestres como não, de origem animal e vegetal, bem como fontes para iluminação das casas e para o uso na preparação de alimentos, como a lenha e o carvão. Nesse sentido, essas terras são a garantia de que as comunidades conseguem aceder a elementos da natureza que lhes conferem formas de expressar manifestações culturais e de tradição, transmitidas de geração em geração. Assim, a terra “vazia” é, nesse sentido, “vista como a fornecedora da utilidade da vida [nesses lugares]. [Mas] (...) como capital sequer necessita de produzir para ter valor, basta estar disponível para produzir, eis o problema, tudo o que está em cima atrapalha” (SOUZA FILHO, 2015, p. 58, grifo nosso).

Portanto, a efetivação de modelo de desenvolvimento que se orienta pela entrada de investimentos e investidores que para implementar os seus megaprojetos de

agronegócio, como agrupamento de empresas agrícolas (serviços de agroprocessamento, disponibilidade de sementes, fertilizantes, etc.) com o objetivo de alcançar mercados regionais e globais, será uma forma de anular um modo de vida no qual a terra, a natureza e a biodiversidade são o garante. Sem deixar de lado que esse modelo de desenvolvimento implicará uma agricultura que os pequenos produtores não terão hipótese de serem protagonistas, pois correm o risco de estar ao serviço do capital internacional por via da subcontratação da sua força de trabalho, além de perderem as suas terras voluntaria ou forçosamente.

Neste sentido, ocorre o que Sen (2010) aponta ser o sacrifício de um modo de vida tradicional, alegadamente para se escapar da pobreza, com pouca possibilidade dos pequenos produtores participarem da escolha desse modelo de desenvolvimento, sem ser um desenvolvimento ditado de cima para baixo. Ou seja, as transformações sociais que esse desenvolvimento vai propiciar produzirá consequências positivas e negativas nas comunidades locais, nas quais os grupos mais fracos econômica e politicamente podem ficar para trás e/ou excluídos (CASTLES, 2002).

Figura 8 – Diferentes tipos de casas e de materiais utilizados na construção.



Foto: Hélio Maúngue 22/03/2022.

As casas acima têm o grau de predominância com a cobertura de capim quanto mais as comunidades se distanciam da região central e administrativa dos distritos, bem como das estradas principais (N13, N14 e as que ligam a N1). Portanto, é mais para o interior onde se encontram os pequenos produtores, suas associações e *machambas*. O mesmo acontece quando se fala de acesso a água potável e saneamento básico. Sendo que saneamento e esgoto seguro são somente no centro dos distritos e mais para o interior é a céu aberto.

Assim, quanto ao saneamento, na província de Niassa o saneamento considerado seguro, é de 13,4% e não seguro, é de 86,6%, os mais baixo e alto do país, respectivamente (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2021). No que diz respeito ao acesso a água potável nas comunidades,

Água existe, para além da sede [do distrito], mas nos postos administrativos existe uma empresa que estou a esquecer o nome, por exemplo, nas localidades eles colocam alguns tanques para facilitar água potável para a comunidade. Eles, [o] acesso a água potável, costumam aparecer projetos que estão a fazer alguma exploração ou estão a desenvolver alguma atividade aqui no distrito. Então, como responsabilidade social eles têm aberto alguns furos... aqueles de água manual, então é isso que existe mais. Em nenhuma, acho que não existe nenhuma localidade que não tenha, existe em todas as localidades, [o] acesso a água potável não é um dos problemas (Funcionário Público 3).

Mas, como apontamos na seção (3.1.3) a distância entre as residências e essas fontes de água nem sempre é curta. Sem contar que existe a questão de dispersão das casas quanto mais para interior dos distritos avançamos. Em algumas situações as famílias abrem, por conta própria, poços de água para evitar ter que caminhar longas distâncias para não ir “tirar na puxa-puxa...é longe, ali onde curvou quando vinha...” (Associação 14). Bem como, porque “fontanária epah... às vezes tem outra população...tem outra gente que está um pouco distante com aquela fontanária, mas lá tem essa fontanária” (Associação 5). A figura seguinte mostra como são algumas das fontes de água construídas por programas e/ou projetos do Estado, ONG’s e ações de responsabilidade social como apontado numa das falas acima.

Figura 9 – Fontanária de água comunitária, também chamado de puxa-puxa nas comunidades.



Foto: Folha de Maputo (2021), (Editado pelo autor).

Em relação a principal fonte de energia ou combustível para iluminação das casas no país é a eletricidade da rede pública que predomina. No entanto, Smart e Hanlon (2014) destacam que a procura de eletricidade ao longo do troço moçambicano do CdN é a mais baixa do país, fato que advém em grande parte das limitações da rede de distribuição na região e à pobreza dos seus residentes. Mas,

Eletrificar o país precisa de grandes investimentos. Vou dar exemplo, eu vivo à 10km de uma zona onde tem corrente, a EDM¹⁰² não vai puxar postes para ali onde eu estou, isso é um investimento. Agora a grande posição que a empresa está trazer, criou um sistema de painel solar, um sistema de iluminação para a comunidade. A comunidade pelo menos consegue a noite iluminar a sua casa, consegue a noite escutar as notícias de longe, isso é mudança, mais longe (Funcionário Público 3).

Como indicamos antes, na área rural do país a principal fonte para iluminar as casas é a pilha, com 56,9% das casas que usam e em seguida a lenha, com 12,7%. O desejo das comunidades é poder usar a energia elétrica. Em Niassa, a principal fonte usada para iluminação é a pilha, com 53%, seguindo a eletricidade da rede pública, com 20,8%, a lenha com 15,6%, a bateria de carro com 6,6% e o gerador/placa solar, com 3%. No que diz respeito a principal fonte de energia ou combustível para cozinhar, a província utiliza mais lenha (86,4%), seguindo o carvão vegetal (13%) e, por último, a eletricidade (0,6%) (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2021).

¹⁰²Eletrecidade de Moçambique (EDM), empresa pública responsável pelo provimento de energia elétrica no país.

Assim, a fonte de iluminação aparece como uma necessidade básica e indicador de ‘qualidade’ e condições de vida, sendo que “o fato de teres energia já muda o comportamento das pessoas que têm que produzir porque tem que pagar a energia e muitas vezes é falta de ambição...” (Informante-chave 3). Contudo, “usamos painéis solar... compramos (risos) ...os que receberam esses painéis solar, só esses que são ativistas da João Ferreira, para os produtores não...” (Associação 6).

Como acontece com água potável, quanto mais caminhamos para o interior dos distritos mais distante se encontra o acesso a eletrificação da rede pública, sendo que fonte de iluminação como da figura 10 chega a ser uma das alternativas, para quem consegue e tem capacidades de adquirir. A dispersão das comunidades é indicado como uma das dificuldades para eletrificação, como aponta a fala acima (Funcionário Público 3) e a seguinte:

Necessidades básicas são pertinentes para qualquer cidadão ou ser humano, tendo em conta a dispersão da população [em] nível da província de Niassa o governo está a fazer o seu máximo. Pelo menos já temos todas as capitais distritais eletrificadas, até os postos, então a luta é levar a energia, água potável até o mais interior. Esse é um desafio, não é um trabalho acabado, gradualmente... as necessidades são infinitas, então aqui, os recursos financeiros é que são escassos (Funcionário Público 1).

Figura 10 – Exemplo de uma fonte de iluminação usando bateria de carro e placa solar.



Foto: Hélio Maúngue (19/04/2021).

Tendo em conta o apontado acima, para Armas (2014) apesar dos níveis elevados de investimento público em termos de PIB nos últimos anos, o investimento permanece baixo em termos absolutos, sendo que, por exemplo, o acesso à rede de eletricidade,

estradas, fontes de água melhoradas, saneamento, telecomunicações e serviços de internet é ainda relativamente fraco no país como um todo.

O acesso a saúde e a educação são outros serviços essenciais que as comunidades necessitam, no entanto, não constatamos necessariamente ausência dos mesmos, mas sim as distâncias para os aceder, pois, essas, em algum momento, têm sido longas. Tal como os outros serviços à proximidade da sede do distrito e estrada principal faz com que “a escola [fique] perto [e] para centro de saúde é perto...” (Associação 1). Contudo, quando as associações estão mais para o interior das comunidades existem dificuldades principalmente para questões de saúde, nas quais um mesmo centro de saúde atende várias comunidades. As falas em baixo comprovam essas dificuldades:

Daqui para Napacala são 7km, daqui para Metica são 6km... Quando for mulher de parto... Saímos assim, ficamos ali...até nascemos no caminho, sem chegar lá, costuma dar parto no caminho, é longe. Costuma nos levar com bicicleta, mas ali, é Deus que vai dizer que vais chegar ou não, costumamos dar parto antes de chegar no hospital (Associação 4);

Hospital é que não temos, só temos ativistas que nos ajudam, quando eles tiverem medicamento, o kit, vêm nos ajudar. Hospital [é] sempre aqui na cidade. Daqui para lá são 10km. [Parto] aqui mesmo, costumam nos levar na ambulância (Associação 5);

Já fomos perguntado se na vossa comunidade tem hospital, nós dissemos está muito distante, então como é que podemos conseguir esse hospital estar próximo de nós... Grande dificuldade é essa que tínhamos, aqui há grande dificuldade de hospital, se já falou presidente, todos nós estamos nesse caminho, as mulheres quando estão de grávida para tirar daqui para lá longe...vamos de mota, a mulher quando já está lá, não conseguimos mesmo... (Associação 10);

E,

É longe... aqui está mal, costuma outro morrer no caminho porque hospital é longe, uma pessoa que não tem bicicleta, mota se calhar doença [de] noite costuma morrer no caminho porque hospital é longe, nós aqui não temos transporte... (Associação 14).

Relacionado com a saúde, mas não necessariamente com a questão do acesso a ela, que as falas acima destacam, a província, os distritos e os pequenos produtores também passaram a ter que lidar com a pandemia do novo Coronavírus. Apontamos que quando fizemos o campo Niassa era das províncias com índices mais baixos de infecção do país. Os dados das entrevistas indicam que na questão de produção e produtividade das associações a doença não afetou consideravelmente, sendo que as associações reorganizaram os dias e os modos de trabalhar as *machambas* do grupo, pois somente deixaram de trabalhar todos os membros como apontamos antes, pois:

Sim, teve... quando já estava iniciar essa doença, quando já estava em vigor e pensamos agora como vamos trabalhar, pensamos em ir em escala, como somos 22 membros escalamos terça feira estão ir 10 membros, 11 membros, próxima semana, semana seguinte estavam ir os outros, então trabalhamos dessa maneira... (Associação 12).

Contudo, houve impactos e/ou influência no já apontado escasso e injusto mercado. As falas abaixo indicam como a doença se fez sentir na comercialização:

Não toda cadeia, sim... Na produção no entanto que tal, na produção agrícola houve um impacto muito significativo, onde houve muitos problemas foi mesmo na comercialização, porque houve impedimento, havia... chegou um certo tempo que não era fácil se deslocar de um lado para outro, havia restrições, não podia se seguir no carro porque são muita gente, então dificultava como ir comercializar esse produto, como sair de lá para cá na cidade, para adquirir semente ou qualquer coisa, então era muito difícil fazer esse deslocamento... (Funcionário Público 3);

Afetou porque, está ver quando não há entrada de pessoas para outros países, principalmente nós para Malawi e Tanzânia, esses nos ajudavam muito comprar nossos produtos, os nossos produtos sempre tinham um preço mais elevado. Mas quando não há entrada dos tanzanianos e malauianos nosso produto às vezes os preços podem cair. Então, isso pode ser um dos problemas, uma das causas que estamos a sentir muito mal por causa da COVID-19... (Movimento Social 4);

COVID 19, sim, tem alguns impactos negativos nem, por exemplo, o número de intervenientes reduziu, até no ano antepassado um dos grandes compradores eram chineses, mas também eles acabaram reduzindo seu mercado, alguns foram e não voltaram. Então, os que intervêm localmente são aqueles que ficaram aqui, que se ligam e exportam seus produtos, teve esse impacto negativo (Informante-chave 4);

Na *machamba* não... [na comercialização] problema é que não vinham esses comerciantes. Até agora, não aparece... (Associação 7);

[Na comercialização] tínhamos problemas mesmo, o problema é que não podia sair muita gente para o mercado, quando você chegava [no] mercado, contava distância tinha que ser dois metros cada pessoa... (Associação 11);

Na parte da comercialização, por exemplo, tivemos também problemas, mas estávamos prevenir, eles lá diziam vocês não podem vir, então em grupo, levavam 10 pessoas... então atendiam essas pessoas com distanciamento, um por um, atendendo por dia assim mesmo...Aqueles que compravam milho faziam a mesma coisa, só chegavam, então vendeu aquilo está sair, vir outro, então vender aquele milho...distanciamento também controlando... (Associação 12);

E,

Não [paramos de trabalhar], [para vender] usamos mascarar... (Associação 14).

Apontamos, igualmente, no início, que o país vive uma crescente insurreição islâmica no Norte do país, algo visto como uma ameaça grave, embora que grande parte dos ataques e investidas militares pelo GoM acontecem na província de Cabo-Delgado, partes da província do Niassa passam por ataques isolados (BYIERS; KARKARE; MIYANDAZI, 2020). No entanto, durante o nosso campo as entrevistas indicam como rumores a questão de ataques em Niassa como podemos constatar abaixo:

No ano passado[2020], depois de terem recebido uma carta, os que vivem próximo ao quartel em Cuamba viram movimento de entrada de armamento. Mas se fala de *Fakenews*. Mas agora, no mês passado [março de 2021] aí sim passou já uma circular pelas instituições para... a informar que alguns daqueles, por causa de ataques intensos estavam a recuar, então devia vir neste lado aqui de Niassa... mas esse grupo era liderado por malauianos e pessoal de Niassa. Parece que lá dentro eles têm, não sei como é que trabalham... então essa informação já o governo passou para líderes comunitários para ficarem atentos, se verem um movimento assim poderem dar informação, porque esta mata vai até Cabo-Delgado, mata fechada, então isso pode facilitar muito entrada... Muita insegurança agora, por causa de jejum não iriam atacar porque estariam a jejuar (...) (Movimento Social 2).

O nível de alerta apontado no depoimento acima, também foi reforçado pelas associações, na medida em que:

A informação chegou, assim vamos controlar, ninguém pode vir pedir terra ou querer casa, fora do conhecimento do líder (Associação 4);

Sim acompanhamos... Como governo está nos explicar, se ver alguma pessoa que não conhece bem, bem, dar relatório, deve denunciar sim... “se verem alguém desconhecido que veio para ficar, devem denunciar, falar para o posto”, disseram assim, que nós temos que ser a vigilância. Veio do distrito para chefe do posto, chefe do posto chama os líderes, os líderes para comunidade.... (Associação 12);

E,

Só que aqui nesse nosso posto não recebemos só acompanhamos aqui na rádio a dizer de que vieram nos outros distritos receberam outras pessoas que estão a fugir de lá para cá e o programa... esses do governo costumam a fazer reuniões nos alertar de que há pessoas que estão a fugir para aqui, então quando veem devem nos dizer, nos apresentar, a situação lá está mal, que devemos tirar qualquer coisa de ajudar, estou a ouvir eles dizer isso...então não sei se ainda realizou-se ou não... (Associação 17).

No entanto, a província no momento do trabalho de campo, como outras províncias do CdN passou a ser local de acolhimento de pessoas deslocadas e/ou fugidas dos conflitos na província que é foco central do conflito. Essas pessoas acabam sendo vítimas de uma lógica de expulsão de um espaço de vida como resultado de uma manifestação de brutalidade que põe em risco a economia rural do lugar de origem, bem

como do lugar de destino (SASSEN, 2016). Os relatos abaixo comprovam que a província acolheu deslocados:

Aqui no distrito não sei precisar o número, mas recebemos deslocados de Cabo-Delegado, mesmo quando tenho ido lá para o campo interagir com os meus produtores, alguns dizem que recebemos alguém que vem de lá, está com a família. Como chegou numa época que não podia logo praticar a agricultura porque já estava a vir, estava no meio da campanha, então eles veem [e] se alojam em casa de familiares e não só, também foi criada uma comissão junto do INGD¹⁰³, é INGD agora nem. Solicitou-se um técnico aqui do SDAE onde foram... foram apropriados um espaço, para eles produzir, foram montados lá campos, produziram milho, soja, entre outras culturas. Acho que uma coisa de 10 ou mais hectares, que foram atribuídos a esses deslocados. Então com assistência exclusiva de um técnico aqui do SDAE, foi lá, montou os campos, aplicou a técnica e tudo... (Funcionário Público 3);

E,

Sim, eles foram cedidos terra de produção, não [fomos nós a] dar o espaço, é o governo, lavraram, deram semente e a produção saiu, mas como é uma pessoa que tinha local, tinha campo dele de produção, não estão satisfeitos porque eles lá sabiam o que fazer, quando colher, mas aqui, se é cinco hectares para 50 pessoas, então, não satisfaz à eles, mas tem terreno para produzir. Sim, nós fomos lá conversar, até pessoalmente eu fui lá com o governo da própria localidade, fomos lá, visitamos as *machambas*, conversamos com as pessoas que são deslocados, conversamos com eles. Só que eles nos encontram num momento em que não tem dinheiro para apoiar os camponeses e esse é o nosso desafio. É possível um dia apoiar eles em sementes, sim, mas em termos de conversar, visitas, nós sempre estivemos com eles (Movimento Social 4).

Todavia, a partir de novembro de 2021 a imprensa passou a referenciar casos de ataques relacionados a insurgência islâmica na província do Niassa. Alegadamente, os ataques são consequência das investidas das tropas do governo e seus aliados da SADC e do Ruanda, em Cabo-Delgado, que fez os insurgentes, alegadamente, fugirem para Niassa e lá estabelecerem bases. Além de forçar expulsões nas áreas atingidas para outras dentro da província, houve casos de subida e especulação dos preços de produtos agrícolas e outros (O PAÍS, 2021; VOA, 2022).

No entanto, o acolhimento de pessoas deslocadas e fugidas da situação de conflito por meio de disponibilidade de terras para estabelecimento de centros de acolhimento, bem como de terras para que essas pessoas iniciem atividades agrícolas, serve de alerta para reforçar a necessidade de terras livres e “vazias” nas comunidades. Na medida em que, além de dar possibilidades de práticas de pousio e aumento das áreas de produção, permite que novos pequenos produtores encontrem terra disponível para praticar a agricultura sem ter que passar por processos de disputa por terras. Pois, “a terra sempre foi para todos os

¹⁰³ Instituto Nacional de Gestão e Redução de Riscos de Desastres.

povos a fonte da vida, seja para colher os alimentos e de mais necessidades, seja para produzir cada objeto, bem, coisa que tenha valor para a vida diária da comunidade humana” (SOUZA FILHO, 2015, p. 58).

Ao pensarmos em outras questões que estão além, mas direta ou indiretamente, relacionadas com o processo produtivo das associações entrevistadas queremos que a agricultura não seja olhada como um fator independente e isolado de outras atividades da vida dos pequenos produtores. Porque fatores econômicos e sociais como serviços elementares de habitação condigna, o acesso à água tratada, a disponibilidade de saneamento seguro, disponibilidade de fontes de eletricidade de qualidade e acessíveis, o acesso aos serviços de saúde e educação, a convivência em clima de paz e segurança são importantes não apenas por si mesmos, também pelo papel que podem dar às pessoas a oportunidade de encarar o mundo com coragem e liberdade. Mas, a capacidade dessas pessoas poderem escolher a vida que elas com justiça valorizam é primordial (SEN, 2010).

Os aspectos e resultados apontados neste capítulo são um a tentativa de dialogar com a ideia de transformação social e desenvolvimento que orientam a implementação dos Corredores de Crescimento Agrário (CCA), na medida em que nos dizem o quadro da agricultura na província do Niassa; do entendimento da ideia de CCA; do processo de constituição das associações, suas dinâmicas sociais e produtivas; bem como elas lidam com a questão dos serviços sociais básicos para uma vida humana condigna. Portanto, são parte do entendimento de como se manifesta uma filosofia de desenvolvimento econômico e social que pretende que os indivíduos do meio rural se convertam em ‘desenvolvidos’ para que possam desfrutar das vantagens econômicas e sociais de uma economia desenvolvida (BOURDIEU, 1979).

Mas, se as dificuldades e desigualdades aqui evidenciadas persistirem e continuarem crescendo e, conseqüentemente, esses pequenos produtores não disfrutarem das “supostas vantagens” de fazerem parte de um CCA “em algum momento poderá ser descrita, mais precisamente, como uma forma de expulsão, [no entanto] para [estes] que estão na parte mais baixa, ou em sua metade pobre, isso significa a expulsão de um espaço de vida” (SASSEN, 2016, p. 24, grifo nosso). Porque, as associações produtivas não são sustentáveis, têm dificuldades de acesso e disponibilidade de insumos, bem como fatores de produção. Igualmente tem as dificuldades de obtenção do DUAT das terras nas quais cultivam, de acesso e disponibilidade de mecanismos de armazenamento e conservação de

excedentes comercializáveis. E quando conseguem algum mercado a comercialização é injusta. Fora a disponibilidade de crédito e financiamentos agrícolas, e de bens sociais elementares à vida humana.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o estudo das transformações sociais incide sobre os processos de articulação global e sobre a forma como estes interligam determinadas comunidades e sociedades nacionais numa sociedade global incipiente, então, novas abordagens, novos temas e novas hipóteses de investigação serão necessários (CASTLES, 2002, p. 135).

A agricultura é o principal ramo de atividade em Moçambique. Ela e atividades, direta ou indiretamente, relacionadas garantem fontes de renda à grande maioria da população do país, principalmente no meio rural, no qual ela majoritariamente reside e trabalha. Ela é constitucionalmente considerada a base de desenvolvimento do país e vista como a garantia de uma transformação estrutural e de melhoria das condições de vida da população. Nesse sentido, desde a independência até aos dias atuais várias iniciativas de desenvolvimento desse setor e do país e/ou da economia como um todo foram e continuam sendo implementadas, mas ainda não se alcançaram os objetivos desejados. Sendo que, no que diz respeito à agricultura o país segue procurando por modelos ou estratégias de desenvolvimento que articule e sustente os subsectores de pequena, média e grande escalas de produção.

A preocupação que nos fez elaborar esta pesquisa, sobre a perspectiva teórica que articula os processos de transformação social, de desenvolvimento rural e agrícola e de implementação dos Corredores de Crescimento Agrário (CCA), está relacionada com o fato de procurarmos compreender como estão as condições de produção e de vidas dos pequenos produtores na província do Niassa, no Corredor de Nacala (CdN). Para tal, tivemos que adentrar nas experiências e vivências cotidianas das associações de produção criadas com o objetivo de colmatar certos obstáculos e desafios inerentes à atividade. Assim, assumimos que é privilegiadamente em nível local e do maior subsector da escala de produção que as transformações sociais que o modelo de desenvolvimento que adota os CCA como estratégia se fazem ou farão sentir.

Longe de elaborarmos uma análise acabada sobre as narrativas que justifiquem a implementação desses corredores no país, com a pesquisa procuramos apresentar alguns

elementos para um entendimento sociológico sobre os processos produtivos das associações entrevistadas, bem como da relação desses processos com as narrativas sobre os corredores. As conclusões aqui apresentadas são parte da compreensão proposta. No entanto, entender o processo produtivo e as condições socioeconômicas desses atores é uma forma de estabelecer um diálogo com a sociedade como um todo. Ou seja, o entendimento das transformações sociais desejadas ou ocorridas são igualmente um processo de compreensão das transformações sociais locais, nacionais, regionais e globais em lugares nos quais se veem implantando os CCA.

Nesse diálogo, no primeiro momento começamos por contextualizar e problematizar o nosso objeto de pesquisa, os porquês da pesquisa e como a mesma foi conduzida. Apontamos quando é que surge a ideia dos CCA e a sua aplicação em África, principalmente na África Austral e Oriental, bem como em Moçambique, no qual destacamos os debates e reflexões sobre o Corredor de Nacala (CdN), região foco da pesquisa. Num segundo momento fazemos um breve contexto da história, geografia, economia, política, demografia e cultura do país, para depois caracterizarmos a região do CdN (social e economicamente), especificamente a província do Niassa. Em seguida, caracterizamos o setor agrícola moçambicano, para depois apresentarmos alguns instrumentos de política criados para orientar e incrementar o papel do setor no desenvolvimento do país, que ainda não reverteu o, persistente, quadro geral de uma agricultura predominantemente de subsistência.

Ainda nesse diálogo, num terceiro momento discorremos sobre a atual tendência de investimento e implementação de Corredores de Desenvolvimento (CD) e CCA na África Subsaariana, no qual apontamos alguns atores globalizados-chave nesse processo, para depois caracterizarmos os quatro corredores da África Oriental e Austral que têm despertado atenção na vertente agrícola dos corredores. Em seguida, apresentamos os três principais corredores moçambicanos, nos quais terminamos com a apresentação de alguns investimentos e investidores agrícolas no CdN. Num quarto momento, apresentamos o referencial analítico que articula a perspectiva de transformação social com a ideia de corredores e do desenvolvimento como mecanismo de leitura do desejo de transformação estrutural da agricultura moçambicana.

Por último, o diálogo termina apresentando as dinâmicas de investimento e da agricultura da província do Niassa, parte do CdN. Aqui, com foco em associações de

pequenos produtores, procuramos compreender as suas dinâmicas produtivas e sociais, bem como elas se articulam com as narrativas que têm nos CCA uma estratégia de desenvolvimento. Estratégia essa que se aponta ou pela qual há um desejo de transformação da agricultura tradicional em moderna e comercial, para conseguinte melhorar as condições de vida das comunidades ao longo do corredor.

Os nossos dados indicam que no país a ideia dos corredores, como corredores de transporte, é antiga e como parte da estratégia de dominação e colonização portuguesa. Com a independência esses se transformam em CD e mais recentemente são incorporados a vertente agrícola, adotando a designação de corredores de CCA. No entanto, mesmo que sustentados pela mesma base de infraestruturas de transporte e logística, não são a mesma coisa. Os últimos são considerados meios de atrair investimentos para promover o desenvolvimento e transformação estrutural do setor agrícola das regiões envolventes, bem como do país como um todo.

Mesmo com a evolução transformativa desses corredores, no que diz respeito ao CCA de Nacala, os nossos dados indicam que a noção do que é e se a grande maioria dos entrevistados sabem que são parte integrante do mesmo é, de forma, genérica fraca ou inexistente, principalmente se articulados com os objetivos de sua implementação. No entanto, o fato de ser um modelo de desenvolvimento relativamente recente, bem como da não existência de um documento oficial do Governo Moçambicano (GoM) que seja orientador sobre a ideia dos mesmos, pode estar na razão desse quadro tênue de conhecimento, principalmente entre os pequenos produtores.

Ou seja, o conhecimento de investimentos de capital estrangeiro e a ideia de corredores é algo em nível do topo dos entrevistados e muito pouco na base, o que revelam uma fraca participação desse processo, bem como de exclusão nas discussões sobre o desenvolvimento por parte dos pequenos produtores. Assim, há uma necessidade de massificar a mensagem sobre este modelo de corredores, principalmente entre os pequenos produtores de subsistência, procurando com que o mesmo se articule aos objetivos presentes e futuros destes últimos. Pois, essa desarticulação remete para uma lógica de desenvolvimento não endógena, bem como estes correm riscos de ter que lidar com os efeitos perversos e inesperados de um modelo de desenvolvimento que não conhecem, ou seja, as perspectivas futuras dos visados pode não ter um fim conscientemente desejado

pelos pequenos produtores, bem como poderão ter que conviver com consequências imperceptíveis desse desenvolvimento.

Constatamos que existe, no desenvolvimento do setor agrícola e no desenvolvimento rural, no país uma forte dependência do investimento em capital privado desde a independência até aos dias atuais. Fato que reforça a falta de políticas públicas fortes para o setor por parte do Estado, que se refletem na dependência de ajuda e/ou apoio que os pequenos produtores manifestam no seu processo produtivo.

Aliado a isso, o nosso campo apresenta um quadro agrícola de fraco investimento e de investidores na província do Niassa, como é desejado pelos entrevistados, mesmo com o potencial para agricultura que caracteriza a província. Sendo que, esse cenário é tanto por parte do setor público e privado (nacional e internacional), apesar das já estabelecidas empresas agrícolas de tabaco e algodão, bem como a introdução de plantações florestais e recentemente a macadâmia. Infelizmente, culturas que não entram no esquema alimentar das populações locais, logo, pouco contribuem na constituição dos pequenos produtores em protagonistas no desenvolvimento agrícola e rural, bem como na garantia da segurança alimentar e nutricional.

As entrevistas destacam as vias de acesso como um dos principais obstáculos para a fraca atração de investimentos na província. Nos quais se inclui o pouco investimento em infraestruturas logísticas de apoio a produção como, por exemplo, silos e armazéns que tem influenciado negativamente o processo produtivo dos pequenos produtores. Portanto, há uma intervenção fraca do governo em infraestruturas que atraiam investimentos e, conseqüentemente a província continua esquecida, negligenciada, espelho das assimetrias regionais e aparentemente excluída do processo de desenvolvimento.

Os dados indicam a existência, predominante, da produção de algodão e tabaco no regime de subcontratação. Esse dado pode ser usado como sinal de alerta e de orientação para os tomadores de decisões, sobre os receios que a literatura crítica sobre os CCA aponta em relação a precariedade para o pequeno produtor com a possibilidade de entrada de investimentos agrícola de produção de *commodities* para exportação. Isso, na medida em que a tendência dos investimentos agrícolas que se espera para os corredores pode seguir a mesma lógica de subcontratação. Aqui, há que ter em conta que a terra na qual se cultiva o algodão e o tabaco, bem como a mão-de-obra é de responsabilidade do produtor, sendo que este recebe do investidor apoio, à crédito, de insumos, assistência técnica

específica para a cultura, entre outros aspectos, que no ato da venda à empresa são debitados da produção total.

Dialogando com a destacada questão do “fraco” investimento e “pouca” capacidade de atração, os nossos dados indicam uma disponibilidade e, aparente, facilidade por parte dos pequenos produtores em conseguir terras ‘novas’ para o cultivo. Que tanto pode ser depois do processo de expulsão, por conta de obras de estradas e caminhos-de-ferro, da necessidade de aumentar os campos de produção, pelo pousio e desejo de terras férteis e virgens, sem precisar usar “químicos” para melhoria do solo. Bem como pela possibilidade de vir de um distrito ou província diferente para cultivar e até, pela dinâmica de fronteira, na qual produtores malauianos conseguem terras para cultivar na província. Igualmente de usarem essas terras para a coleta de materiais para fabrico de casas, celeiros, cercas dos quintais, lenha e carvão para uso doméstico, para pastagem e quiçá para alimentação. Nesse sentido, a disponibilidade dessas terras livres cumpre uma função social preponderante na garantia da vida das comunidades, mas essa forma de vida corre risco de desaparecer com a desapropriação dessas terras pelo Estado e seus parceiros.

Portanto, é falsa a narrativa construída tanto pelo Estado bem como pelos idealizadores dos CCA que em Moçambique existem terras “vazias” prontas para receber investimentos agrícolas, pois as terras estão ocupadas pelos produtores locais em suas formas tradicionais de uso. Assim, pela facilidade local de adquirir terras, a qualidade das mesmas, ausência de conflitos e usurpação de terras deve servir de alerta para garantir o DUAT de terras aos pequenos produtores, caso no futuro, em função de novos investimentos, esses problemas possam surgir. Porque, sem políticas públicas que garantam a posse e o DUAT das terras, pode acontecer que as terras sejam vendidas por vontade própria ou por obrigação, fazendo com as terras hoje consideradas “vazias” se concentrem em mãos do capital privado nacional e estrangeiro.

No que concerne as dinâmicas sociais e produtivas das associações com as quais interagimos, essas não se manifestam como mecanismos organizativos capazes de perpetuar a transformação social da agricultura praticada pelos pequenos produtores, bem como de melhoria dos rendimentos e de redução da pobreza que esses vivem. Por mais que elas tenham os objetivos coletivos traçados, constatamos uma ausência de processos sociais que garantam prossecução destes e, desse modo, garantir a estabilidade e sustentabilidade das mesmas. Pois, essas associações em quase todas ações de garantia de

funcionalidade dependem de ajuda e/ou apoio de projetos/programas de Organizações Não Governamentais (ONG's) nacionais e estrangeiras, tais como, registro, legalização e garantia do DUAT das terras nas quais cultivam.

Para o trabalho da terra essas associações têm como os seguintes obstáculos e dificuldades: acesso a meios mecanizados de cultivo e irrigação; acesso de tecnologia, técnicas e assistência técnicas para produção limitadas; fraco acesso e uso de insumos e fatores de produção; fraco acesso e uso de infraestruturas logísticas para pós-produção e pós-colheita, como armazéns e meios para conservação da produção; uma fraca integração ao mercado e, quando se integram, a comercialização é injusta para elas e; fraco acesso ao crédito e fontes de financiamento à atividade, o que limita a capacidade delas responderem a todas dificuldades e obstáculos anteriores, bem como de poder fazer parte do processo de inclusão financeira.

Portanto, essas questões articuladas colocam esses grupos longe de dialogar e responder as narrativas da transformação estrutural da agricultura, via transformação da agricultura tradicional para moderna e comercial e, conseqüentemente melhorar as suas condições de vida e bem-estar. Condições essas marcadas em algum momento por má qualidade e acesso fraco de serviços sociais como habitação condigna, acesso à água tratada e saneamento seguro, acesso à fontes de energia para suas residências, disponibilidade de unidades sanitárias perto, bem como de um clima de paz armada devido aos focos da 'insurgência islâmica' que vão atingindo a província e o CdN.

Resumidamente, o processo de modernização e tecnificação agrícola no CdN, particularmente em Niassa não dialoga, ainda, com os projetos individuais e coletivos das comunidades e associações visitadas; Iguamente, essas ainda não estão em condições de afirmar que podem e vivem da agricultura, bem como que por meio dela sejam capazes de engendrar processos transformativos com vista a melhoria das suas condições de produção e de vida; Além disso, estão longe de ser as beneficiadas positivamente com a implementação do corredor, em virtude da ausência de investimentos e de políticas públicas de grande vulto que respondam as dificuldades estruturais, comuns a esse segmento de produção no país.

A sociologia é uma tentativa de compreensão da realidade social. Essa compreensão pode ser ou não usada para a solução de problemas sociais específicos. Assim, o entendimento que tivemos das dinâmicas produtivas e sociais das associações

entrevistadas, não as faz diferentes das outras associações na província do Niassa, no CdN e no país como um todo. Podemos afirmar que as transformações sociais que o modelo de desenvolvimento orientado nos CCA existem, sejam positivas ou negativas, e cabe a sociologia e outras ciências sociais e humanas acompanhá-las de perto. Fato que torna a pesquisa particularmente relevante e forçosamente incompleta, uma vez que novos desenvolvimentos, investimentos e investidores poderão levar a novas transformações e experiências no contexto das narrativas sobre a ideia dos CCA, entre elas a questão dos “vazios”, em relação aos resultados e conclusões aqui apresentados. Principalmente, pela limitação do trabalho a uma pequena parte da província do Niassa e do CdN como um todo.

A região do CdN, no entanto, é atualmente um território que experimenta enormes transformações e mudanças, além das infraestruturas de transporte que suportam o corredor, mas também pelas novas configurações socioeconômicas, que demandam pesquisas atualizadas que permitam a leitura da complexidade que a região vai se tornando. Portanto, devemos continuar a pesquisar sobre como está a implementação desse e outros corredores no país. Assim, sugerimos como pesquisas futuras as seguintes:

1. Durante o nosso campo, reforçado pelas entrevistas, constatamos a construção/reabilitação de algumas vias na província do Niassa. Assim, seria importante medir os efeitos do término dessas obras e outras infraestruturas na atração de investimentos, principalmente agrícolas, e sua relação com a promoção do desenvolvimento do setor agrícola como um todo e, dos pequenos produtores em particular;
2. Os nossos dados indicam, indiretamente, a reprodução do discurso de “vazios” ao apontar-se a existência de “muita terra” e que esta pode servir para investimentos estrangeiros. Mas, essas são ocupadas por forma tradicionais pelas comunidades. Neste sentido, seria importante aferir, no futuro, como essa questão dialoga com a questão de expropriação e usurpação de terras que a literatura indica, que os CCA e os investimentos que os orientam possibilitam. De modo a acompanhar os tipos de transformação social e econômica que provoca e quem são os beneficiados;
3. O quadro sete (7) indica que, dos membros das associações, a maioria são mulheres, assim, a pesquisa sobre o desenvolvimento agrícola deve centrar-se

também nesse segmento que são as maiores trabalhadoras da terra. Portanto, é preciso também pesquisar como as iniciativas de desenvolvimento que têm os CCA como modelo dialogam com essas atoras e suas perspectivas de vida e de produção;

4. Na seção 4.1 apontamos um conjunto de empresas que representam toda uma cadeia globalizada de abastecimento de sementes, fertilizantes, insumos químicos, transformação, processamento, transporte, comércio até aos supermercados. No entanto, os nossos dados indicam dificuldades de acesso à alguns insumos e fatores de auxílio antes, durante e pós-produção e pós-colheita pelos pequenos produtores. Assim, é preciso pesquisar como essas empresas se fazem ou farão sentir nos corredores moçambicanos, bem como se elas dialogam com os anseios e sistemas de produção locais;

5. Um dos aspectos ligados a implementação dos CCA é a pretensão de uma Revolução Verde africana, bem como moçambicana, onde o maquinário e os agrotóxicos são dos principais elementos. Portanto, é preciso pesquisar como a questão ambiental vai ser considerada nesse processo, bem como os pequenos produtores lidarão com os efeitos, quer positivos, quer negativos, dessa Revolução Verde *vis-à-vis* os seus modelos e estratégias tradicionais de cultivo.

Todavia, as propostas acima sugeridas, e outras, deviriam sempre que possível estabelecer comparações e diálogos entre diferentes regiões no mesmo corredor, bem como entre regiões dos diferentes corredores que existem no país.

REFERÊNCIAS

AFRICAN UNION. **Programme for infrastructure development in Africa**. Addis Ababa: African Union, 2012. Disponível em: www.au-pida.org/ Acesso em: 19 de set. 2021.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO NORTE (ADIN). Agência de desenvolvimento integrado do Norte, 2021. Âmbito Geográfico (Cabo-Delgado, Niassa, Nampula). Disponível em: <https://adin.gov.mz/> Acesso em: 10 de nov. 2021.

AGUIAR, Diana; PACHECO, Maria E. **A cooperação Sul-Sul dos povos do Brasil e de Moçambique**: memória da resistência ao ProSavana e análise crítica de seu Plano Diretor. Rio de Janeiro: FASE, 2016.

ALMEIDA, Alfredo W B. de. Corredores logísticos e povos e comunidades tradicionais: estratégias globalizadas de desenvolvimento e seus efeitos sociais - Brasil, Moçambique, Quênia e Índia. *In: XXXVI INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, LATIN AMERICAN STUDIES IN A GLOBALIZED WORLD*. 23 e 26 de maio de 2018, Barcelona.

ARAGÃO, Fernanda. **Vozes de Nacala**: uma análise sobre as potencialidades e limites da articulação contra o ProSavana. 2017. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

ARMAS, Enrique. Infraestruturas e investimento público. *In: ROSS, Doris (org.). Moçambique em Ascensão*: construir um novo dia. Washington, D.C.: Fundo Monetário Internacional, 2014, p. 41-55.

ARTUR, Luís; BULEZA, Ussene; MARASSIRO, Mateus; JÚNIOR, Garcia. Os impactos do HIV e SIDA no sector agrário e no bem-estar nas províncias de Tete e Niassa. *In: MOSCA, João (Ed.). Aspectos da competitividade e transformação do sector agrário em Moçambique*. Maputo: Escolar Editora, 2014, p. 85-106.

BAPTISTA, Fernando. Agricultura, pequenos produtores e população. *In: MOSCA, João (Ed.). Aspectos da competitividade e transformação do sector agrário em Moçambique*. Maputo: Escolar Editora, 2014, p. 11-21.

BATISTELLA, Mateus; BOLFE, Édson (org.). **Paralelos**: Corredor de Nacala. Campinas: Embrapa, 2010.

BAUER, Martin. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. *In: BAUER, Martin; GASKEL, George (org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 189-217.

BAXTER, Julia; HOWARD, Anne-Claire; MILLS, Tom; RICKARD, Sophie; MACEY, Steve. A bumpy road: maximizing the value of a resource corridor. **The Extractive Industries and Society**, Leiden, v. 4, n.3, p. 439-442, jul. 2017.

BERGIUS, Mikael. Expanding the corporate food regime: the Southern Agricultural Growth Corridor of Tanzania. **Journal of Agrarian Change**, London, v. 10, n. 1, p. 119-129, fev. 2016.

BOLFE, Édson; BATISTELLA, Mateus; RONQUIM, Carlos; HOLLER, Wilson; MARTINHO, Paulo; MACIA, Clemente; MAFALACUSSER, Jacinto. Base de dados geográficos do Corredor de Nacala, Moçambique. **Anais [...]**. XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto – SBSR, Curitiba, PR, Brasil, 30 de abril a 05 de maio de 2011, INPE, p. 3995-4002.

BOURDIEU, Pierre. **Esquisse d'une théorie de la pratique**. Paris: Librairie Droz, 1972.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BOWLAND, Cayley; OTTO, Lisa. Implementing Development Corridors: Lessons from the Maputo Corridor. **SAIIA**, Policy Briefing, Cape Town, n. 54, p. 1-4, 2012.

BRITO, Luís de. **A FRELIMO, o marxismo e a construção do Estado nacional 1962-1983**. Maputo: IESE, 2019.

BRUNA, Natacha. Reflexões sobre o modelo de desenvolvimento rural e cooperação no Corredor de Nacala. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, n. 37, p. 185-211, 2019.

BÚRIGO, Fábio. **Finanças e Solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil**. Chapecó: Argos, 2010.

BYIERS, Bruce; KARKARE, Poorva; MIYANDAZI, Luckystar. A political economy analysis of the Nacala and Beira Corridors. **ECDPM**, Discussion Paper, n. 277, p. 2-44, 2020.

BYIERS, Bruce; MOLINA, Paulina; ENGEL, Paul. **Agricultural Growth Corridors: Mapping potential research gaps on impact, implementation and institutions**. Rome: CGIAR, 2016.

CAMANA, Ângela; ALMEIDA, Jalcione. **Da insustentabilidade do desenvolvimento: Os discursos da produção de “vazios” no âmbito de um programa de cooperação internacional**. **CIVITAS**, Porto Alegre, v. 19, n. 12, p. 391-408, 2019.

CAMARADA, Castro. Sector familiar e desenvolvimento em Moçambique. *In*: MOSCA, João. **Sector familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique**. Maputo: Escolar Editora, 2015, p. 12-16.

CAPAINA, Nelson. Entre o discurso e a prática: dinâmicas locais no acesso aos fundos de desenvolvimento distrital em Momba. *In*: MOSCA, João. **Sector familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique**. Maputo: Escolar Editora, 2015, p. 161-189.

CARRILHO, João; TEYSSIER, Sophie. **Grupos de poupança e crédito em Moçambique, 10 anos depois**: Realizações, desafios e perspectivas. Maputo: FARE/PAFR, 2011.

CARTA. BAD aprova cerca de 50 milhões de USD para catapultar agro-negócio no Niassa. **CARTA de Moçambique**, Maputo, ano 4, 29 de dezembro 2021. Economia e Negócios. Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/economia-e-negocios/item/9621-bad-aprova-cerca-de-50-milhoes-de-usd-para-catapultar-agro-negocio-no-niassa> Acesso em 12 de fev. 2022.

CASTLES, Stephen. Estudar as transformações sociais. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 40, p. 123-148, 2002.

CATSOSSA, Lucas. O avanço da fronteira agrícola brasileira e nova (des)ordem no rural moçambicano: uma análise a partir do PROSAVANA. **Desenvolvimento, Fronteiras e Cidadania**, Ponta Porã, v. 4, n. 5, p. 16-42, 2020.

CATSOSSA, Lucas. O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio. **NERA**, Presidente Prudente, n. 38, p. 151-178, 2017.

CHICHAVA, Sérgio. As economias “emergentes” no sector agrícola moçambicano: leituras, implicações e desafios. *In*: BRITO, Luís de; CASTEL-BRANCO; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, António (org.). **Desafios para Moçambique 2011**. Maputo: IESE, 2011. p. 371-400.

CHOME, Ngala. Land, livelihoods and belonging: negotiating change and anticipating LAPSSSET in Kenya’s Lamu County. **Journal of Eastern African Studies**, Nairobi, v. 14, n. 2, p. 310-331, 2020.

CHOME, Ngala; GONÇALVES, Euclides; SCOONES, Ian; SULLE, Emmanuel. Demonstration fields’, anticipation, and contestation: agrarian change and the political economy of development corridors in Eastern Africa. **Journal of Eastern African Studies**, Nairobi, v. 14, n. 2, p. 291-309, 2020.

COLLING, Marcel; PIFFER, Moacir. Corredores de Desenvolvimento: conceito e aplicação. **Desenvolvimento em Questão**. São Geraldo, v. 14, n. 36, p. 99-134, out./dez. 2016.

COMITÉ DE CONSELHEIROS. **Agenda 2025**: Visão e Estratégias da Nação. Maputo: Agenda 2025, 2003.

CHONCHOL, Jacques. Prefácio. *In*: FERREIRA, Ângela D. D.; BRANDENBURG, Alfio (org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

CRUZ e SILVA, Teresa. União Geral de cooperativas: um sistema alternativo de produção? In: SANTOS, Boaventura de Sousa, CRUZ e SILVA, Teresa. (org.). **Moçambique e a reinvenção da emancipação social**. Maputo: Centro de Formação Jurídica e Judiciária, 2004, p. 207-234.

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA/UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. **História de Moçambique**: primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores (200/300-1886). Maputo: Tempo, 1982.

DI MATTEO, Filipe; SCHONEVELD, George. Agricultural investments in Mozambique: An analysis of investment trends, business models, and social and environmental conduct. **CIFOR**, Working Paper, Bogor, n. 201, 2016.

ENNS, Charis. Mobilizing research on Africa's development corridors. **Geoforum**, Leiden, n. 88, p. 105-108, 2018.

ESMAN, Milton; UPHOFF, Norman. **Local organizations**: intermediaries in rural development. Ithaca: Conernll University Press, 1984.

FAIR, Denis. The Beira, Maputo and Nacala corridors. **Africa Insight**, Pretória, v. 19, n. 1, p.21-27, 1989.

FAVARETO, Arilson. A longa evolução da relação rural-urbano: para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. **RURIS**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 157-190, 2007.

FEIJÓ, João; DADÁ, Yasser. Médios produtores comerciais no corredor da Beira: dimensão do fenómeno e caracterização social. **Observador Rural**, Documento de trabalho, Maputo, n. 68, p 175-201, nov. 2018.

FERNANDO, Celestino. Operação produção: a estratégia de inserir os chamados improdutivos, parasitas da revolução no governo de transição em Moçambique entre 1975 a 1992. **Revista Espacialidades**, Natal, v. 1, n. 1, p. 165-186, 2019.

FERREIRA, Ângela D. D.; BRANDENBURG, Alfio (org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

FINK, Michael. Constraints and opportunities for horticultural smallholders in the Nacala Corridor in Northern Mozambique. **NADEL**, Essay on Development Policies, Zurich, p. 1-14, mar. 2014.

FOLHA DE MAPUTO. Aldeia de Montechimoio passou a ter água potável. **Folha de Maputo**, Maputo, Ano 8, 07 de setembro 2021. Nacional. Disponível em: <https://www.folhademaputo.co.mz/pt/noticias/nacional/aldeia-de-montechimoio-passou-a-ter-agua-potavel/> Acesso: 23/12/2021.

FONSECA, Madalena P. da. Os corredores de desenvolvimento em Moçambique. **Africana Studia**, n.6, Porto, p. 201-230, 2003.

FUJITA, Yasuo; TAKEDA, Asami. Effects of transport corridor development on firms' locational choice and firms' perception of business environment: a preliminary analysis of transport corridors in Mozambique. **JICA Research Institute**, Working Paper, Ichigaya Honmuracho, n. 74, p. 1-33, mar. 2014.

G1. Vale sela acordo por fatia da Mitsui em Moçambique e mira sair de negócio de carvão. **Portal G1**, São Paulo, ano 15, 21 de jan. 2021. Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/01/21/vale-sela-acordo-por-fatia-da-mitsui-em-mocambique-e-mira-sair-de-negocio-de-carvao.ghtml> Acesso em: 23 de dez. 2021.

GARCIA, Ana S.; KATO, Karina Y. M. A história da caça ou do caçador? Reflexões sobre a inserção do Brasil na África. **Tensões mund.**, Fortaleza, v. 10, n. 18/19, p. 145-171, 2014.

GARCIA, Ana; KATO, Karina. A road to development? The Nacala corridor at the intersection between brazilian and global investments. *In*: SATGAR, Vishwas (Ed.). **BRICS and the New American Imperialism: global rivalry and resistance**. Johannesburg: Wits University Press, 2020, p. 105-123.

GARCIA, Ana; KATO, Karina. Políticas públicas e interesses privados: uma análise a partir do Corredor de Nacala em Moçambique. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 76, p. 69-86, Jan.-Abr. 2016.

GASKEL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, Martin; GASKEL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 64-89.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. *In*: BAUER, Martin; GASKEL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 244-269.

GOLLIN, Douglas. Smallholder agriculture in Africa: an overview and implications for policy. **IIED**, Working Paper, London, p.4-19, out. 2014.

GONÇALVES, Euclides. Agricultural corridors as 'demonstration fields': infrastructure, fairs and associations along the Beira and Nacala corridors of Mozambique. **Journal of Eastern African Studies**, Nairobi, v. 14, n. 2, p. 354-374, 2020.

GOVERNO DA PROVÍNCIA DO NIASSA. **Plano Estratégico do Niassa 2018-2029 (PEN 2029)**. Lichinga: Governo da Província do Niassa, 2017.

GULE, Ana. **Transformações sociais na vida de reassentados em Moçambique por conta do Corredor de Nacala**. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

HOPE, Albie; COX, Hope. **Development Corridors**. London: EPS-PEAKS/DFID, 2015.

IKEGAMI, Koichi. Corridor Development and Foreign Investment in Agriculture: Implications of the ProSAVANA Programme in Northern Mozambique. *In: LAND GRABBING, CONFLICT AND AGRARIAN-ENVIRONMENTAL TRANSFORMATIONS: PERSPECTIVES FROM EAST AND SOUTHEAST ASIA. AN INTERNATIONAL ACADEMIC CONFERENCE, 2015, Chiang Mai, Anais [...].*Tailândia: Chiang Mai University, 2015. p. 1-18.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Inquérito sobre Orçamento Familiar – IOF 2019/20**. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Instituto Nacional de Estatística, 2022. População 2022. Disponível em: www.ine.gov.mz Acesso em: 02 de fev. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017, Resultados Definitivos**. Maputo: INE/Direcção de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Mulheres e homens em Moçambique, 2011**. Maputo: Instituto Nacional de Estatística/Direcção de Estatísticas e de Empresas, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE; INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA; ICF MACRO. **Inquérito nacional de prevalência, riscos comportamentais e informação sobre o HIV e SIDA em Moçambique 2009**. Maputo: INS; INE, ICF Macro, 2010.

JAFAR, Jafar. **Impacto da globalização econômica contemporânea em Monapo e Palma, Moçambique**. 2020. Tese (Doutorado em Pós-Colonialismo e Cidadania Global) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2020.

JORNAL NOTÍCIAS. Parceiros criam condições para o porto de Chongoene. **Jornal Notícias**. Maputo, 21 de dezembro 2021. Destaque. Disponível em: <https://www.jornalnoticias.co.mz/destaque/parceiros-criam-condicoes-para-o-porto-de-chongoene/> Acesso: 23/12/2021.

JÚNIOR, António; DADÁ, Yasser; IBRAIMO, Momade; MOSCA, João. Associações de pequenos produtores do Sul de Moçambique: constrangimentos e desafios. *In: MOSCA, João. Sector familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique*. Maputo: Escolar Editora, 2015, p. 135-160.

KAARHUS, Randi. **Agricultural Growth Corridors Equals Land-grabbing? Models, Roles and Accountabilities in a Mozambican case**. *In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON GLOBAL LAND GRABBING, 6 a 8 abril 2011, (Comunicação oral)*, Brighton.

KAARHUS, Randi. Land, investments and public private partnerships: what happened to the Beira Agricultural Growth Corridor in Mozambique? **Journal of Modern African Studies**, Cambridge, v. 56, n. 1, p. 87-112, 2018.

KALINA, Marc. **Citizen, state, and the negotiation of development**: the Nacala development corridor and the N13 highway rehabilitation programme. 2017. Tese (Doutorado em Environment and Development Studies) - The School of Built Environment and Development Studies, University of KwaZulu-Natal, Durban, 2017.

KARL, Polanyi. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

KATO, Karina Y. M. Traçando a saída para o desenvolvimento: o caso do Corredor de Nacala em Moçambique. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 229-254, jun. 2019.

LANGA, Epifânia; MANDLATE, Oksana. Questões à volta de ligações a montante com a Mozal. In: BRITO, Luís, CASTEL-BRANCO, Carlos N.; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, António. **Desafios para Moçambique 2013**. Maputo: IESE, 3013, p. 175-210.

LAURANCE, William; SLOAN, Sean; WENG, Lingfei; SAYER, Jeffrey. Estimating the environmental costs of Africa's massive "Development Corridors". **Current Biology**, Hampshire, n. 25, p. 3202-3208, 2015.

LEITE, Sérgio P. Dinâmicas de terras, expansão do agronegócio e financeirização da agricultura: por uma sociologia das transformações agrárias. **ReLaER**, Buenos Aires, v. 4, n. 7, p. 302-323, jan.-jun., 2019.

LEVIEN, Michael. Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 21-53, jun., 2014.

LOPES, Mota. Cadeias de valor e ambiente de negócios Na agricultura em Moçambique. **Observador Rural**, Documento de Trabalho, Maputo, n. 40, p. 3-51, maio. 2016.

LYSON, Thomas. Global capital and the transformation of rural communities. In: CLOKE, Paul; MARSDEN, Terry; MOONEY, Patrick (Ed). **The handbook of rural studies**. London: SAGE, 2006, p. 292-303.

MACAMO, Elísio (Elísio Macamo). Notas sobre a sociologia do desenvolvimento. Basileia, 20 de Jan. 2019. Facebook: elisio.macamo. Disponível em: <https://www.facebook.com/elisio.macamo/posts/2475287759165712>. Acesso em: 18 de nov. 2021.

MACAMO, Elísio (Elísio Macamo). **Sociologia prática**: como os sociólogos pensam o desenvolvimento (no prelo). Basileia, 18 de Nov. 2021. Facebook: elisio.macamo. Disponível

em: https://www.facebook.com/elisio.macamo/posts/5105267726167689?comment_id=5106018079425987&reply_comment_id=5106019676092494¬if_id=1637261870958645¬if_t=feed_comment_reply&ref=notif Acesso em: 18 de nov. 2021.

MACHEL, Samora. Tarefas principais de desenvolvimento. *In*: FRELIMO. **Relatório do Comité Central ao 3º Congresso**. Maputo: Departamento de Trabalho Ideológico/FRELIMO, 1977, p. 117-143.

MAÚNGUE, Hélio. A face feminina do HIV e SIDA: um estudo sobre as experiências de mulheres infectadas pelo HIV na cidade de Maputo, Moçambique. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

MIDMORE, Peter; PARTRIDGE, Mark; OLFERT, M. Rose; ALI, Kamar. The evaluation of rural development policy: macro and micro perspectives. **EuroChoices**, Nova Jersey, v. 9, n. 1, p. 24-26, 2010.

MILHORANCE, Carolina. Economias emergentes e instituições nacionais: debate sobre a presença brasileira no Malawi e em Moçambique. *In*: BRITO, Luís de; CASTELBRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador; FRANCISCO, António. **Desafios para Moçambique 2015**. Maputo: IESE, 2015, p. 417-438.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL. **Inquérito Agrário Integrado 2020**. Maputo: Direcção de Planificação e Políticas, 2021.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR. **Cooperação triangular para o desenvolvimento agrícola da Savana tropical em Moçambique**. Plano Diretor para o desenvolvimento Agrícola do Corredor de Nacala (versão provisória). Maputo: MASA, 2015.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR. **Plano operacional para o desenvolvimento agrário**. Maputo: Direcção de Documentação e Informação Agrária, 2015.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Programa de Investimento do Sector Agrário - PROAGRI II: avaliação ambiental estratégica**. Maputo: União Mundial para a Natureza, 2005.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Estratégia da Revolução Verde em Moçambique**. Maputo: Ministério da Agricultura, Centro de Documentação e Informação Agrária, 2007.

MOÇAMBIQUE. **Política agrária e estratégia de implementação. Resolução nº. 11/95**. Maputo: Imprensa Nacional/Boletim da República, 1996.

MOÇAMBIQUE. ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 19/97 de 1 de outubro. Lei de Terras**. Maputo: Conselho de Ministros, 1997.

MOÇAMBIQUE. **Constituição da República**. Maputo: Imprensa Nacional/Boletim da República, 2004.

MOÇAMBIQUE. **Estratégia de desenvolvimento rural**. Maputo: Conselho de Ministros, 2007.

MOÇAMBIQUE. **Plano de acção para a produção de alimentos 2008 – 2011**. Maputo: Conselho de Ministros, 2008.

MOÇAMBIQUE. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA) 2011-2020**. Maputo: Conselho de Ministros, 2011.

MOÇAMBIQUE. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Programa Nacional de Fertilizantes em Moçambique**. Maputo: Ministério da Agricultura, 2012.

MOÇAMBIQUE. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Plano nacional de investimento do sector agrário (PNISA) 2013-2017**. Maputo: Ministério da Agricultura, 2013a.

MOÇAMBIQUE. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Plano Director para o desenvolvimento do agronegócio 2013-2020**. Maputo: Ministério da Agricultura, 2013b.

MOÇAMBIQUE. **Estratégia nacional de desenvolvimento (2015-2035)**. Maputo: Conselho de Ministros, 2014.

MOÇAMBIQUE. MINISTÉRIO DAS FINANÇAS. **Projecto das estratégias de desenvolvimento económico do corredor de Nacala na República de Moçambique (PEDEC-Nacala)**. Maputo: JICA, 2015.

MOÇAMBIQUE. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL. **SUSTENTA: transformando vidas**. Maputo: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2017a.

MOÇAMBIQUE. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Infra-estruturas de base produtiva como factores de dinamização e diversificação da nossa economia**. Intervenção de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da inauguração do Corredor Logístico de Nacala, no Distrito de Nacala-à-Velha, Província de Nampula. Maputo: Presidência da República, 2017b.

MONJANE, Boa; BRUNA, Natacha. Confronting agrarian authoritarianism: dynamics of resistance to PROSAVANA in Mozambique. **The Journal of Peasant Studies**, Cambridge, v. 47, n. 1, p. 69-94, 2019.

MORAIS, Jorge V. de; RATTON Jr., José L. Gilberto Freyre e a articulação dos níveis micro e macro na sociologia. **RBCS**, v. 20, n. 58, p. 129-210, jun. 2005.

MOSCA, João. Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas. *In*: MOSCA, João. (org.). **Sector familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique**. Maputo: Escolar Editora, 2015, p. 51-98.

MOSCA, João. Agricultura, diversificação e transformação estrutural da economia. *In*: MOSCA, João. (org.). **Agro-negócio em Moçambique**. Maputo: Escolar Editora, 2019b, p. 61-99.

MOSCA, João. Agro-negócio e campesinato: continuidades e descontinuidades de longa duração, o caso de Moçambique. *In*: MOSCA, João. (org.). **Agro-negócio em Moçambique**. Maputo: Escolar Editora, 2019a, p. 1-29.

MOSCA, João. **Políticas agrárias de (em) Moçambique (1975-2009)**. Maputo: Escolar Editora, 2011.

MUITXS OUTRXS. Corredor de Nacala - comboio, carvão e gente no norte de Moçambique. *In*: Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia, 6., 2017, São Paulo, SP. **Anais [...]**. São Paulo, SP: Instituto de Estudos brasileiros, USP, 2019.

MURITHI, Antony; MINTZ, Samuel; SARGUENE, Federico; MENDONÇA, Casimiro. **Technical Report: logistics review of the Beira and Nacala Corridors**. Gaborone: AECOM International Development, 2012.

MUTEIA, Hélder. Os desafios da agricultura familiar no mundo. *In*: MOSCA, João (org.). **Sector familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique**. Maputo: Escolar Editora, 2015, p. 17-21.

MYERS, Greg. Análise da conversação e da fala. *In*: BAUER, Martin; GASKEL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 271-291.

NEGRÃO, José. **Repensando a terra e as modas do desenvolvimento rural**. Maputo: Texto Editores, 2008.

NETO, António. **Entre trilhos e rodas: fluidez territorial e os sentidos da circulação de mercadorias em Moçambique**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

NEVES, Delma P. **Assentamento rural: Reforma agrária em migalhas**. Niterói: EDUFF, 1997.

NEVES, Delma P. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. *In*: FERREIRA, Ângela D. D.; BRANDENBURG, Alfio (org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998, p. 147-168.

NIASSA [S. l.: s. n.], 2007, vídeo (2.39 min). Publicado pelo canal da banda MASSUKOS. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2ZXYGIXbN8A>. Acesso em 25 de out. 2021.

NIJHOFF, Jan; VERÍSSIMO, Patrick; ARLINDO, Pedro; BILA, Aniceto. Desenvolver o setor agrícola. *In*: ROSSI, Doris (org.). **Moçambique em Ascensão**: construir um novo dia. Washington, D.C.: Fundo Monetário Internacional, 2014, p. 77-91.

NOGALES, Eva G. **Making Economic Corridors Work for the Agricultural Sector**. Rome: FAO, 2014.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHU, Ossi. From Rhetoric to practice in South-South development cooperation: a case study of brazilian interventions in the Nacala corridor development program. **Institute of Socioeconomics**, Working paper, Geneva, p. 1-20, 2013.

NOVA, Yara. Estruturas de mercado e sua influência na formação dos preços dos produtos agrícolas ao longo das cadeias de valor. *In*: MOSCA, João. (org.). **Agro-negócio em Moçambique**. Maputo: Escolar Editora, 2019, p. 133-176.

O PAÍS. Niassa registra especulação dos preços após ataques de insurgentes. **O PAÍS**. Maputo, 22 de dezembro 2021. Disponível em: <https://www.opais.co.mz/niassa-regista-especulacao-dos-precos-apos-ataques-de-insurgentes/?fbclid=IwAR3IYNskdVynBLBbaeAaFoBSyKZAsZ4B48j8XndNIQfdE8xOpBLgRZ68IqY>. em: 23 de dez. 2021.

O'LAUGHLIN, Bridget. Through a Divided Glass: Dualism, Class and the Agrarian Question in Mozambique. **The Journal of Peasant Studies**, Cambridge, v. 23, n. 1, p. 1-39, 1996.

OBENLAND, Wolfgang. Corporate influence through the G8 New Alliance for Food Security and Nutrition in Africa. **Global Policy Forum**, Working Paper, Aachen, p. 4-23, 2014.

ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

PANELLI, Ruth. Rural society. *In*: CLOKE, Paul; MARSDEN, Terry; MOONEY, Patrick (Ed). **The handbook of rural studies**. London: SAGE, 2006, p. 63-90.

PAUL, Helena; STEINBRECHER, Ricarda. African agricultural growth corridors and the New alliance for Food Security and Nutrition. Who benefits, who loses? **Econexus**, Oxford, p. 1-17, jun. 2013.

PAUW, Karl; THURLOW, James; UAIENE, Rafael; MAZUNDA, John. Agricultural growth and poverty in Mozambique: technical analysis in support of the Comprehensive Africa Agriculture Development Programme (CAADP) I. **International Food Policy Research Institute**, Working Paper, Washington, DC, n. 2, p. 1-23, nov. 2012.

PERKINS, Harvey. Commodification: re-resourcing rural areas. *In*: CLOKE, Paul; MARSDEN, Terry; MOONEY, Patrick (Ed). **The handbook of rural studies**. London: SAGE, 2006, p. 244-247.

PIRES, Roberto; VAZ, Alexander C. Para além da participação: interfaces socioestatais no governo federal. **Lua Nova**, São Paulo, n.93, p. 61-91, 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do desenvolvimento humano 2020: A próxima fronteira - o desenvolvimento humano e o antropoceno**. Nova Iorque: PNUD, 2020.

PROSAVANA. **Memorandum de entendimento sobre a cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura das Savanas Tropicais em Moçambique**. Maputo: ProSAVANA, 2009. Disponível em: <https://www.prosavana.gov.mz/wp-content/uploads/2015/04/17-set-2009-P1.pdf>. Acesso em: 24 de jan. 2020.

PUTMAN, Robert. The prosperous community: social capital and public life. *The American Prospect*, Cambridge, n. 13, p. 35-42, 1993.

QUEMBO, Carlos. **O poder do poder: a operação produção e a invenção dos improdutivos urbanos no Moçambique Socialista, 1983-1988**. Lisboa: Alcance Editores.

QUINTANEIRO, Tânia; OLIVEIRA, Maria L. de; OLIVEIRA, Barbosa M. G. M. de. **Um toque de clássicos: Marx, Durkhiem e Weber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

RASAGAM, Ganesh; ENGMAN, Michael; GURCANLAR, Tugba; FERNANDES, Eneida. Corredores de desenvolvimento de Moçambique: plataformas para uma prosperidade partilhada. *In*: ROSS, Doris (org.). **Moçambique em Ascensão: construir um novo dia**. Washington, D.C.: Fundo Monetário Internacional, 2014, p. 92-101.

REZENDE, Maria J. de. Teorias da mudança social: as perspectivas lineares e cíclicas. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 32, p. 349-378, jan. 2002.

RIBEIRO, Ester. Processo de urbanização em Moçambique-África. *In*: FERREIRA, Gustavo (Org.). **Conflitos e Convergências da Geografia 2**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019, p. 115-126.

RIBEIRO, Gustavo. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento. **Revista de Antropologia**, São Paulo, n. 34, p. 59-101, maio 1991.

ROCK, Elton; WU, Shulian. The Nacala Corridor railway and port PPP project risks identification research. **Earth and Environmental Science**, Lisle, v. 464, n. 4, p. 1-6, abr. 2001.

RODRIGUES, Sávio. Terra e trabalho nos corredores de desenvolvimento: entre o Maranhão (Brasil) e Nacala (Moçambique). **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 29, Número Especial 2, p.88-105, ago. 2019.

ROSÁRIO, Nelson; KUHN, Daniela. Fundo distrital de desenvolvimento e a agricultura: o caso de estudo das comunidades no distrito de Chibuto, Moçambique. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 27, n. 1, p. 61-80, 2020.

ROSS, Doris. Visão geral: Moçambique em ascensão – construir um novo dia. *In*: ROSS, Doris (org.). **Moçambique em Ascensão**: construir um novo dia. Washington, D.C.: Fundo Monetário Internacional, 2014, p. 1-8.

SANTANA, Cristiane S. de. Produzir como palavra de ordem: a experiência da operação produção em Moçambique. *In*: IV Congresso Sergipano de História & IV Encontro Estadual de História da ANPUH/SE. 21 a 24 de outubro de 2014, Aracaju.

SANTOS, Rodrigo S. P dos; ESTERCI, Neide. O ambiente e o desenvolvimento sob a perspectiva da mudança social. **Caderno CRH**, v. 29, n. 77, p. 203-208, maio/ago. 2016.

SANTOS, Rodrigo S. P. dos. Desenvolvimento econômico e mudança social: a Vale e a mineração na Amazônia Oriental. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 77, p. 295-312, maio/ago. 2016.

SASSEN, Saskia. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SCHUTTER, Oliver de. The New Alliance for Food Security and Nutrition in Africa. **European Union/Policy Department/Directorate-General for External Policies**, Brussels, p. 3-42, nov. 2015.

SELEMANE, Thomas. A economia política do corredor de Nacala: consolidação do padrão de economia extrovertida em Moçambique. **Observatório do Meio Rural/Documento de trabalho**, n. 56, Maputo, p. 1-20, 2017.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SHANKLAND, Alex; GONÇALVES, Euclides. Imagining agricultural development in South-South Cooperation: the contestation and transformation of ProSAVANA. **World development**. v. 81, Amsterdam, p. 35-46, maio. 2016.

SIMIONE, Felix; XIAO, Yuan. Inclusão financeira em Moçambique. *In*: ROSS, Doris (org.). **Moçambique em Ascensão**: construir um novo dia. Washington, D.C.: Fundo Monetário Internacional, 2014, p. 102-112.

SMALLEY, Rebecca. Agricultural growth corridors on the Eastern Seaboard of Africa: an overview. **Future Agricultures Consortium**, Brighton, APRA Working Paper, n.1, p. 3-40, set. 2017.

SMART, Teresa; HANLON, Joseph. **Chickens and beer**: a recipe for agricultural growth in Mozambique. Maputo: Kapicua, 2014.

SOUZA FILHO, Carlos de. Terra mercadoria, terra vazia: povos, natureza e patrimônio cultural. **InSURgência**. Brasília, v. 1, n.1, p. 57-71, 2015.

SRIVASTAVA, Pradeep. Regional corridors development: a framework. **Journal of International Commerce, Economics and Policy**, Pequim, v. 4, n. 2, p. 1-21, abr. 2013.

STEIN, Serena; Kalina, Marc. Becoming an agricultural growth corridor: African megaprojects at a situated scale. **Environment and Society**, Brooklyn, n. 10, p. 83-100, set. 2019.

STIGLITZ, Joseph. **Towards a new paradigm for development**. In: UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT, 9TH RAUL PREBISCH LECTURE, 9 de outubro 1998, (Comunicação oral), p.3-33, Geneva.

STROPASOLAS, Valmir L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. Resources and infrastructure: Transport, communications and the Internet: Country Profile – Mozambique. **Gale Academic**, p. 1-4, mar. 2007.

THE WORLD BANK. **Awakening Africa's sleeping giant**: prospects for commercial agriculture in the Guinea savannah zone and beyond. Washington DC: The International Bank for Reconstruction and Development/World Bank, 2009.

THOMAZ, Omar R. Escravos sem dono: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 177-214, 2008.

THOMPSON, E.P. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

UAIENE, Rafael. Caracterização do sector familiar em Moçambique. In: MOSCA, João. (org.). **Sector familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique**. Maputo: Escolar Editora, 2015, p. 23-49.

UNIÃO NACIONAL DOS CAMPONESES; GRAIN. **Os usurpadores de terras no Corredor de Nacala**: Uma nova era de luta contra plantações coloniais no norte de Moçambique. Barcelona: GRAIN, 2015.

VALA, Salim C. **Dilemas e desafios do desenvolvimento rural em Moçambique**: como criar riqueza através da capacitação do homem e das instituições. Maputo: AMECON, 2005.

VELHO, Otávio G. As bruxas soltas e o fantasma do funcionalismo. **Boletim do Museu Nacional: Antropologia**, Rio de Janeiro, n. 48, p. 1-21, set. 1984.

VOA. Civis continuam a fugir de ataques de rebeldes no Niassa. **VOA**, Washington, Ano 46, 01 de janeiro 2022. Moçambique. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/civis-continuam-a-fugir-de-ataques-de-rebeldes-no-niassa/6378043.html?fbclid=IwAR00Lb9ksmQUHHEjvMuo4LX-QRw3TKryxQUbAzHz3CMwk-d0aWkEp6QUXw> Acesso: 12/01/2022.

WALLERSTEIN, Immanuel. Mudança social? A mudança é eterna, nada muda, nunca. **Revista Critica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 44, p. 3-24, dez.1995.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **Um saber necessários**: os estudos rurais no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

WEST, Jennifer; HAUG, Ruth. Polarised narratives and complex realities in Tanzania's Southern Agricultural Growth Corridor. **Development in Practice**, London, v. 27, n. 4, p. 418-431, jun. 2017.

WHEBELL, C. F. J. Corridors: a theory of urban system. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 59, n.1, p. 1-26, 1969.

WORLD RAIN FOREST MOVIMENT. O Leste e o Sul da África: ameaças aos povos e suas lutas de resistência. **Boletim do WRM**, Montevideo, n. 235, jan. 2018.

ZAEHRINGER, Julie; ATUMANE, Ali; BERGER Sibylle; ECKERT, Sandra. Large-scale agricultural investments trigger direct and indirect land use change: new evidence from the Nacala corridor, Mozambique. **Journal of Land Use Science**, London, v. 13, n. 3, p. 325-343, 2018.

ANEXOS

ANEXO 1 CONSENTIMENTO INFORMADO

Estimada/o participante,

O Centro de Estudos Africanos (CEA/UEM), através do seu pesquisador, Hélio Bento Maúngue, bolsista CNPq/PEC-PG com o número de processo: 190323/2017-5 e doutorando em Sociologia e Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSP/UFSC), está a desenvolver uma pesquisa sobre os Corredores de Desenvolvimento em Moçambique, particularmente sobre a componente Crescimento Agrícola. Esses corredores são centrais atualmente nos planos de desenvolvimento dos Estados em África, com vista: a) ampliar a conectividade física; b) assegurar a segurança alimentar; c) apoiar a integração comercial regional; d) promover o crescimento agrícola; e) absorver a expansão das áreas urbanas e conectar polos de crescimento. Este estudo, em concreto, procura entender o processo de transformação social e desenvolvimento da agricultura na região do Corredor de Nacala, focando sobre os investimentos na região e impactos na vida dos pequenos agricultores. Gostaria de o convidar a participar como voluntário/a neste estudo que tem o objetivo de conhecer suas opiniões sobre esses temas. Nesse sentido, suas respostas e comentários serão muito importantes para nosso estudo.

- 1) **PARTICIPAÇÃO NA ENTREVISTA:** Gostaríamos de deixar claro que sua participação é voluntária e que você poderá recusar-se a participar ou parar de responder quando quiser. Esta entrevista deve durar aproximadamente uma hora e meia.
- 2) **SIGILO:** O seu nome não será usado em nenhum relatório ou outro documento, nem mencionado por nós em eventos ou apresentações sobre o estudo. Caso venhamos a usar alguma informação que nos tenha relatado, esta **não será identificada** com seu nome ou quaisquer detalhes sobre sua vida.
- 3) **CUSTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS.** Não será cobrado nada e não haverá gastos nem riscos na sua participação neste estudo. Não estão previstos ressarcimentos ou indemnizações e não haverá benefícios imediatos na sua participação, mas suas informações podem nos ajudar muito.
- 4) **ESCLARECIMENTOS.** Em caso de dúvida(s) e outros esclarecimentos sobre este estudo você poderá entrar em contacto com o investigador responsável: Hélio Maúngue: (+258) 848197746 ou helio.maungue@gmail.com e/ou helio.b.maungue@uem.ac.mz
- 5) **CONSENTIMENTO.** Uma vez que tenha entendido os objetivos deste estudo, bem como, quanto à forma, riscos e benefícios de sua participação, você sente-se

apto a concordar em participar como voluntário/a deste estudo. Sendo assim, o próximo passo será responder as perguntas que farei em seguida.

Para um melhor registo da entrevista e melhor condução da mesma, uma vez que não poderemos apontar todos os aspectos queremos pedir a permissão para gravar. Essa entrevista tem apenas objetivos de pesquisa. Por isso, garantimos sigilo e anonimato como referido anteriormente.

Declaro que entendi os objetivos deste estudo, bem como, quanto à forma, riscos e benefícios de minha participação. Eu li e compreendi este termo de consentimento, portanto, concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário/a deste estudo.

Maputo/Niassa _____, _____ de _____ de 2021

Assinatura do entrevistado _____

Assinatura do Pesquisador _____

ANEXO 2 – GUIÃO DE ENTREVISTAS

Questões/perguntas/temas/assuntos

Identificação.

Nome da associação? Ano de surgimento? Quantos membros (homens e mulheres)?

Oficializada? DUAT? Quantos hectares?

Sobre iniciativas feitas por estrangeiros.

Relação entre os pequenos produtores e iniciativas.

Existem iniciativas que exploram florestas nativas? Quais?

Existe acordo com algum investidor que veio pedir terra?

Houve organização para negar algum investimento? Como e qual?

Perdas de terras.

Como é que os investidores conseguiram a terra para atividade? Consultas públicas e pacíficas?

Casos de deslocamento para se fazer a linha férrea, estradas e outras infraestruturas do Corredor de Nacala.

Sobre Corredor (CD *versus* CCA).

Havendo deslocamentos: cemitérios familiares atingidos?

Se há conflitos de terra entre nativos e reassentados?

Novas áreas são boas para a agricultura?

Como está a questão de acesso aos mercados (tanto para venda como para compra de alguma coisa); Os produtos são comercializados fora do local de produção, se chegam a mercados da capital provincial ou de outras províncias da região e/ou país? Quem proporciona isso?

Tem acesso a insumos. Tem apoio, quem apoia e como? Extensionistas (vindos de onde)? Ajuda em sementes? Algum suporte técnico?

Se há partilha de conhecimento por parte das iniciativas com os produtores?

Existem silos construídos para armazenamento ou uma outra forma de armazenamento?

Como é feito a rega? Como está o sistema de irrigação dos dias atuais? Abrange/beneficia a todos?

Pequenos produtores e instrumentos modernos.

De corrente das infraestruturas (para mobilidade) está melhor a se locomover atualmente? Está fácil ir a capital da província ou sede do distrito e outras localidades? Ajuda na comercialização?

A linha férrea e a estrada veio com outros benefícios sociais (água, energia, hospital, escolas)?

Se há estradas rurais ligando as estações do corredor?

A linha férrea ou estrada atravessa áreas que eram de cultivo?

Qual é a distância da casa e a iniciativa onde trabalha?

Se além da agricultura tem uma outra fonte de renda ou atividade que ajuda na alimentação das famílias.

Há algum contato com produtores de países vizinhos. Como e de quem forma?

Crédito. Que tipo? Garantias? (FDD) Papel do dinheiro na transformação rural.

Existe mineração por aqui?

Se existem conflito homem animal. Se sim como ultrapassam e com apoio de quem e de que tipo? (as iniciativas em curso fazem alguma coisa)?

O que são ditos (quem diz), o que fazem para preservar o ambiente?

Quantas mulheres/associações de mulheres estão a praticar agricultura por aqui?

UNAC-Como está o setor cooperativo ou associativo na região diante das iniciativas PPP que o CDN vem implementado (está forte e atento à essas investidas ou nem por isso).

MADER-que tipo de envolvimento é feito do pequeno produtor nas iniciativas públicas (privadas) que ocorrem no CDN. Como é o processo de introdução de tecnologia rumo a mecanização agrícola. Que é feito para que o pequeno produtor sair da subsistência. Se eles tem noção do que seja um corredor de desenvolvimento/agrícola e os objetivos de sua integração.

Questões sociais básicas (habitação, água, energia, hospital).

COVID-19.

Ataques armados em Cabo Delgado.